UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ERICH MONTANAR FRANCO

Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus
trabalhadores

SÃO PAULO

2008

ERICH MONTANAR FRANCO

Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus
trabalhadores

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a. Dra. Sylvia Leser de Mello.

SÃO PAULO
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Franco, Erich Montanar.

Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores / Erich Montanar Franco; orientadora Sylvia Leser de Mello. -- São Paulo, 2008.

260 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Fundação CASA-SP 2. Organizações 3. Psicanálise 4. Representação social I. Título.

HV9068

FOLHA DE APROVAÇÃO

Erich Montanar Franco

Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutor.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos trabalhadores e aos jovens brasileiros

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Sylvia Leser de Mello, pela confiança e apoio durante a elaboração do trabalho.

À Universidade de São Paulo e ao Instituto de Psicologia, pela possibilidade de realização de doutoramento.

À minha família, especialmente minha esposa e filhas, que apoiaram incondicionalmente toda a empreita.

À Danielle Morais Gaspar Yasaka, pela prestimosa consultoria em Língua Inglesa.

À Ana Claudia Dale Vedove Goto, pela disponibilidade e generosidade na árdua tarefa de revisão da Língua Portuguesa.

Ao SITRAEMFA, por confiar e abrir as portas da entidade.

Aos trabalhadores que participaram da pesquisa, pela inestimável contribuição.

Comunidade

Somos cinco amigos; uma vez saímos um atrás do outro de uma casa; primeiro veio um e pôs-se junto à entrada, depois veio, ou melhor dito, deslizou-se tão ligeiramente como se desliza uma bolinha de mercúrio, o segundo e se pôs não distante do primeiro, depois o terceiro, depois o quarto, depois o quinto. Finalmente, estávamos todos de pé, em uma linha. A gente fixou-se em nós e assinalando-nos, dizia: os cinco acabam de sair dessa casa. A partir dessa época vivemos juntos, e teríamos uma existência pacífica se um sexto não viesse sempre intrometer-se. Não nos faz nada, mas nos incomoda, o que já é bastante; porque se introduz por força ali onde não é querido? Não o conhecemos e não queremos aceitá-lo. Nós cinco tampouco nos conhecíamos antes e, se se quer, tampouco nos conhecemos agora, mas aquilo que entre nós cinco é possível e tolerado, não é nem possível nem tolerado com respeito àquele sexto. Além do mais somos cinco e não queremos ser seis. E que sentido, sobretudo, pode ter esta convivência permanente?, se entre nós cinco tampouco tem sentido, mas nós estamos já juntos e continuamos juntos, mas não queremos uma nova união, exatamente em razão de nossas experiências. Mas, como ensinar tudo isto ao sexto, pôsto que longas explicações implicariam já em uma aceitação de nosso círculo? É preferível não explicar nada e não o aceitar. Por muito que franza os lábios, afastamo-lo, empurrando-o com o cotovelo, mas por mais que o façamos, volta outra vez.

Franz Kafka

(Tradução: Torrieri Guimarães)

RESUMO

FRANCO, M. E. **Uma casa sem regras**: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores. 2008. (260) f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A Fundação CASA SP, antiga FEBEM, tem ganhado destaque nos meios de comunicação, devido aos recorrentes episódios de violência em suas unidades de internação. Contudo, já há algum tempo, a fundação tem sido objeto de estudo para diversos pesquisadores. Nota-se que a maior parte das pesquisas tem focado o adolescente em conflito com a lei, mas pouco sabemos sobre os trabalhadores envolvidos. O objetivo desse trabalho consistiu no estudo das representações sociais dessa fundação entre seus trabalhadores, a partir da perspectiva psicanalítica sobre os processos grupais. Apoiamo-nos, principalmente, nas formulações de René Kaës e empregamos o procedimento Desenhos-Estórias com Tema como um recurso dialógico. O foco de nossa análise foi o discurso produzido durante a interação com esses trabalhadores e não sua produção gráfica. Os resultados revelam que esses sujeitos vivem grande sofrimento psíquico, que cremos resultar de falhas nas formações intermediárias. Esses trabalhadores, enredados nas tramas da violência institucional, sofrem devido a grande dificuldade de produzir sentidos sobre seu cotidiano, pois parece ocorrer uma falha na transmissão de valores que servem para a produção de representações que mantenham equilibrado seu funcionamento psíquico. A instituição não cumpre sua tarefa primária de oferecer segurança a seus membros. A saída para o sofrimento tem sido tanto a lógica da virilidade quanto o vínculo de violência. Essa fundação é representada como uma casa sem regras, onde todos estão entregues à própria sorte, aplica-se a lei do mais forte. O contato com os participantes da pesquisa revela a urgência de propostas de intervenção que possam propiciar a produção de sentidos e a superação de estereótipos, o que pode reduzir o sofrimento e favorecer a participação dos mesmos nos processos de transformação desta instituição.

Palavras-chave: Instituições, Psicanálise, Fundação Casa SP, Representações Sociais

ABSTRACT

FRANCO, M. E. **A house with no rules:** social representations of FEBEM between its workers. 2008. (260) f. Thesis (Doctoral) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The Foundation CASA SP, former FEBEM, has gained prominence in the medias due to the recurrent episodes of violence in its units of internment. But, it has been a while object of study for several researchers. It seems that the majority of the researches have just focus the adolescent in conflict with the law, rarely knows about the involved workers. The objective of this work consisted on the studying of the social representations of this foundation between its workers from the psychoanalytic perspective on the group processes. It is especially based in René Kaës' formulations. We employed the Drawings and Telling-Stories procedure with a subject as a dialogue resource, the focus of our analysis was the speech produced during the interaction with these workers and not their graphical production. The results disclose that these citizens live strongly psychic suffering, which we believe result from failures in the functions of the intermediary. These workers, tangled in fames of institutional violence, suffer due to the difficulty of producing meanings about their daily lives, because it seems to occur a failure in the values transmission that serve to produce representations to maintain balanced the mental functioning. The institution does not fulfill its primary task of providing security to its members. The output for the suffering has been or the logic virility or the violence bond. This foundation is represented as a house with no rules, in it all are left to their own luck, apply it the law of strongest one. The contact with the subjects of the research discloses the urgency of intervention proposals that can propitiate the production of meanings and the stereotypes overcoming, which can reduce the suffering and promote the participation of the workers in the processes of transformation of this institution.

Key-words: Institutions, Psychoanalysis, Foundation Casa SP, Social Representations

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	11
2 - ASPECTOS GERAIS SOBRE A FEBEM.....	14
3 - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA FEBEM.....	20
3.1 - Ingresso na instituição	20
3.2 - O treinamento	22
3.3 - Primeiras impressões e instruções.....	25
3.4 - Os internados	26
3.5 - Controle dos internados	27
3.6 - Meus Pares	31
3.7 - O segundo dia (a rebelião)	32
3.7.1. - O início	32
3.7.2. - A Rebelião em Curso.....	33
3.8 - Considerações.....	35
3.8.1 - Sobre a rebelião	35
3.8.2 - Sobre os monitores e adolescentes.....	36
4 - EXPLORANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A FEBEM.....	40
4.1 - Institucionalização.....	41
4.2 - Políticas Públicas e Inclusão Social.....	49
4.3 - Delinquência	54
4.4 - Atendimento Psicológico	57
4.5 - Outras Temáticas.....	59
4.6 - Observações adicionais sobre essa produção científica.....	62
5 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE NOSSA INVESTIGAÇÃO	66
5.1 Opção teórica.....	66
5.2 - Grupo: elo entre o singular e o coletivo.....	70

5.2.1 - Intermediário	70
5.2.2 - Transmissão Psíquica	73
5.2.3 - Traumatismos e mal-estar na cultura.....	76
5.2.4 - Instituições e mal-estar.....	81
6 - MÉTODO	91
6.1 - Em busca de Representações Sociais sobre a FEBEM.....	91
6.2 - Representações Sociais e Psicanálise	91
6.3 - Dialogando com Trabalhadores	93
6.4 - Procedimentos.....	94
6.5 - Convite aos Sujeitos de Pesquisa.....	96
6.6 - A Interação com os trabalhadores da FEBEM.....	97
7 - REFLEXÕES SOBRE OS ENCONTROS COM TRABALHADORES DA FEBEM.....	99
7.1 - Visita para reconhecimento e esclarecimento.....	99
7.2 - Sobre a organização das entrevistas transcritas	100
7.3 - O primeiro encontro.....	101
7.3.1 - Reações à proposta de atividade	103
7.3.2 - O Trabalhador e o Trabalho na FEBEM.....	108
7.3.3 - O Sindicato.....	113
7.3.4 - Relação Monitor – Adolescente Internado.....	114
7.3.5 - A FEBEM.....	116
7.4 - O Segundo encontro	120
7.4.1 - Reações à proposta de atividade	122
7.4.2 - O Trabalhador e o trabalho na FEBEM.....	125
7.4.3 - O Sindicato.....	132
7.4.4 - Relação Monitor – Adolescente Internado.....	133
7.4.5 - A FEBEM.....	136
7.5 - Ressonâncias nos encontros.....	143

8 - UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA FEBEM ENTRE SEUS TRABALHADORES.....	145
8.1 - Refletindo sobre o sofrimento psíquico	152
8.2 - Pensando alternativas.....	158
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXOS.....	171

1 - INTRODUÇÃO

Antes de avançarmos, cabe um primeiro esclarecimento acerca do nome da instituição que será discutida nesse trabalho. A partir do dia 23 de dezembro de 2006, data da publicação da lei nº 12.459, no Diário Oficial, A FEBEM de São Paulo passou a se chamar Fundação Casa SP – Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente. Essa modificação ocorreu porque se almejava uma denominação mais ajustada aos objetivos da Fundação. Buscava-se com isso uma desvinculação a antigas denominações estigmatizantes, como o termo menor, e uma adequação aos princípios da entidade que são orientados pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (RADIOBRÁS – AGÊNCIA BRASIL, 2006).

Sabemos que mudanças estruturais nas instituições ocorrem no ritmo da história e, como veremos nesse trabalho, a FEBEM e outros grupos de força política são instituições que resistem às mudanças propostas pelo ECA por diversas razões. Dessa forma, entendemos que os significados inscritos nessa fundação não são evocados pela nova denominação. Ao contrário, o que está instituído é o antigo termo e seu efeito estigmatizante. Portanto, optamos por utilizar a antiga denominação FEBEM que, ao nosso ver, representa um conjunto de valores ainda cristalizados em nossa sociedade. Como veremos nas páginas adiante, apenas um dos entrevistados empregou o termo Fundação Casa e o fez apenas uma vez.

Qualquer tentativa de compreensão aprofundada de questões relacionadas às instituições como a FEBEM nos obriga a lidar com uma complexa teia de determinações, significados e funções. Aos nos referirmos à FEBEM, nos referimos também à delinquência, suas causas e seu controle, e às instituições em geral, o que nos remete ao seu papel na sociedade e às relações humanas estabelecidas dentro dela, à infância e à adolescência, à família, ao estado e suas políticas. Uma rápida revisão da literatura nos permitiria visualizar melhor essa situação e, sem dúvida, verificarmos que nossa lista não esgota as possibilidades temáticas e que existem divergências de cunho teórico e filosófico para cada uma delas. Desta

forma, nosso primeiro passo consiste em assumir que qualquer proposta de estudo nessa direção deve ser entendida como mais uma contribuição para a reflexão sobre a FEBEM. Também devemos assumir que nenhuma pesquisa sobre o tema pode ignorar sua complexidade, mas que, ao mesmo tempo, devido à dimensão e dinâmica de seu objeto de estudo, não dispõe de recursos metodológicos para abarcá-lo completamente de uma só vez.

É importante recordar que a FEBEM não consiste numa instituição que se apresenta como um conjunto homogêneo de unidades que voltam suas atividades para um único fim. Na verdade, dentro dela existem diferentes tipos de unidade com diferentes atividades e com características específicas. Nosso olhar recairá sobre as unidades de internação.

Nossa proposta de trabalho consiste em investigar as representações sociais da FEBEM entre trabalhadores desta instituição, que atuam em unidades voltadas para a medida sócio-educativa de privação de liberdade. Nesse momento, cabe delimitar e esclarecer aquilo que definimos como representação social. Primeiramente, é preciso esclarecer que não estamos adotando as formulações psicossociológicas de Moscovici, nos orientaremos pelos construtos teóricos da Psicanálise, principalmente aqueles voltados para o estudo dos grupos.

Para Kaës (2001), a representação social reapresenta vínculos anteriores, dando uma forma a eles; ela também apresenta o sujeito como membro de uma comunidade, ou seja, esses vínculos são constituídos na interação do indivíduo com a coletividade e carregam os traços de uma “construção ideal” de homem assegurando as identificações nos coletivos. Trata-se de um ponto de articulação entre os processos psíquicos individuais e coletivos.

Propomos coletar representações da instituição através de uma derivação da técnica desenvolvida por Walter Trinca e denominada Desenhos-Estórias. O que pretendemos é a aplicação dessa técnica com o tema FEBEM.

A análise do material nos permitirá identificar necessidades internas do aparelho psíquico que são revividas e provavelmente mantidas na vida dentro da instituição. Em outras

palavras, entendemos que a instituição em questão interfere no funcionamento inconsciente dos trabalhadores e o estudo dos efeitos resultantes pode dar mais subsídios para uma compreensão dos processos psíquicos vividos no cotidiano dessa instituição. Desta forma, podem-se ser produzidos subsídios teóricos para intervenções institucionais.

Enfim, o que pretendemos com essa pesquisa é o estudo de processos psíquicos pré-conscientes que nos permitam elaborar hipóteses sobre o funcionamento inconsciente no âmbito da instituição em questão.

2 - ASPECTOS GERAIS SOBRE A FEBEM

É inevitável a associação da sigla FEBEM às questões ligadas ao problema do menor infrator, que vêm sendo discutidas a mais de um século. Passetti (1987), ao escrever sobre a categoria menor e seu significado, comenta que “a exclusão da responsabilidade penal do menor, segundo juristas, deveu-se à influência da Revolução Francesa, foi fruto de um humanismo que definiu a aplicabilidade de isenção às infrações cometidas por menores” (PASSETTI, 1987, p. 28).

No caso específico da América Latina o direito e a administração do menor foram introduzidos na Argentina em 1919 e depois se difundiram para os demais países. No caso específico do Brasil, o Código Criminal do Império só impedia a responsabilidade penal daqueles menores de quatorze anos. Com o passar do tempo houve um retrocesso, o ano de 1890 pode ser entendido como o período do tratamento penal indiferenciado no Brasil, a partir daí apenas os menores de nove anos não poderiam ser considerados como criminosos (VOLPI, 2001).

Somente no início do século XX é que transformações mais profundas começam a se delinear. Em 1926, um projeto de proteção do menor é transformado em lei, iniciando o período tutelar (VOLPI, 2001). Mas, é apenas no governo de Getúlio Vargas que são delineadas políticas públicas voltadas para a tutela do menor. Em 1940 é criado o Departamento Nacional da Criança, órgão responsável pela coordenação de todas as atividades assistenciais voltadas para crianças desvalidas ou infratoras. Posteriormente, em 1941, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), este considerava as crianças e os adolescentes em situações de pobreza como futuros criminosos (VOLPI, 2001). Assim, aquele que afetasse a harmonia natural da sociedade deveria ser retirado da mesma para ser recuperado e reintegrado posteriormente. Frente à disfunção aplicava-se o método do seqüestro social e, seguindo a tradição, os jovens eram confinados em condições promíscuas,

violentas e submetidos ao controle repressivo dos monitores. Esses procedimentos ocorriam sem a participação da sociedade, o que garantia a arbitrariedade e o desconhecimento da população a respeito da realidade interna dessas instituições (VOLPI, 2001).

Na década de 60, já fazia parte do senso comum a idéia de que o SAM era um lugar onde os jovens eram direcionados para o crime. Em 1964, vão por terra as esperanças em relação às possibilidades de transformação desse sistema. O SAM é substituído por uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor que nasce dentro da Escola Superior de Guerra. Essa política, ao mesmo tempo, tenta atender algumas linhas do Estado de Bem-Estar Social e reproduz práticas repressivas, dando continuidade ao tratamento desumano. Dentro desse contexto são criadas as FEBENs, ou seja, os antigos internatos continuam funcionando com uma nova fachada (VOLPI, 2001).

Segundo Volpi (2001), pode-se dividir a história do atendimento aos direitos da criança e do adolescente em dois períodos: antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse segundo período só vai ocorrer após a abertura política, momento no qual movimentos populares, em defesa dos direitos humanos, ganham força na luta pelos direitos da criança e do adolescente. Com a aprovação da Constituição Brasileira em 1988 foi possível a derrubada do Código de Menores e a elaboração do ECA.

Repudia-se o termo menor, de caráter estigmatizante e discriminador, muda-se a concepção de infância e adolescência entendendo-os como cidadãos, sujeitos de direitos, que precisam ser considerados como pessoas em desenvolvimento e tratados com prioridade absoluta (VOLPI, 2001, p.32).

Mário Volpi (2001), busca a superação de duas posições opostas em relação à situação do jovem envolvido que comete atos infracionais. Na primeira delas o adolescente é visto como vítima, alguém que simplesmente reage às violências que sofre e, portanto, não deve ser responsabilizado pelos seus atos, já que é produto do meio em que vive. Para Volpi (2001) essa perspectiva nega a condição de sujeito desse adolescente e também ignora, que do ponto

de vista jurídico, os delitos ocorridos em situação de emergência eximem o autor de punição. Na segunda posição, o adolescente é reconhecido como um ser incorrigível, naturalmente criminoso, por isso deve ser tratado de forma mais severa. Dentro dessa perspectiva o adolescente nunca é responsabilizado por seus atos e por isso reincide no crime. Esse ponto de vista, por sua vez, desconsidera o fato de que o adolescente infrator é responsabilizado através de medidas sócio-educativas e também é punido com a privação da liberdade. Assim, Volpi (2001), ao abordar o tema, prefere evitar a expressão *menor infrator*, utilizando-se dos termos: *adolescente em conflito com a lei*.

Em função de sucessivas rebeliões em unidades da FEBEM, os meios de comunicação têm dado muito espaço para o problema em suas programações. Contudo, eles abordam o problema de forma superficial e insuflam movimentos que pleiteiam a redução da maioria penal.

Sobre esse tema destaca-se um trabalho realizado por Njaine e Minayo (2002) a respeito do discurso da imprensa sobre as rebeliões de jovens infratores privados de liberdade. As autoras chegam à conclusão de que a maior parte dos profissionais da imprensa desconhece os instrumentos de direito da infância e juventude configurados no ECA. Além disso, muitas vezes, as reportagens assumem um tom policialesco e reproduzem uma ideologia socialmente construída que não reconhece esses adolescentes como sujeitos de direitos. No discurso da imprensa os adolescentes em conflito com a lei são estigmatizados como seres de natureza perversa, ferozes e incontroláveis, afastando-se, então, a idéia da possibilidade de recuperação. É importante salientar que, nessa pesquisa, não foi possível identificar uma homogeneidade nos discursos dos veículos de imprensa selecionados para o estudo e que eles também abordaram a crueldade dos castigos físicos aplicados aos adolescentes após as rebeliões.

Parece haver pouca escapatória para esses jovens dentro de nossa sociedade. Violante (1982) nos mostra que durante todo o processo “sócio-educativo”, dentro da FEBEM, o menor vive um conflito que ocorre entre seu sentimento de decência e o fato de que deve ser regenerado ou, continuar a ser “malandro”.

A autora faz fortes críticas à FEBEM e a todo o contexto social relacionado à criação e à manutenção desta instituição. Para a ela, a maior contradição de toda essa problemática reside no fato de que a sociedade cria o marginal (delinqüente) e depois quer reintegrá-lo criando uma instituição reintegradora. Dentro do modo capitalista de produção, onde se prioriza a acumulação do capital, produz-se, necessariamente, uma grande quantidade de pessoas que não conseguem inserir-se profissionalmente e economicamente. E, ao mesmo tempo, cria-se um discurso ideológico para justificar as disparidades:

A marginalidade seria produzida pelas carências psíquicas e culturais, despreparo escolar e desqualificação para o trabalho dos indivíduos que, devido as suas próprias deficiências, não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento econômico do país; inserindo-se de modo improdutivo no mercado de trabalho, se colocam à “margem” da sociedade e, conseqüentemente, são excluídos dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento nacional como saúde, alimentação, educação etc (VIOLANTE, 1982, p.185) ¹.

Oficialmente, a FEBEM deveria ser um espaço onde ocorreria a reeducação, a ressocialização e a reintegração; seria uma instituição antipaternalista e antiprisão (VIOLANTE, 1982). No entanto, as incoerências dessa instituição a muito são denunciadas. Basta retomarmos o filme *Pixote: A Lei do Mais Fraco*, dirigido por Hector Babenco (1981),

¹ A autora reproduz o discurso de um representante da FEBEM. Esse era o discurso da época, momento em que a FEBEM estava sendo implantada. Essa instituição surge como resultado de uma tentativa de remediar o tratamento inadequado proporcionado pela FUNABEM (fundada em 1964, serviu como instrumento de legitimação do regime vigente, pois dava visibilidade às preocupações do Estado com os problemas sociais). Primeiro é criada a Fundação Paulista da Promoção Social do Menor em seguida (1976) cria-se a FEBEM (VIOLANTE, 1987).

que retrata a vida dos menores dentro da instituição de recuperação, lá acontecem todos os tipos de violência, o consumo de drogas e o extermínio de menores pela polícia. A vida fora da instituição também é encenada, após a fuga, a única inserção possível para o protagonista e seus parceiros é marginal e criminosa. Um depoimento contundente é o de Herzer (1988), uma ex-interna. Essa adolescente sofreu as mais diversas brutalidades impostas como castigo pela sua conduta. Esses castigos variavam desde surras diárias até o confinamento coletivo, por dias consecutivos, em ambientes apertados sem luz e sem ventilação, nesse período todos eram obrigados a suportar o contato direto com os excrementos daqueles que ali se encontravam.

Violante (1982) nos alerta que o menor institucionalizado, estigmatizado pela sua internação e pelas categorias que o determinam (trombadinha, ladrão, etc.), encontra dentro desse tipo de instituição, que tem como estratégia o isolamento e a punição, um ambiente que não propicia a reintegração econômica do menor:

Sob o ponto de vista econômico a prática escolar e profissionalizante usadas como contenção e com descaso dentro da FEBEM, não produz as condições necessárias para sua sobrevivência através do trabalho. O menor é, necessariamente, levado a adquirir representações negativas a respeito do trabalho (VIOLANTE, 1982, p. 186).

Ao ser institucionalizado, o menor passa por um processo de despojamento psíquico e social, sua individualidade é ignorada e ele internaliza os objetivos de recuperação da instituição, mesmo não sendo infrator. Nesse processo, o menor perde, aos poucos, os componentes de sua identidade interior. Ele perde sua história, sua aparência física, sua origem e seu ambiente social (CAMPOS, 1984).

Também é contundente o fato de que existem alternativas à internação e que essas não são objeto das políticas públicas. Segundo Minella (1997), as penas alternativas têm apresentado resultados satisfatórios e são muito eficazes, podendo ser uma solução quando aplicadas a réus primários com bons antecedentes e com tempo reduzido de sanção judicial. A

pena alternativa mais utilizada é a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A autora afirma que 80% dos indivíduos advertidos pelo juiz e que não recebem pena de detenção, não cometem novos crimes. Nesses casos, o réu também se beneficia com a manutenção dos laços familiares e sócioprofissionais, não precisando ficar em albergues superlotados. Esse tipo de medida parece diminuir o estigma produzido sobre o “menor” que sai da FEBEM, havendo um aumento de sua auto-estima e de seu conceito de cidadão.

Apesar de tudo, ocorre o predomínio do debate sobre a necessidade de se aplicar punições cada vez mais drásticas e pouco se discute a importância da aplicação das leis já existentes. Enquanto isso, os jovens continuam sendo as maiores vítimas da violência. Sem poder contar com o apoio da família ou do estado, eles vivem em um espaço social que se organiza gerando exclusão e violência. Devemos começar a refletir sobre a impunidade para esses crimes contra crianças e jovens (MELLO, 1999).

3 - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA FEBEM

Apresentarei uma experiência pessoal vivida no mês de janeiro de 2000 em uma das unidades da FEBEM situada no Município de Franco da Rocha. Minha curta passagem pela instituição durou alguns dias de treinamento, um primeiro dia na unidade e uma rebelião no segundo dia. O ocorrido despertou sentimentos e idéias que contrariavam todas as convicções sobre a urgente necessidade de humanização daquele lugar; por um bom período quase me convenci de que a violência era o único caminho. Em pouco tempo a instituição tinha cumprido seu papel social. Retomando as idéias de Foucault (2006a), em um curto período ficou sustentada a idéia de uma criminalidade inata, irreversível e que só pode ser contida a partir do controle disciplinar rígido de uma instituição implacável com aqueles que, por razões individuais, não cumprem as leis e, portanto, são uma ameaça à sociedade e sua melhor organização.

Lá presenciei uma réplica quase perfeita das descrições de Goffman (1974) acerca das instituições totais: o fechamento, o rebaixamento, o circuito, as contaminações, enfim, todos os mecanismos empregados no processo de mortificação do *EU*.

A seguir apresentarei fragmentos dessa experiência em uma unidade de internação.

3.1 - Ingresso na instituição

Inscribi-me em um concurso para psicólogos na FEBEM, que fazia parte de um conjunto de medidas tornadas pelo então Governador Mário Covas. Essas medidas consistiam na contratação de pessoal qualificado. O quadro de funcionários que atuavam diretamente com os jovens em regime de privação de liberdade era composto por antigos funcionários. Grande parte deles havia iniciado sua carreira no sistema prisional, o que favorecia uma transposição da atitude profissional anterior para a atual. Também era grande o número de

monitores que não haviam concluído o ensino médio, ou seja, apresentavam baixa escolaridade e pouca qualificação para o exercício da função. Assim, o cargo de monitor foi “extinto” e deu lugar a dois outros: o cargo de Agente de Proteção, ocupado por pessoas com escolaridade média completa e que mantinha as atribuições de contenção do cargo de monitor, e o de Agente de Educação, ocupado por pessoas com escolaridade superior completa e que deveriam conduzir atividades educativas.

Essas modificações sinalizavam um esforço para melhorar a função pedagógica da instituição. Inscrevi-me, então, como candidato ao preenchimento de vaga para psicólogo, não fui aprovado, mas fui automaticamente reconduzido para o cargo de Agente de Educação.

A urgência das contratações foi atendida com muita rapidez. Poucos dias após a divulgação do resultado do concurso, os candidatos selecionados foram submetidos a um breve processo de treinamento.

Como pensar a legitimidade de um concurso que desconsidera a ordem natural dos classificados e reconstrói todo o processo seletivo inserindo candidatos de outro concurso, com outros interesses? Algo que se encaixava muito bem no contexto de pouca oferta de trabalho, um acontecimento como esse pode ser entendido pelo candidato como um golpe de sorte. Ou seria um esforço desesperado para preencher vagas a qualquer custo? Talvez essas contratações urgentes trouxessem em si a afirmação de que os problemas da instituição decorrem de uma história de más contratações, da manutenção de pessoal desqualificado. Mais uma vez, a responsabilidade parece recair sobre o indivíduo, o monitor e a equipe dirigente incompetentes. Bastaria contratar pessoal qualificado e a realidade da instituição seria outra.

Vimos ao longo dos anos que essa proposta não solucionou o problema das rebeliões e muito menos sinalizou alguma esperança no sentido de preparar a clientela atendida para se reinserir socialmente.

Esse aparente novo fracasso pode ser entendido de duas formas. Para alguns, poderia ficar claro que investir nessa instituição é desperdiçar recursos com aqueles que deveriam ser punidos severamente, tese muito aproveitada pelos partidários da extinção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da redução da maioridade penal. Para outros, mais uma vez a incompetência política administrativa de alguns impossibilitou o avanço.

Ambas parecem ser úteis para afastar o pensamento da possibilidade de que, talvez, o verdadeiro objetivo da instituição dependa justamente do seu fracasso. Ou como afirma Foucault (2006a), a instituição fabrica a delinquência e esta serve para legitimar o domínio de uma classe sobre outra, marcar a importância da docilidade do trabalhador como referência de normalidade, além de sua utilidade econômica no mundo da ilegalidade. Poderíamos extrapolar essa última e pensar nos benefícios econômicos para todo o sistema no qual está inserida a instituição. Nessa perspectiva, abandona-se a idéia de fracasso da instituição.

3.2 - O treinamento

Durante esse processo, fomos informados sobre o funcionamento geral da instituição e começamos a perceber seu caráter autoritário. Ao perguntar sobre o trabalho, recebíamos poucas informações e éramos tratados como certa rispidez. Em nenhum momento foi abordado como seriam as atividades pedagógicas ou se debateu a necessidade das mesmas. A ênfase das instruções era em torno do processo de internação, ou seja, os procedimentos, as etapas e os tipos de unidade. Nenhum sinal de mudança na instituição podia ser visualizado, a instituição continuava impermeável apesar das contratações.

Naquele período as rebeliões estavam sendo noticiadas com muita frequência e o interesse dos novatos em relação ao clima de violência nas unidades era muito grande. Contudo, nada era revelado pelos representantes da instituição. Recordo-me de ouvir a

seguinte resposta, quando um dos novos funcionários questionou os critérios utilizados para a designação das unidades para as quais seríamos encaminhados: “Agora você é funcionário da FEBEM, ela manda você para onde ela achar melhor”.

Creio que seja oportuno levantar algumas questões nesse ponto. Uma delas diz respeito àquilo que Goffman (1974) denomina teste de obediência nas instituições totais. O autor se refere ao tratamento oferecido aos internados. Cabe perguntar se a recusa em oferecer informações sobre a situação da instituição e a postura autoritária não poderiam ser entendidas como a parte de um arsenal de estratégias destinadas a mortificar o *Eu* do internado e que convenientemente também pode ser aplicado aos monitores. O que dizer então dos novatos na equipe, aqueles que trazem a crença de que sua contratação de fato tem como finalidade a realização de atividades pedagógicas? A presença desses novos profissionais não seria uma ameaça à ordem estabelecida?

Penso que nesse caso seja interessante retomar o que senti, como uma amostra subjetiva, sem dúvida, mas inserida num conjunto de observações mais objetivas, que pode dar indícios dos efeitos dessas práticas institucionais sobre as pessoas. Revivi subitamente minha experiência no serviço militar. Situação na qual se tenta condicionar o sujeito a obedecer em qualquer caso, sem julgar e cumprir seu dever. Nitidamente, não era o momento de repensar a instituição e seus problemas.

Foucault (2006a) nos alerta que toda essa organização engrenada e sincronizada exige eficácia de comando. Assim, as ordens devem ser claras, mas não precisam ser explicadas nem formuladas, precisam apenas gerar o comportamento desejado. Nesse jogo de dominação, todos os funcionários também são peças dessa máquina multissegmentar, contudo é nítida sua posição intermediária, pois estão entre os internos e os dirigentes da instituição. Não estão totalmente isolados do mundo externo, mas são submetidos a esquemas disciplinares muito rígidos.

Durante o treinamento, fiz contato com outros funcionários recém contratados que davam seus depoimentos sobre o trabalho. Eram relatos sobre rebeliões e a tensão no trabalho, que descreviam alguma situação de violência e como ela fora superada. Dessa forma, eram transmitidos macetes do ofício como, por exemplo, exigir que os internados se mantivessem sempre a uma boa distância e manter o crachá de identificação voltado para o próprio corpo para que não tivessem acesso ao seu nome completo. Talvez uma forma de evitar o perigo de uma relação mais humanizada, sugerida como um recurso para a própria proteção (GOFFMAN, 1974). Sem dúvida, a idéia de que os adolescentes privados de liberdade possuem uma natureza delinqüente estava consolidada no pensamento dessas pessoas. Iniciava-se a preparação para um grande distanciamento entre a equipe e os internados, fundamento das Instituições Totais (GOFFMAN, 1974).

Também ouvi veteranos na atividade relatarem: “no começo é difícil depois a gente vicia e não quer mais sair da FEBEM”.

Obviamente é muito precipitada qualquer interpretação dessa afirmação. Podemos apenas propor algumas hipóteses sem solução, mas que podem servir para indicar a complexidade desses contextos institucionais. Numa perspectiva psicológica, poderíamos afirmar que essa afinidade com a instituição ou “vício” pela mesma resulta de características pessoais. Também é possível uma advertência a respeito do nosso desconhecimento da instituição como um todo e, conseqüentemente, de seus aspectos positivos, motivadores da permanência. Por outro lado, podemos retomar as idéias de Goffman (1974) sobre o sentimento cada vez mais intenso a respeito da impossibilidade de readaptação no mundo exterior que ocorre entre os internados e transportá-las para os funcionários.

3.3 - Primeiras impressões e instruções

O espaço do futuro Complexo de Franco da Rocha era cercado por um grande muro e o único meio de entrar era passando por um portão guardado por um vigilante de uma empresa de segurança terceirizada.

Não havíamos sido informados sobre as condições ou sobre a aparência da unidade, por isso, ao adentrar percebi que nenhuma das imagens mentais que construí sobre o lugar condizia com a realidade. A unidade era composta por duas edificações idênticas e próximo a elas havia uma oficina ainda não concluída. Todo esse espaço era cercado por um alambrado com arame farpado em suas extremidades. A unidade já podia funcionar, pois tinha o essencial para uma Instituição Total: isolamento dos internados do mundo social, funcionários treinados para submetê-los de forma humilhante e obrigá-los a realizar todas as suas atividades no mesmo local, com as mesmas pessoas, sempre da mesma forma e sem privacidade; os recursos para todo o processo de degradação de sua organização pessoal (GOFFMAN, 1974).

A edificação que abrigava os jovens apresentava uma entrada com uma pequena varanda coberta, onde os internos se aglomeravam para fumar ou para jogar.

Logo na entrada, um amplo refeitório com duas mesas para refeições coletivas. Lateralmente ao refeitório, havia uma cozinha que era utilizada para acomodar as refeições que eram trazidas por uma empresa terceirizada. Os banheiros eram de dois tipos, de uso individual para os funcionários e de uso coletivo para os adolescentes. Havia duas salas para o uso do diretor e funcionários e uma terceira com armários de metal, onde eram guardados os pertences dos internados, aos quais eles não tinham acesso. Ao fundo encontravam-se as celas com grades nas janelas e portas de aço trancadas com cadeado e ferrolho.

Com as novas orientações recebidas nos primeiros instantes na unidade, pude perceber a amplitude de minha desinformação. Novamente o comando foi rápido e sem precisar ser

entendido. Ficou evidente o grande desnível hierárquico entre os novos Agentes e Monitores e o Diretor

A primeira providência tomada pelo Diretor da unidade foi me alertar sobre a realidade do trabalho que seria realizado. Esse consistia em acompanhar os adolescentes em todas as suas atividades diárias, como escovar os dentes, ir ao banheiro, almoçar e passar o tempo. Nesse momento soube que todos eram reincidentes graves, haviam cometido atos infracionais como estupro, assalto à mão armada, latrocínio e homicídio. Segundo ele, os meninos eram muito *xucros* e deveriam ser tratados com firmeza.

Na ocasião tentei obter detalhes sobre as atividades a serem realizadas pelo Agente de Educação e a resposta obtida foi que essa distinção em relação ao cargo de monitor ainda não estava formalizada e que no momento era importante que todos os meninos fossem acompanhados. Todos éramos monitores e nosso trabalho era vigiar.

A definição da essência delinqüente dos internados foi o ponto inicial para o acionamento de mecanismos para uma vigilância constante, associada a todo um conjunto de medidas coercitivas, que variam desde a perda de privilégios até a violência contra o corpo. Em níveis diferentes, o funcionário e o delinqüente são objeto e instrumento de um processo de *fabricação* de sujeitos (FOUCAULT, 2006a).

3.4 - Os internados

Com muito receio em relação aos jovens presos que iria encontrar, concentrei minha atenção em um grupo que estava na entrada de um dos prédios. O marcante nesse primeiro contato foi a homogeneidade entre os jovens: todos eram pardos e de camadas populares, resultado esperado para instituições desse tipo, não só pelo típico esforço para degradar as singularidades, mas, também, como menciona Foucault (2006b), porque a prisão visa associar

a criminalidade à pobreza e produz a delinquência como um recurso disciplinar que diferencia o internado dos demais pobres, gerando um efeito moralizador a partir da marcação do desvio e, ao mesmo tempo, justifica o controle policial.

Todos os internados estavam com a cabeça raspada e ostentavam cicatrizes pelo corpo. Segundo o relato dos mesmos, eram os resultados da vida na FEBEM e do contato com a polícia. Esses relatos confirmavam as incansáveis denúncias de tortura e maus tratos contra a instituição e seus monitores. Como no conto de Kafka (1996), o aparato disciplinar não se contenta com a transformação moral dos internados, essa transformação precisa se inscrever profundamente na alma e no corpo. Não basta incorporar a condição delinquente, ela precisa de alguma forma estar marcada no corpo.

3.5 - Controle dos internados

Após receber orientações, fui supervisionar e controlar uma das atividades de higiene pessoal dos internos que ocorria depois da primeira refeição do dia, que consistia em um pão francês com manteiga e um copo de leite achocolatado, eles foram conduzidos aos sanitários para escovar os dentes. Todos em fila esperavam sua vez, em pequenos grupos escovavam os dentes. E, ao receberem o creme dental sobre a escova solicitavam que fosse colocado em grande quantidade. Nessas condições, o mais banal hábito de higiene é de grande utilidade para marcar a dissimetria entre os internados e a instituição e fortalecer todo o sistema de privilégios.

Os internos mantinham uma postura que era imposta pelos monitores desde a UAP (Unidade de Atendimento Provisório), mantinham-se de cabeça baixa e com as mãos para traz. Essa exigência é uma prática comum e visa enfatizar a condição de submissão total do interno.

No meu primeiro dia na unidade, havia apenas quarenta internados, distribuídos igualmente nos dois prédios. Os ocupantes de cada bloco se comunicavam através de códigos gestuais à distância. Minhas atividades nesse dia consistiram em acompanhar esses jovens em sua tediosa rotina diária: fumar, jogar damas ou dominó, realizar as refeições previstas e, ao final do dia, retornar à cela. A ordem nas Instituições Totais é torturar o tempo e gerar uma grande sensação de tempo perdido; trata-se de mais um recurso de mortificação do *Eu* (GOFFMAN, 1974). Ao invés de prepará-los para o trabalho e para a vida em sociedade, seu objetivo declarado, as prisões buscam intensificar a condição de delinqüente; seu objetivo é produzir a delinqüência (FOUCAULT, 2006a). Dessa forma não devemos nos espantar com a falta de atividades escolares ou profissionalizantes nas unidades da FEBEM.

O contato com os internados, conversando, jogando e ao mesmo tempo vigiando, fez com que eu percebesse que os novos funcionários também causavam curiosidade. Todos me faziam muitas perguntas a respeito da minha família, de onde eu vinha e sobre meu trabalho. Eu já havia sido alertado pelos funcionários para não revelar dados pessoais, pois isso poderia ser arriscado. No entanto não segui o conselho e revelei meu nome e de onde eu vinha. Para minha surpresa, apenas um deles sabia a localização da cidade onde eu morava, os demais imaginavam que se tratava de mais um município da grande São Paulo. Na verdade, pouco eles sabiam sobre a localização da própria unidade, isto é, o conhecimento geográfico desses jovens me pareceu restrito à região onde habitavam. Outro aspecto que gerava curiosidade e desconfiança era a presença dos Agentes de Educação, que, recém chegados, declaravam sua disposição para atividades educativas. Rapidamente percebi que minha insistência para conhecer melhor os internos foi precipitada. Ao conduzir a conversa para aspectos mais pessoais, vício da formação do psicólogo, muitos se retiravam, outros olhavam com estranheza e alguns declaravam diretamente sua desconfiança. Para esses, éramos monitores como todos os outros, autoritários, desrespeitosos e violentos.

Ao saberem que eu era psicólogo, muitos tentaram me convencer de que já haviam aprendido a lição e pediam que eu intercedesse junto ao juiz para abreviar sua permanência na instituição. Quando declarava que, em função do cargo, não poderia realizar nenhum tipo de avaliação, esses internos rapidamente se retiravam. Essa reação pode ser um indício de que a percepção desses jovens em relação à atuação do psicólogo na FEBEM seja a de uma atividade resumida a avaliações com finalidade jurídica. Os internados tinham alguma idéia da sustentação oferecida pela Psicologia na marcação do desvio, da personalidade desviante. Como afirma Foucault (2006a), o delinquente é submetido a toda uma tecnologia penal para marcar seu desvio, buscar a sua degeneração e diferenciá-los dos outros pobres.

A desconfiança era tanta, que alguns afirmavam, de forma agressiva, que todos éramos monitores e que só sabíamos bater. Outros indagavam sobre nossa função e ficavam perplexos com nossas tentativas definir o papel do Agente de Educação.

De fato, apesar da inserção do Agente de Educação, nenhuma atividade educativa era desenvolvida ou prevista. A pedagogia aplicada era a da privação, talvez como uma forma de valorizar (capitalizar) pequenos privilégios (atividades criativas e recreativas). Contudo, deve ser observado que a reforma, proposta pelo governo de estado, era muito recente e enfrentava resistência da própria instituição. Nesse contexto muitas questões eram levantadas pelos próprios agentes de educação como: Quem era o superior direto? Quais eram as atividades que deveriam ser realizadas?

A similaridade entre as prisões do mundo todo, certamente, resultam da aplicação da mesma lógica e estratégias para garantir a dominação, que englobam a produção da delinquência e das prisões.

Nessa unidade da FEBEM, muitos contavam com orgulho seus crimes e aqueles que ouviam demonstravam respeito, quanto maior era a gravidade maior era o respeito. Por isso, também contavam bravatas sobre feitos fantásticos como tiroteios com a polícia e fugas em

velozes carros importados ou, até mesmo, uma infinidade de homicídios. É possível que as bravatas sejam uma estratégia para amedrontar os monitores, como faziam os forçados descritos por Dostoiévski (1988) em *Recordações da Casa dos Mortos*, mas podemos também pensar que seja indicativo da incorporação de um papel socialmente construído. Essa postura e os outros comportamentos, típicos da cultura prisional, também são descritos por Varella (2000) ao relatar sua experiência na Casa de Detenção.

A internação era vista como uma consequência natural de uma respeitada atuação criminosa. Eles se referiam às medidas sócio-educativas como “tempo de cadeia”, utilizavam a expressão “puxar cadeia”. Muitas vezes se referiam a conhecidos que cumpriam pena no sistema penal com pesar, mas com grande deferência. Alguns códigos de honra eram inspirados nos códigos dos detentos como, por exemplo, o respeito absoluto às visitas e à sagrada figura materna, ou seja, qualquer ofensa à mãe justificaria o homicídio. A privacidade dentro da cela também era estabelecida como nos presídios, pendurando-se as toalhas que serviam como cortinas nos beliches. Os estupradores também poderiam ser executados, mesmo sendo essa uma prática comum entre eles.

Estar na FEBEM era quase como estar preso da mesma forma que criminosos adultos. A similaridade da detenção com a medida sócio-educativa é visível em muitos aspectos, no entanto, minha breve experiência me fez cogitar a possibilidade de que exista também um desejo, por parte dos adolescentes, de que essas semelhanças se estendam para além da privação de liberdade e do tratamento semelhante oferecido por monitores veteranos do sistema prisional. Em outras palavras, talvez o tratamento seja o mesmo em muitos aspectos, devido a sua tradição e história alinhadas à filosofia penal, mas o mais significativo disso é que esses jovens parecem estar identificados de forma positiva aos criminosos detidos nas prisões. A eles também cabe o devido reconhecimento pelos seus atos de bravura e rebeldia. Esses aspectos dão indícios de que está se sedimentando a identidade delinqüente.

3.6 - Meus Pares

No meu contato com os funcionários mais antigos ou, pelo menos, mais experientes ouvi colocações a respeito do trabalho e dos jovens que pouco a pouco faziam transparecer a cultura do lugar. Durante o almoço, que ocorria fora da unidade, um dos monitores, veterano do sistema penal, comentou que os internados eram muito piores do que a população carcerária, pois com os presos era fácil trabalhar e o clima era muito mais tranquilo, mas os adolescentes eram o lixo da sociedade, a escória. Nos monitores se percebia que

O efeito mais importante talvez do sistema carcerário e de sua extensão bem além da prisão legal é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixar pelo menos o limite de tolerância à penalidade (FOUCAULT, 2006a, p. 249).

Recebi também lições de como dominá-los com a esperteza, ou seja, fui apresentado ao sistema de privilégios. Pouco a pouco o internado se dá conta das instruções formais e informais que o constituem. Esse sistema acaba se tornando um recurso para a reorganização pessoal. Os privilégios são concedidos mediante extrema obediência, eles consistem em pequenos benefícios, e em caso de desobediência são aplicados castigos (GOFFMAN, 1974). Isso pode explicar o fato de que alguns internados relataram estar de acordo com as punições físicas em alguns casos e, nesse sentido, é possível que tenha ocorrido uma reorganização pessoal.

Um dos antigos monitores me convidou para tomar café e ao entrarmos ele trouxe um dos jovens que estava se ocupando da faxina. Era um dos internados mais velhos e aparentemente muito respeitado pelos mais jovens. Ele tomou café com grande satisfação, deixando claro que aquilo era um grande privilégio, e ouviu as recomendações do monitor que dizia que aquele era o esquema, se cumprisse as regras ele teria privilégios.

3.7 - O segundo dia (a rebelião)

No primeiro dia trabalho, ficou a sensação de que, apesar de toda a tensão, o trabalho era possível e que essa primeira experiência poderia estar contaminada pela fantasia e preconceito que são diariamente alimentados pelas notícias nos telejornais. Assim, após trinta e seis horas de descanso, retornei para a unidade para cumprir meu turno de doze horas.

3.7.1 - O início

Ao chegar na unidade, havia uma grande movimentação dos colegas porque um dos internos recusava-se a sair da cela e ao fazê-lo precisou ser contido, pois atacou um dos Agentes de Educação, que revidou com a mesma violência. No mesmo instante, percebi que os companheiros de cela também haviam saído e tentavam protegê-lo ao mesmo tempo em que tentavam abrir outras celas para libertar os demais internados. Foi um momento de grande tensão e gritaria. Todo o esforço dos funcionários foi para conter os adolescentes e evitar a abertura das outras celas. Enfim, todos foram trancados novamente, com exceção do primeiro. Fui informado que esse rapaz havia brigado durante a noite e estava com medo de ser punido fisicamente pelos monitores.

Supostamente contornada a situação, começamos a rotina da instituição e conduzimos todos os adolescentes para escovar os dentes e em seguida tomar café da manhã. Foi nesse momento que recebi a informação de que na noite anterior chegaram mais quarenta adolescentes e que esses jovens haviam realizado rebeliões em outras unidades.

3.7.2 - A Rebelião em Curso

De volta aos jogos para torturar o tempo, comecei a perceber muita ironia nos internados. Alguns vieram me dizer que iriam embora naquele dia. Outros, que foram extremamente amistosos no dia anterior, já não aceitavam qualquer aproximação.

A tensão começou a aumentar quando um grupo de internos abriu um buraco no muro utilizando pedras. Logo foram contidos. Depois, fui informado de que mais um grupo havia tentado fugir escalando o muro, mas a polícia militar havia impedido lançando pedras. Um helicóptero sobrevoou a unidade e, na hora do almoço, um senhor de terno e gravata, talvez um representante da própria FEBEM, tentou estabelecer um diálogo com os adolescentes que se recusavam a comer. Nesse momento já era visível que a unidade não estava funcionando normalmente e no entanto, ao tentar me informar sobre o que de fato ocorria não, consegui obter informações esclarecedoras.

Cerca de uma hora depois, fui almoçar com dois monitores e comecei a obter informações mais precisas. Um deles, que estava dobrando o turno (dentro da unidade, essa possibilidade era reconhecida como um privilégio para poucos, pois representava um ganho extra vantajoso), revelou que durante a noite os adolescentes de uma das celas quebraram a lâmpada e utilizaram o filamento para ascender cigarros e, por isso, foram punidos fisicamente. Ele havia se ocupado dessa tarefa pessoalmente e descreveu a intensidade dos golpes que proferiu contra um dos internados que foi lançado ao chão. Enquanto relatava, perguntou-me se eu era um “daqueles frescos” que não agüentam presenciar situações como essa. Não esperou minha resposta e discursou sobre o desprezo que sentia pelos internados e que eles deveriam ser punidos com mais frequência. Em seguida mencionou que a rebelião ocorreria na troca de turno, que nesse momento os internos dominariam a unidade e fariam reféns e, finalmente, que já era sabido que esse grupo se rebelaria. Ficou clara razão do

tumulto ocorrido pela manhã: o adolescente que agrediu o agente de educação temia a continuidade das punições que ocorreram durante a noite.

Ao retornar à unidade, percebi que a tensão aumentara, os meninos já não usavam uniformes, que pouco depois seriam rasgados. O mais surpreendente é que em nenhum momento foi comunicado aos novos funcionários a gravidade da situação e também não recebemos nenhuma orientação de como proceder. Retornei aos jogos e me mantive atento às conversas. Os adolescentes agiam com muita ironia e tranquilidade e diziam que a situação não tinha mais volta, “já era”.

Logo depois começaram as brigas e os linchamentos. Grupos de adolescentes se confrontavam entre si ou se reuniam para espancar alguém que havia descumprido algum código de honra. Esse parece ser um ritual típico em presídios, como ocorreu nas diversas rebeliões comandadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) e no trágico massacre do Carandirú (VARELLA, 2000; CAROS AMIGOS, 2006). Ao mesmo tempo e como consequência natural da violência que se propagava, começaram as tentativas de fuga. Alguns tentaram pular o muro e a polícia, que já estava no local, os conteve arremecendo pedras que caíram dentro da unidade e foram utilizadas como armas pelos jovens reclusos. Outros pularam o alambrado, que era apenas uma primeira barreira, ou seja, ainda estavam dentro dos muros, mas foram recebidos por agentes de educação que estavam do outro lado. Esses adolescentes já portavam pedaços de ferro, resíduos de material de construção da unidade, utilizados como armas, mas não ofereceram resistência, ao contrário, pediram ajuda. Em menos de meia hora, a quantidade de meninos nessa situação saltou de dois para nove e só dois agentes os custodiavam. As brigas continuaram e alguns agentes tentaram contê-los. Devido à impossibilidade de controlar a situação, o diretor da unidade designou um dos agentes de educação para guardar as chaves da unidade do lado de fora do alambrado. Nesse

momento já havia meninos no telhado e o diretor solicitou a todos os funcionários que começassem a remover mesas e cadeiras para que elas não fossem utilizadas como armas.

Durante esse processo informei ao vigia sobre o que estava acontecendo e pedi que ele abrisse o portão caso precisássemos abandonar a unidade, mas o vigia respondeu, prontamente, dizendo que tinha ordens da direção para não abrir o portão em hipótese alguma. Nesse momento decidi não retornar à unidade e fui severamente advertido por um antigo funcionário que disse que eu seria sumariamente demitido. Respondi que jamais retornaria para aquele trabalho e ele, com desprezo, disse: “essa é sua cara”. Algo que me fez sentir um traidor covarde, que abandona seus colegas.

No caminho de volta encontrei com agentes recém contratados que haviam sido chamados, mas não sabiam que estavam indo auxiliar na contenção de uma rebelião. Percebi, então, que a rebelião já estava em curso desde a manhã e todos sabiam disso, menos os novatos que ainda não conheciam a cultura da instituição.

3.8 - Considerações

3.8.1 - Sobre a rebelião

Nesse caso, todo o ocorrido parecia estar dentro da rotina da FEBEM, pois, com exceção dos novatos, todos reconheciam o desenrolar de uma rebelião e seu desfecho, inclusive os internados. Essa rebelião não resultou de atos impensados e imprevisíveis; não é como uma rachadura em uma represa que se rompe subitamente, parece mais algo do cotidiano da instituição, talvez um desfecho natural e cíclico, uma exacerbação da violência diária. De certa forma, talvez seja algo previsto e acordado por todos, ao invés de romper a represa, as comportas se abrem. Trata-se de um mecanismo que evita a ruptura e, ao mesmo tempo, reafirma a necessidade e a importância da instituição.

Essa exacerbação da violência, que ocorre com a inversão dos papéis de dominante e dominado, é muito intensa, mas se esgota com muita rapidez. Após horas de tortura, justifica-se a intervenção policial, que aplica ao máximo as técnicas de humilhação e submissão. Durante a rebelião, reafirma-se a essência delinquente dos rebelados e a necessidade da violência para contê-los. A contenção é acompanhada do reposicionamento original dos papéis. É público o espacamento dos internados após as rebeliões. As entidades de defesa dos direitos humanos e o Ministério Público denunciam esse tipo de violação dos direitos humanos, como apresenta o filme documentário² *Tranca e Couro: o Brasil que tortura*. Podemos pensar que as rebeliões consistem em mais uma etapa natural de um ciclo que não se esgota, mas se renova. Dessa forma, seus efeitos não forçam a mudança, apenas propiciam uma troca provisória nas posições ocupadas por sujeitos institucionalizados. A ineficácia das rebeliões para evitar o descumprimento do ECA, ou mesmo para uma substituição do modelo representado pela FEBEM, é evidente quando observamos as dezenas de rebeliões que acontecem anualmente, juntamente com a manutenção do modelo correcional e o aquecimento do debate em torno da redução da maioria penal e o aumento do período de internação.

3.8.2 - Sobre os monitores e adolescentes

O tratamento concedido ao adolescente em conflito com a lei contribui para a consolidação de uma identidade delinquente e se encaixa dentro de um conjunto de estratégias que distancia, cada vez mais, o jovem das possibilidades de ser incluído socialmente. Ou, de forma perversa, o inclui através da delinquência, este seria um recurso último para sair da invisibilidade a qual os grupos sociais mais frágeis (idosos, crianças, adolescentes, portadores

² Filme dirigido por Eduardo Ramos e produzido no ano de 2001 pela TV PUC e o CRP-SP.

de deficiência) estão sujeitos por não serem produtivos economicamente e por demandarem gastos públicos com cuidados especiais. Durante a internação, o jovem é distanciado de seus recursos pessoais e sociais para se adaptar à sua realidade afastando-se, progressivamente, da escola e da possibilidade de trabalhar. Além da difícil tarefa de superar o estigma de ex-interno da FEBEM, ele precisará de condições favoráveis que permitam uma nova reorganização do *Eu*, algo que parece muito improvável, pois a internação não é um evento isolado na produção da delinquência, ela se insere num conjunto de estratégias de dominação que visam garantir a imobilização das posições nas relações de poder.

É importante considerarmos a condição dos funcionários que lidam diretamente com os adolescentes privados de liberdade. Primeiramente, retomar a hipótese de que esses também são submetidos a um processo de institucionalização e mortificação. Apesar do contato com o mundo externo, as condições de trabalho obrigam ajustes muito intensos à organização pessoal como, por exemplo, banalizar a violência e conviver num estado de constante tensão e submeter-se a situações de risco e tortura. Além disso, é preciso ressaltar o empobrecimento das relações em espaços institucionais como o descrito. Como alerta o documentário *Tranca e Couro*, são conhecidas as dificuldades dos funcionários para se ajustarem socialmente. Para completar o quadro, de acordo com relatos de monitores que conheci, muitos trabalham no Sistema Prisional nos períodos de descanso ou tentam dobrar os turnos em busca de complemento salarial.

Os monitores também cumprem o papel de anteparo entre a direção da instituição e os internados e entre a sociedade e a instituição. As contratações emergenciais de pessoal, supostamente qualificado, orientam nosso olhar para a desqualificação dos monitores e sua responsabilidade pelos problemas da instituição, indicando uma rápida e simples solução para o problema. No entanto, não ocorreram transformações significativas na instituição e na

forma de lidar com o adolescente em conflito com a lei, algo mais amplo que a própria FEBEM.

Esses trabalhadores também são alvo freqüente da imprensa, que denuncia a participação dos mesmos em rebeliões. Um exemplo disso é uma das matérias publicadas na mesma época da experiência relatada. A reportagem de Penteado (2000), publicada no jornal Folha de São Paulo, denuncia que o espancamento e a tortura de menores transferidos da Unidade do Tatuapé para Franco da Rocha, além das pauladas, eles foram recebidos por um “corredor polonês”. O mesmo jornal também publica a reportagem de Viveiros (2000) que apresenta informações que sugerem a participação de funcionários em rebeliões e fugas. Ao que parece, esses episódios também podem servir aos interesses dos monitores em momentos de conflito com a instituição, ligados a questões de segurança, salário e demissões.

Os monitores vivem a FEBEM cotidianamente e estão imersos em uma rotina de violência e sofrimento que não pode ser desconsiderada. Para que a instituição atinja seus verdadeiros objetivos, é necessário que todos tenham suas almas moldadas e controladas, pois a subjetividade, a espontaneidade, a crítica e a reflexão são ameaças perigosas à ordem institucional estabelecida.

Para finalizar essa etapa de nossa reflexão é imprescindível que nossa análise supere os muros das unidades da FEBEM englobe a complexidade do fenômeno. Se pensarmos como Foucault (2006), a FEBEM e todos que dela participam, dominantes e dominados, devem ser entendidos como uma máquina multissegmentar; para seu funcionamento todas as engrenagens devem estar justapostas e sincronizadas. Porém, tal complexidade não pode ser entendida apenas em seus aspectos objetivos, isto é, históricos e políticos, é importante buscarmos um entendimento da interseção entre o singular e o coletivo. Os aspectos psicológicos da vida nas instituições não podem ser desconsiderados, ao passo que suas condições objetivas devem ser

compreendidas como substrato que favorece a formação e a manutenção de tipos específicos de processos psíquicos. Esse será o eixo da nossa reflexão nesse trabalho.

4 - EXPLORANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A FEBEM

Com o intuito de nos aprofundarmos no debate sobre a FEBEM, realizou-se um levantamento das teses produzidas na Universidade de São Paulo a respeito da instituição. Nossa busca foi realizada através do banco de dados Dedalus, para tanto utilizamos a palavra chave FEBEM englobando todas as produções no período de 1979 até o dia 5 de setembro de 2006. Uma única palavra-chave pode, sem dúvida, limitar o acesso a trabalhos que tratem de temas relacionados à FEBEM, contudo, nosso intuito era localizar aquelas pesquisas resultantes de um interesse investigativo que busca essa Instituição, seus efeitos e seu contexto, como foco principal e não circunstancial. Dessa forma, entendemos que aqueles que não procuram dar visibilidade ao seu trabalho através da palavra chave FEBEM, privilegiando outros descritores, não a tem como interesse principal. Nesse levantamento, nosso objetivo consistiu em localizar as produções focadas prioritariamente para essa instituição e, assim, refletirmos como parte da comunidade científica vem se posicionando frente a essa questão. A escolha dessa amostra deve-se ao grande reconhecimento da Universidade de São Paulo, o conhecimento nela produzido é referência para outras pesquisas e para práticas profissionais em diversas áreas.

Foram localizadas 36 pesquisas em diversas áreas do conhecimento e se constatou que a produção científica sobre o tema aumentou muito a partir dos anos 90. A maior parte das teses e dissertações localizadas foi desenvolvida no campo da Psicologia a partir de ponto de vista clínico e psicanalítico. Também foram realizadas pesquisas nas áreas: Arquitetura, Ciências Biomédicas e Ciências Sociais. De modo geral, o foco investigativo foi o adolescente em conflito com a lei. Os trabalhos mais críticos em relação à instituição e seu papel na sociedade foram aqueles desenvolvidos no âmbito da Sociologia e Antropologia.

Após uma primeira classificação temática dos trabalhos de pesquisa definimos nove temas: políticas públicas, delinquência, educação e cultura, inclusão social, saúde, agressividade, atendimento psicológico, institucionalização e trabalhadores. Ressalta-se que essa classificação, como todas as formas de classificação, consistiu em um processo arbitrário que teve como finalidade organizar nossa descrição do conteúdo do material explorado.

A seguir apresentaremos uma descrição de teses de doutorado e livre docência e dissertações desenvolvidas da Universidade de São Paulo a respeito da FEBEM.

4.1 - Institucionalização

O processo de institucionalização e suas consequências foi o tema mais pesquisado por doutorandos e mestrandos da Universidade de São Paulo.

Creemos que seja justo iniciarmos nossa descrição com os trabalhos de Marlene Guirado, uma das pioneiras no estudo da FEBEM no Brasil. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 1979, a pesquisadora investigou as consequências da separação materna, historicamente reconhecida por muitas vertentes como um prejuízo para o desenvolvimento da criança, em quatro casos de crianças internadas. Essa pesquisa questiona as formulações teóricas sobre a privação materna ressaltando a importância de repensarmos esses modelos a partir da realidade brasileira. Além de tentar superar uma visão que isola a relação mãe-filho de sua dimensão social, denuncia as características marginalizantes e geradoras de delinquência da institucionalização dessas crianças.

Na ocasião do estudo, constatou-se que o processo de institucionalização se inicia a partir de uma relação de dominação, baseada na violência verbal e simbólica, entre as mães e as assistentes sociais. As mães são caracterizadas como as únicas responsáveis pelas dificuldades e a elas cabe a solução, a história particular de cada caso é desconsiderada.

Uma vez internada, resta à criança relações afetivas marcadas pela impessoalidade, insensibilidade e violência. A Instituição, engrenagem bem encaixada na realidade brasileira, dá curso a um processo de normatização da clientela através de ferramentas jurídicas e institucionais que têm por objetivo evitar que a criança se torne um incômodo, visando transformá-la. Nos termos da autora, esse é o início da carreira moral do menor (GUIRADO, 1979).

Esse primeiro trabalho de pesquisa sobre a FEBEM, realizado por Marlene Guirado, se desdobra em um segundo, sua tese de doutorado defendida em 1985 e publicada como livro em 2004. Partindo da análise do discurso de internados e agentes institucionais, investigou a representação dos vínculos afetivos que se constroem dentro do viver e do fazer institucional.

Nesse caso, a tese defendida é a de que os vínculos afetivos se constituem dentro dos limites de uma intersubjetividade estabelecida num contexto de relações sociais que tem por objetivo a conservação da criança em abandono e infração (GUIRADO, 2004). Sem perder de vista a diversidade das unidades da FEBEM, tanto no que diz respeito aos serviços oferecidos e às pessoas que os executam, ressalta-se o fato de que todas fazem parte de uma mesma estratégia de promoção social e, portanto, possuem um substrato comum que tende a reproduzir os mesmos padrões intersubjetivos.

Por um lado, a condição de abandonado precisa ser registrada na identidade da criança como algo inerente à sua própria condição de classe, o que é constantemente produzido e reproduzido nas relações instituídas. Trata-se de um papel atribuído, mas que não pode ser superado ou questionado. Por outro lado, a única forma de tentar romper com esse processo, no qual os ideais da instituição se colocam no lugar do projeto de vida do interno, é justamente a tentativa de ruptura dessa ordem, é o discurso da infração (GUIRADO, 2004).

À medida que acompanhamos Guirado (2004) em sua incursão pelas relações afetivas dentro da FEBEM, fica clara a existência de um sentimento, entre os profissionais que lá

trabalham, de que o problema da instituição é a sua clientela que não se adapta. Parece haver uma inversão de papéis: não é a instituição que deve atender às necessidades da criança, mas é ela que deve permitir o bom funcionamento da instituição.

Para as atendedoras, a criança surge como *objeto da higiene* (e de controle de movimentos); para a professora, como *objeto da pedagogia* (e de controle das manifestações afetivas); e, para o inspetor, como *objeto da disciplina* (e do controle da infração) (GUIRADO, 2004, p. 97).

Isso se faz visível na fala de professoras que afirmam que o trabalho não pode ser executado completamente em função de uma resistência “surda e intransigente da clientela” (GUIRADO, 2004, p. 97). Um dos exemplos dessa resistência diz respeito à disciplina corporal da instituição. Segundo os entrevistados um dos piores momentos do trabalho é aquele que ocorre após o almoço, pois as crianças ficam com muito sono e dificultam o bom andamento das atividades. Essa necessidade é entendida como normal pela professoras, mas deve dar lugar às normas disciplinares da instituição que acabam permeando as relações afetivas com as crianças.

Assim, as crianças com suas necessidades afetivas são percebidas como essencialmente carentes e, num cotidiano disciplinar institucionalizante, vão perdendo sua individualidade, passam a ser “amontoado indiferenciado que se leva e traz, lava, limpa e alimenta” (GUIRADO, 2004, p. 101).

Na perspectiva dos inspetores, o menor é a personificação da infração, o ideal de bandido que tem ser contido através da violência física que é a medida equivalente à indisciplina da criança. E, nas relações de poder dentro da instituição, a sobrevivência da pessoa ou do grupo se estabelece através da luta pelo espaço na instituição (GUIRADO, 2004). Dominar o território para sobreviver significa sinalizar que é mais forte e confirmar a periculosidade incontrolável do menor.

A fala das crianças permite visualizar um processo contínuo de abandono que se inicia na família e é perpetuado pela FEBEM, que oferece o descaminho. Essa “instituição e suas normas colocam-se apenas como mais uma ocasião para a transgressão e, portanto, como um alimento à dissociação entre o discurso para gente decente e o discurso da malandragem” (GUIRADO, 2004, p. 238).

Ainda dentro do interesse pelos efeitos da instituição, porém de forma pouco crítica em relação à instituição e seu papel na sociedade, localizamos dois estudos que compõe a trajetória acadêmica de Alysson Massote de Carvalho. Tanto em sua dissertação de mestrado, defendida em 1991, como em sua tese de doutorado, defendida em 1996, seu foco investigativo foi o comportamento de cuidado entre crianças institucionalizadas. Nessas pesquisas procurou-se verificar os efeitos da variável instituição sobre o comportamento de cuidado de crianças entre dois anos e seis meses e quatro anos e seis meses de idade. Sua primeira incursão, descrita em 1991, ofereceu dados que não confirmam a hipótese de que o comportamento de cuidado seria mais presente em crianças institucionalizadas em função das necessidades impostas pelas condições ambientais típicas de uma instituição como a FEBEM. Frente a esses resultados, Carvalho (1991) levanta a hipótese de que esse comportamento deriva de uma característica motivacional típica de espécie. A influência da variável sexo também foi avaliada nesse estudo e, nesse caso, as diferenças se apresentaram de forma mais relevante, sustentando a hipótese de que esse comportamento, em nossa espécie, é mais característico do sexo feminino, pois é reforçado pela cultura.

Ainda movida por essas inquietações científicas, Carvalho (1996) investiga novamente a influência das variáveis sexo e instituição no comportamento de cuidado de crianças entre dois e quatro anos, foram pesquisadas crianças da FEBEM e de outras duas instituições. Nesse caso, segundo Carvalho (1996), a observação das crianças confirmou a hipótese de que o sexo e as características ambientais influenciam o comportamento de cuidado. É relevante

apontar que os resultados dessa pesquisa indicam uma diminuição da afetuosidade nas crianças internadas na FEBEM.

Como já dissemos anteriormente, são predominantes os trabalhos científicos que buscam esclarecer os efeitos da institucionalização sobre as crianças e adolescentes internados na FEBEM. Alves (2001), em sua dissertação de mestrado, buscou identificar e descrever os efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional. A autora observou, por meio de um procedimento de diagnóstico compreensivo, apoiado no procedimento Desenhos-Estórias e Entrevista Psicodiagnóstica com adolescentes e pais, que o tempo de internação favoreceu o agravamento do estado emocional, o que se fez visível, na presença predominante de mecanismos de defesa regredidos, o predomínio da pulsão de morte, não favorecendo a ressignificação e a adaptação social.

Para Alves (2001), a reclusão é uma marca simbólica que pune o sujeito, mas não contribui para atenuar as causas do ato infracional. A internação na FEBEM não atende às necessidades do período da adolescência, que é “marcada pela fragilidade egóica, pela predominância de mecanismos primitivos, que diminuem as possibilidades do adolescente em postergar, substituir ou inibir a satisfação dos desejos” (ALVES, 2001, p. 199). Trata-se de um momento de construção da autonomia e assunção de papéis que consolidam sua integração à cultura e à comunidade. Esses sujeitos buscam o reconhecimento de sua alteridade por um outro. Contudo, essa medida sócio-educativa aponta para outra direção, a instituição, enquanto grupo, constitui-se como modelo de identificação que age de forma truculenta, reproduz a violência da sociedade mais ampla e torna-se símbolo da falta, “falta da inscrição simbólica que permita ao adolescente doar significados ao seu existir” (ALVES, 2001, p. 199). A vida na instituição inscreve o sujeito na cultura a partir do nome “ladrão”, ou seja, esse passa a se posicionar frente ao outro a partir dessa nomeação. A impossibilidade de expressão e criação dificulta a articulação entre o mundo interno e o mundo externo, e por

isso ocorre uma evolução das defesas primárias e o não desenvolvimento de uma relação simbólica que favoreça um novo posicionamento frente ao outro (ALVES, 2001).

Segundo Alves (2001), as internações na FEBEM servem para cristalizar defesas ligadas ao processo primário e consolidar a representação da instituição onde se depositam os detritos da cultura. Lá os adolescentes vivem a solidão e o esvaziamento sem a possibilidade integradora de sua inscrição na cultura, apontada pela autora como caminho para o desenvolvimento socialmente integrado desses adolescentes.

Os dados apresentados na dissertação de Roberto da Silva (1996), sustentam o fato de que a internação contribui para a constituição da identidade delinquente. Foi pesquisada a trajetória de institucionalização de uma geração de pessoas que foram institucionalizadas quando crianças porque eram órfãs ou estavam em situação de abandono. Dentre os 370 casos de internação, entre os anos de 1958 e 1964, 35,9% cometeram o primeiro delito até um período de 3 anos depois da primeira internação. Desses, 66% reincidiu num período médio de 1 ano. A partir da segunda internação o percentual de reincidência ou multireincidência aumentou para 76%. Silva (1996) afirma que as sucessivas internações são determinantes para a formação de uma identidade infratora que tende a metamorfosear-se, posteriormente, no sistema prisional, em uma identidade criminosa. Esse mesmo autor, dando continuidade as suas investigações, enfocou a eficácia das medidas de privação de liberdade, privilegiadas pela sociedade quando se trata de conter a criminalidade, e constatou que a população submetida à prisão se caracteriza pela extrema vulnerabilidade pessoal e social que se acentua durante o cumprimento das medidas (SILVA, 2001). Essas pessoas são distanciadas da possibilidade de exercerem a cidadania, além de serem submetidas a um processo que transforma em referência o viver a cultura da instituição. Para o autor, fica clara a ineficácia dessas medidas, mas cabe perguntarmos se o objetivo do aprisionamento não é outro, pois, historicamente, as instituições ocupadas de abrigar e proteger crianças vulneráveis têm

garantido que um grande percentual de seus atendidos assuma posições na sociedade que confirmem a necessidade de instituições cada vez mais severas e autoritárias.

A importância da possibilidade criativa e sua ligação com a inscrição do sujeito na cultura também está presente na dissertação de Vianna (2002). A autora nos apresenta um estudo sobre jovens privados de liberdade em São Paulo, na FEBEM, e em Medellín. Seu trabalho descreve como esses jovens, através do rap, break e do grafite, expressam seu mundo. Nessas manifestações estão presentes: os impasses da vida na periferia, a privação de liberdade e como a cultura institucional penetra em seus corpos, bem como seus sonhos e perspectivas futuras para a vida em liberdade. Buscam identificar-se com a cultura juvenil, meio criativo de elaborar a realidade e resistir à segregação.

Miraglia (2002) dissertou sobre como o processo de prisão, julgamento e internação de jovens é pautado por relações sociais específicas em momentos e locais distintos nos quais são construídas representações sociais a respeito desses jovens. Essas também são construídas fora dos muros da instituição, através do discurso da imprensa, sobre a violência das rebeliões e da cultura das Varas Especiais da Infância e da Juventude.

Ainda tratando da institucionalização, nos reportamos à dissertação de Noguchi (2006) que teve como objeto de estudo o discurso de internados a respeito do Seguro (local onde adolescentes são apartados, pois estão ameaçados e correm risco de vida por terem desrespeitado normas determinadas pelos próprios adolescentes). O universo moral dessa população se apóia em relações de poder hierárquicas autoritárias, que são legitimadas pela FEBEM através de seus procedimentos típicos de uma Instituição Total, nesse contexto as relações são cada vez mais pautadas pela violência.

Também dentro dessa temática, foi produzida uma dissertação de mestrado sobre as interações sociais entre crianças de quatro anos em dois tipos de instituição, uma escola maternal e uma creche da FEBEM. Camas (1993) faz ressalvas a respeito das causas dos tipos

de interação social encontradas nos dois grupos; além das instituições serem diferentes, é preciso considerar as diferenças na história familiar e das condições socioeconômicas. Seus achados indicam que as crianças da segunda instituição são menos ativas e se engajam menos em episódios de atividades solidárias ou sociais. Em relação à interação com adultos, a autora constata que, ao contrário da escola maternal, na FEBEM parece haver uma tendência de predomínio das relações nas quais o parceiro é ignorado. Nas interações entre coetâneos, as diferenças são mais marcantes. Na escola maternal há o predomínio das relações convergentes e na FEBEM os três tipos de interação (convergente, divergente, ignorado) têm a mesma probabilidade de ocorrer. Camas (1993) aponta para a importância dessas diferenças; à medida que esse tipo de interação representa metade das interações da criança, devemos pensar na possibilidade de que as interações na FEBEM possuem um caráter exploratório, por isso as crianças parecem optar por um contato mais cuidadoso.

Os dados dessa última pesquisa não nos permitem afirmar que as causas dessas modalidades de interação residem nas instituições. Contudo, cabe perguntar qual é a contribuição das mesmas para manutenção de formas específicas de interação.

A leitura desses trabalhos nos faz observar que a ênfase de suas conclusões reside nos prejuízos da internação devido à cultura e à dinâmica da instituição, que são pautadas na violência, na marginalização. Instituições como a FEBEM estão a muito atuando como agentes produtores da criminalidade e da violência, como já mencionado anteriormente, talvez seja esse seu papel na sociedade. Assim sendo, o estudo das políticas públicas pode revelar qual a posição do Estado frente ao problema e, conseqüentemente, quais são os objetivos e as concepções relacionadas aos seus investimentos. Nossa busca localizou diversos trabalhos com essa preocupação.

4.2 - Políticas Públicas e Inclusão Social

Um dos pontos centrais da discussão sobre as condições sociais dos jovens e suas relações com o envolvimento dessa população com a violência e a criminalidade diz respeito às possibilidades de acesso à cidadania conquistadas e asseguradas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Oliveira (2004) apresenta um estudo detalhado das políticas voltadas para a infância e a adolescência e desvela a irregularidade da situação brasileira. Para a autora, que investigou as políticas públicas no período de 1987-1992, focando a FEBEM e a experiência da Secretaria do Menor, houve, nesse intervalo uma suposta tentativa de rompimento com o modelo criado pelo regime militar, que não se viabilizou devido a uma grande rede de conflitos e disputas que envolve desde os próprios movimentos sociais, a instituição FEBEM, setores conservadores da sociedade, até partidos políticos na luta em defesa de interesses de grupos específicos. Ela destaca as contradições das medidas governamentais que, ao mesmo tempo, propunha a reformulação do modelo de atenção à criança e ao adolescente e permitia ações de outros setores públicos, como a Secretaria de Segurança Pública, na direção contrária. Esta última adotou uma política de segurança pública dissonante das expectativas de democratização daquele momento histórico, ou seja, estabeleceu uma conduta policial mais truculenta e sustentou que o aumento de mortes causadas pela ação policial era um resultado esperado e que indicava a eficiência na área de segurança pública (OLIVEIRA, 2004).

Por outro lado, buscava-se, através da Secretaria do Menor, transformar em pouco tempo aquilo que se constitui ao longo da história de nosso país. Parte da proposta consistia em privilegiar o atendimento de jovens em conflito com a lei em unidades pequenas e voltadas para atividades sócio-educativas, como prevê o ECA. No entanto essa mudança esbarrou na resistência dos funcionários que perceberam as mudanças como uma ameaça para seus postos de trabalho. É importante destacar que essa possibilidade de fato existia. Assim

estabeleceu-se uma queda de braço entre aqueles que defendiam a transformação da FEBEM, aos moldes do ECA, e aqueles que entediavam haver a necessidade das medidas disciplinares rígidas que garantissem a obediência e o controle dos menores dentro das unidades. Essa resistência também foi estabelecida pelo poder judiciário quando se tomou a iniciativa de rever as medidas de internação e solicitar a liberdade de jovens presos na FEBEM (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) nos mostra como essa contraposição às tentativas de reconhecimento dos jovens da FEBEM como sujeitos de direito foi sustentada e legitimada pelas sucessivas fugas e rebeliões que ocorrerão naquele período. Curiosamente, no mesmo período, a polícia militar deixou de realizar o policiamento nas áreas externas às unidades da FEBEM. Apesar de sinalizar o alinhamento com as propostas de mudança, o governo do estado não chegou a disponibilizar recursos suficientes para que fossem contornadas as condições de insalubridade do atendimento e efetuada a contratação de pessoal qualificado para completar o deficitário quadro de funcionários. Nesse contexto os setores mais conservadores da sociedade, através dos meios de comunicação de massa, ressaltam a falência das propostas de mudança e reafirmam a necessidade da ação mais severa e violenta contra esses jovens.

Assim, questionam-se as verdadeiras intenções do estado e de seus órgãos em relação ao avanço de propostas que se enquadram dentro de um movimento de democratização que buscava consolidar o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito (OLIVEIRA, 2004).

As políticas seguem operando segundo os padrões já consagrados, ou seja, não romperam com lógicas antigas [...] as forças políticas conservadoras continuaram aperfeiçoando suas estratégias para impedir o avanço democrático [...] Entre as principais armas com que contam nesse sentido, estão as investidas, por intermédio dos meios de comunicação de massas, para reativar e perpetuar as imagens negativas das classes populares,

particularmente as dos jovens moradores nas periferias e favelas das cidades (OLIVEIRA, 2004, p.186).

Essa irregularidade não causará surpresa se nos dedicarmos a estudar a origem da políticas públicas voltadas para o adolescente em conflito com a lei. Rodrigues (2000) realizou importante pesquisa sobre a proposta oficial da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) presente nos discursos de seu primeiro presidente, Mário Altenfelder. Ele localiza o mesmo conteúdo ideológico nas páginas da Revista Brasil Jovem, importante fórum de debates sobre o tema no período compreendido entre 1964 e 1979, e nos pareceres técnicos de assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras. O pesquisador nos mostra que o estudo da história das políticas voltadas para crianças e adolescentes revela uma sociedade excludente. É nessa sociedade, no contexto de um regime caracterizado pelo uso exacerbado da autoridade, através da repressão da classe trabalhadora, buscando o favorecimento de grupos específicos no processo de concentração da riqueza, que é criada a FUNABEM. Essa instituição serviu, ao mesmo tempo, como propaganda política do regime militar e como recurso homogeneizador. Em outras palavras, de acordo com o governo militar, o bem-estar da nação dependia de um Estado de Segurança Nacional que fosse capaz de prevenir e corrigir desajustamentos (RODRIGUES, 2000).

Seguindo essa reflexão, cabe perguntar se essas políticas públicas, historicamente fracassadas, não serviam para confirmar a necessária presença de um governo autoritário que pudesse conter esses grupos de natureza desviante, pois as instituições reformadoras eram ineficazes. Para Rodrigues (2000), os discursos de Altenfelder e da Brasil Jovem traziam, em seu conteúdo, uma proposta desenvolvimentista que solicitava uma conjuntura ausente de conflitos e tensões. Caberia então à elite instaurar a ordem e liderar a nação.

O pensamento que podia ser expresso sobre o tema naquele período surgia na voz de ideólogos que, ao tratar de questões ligadas às crianças e adolescentes, diluíam “no tempo e no espaço os aspectos sociais, políticos e econômicos nos quais as crianças, adolescentes e

suas famílias estão inseridos” (RODRIGUES, 2000, p. 296). Nesse sentido, a delinquência deveria ser reconhecida como um atributo das pessoas e não como resultado de uma sociedade injusta (RODRIGUES, 2000).

A FEBEM deve ser entendida como um prolongamento das propostas da FUNABEM. Ela também possuiu seus ideólogos que sustentam uma política na qual o jovem internado não possui direitos e deve ser excluído. O estudo de Rodrigues (2000) indica que, aliados a estes últimos, o corpo técnico da FEBEM, através de seus pareceres, trazem para superfície teorias eugênicas e lombrosianas desenvolvidas no Séc. XIX.

A tese de doutoramento de Sales (2004) nos mostra que as agências governamentais e a sociedade só buscam negociar e atender direitos dos jovens em conflito com a lei em situações limite, ou seja, sob a pressão de ações violentas como as rebeliões. Para o autor, vivemos tempos de cidadania virtual e nessas condições o Estado só se defronta com questões sociais quando elas são difundidas maciçamente pela mídia. Esta última, por sua vez, projeta esses adolescentes como metáforas da violência, isto é, parece estar já delimitada a possibilidade de visibilidade e reconhecimento social desses jovens.

Murad (2003), ao apresentar pesquisa realizada com jovens da região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, retoma a importância da avaliação dos programas de atendimento às crianças e adolescentes. Constatou que a maioria dos jovens que passou por medida de internação não teve acesso à medida sócio-educativa em meio aberto e a metade daqueles que foram encaminhados para esse tipo de medida não conseguiram cumpri-la devido a problemas técnicos.

O tema Políticas Públicas nos remete às reflexões sobre a inclusão e a exclusão social. Oliveira (2002) buscou caracterizar a vida cotidiana de jovens em conflito com a lei e captar percepções a respeito de suas condições e experiências. Foi constatado que essa população percebe sua vida como sendo invadida pela violência e marcada pela precariedade material e

afetiva. Eles também se percebem como culpabilizados e estigmatizados, sendo que essa humilhação se estende à escola e à família. Nesse contexto, o sofrimento parece estar presente juntamente com a impossibilidade do pleno desenvolvimento da vida sexual. Além do elevado risco de morte e a dificuldade de se manterem distantes do ato infracional, os jovens relatam a dura convivência com a truculência e a corrupção policial; muitas vezes são obrigados por policiais a assumirem a autoria de crimes. Por essas razões, acentua-se o sentimento de que não há possibilidade de evitar esse caminho. Na perspectiva desses adolescentes, a FEBEM se apresenta como um lugar marcado pela desigualdade no atendimento, alguns são privilegiados enquanto outros vivem a banalização de seu sofrimento. Assim, tanto o contexto de exclusão como as medidas que supostamente deveriam garantir a inclusão favorecem a construção de uma identidade violenta e o reconhecimento através do delito.

Almeida (2002) também dissertou sobre o tema inclusão social em sua pesquisa, focou as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto. Seus achados indicam que a maioria dos jovens internados havia realizado alguma atividade para ganhar dinheiro. A maioria deles, antes da internação, realizou atividades ilegais, sendo as mais frequentes o trabalho infantil e o ato infracional. Este último é atividade mais rentável e mais eficaz para garantir a possibilidade de aquisição de bens de consumo e acesso à diversão. Dentre os sujeitos pesquisados, alguns não exprimiram o interesse pelo trabalho, mas aqueles que mencionaram o interesse gostariam de realizar atividades que não fossem caracterizadas como subemprego ou que permitissem melhoria de sua posição na sociedade.

Fica clara a necessidade desses adolescentes buscarem formas de sobrevivência e vivenciarem a juventude de acordo com os padrões culturalmente impostos e que o trabalho

só pode ser entendido como atividade interessante se esse se constituir como função de valor reconhecido.

4.3 - Delinquência

Toledo (2006), recentemente defendeu sua dissertação de mestrado sobre a evolução da delinquência juvenil no estado de São Paulo nas últimas 5 décadas. De acordo com seus achados, entre 1950 e 2000 as taxas aumentaram, principalmente entre 1985 e 1995, quando o número de adolescentes envolvidos com o ato infracional passou de 18,1 por 100.000 habitantes para 96,1. Esse aumento continuou e em 2000, a taxa verificada foi de 129,0 adolescentes infracionando por 100.000 habitantes. O pesquisador aponta que o aumento das taxas pode estar relacionado à difusão e consolidação do tráfico de drogas e o empobrecimento associado ao crescimento desordenado da população urbana que ocorreram nos anos 80 e início dos 90. Também podem ser acrescentadas a esses fatores as transformações nos padrões comportamentais que acompanham mudanças culturais que trazem em seu bojo formas de relacionamento que são cotidianamente permeadas pela violência.

O conhecimento dos fatores que levam o jovem a cometer o ato infracional, de toda a complexa rede de relações de nossa sociedade, o que envolve a participação da polícia e dos diversos grupos, que são geradores e mantenedores da criminalidade e da violência, parece ser um importante recurso para traçarmos estratégias de prevenção desses problemas. Orientada por essa idéia, Pereira (2002) investigou a percepção de 45 jovens internados na FEBEM a respeito da violência na vida cotidiana e constatou que os sujeitos de pesquisa começaram a cometer atos infracionais devido à condição socioeconômica, por influência dos amigos, devido à violência doméstica e por terem sido aliciados por membros da própria família. Esse grupo justifica a ação violenta como forma de garantir aquilo que os meios legais não

garantem. Para eles o maior risco percebido é a possibilidade de morrer pela ação da polícia ou em confronto com grupos rivais. Também foi relatada a intenção de não cometerem atos infracionais após a internação. O Rap, o trabalho e a mudança de cidade foram apontados como possíveis caminhos para uma nova vida.

Buscando compreender o psiquismo do adolescente em conflito com a lei, Saes (2003) propõe um modelo psicodiagnóstico compreensivo. Em sua pesquisa o método utilizado foi o procedimento Desenhos-Estórias, que foi aplicado em oito jovens entre 14 e 16 anos. Seus achados indicam a infração como algo inserido na constituição histórica de cada sujeito e não permitem a patologização dos sujeitos. “A violência na adolescência é resultante da desestruturação do psiquismo que data do desenvolvimento emocional primitivo, em decorrência de falhas do ambiente que o *Ego* não pode suportar” (SAES, 2003, p.169).

Esses jovens apresentaram desejos relacionados às suas necessidades básicas como a ajuda e o abrigo. Também foi constatada a predominância de impulsos amorosos, tendências construtivas e ansiedades depressivas, que apontam para possibilidades de transformação do sujeito. O histórico familiar dessas pessoas é equivalente àqueles descritos na literatura sobre o assunto, ou seja, são todos provenientes da periferia onde viveram grande exposição à violência, suportaram a escassez de recursos e graves problemas familiares.

Os dados dessa pesquisa também revelaram que a situação desses jovens limita o potencial criativo e que a atividade profissional pouco representa uma possibilidade de reestruturação da vida. Para Saes (2003) o atendimento psicoterápico desses jovens é de extrema importância, mas a solução desse problema só ocorrerá quando houver transformações sociais efetivas que garantam condições básicas de existência para essas pessoas.

Tardivo (2004), em sua tese de livre docência, estudou a adolescência em grupos sociais distintos, dentre eles, internos da FEBEM. Seus achados indicam que esses

adolescentes não estão inseridos em um ambiente que lhes permita sentirem-se seguros e amparados para lidarem com demandas internas muito poderosas, como impulsos e excesso de controle superegóico. Também são escassas figuras identificatórias para esses adolescentes. A autora retoma a tese de Winnicott e afirma que o adolescente em conflito com a lei busca o que lhe foi tirado. Assim, o esforço deve ser direcionado para o favorecimento de situações que permitam ao jovem ressignificar sua conduta, abrir possibilidades verdadeiras de inclusão social e cuidado das famílias (TARDIVO, 2004)

Outro trabalho sobre as possíveis causas da delinquência foi desenvolvido por Souza (2005). Nesse caso o pesquisador construiu suas hipóteses a partir do pensamento psicanalítico sobre o funcionamento dos grupos. Nessa perspectiva, a constituição da subjetividade dos sujeitos consiste num processo que ocorre no âmbito das relações inseridas em um contexto cultural e que oferecem modelos para a constituição de ideais. A análise dos dados revelou que o vínculo dos sujeitos do grupo se estabelece pela violência e é favorecido por um contexto no qual há um pacto grupal que nega a feminilidade.

Atualmente, o envolvimento de adolescentes com atividades criminosas tem ganhado destaque na imprensa. Esse fato parece ser combustível para movimentos conservadores que reivindicam a redução da maioria penal. Nota-se, claramente, que esse assunto favorece grandes índices de audiência e, portanto, apresenta-se como um grande negócio. Contudo, os conteúdos propagados não esclarecem a complexidade das relações entre sujeitos (adolescentes), instituição e sociedade, contribuindo para a construção de entendimentos que se apóiam no individualismo, na competição, na segregação e na intolerância. Preocupado com o tratamento midiático da violência criminal juvenil, Guarnieri (2002) estudou a veiculação de notícias sobre a fuga de um interno da FEBEM, conhecido como Batoré, acusado pela polícia de ter cometido quinze assassinatos. Na época o adolescente apareceu mais de 100 vezes em diversos jornais e passou a ser referência nos editoriais que se

propunham a discutir a questão da maioria penal. O autor alerta para o fato de que a forma como essas notícias são manipuladas servem para que determinados grupos sociais propaguem o medo e aprofundem preconceitos.

4.4 - Atendimento Psicológico

A vivência dentro desse tipo de instituição é frequentemente marcada pelo sofrimento e por experiências negativas, que atingem todos os envolvidos. Blanques (1988) relata sua experiência de morte simbólica como psicóloga da FEBEM. Nessa instituição os afetos são banidos e a sobrevivência enquanto sujeito é impedida; são reproduzidas as condições que dão origem à conduta anti-social. A existência nesse espaço parece ser ocupada pela instituição, pois ela está internamente presente dentro da clientela e dos agentes. Nas relações entre técnicos e meninos, a instituição se apresenta na figura do técnico para o menino e na figura do menino para o técnico. A autora sustenta que essa introdução da instituição nas pessoas ocorre através da identificação projetiva e, como todo o material fornecido para esse processo provém da instituição, ela estará presente no interior de todas as relações (BLANQUES, 1988).

Por sua vez, a FEBEM se identifica com as necessidades de vingança da sociedade, e os agentes e outros profissionais participam dessa aliança. Ao participar desse pacto, ocorre a morte simbólica do psicólogo, pois este se afasta de sua função original e assume o papel de cúmplice nessa vingança social. Ele estabelece uma relação de violência com o menor, cumprindo a função de alcagüete (BLANQUES, 1988).

Nossa busca também detectou a dissertação defendida por Vilhena (1989) que foca o relacionamento entre inspetores³ e menores. A pesquisadora realizou registros

³ Atualmente denominado como monitor.

comportamentais sobre a relação inspetor-menor. Seus resultados apontam para um grande número de problemas emocionais e intelectuais que caracterizam repertórios comportamentais inadequados na relação entre funcionários da instituição e sua clientela. A ênfase desse estudo recai sobre a falta de competência técnica da instituição e enumera um conjunto de medidas que poderiam sanar os problemas. Vilhena (1989) sugere que devem ser fornecidos subsídios técnicos e pedagógicos para os inspetores e para a direção.

As sugestões da pesquisadora são incontestáveis, contudo, parecem ignorar aquilo que importantes pesquisas realizadas anteriormente já apontavam, ou seja, a enorme e complexa rede de variáveis que determinam a existência e o funcionamento da FEBEM.

Os registros dos diários de campo realizados durante uma experiência de plantão psicológico em uma unidade da FEBEM apresentaram importantes dados sobre o funcionamento dessa instituição. Nessa pesquisa, Aun (2005) afirma que foi possível desvelar conflitos que dividiam a instituição como um campo de guerra marcado pela alternância de ciclos denominados Casa Zerada e Casa Dominada, indicando respectivamente a dominação institucional e a rebelião dos internos. A instituição em questão é marcada por um clima de constante tensão.

Exclusão e solidão: um conflito sem diálogos. No cotidiano íntimo desta instituição a rotina com tensões diárias oferece aos atores, sociais e ou institucionais, a eterna sensação de luta pela sobrevivência. Em tal isolamento social, funcionários e adolescentes, entre o medo e a ameaça, permanecem atentos à explosão eminente. A experiência do plantão psicológico revelou uma nova possibilidade para a prática clínica que resgata a possibilidade do falar e do ouvir entre técnicos e agentes (AUN, 2005, p. 83).

4.5 - Outras Temáticas

Ao organizarmos a produção científica consultada, localizamos algumas temáticas de menor interesse investigativo entre os pesquisadores: Educação, Saúde, Trabalhadores e Agressividade. Assim optamos por apresentar esses trabalhos em um mesmo item.

Atualmente o termo saúde tem sofrido ampliações em seu significado, de forma que quase tudo pode estar associado a ele. No caso dessa revisão, essa temática diz respeito às investigações inseridas dentro do campo de saberes e práticas que se volta para a prevenção de doenças, promoção e cuidado à saúde nos planos individual e coletivo.

Foram localizadas apenas duas pesquisas dentro dessa temática. A primeira delas, a tese de doutorado escrita por Ferreira (1999), focou o desenvolvimento de um sistema de informações digital. É discutida a importância do prontuário do adolescente ou paciente para auxiliar as decisões dos profissionais envolvidos na organização do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Já o segundo trabalho, a dissertação de mestrado defendida em 1999 por Azevedo, investigou as relações entre gênero, comportamento de risco e infecção pelo HIV. Os dados indicam que a positividade dos testes foi de 2,6% entre os 1122 jovens do sexo masculino, e de 10,3% entre aqueles do sexo feminino. O risco de contágio sexual é maior entre as meninas, já nos meninos o risco maior é de contágio parenteral.

Apesar de reconhecermos a importância desses estudos, cabe perguntar quais as razões para uma quantidade tão reduzida. Seria ela um reflexo da falta de atendimento médico dispensado a essa população? Ou seria possível afirmar que, dentro da perspectiva médica, a condição de internos dessa população é irrelevante para os cuidados de saúde? Isso poderia acarretar um registro que despreze essa condição e, conseqüentemente, dificulte a localização de outras pesquisas?

Nosso objetivo não é investigar o campo da saúde e suas relações com a FEBEM, embora seja um interessante tema para pesquisa. Cabe apenas salientar o isolamento desse campo do saber em relação às demais produções científicas sobre a FEBEM, e vice-versa.

Souza (1990) estudou o comportamento agressivo em grupos culturalmente diferenciados a partir do pressuposto de que a agressividade consiste em um legado genético que se manifesta devido a condições ambientais. Para comparar internas da FEBEM, noviças e estudantes de psicologia, utilizou-se do Desenho da Figura Humana – DAP, Psicodiagnóstico – PMK e do Teste de Frustração – PFT. Essa pesquisa também tinha como objetivo comparar os resultados dos três instrumentos para propor a construção de uma escala de avaliação da agressividade a partir dos sinais encontrados no DAP. Seus resultados indicaram que a disposição para a agressividade se distribuía homogeneamente nos três grupos pesquisados e que, entre os elementos de cada grupo, também não existiam diferenças significativas na manifestação desse tipo de comportamento. Por fim, Souza (1990) afirma a impossibilidade de construção de uma escala com base nos indicadores obtidos através do DAP, pois os resultados dos outros instrumentos não permitiram a validação do construto agressividade do primeiro instrumento. Para esse autor, o comportamento agressivo é limitado pela hereditariedade e as possibilidades de sua manifestação são oferecidas pelo ambiente.

Se aceitarmos o fato de que o comportamento agressivo é limitado pela genética e que não foram identificadas diferenças disposicionais para ele nos grupos pesquisados, podemos supor que, provavelmente, estes compartilham um substrato genético comum, o que derrubaria teses a favor da diferença genética dos infratores.

A temática Educação agregou apenas uma produção acadêmica elaborada por Hikiji (2004). Tal trabalho consistiu numa investigação antropológica a respeito de um projeto de ensino musical com internos da FEBEM. Essa pesquisa foi realizada com jovens da FEBEM que participavam do Projeto Guri, que inclui a iniciativa do ensino musical por meio de

orquestras didáticas. Constatou-se que, na perspectiva dos participantes, a vivência das atividades foi reconhecida como positiva do ponto de vista pessoal, pois acalmava, tranqüilizava, em outras palavras, as atividades pareciam apresentar qualidades terapêuticas. Sem desconsiderar o aspecto civilizatório do Projeto Guri, a autora destaca que o acesso à música clássica não deve ser considerado como uma apropriação da cultura da elite, mas sim como o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de uma cultura musical que já existe nessas comunidades. Para ela, a experiência em uma orquestra é, sem dúvida, um estímulo à sociabilidade e à formação de laços que é acompanhada do sentimento de pertença, ou seja, antes de tudo, essa é uma experiência única no plano das relações humanas (HIKIJ, 2004).

Dentre os temas menos pesquisados, encontram-se os trabalhadores da instituição. Duas pesquisas foram classificadas dentro dessa temática, aquela que dedicou atenção maior aos monitores foi a realizada por Brito (2002) que buscou a história oral de vida de funcionários da FEBEM-SP. O autor faz um alerta para o fato de que essas pessoas são prioritariamente percebidas como prestadores de serviço desqualificados e violentos, e que esse enfoque é desumanizante e os mantém como figuras anônimas. Os funcionários da FEBEM são normalmente reconhecidos como a expressão da instituição e confundidos com a proposta da mesma. Na maioria das vezes, são observados, indiretamente, por meio da análise psicológica dos menores (BRITO, 2002).

Brito (2002) detectou dois grupos distintos, um deles alinhado com a proposta inicial da Instituição, datada da década de 1970, e que atribui a crise da FEBEM a uma série de desastradas tentativas de transformação que desqualificam e desautorizam os funcionários perante os internos, tornando impossível o controle dos mesmos. O outro grupo se percebe como mais progressista e com expectativa de transformar a FEBEM em uma instituição educacional. Esse segundo grupo se encontrava muito identificado com as propostas de

mudança desde a gestão de Maria Ignês Bierrenbach que se iniciou em 1983. Apesar disso, esse grupo também se considerava impregnado pelo cotidiano correcional repressivo da instituição.

Em ambos os casos, os narradores estavam profundamente marcados pela crise institucional recente e preocupados em encontrar repostas para sua superação. Nesse processo, ficaram visíveis a tentativa de eximirem-se da culpa e a limitada auto-avaliação de cada narrador (BRITO, 2002). Outro ponto importante dessa pesquisa diz respeito ao grande sofrimento vivido por esses trabalhadores.

A maioria dos funcionários, quando deu suas entrevistas parecia viver uma noite sem fim. A insegurança, o medo e os problemas psiquiátricos oprimiam aqueles que trabalhavam nas unidades em contato direto com os adolescentes infratores (BRITO, 2002, p. 40).

Para Rodrigues (2006) que se debruçou sobre o discurso de funcionários da FEBEM e do sistema carcerário (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e juristas), a vida institucionalizada é constituída na forma de uma trama, todos participam de um tecer que legitima, produz e classifica categorias sociais entendidas como delinquentes. Essa pesquisa evidencia a semelhança entre o papel social das cadeias e das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei

4.6 - Observações adicionais sobre essa produção científica

Um primeiro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito ao fluxo de pesquisas no período investigado. Percebeu-se um grande aumento na produção a partir dos anos 90. Esse dado é importante porque reforça algumas hipóteses. Poderíamos supor que, devido à abertura política a partir do final dos anos 80, a FEBEM e seus problemas ficam mais visíveis, pois a possibilidade de acesso à instituição começa a aumentar, apesar de estar muito longe de ser

um espaço aberto para pesquisa nos dias de hoje. Entre os pesquisadores consultados, são freqüentes os relatos de dificuldade de acesso às unidades de internação. Essa possibilidade se reforça à medida que identificamos nas pesquisas que a FUNABEM e a FEBEM são resultantes de políticas públicas voltadas para a consolidação do Estado de Segurança Nacional. Além de seu fechamento institucional, também podemos supor a falta de autonomia e liberdade da Universidade no período do regime militar.

Apesar do aumento da produção nos anos 90 - as teses defendidas nesse período correspondem a mais que o dobro dos trabalhos elaborados nas décadas de 70 e 80 - o maior volume de pesquisas começa ocorrer a partir do ano 2000; das 36 pesquisas consultadas 23 foram produzidas entre 2000 e 2006. O biênio 99-00 é marcado por uma grande crise nessa instituição, que ganha visibilidade através dos meios de comunicação que noticiam violentas rebeliões. Nesse período, como já vimos, também ocorreu inúmeras contratações que tinham por objetivo integrar pessoal qualificado à FEBEM. Desta forma, é possível pensar que o aumento no interesse por essa temática pode estar intimamente ligado a experiências pessoais, vividas nessa instituição por pesquisadores em formação, e à grande visibilidade da FEBEM nos meios de comunicação.

Também deve ser destacada a prevalência do olhar Psicológico no estudo da temática em questão. Dentre eles, predomina o enfoque psicanalítico e clínico. Essa prevalência pode ser resultado da histórica proximidade da Psicologia desse tipo de instituição, mas, nesse caso, cabe ressaltar que, a tendência das pesquisas nesse campo do conhecimento é a de superar um olhar focado exclusivamente no indivíduo e nas práticas de diagnóstico reducionistas e estigmatizantes. Um indicador dessa inclinação é a grande presença de estudos psicológicos que enfatizaram a institucionalização e seus prejuízos.

Mesmo com o crescente reconhecimento da importância de uma perspectiva crítica e ampliada sobre os problemas da FEBEM, o interesse maior ainda parece recair sobre os

internos - em 22 pesquisas essa foi a população estudada. Apenas em 2 trabalhos os próprios psicólogos foram estudados. Já os funcionários foram objeto de atenção em quatro trabalhos, mas foco principal em apenas uma pesquisa.

Os estudos sobre a institucionalização de crianças e adolescentes enfatizaram os prejuízos desse processo. Eles indicam que, em instituições do gênero, ocorre a construção de uma identidade delinqüente juntamente com a banalização da violência. Nessas condições, os internos vivem grande sofrimento psíquico e suas possibilidades de adaptação ao meio social são diminuídas.

Merecem destaque as pesquisas sobre políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a avaliação de programas. Essas últimas nos mostram como as ações voltadas para os adolescentes em conflito com a lei são concentradas nas medidas de privação de liberdade e têm como tônica a culpabilização desses jovens. Também pudemos visualizar, através dos estudos sobre a temática inclusão/exclusão, que o ato infracional é uma forma de inclusão social e, paradoxalmente, as medidas sócio-educativas têm sido meios de exclusão.

Por fim, colocamos mais algumas questões. Primeiramente, apesar de conhecermos a complexidade do fenômeno sociedade-instituição-indivíduo, parece haver pouca comunicação entre as diversas áreas do saber. Esse ainda é um grande desafio. Em segundo lugar, é importante salientar o deslocamento de objeto de estudo ocorrido na Psicologia nos trabalhos que visitamos. Há muito tempo, a Psicologia produzida dentro da Universidade de São Paulo não tem reproduzido uma perspectiva individualizante, ou seja, não tem atuado como legitimadora da ação institucional. Essa responsabilidade parece não poder ser atribuída à produção científica revisada que, de alguma forma, reflete o pensamento da universidade em questão.

A hipótese que levantamos é que essa crítica é pertinente, mas quando a prática é técnica e não acadêmica. Talvez seja o resultado do enfoque clínico que é historicamente

predominante na formação de psicólogos. Esses, formados para atuar em consultórios particulares, quando forçados a buscar outros espaços para atuar, transportam todo esse instrumental para um novo espaço sem revê-lo.

Se quisermos entender melhor nosso objeto de estudo, precisamos ampliar as investigações sobre o tema de forma que algumas temáticas, ainda pouco exploradas, ganhem mais atenção. Dentre elas, podemos destacar os estudos na área da saúde, que ainda se resumem ao enfoque biomédico, os estudos sobre os trabalhadores, educação e políticas públicas. Mas talvez o mais importante seja superar um olhar fragmentado, isto é, não podemos entender a instituição como causa de si mesma, ou ao contrário, como mero resultado de políticas públicas. É preciso uma integração entre as áreas do saber.

5 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE NOSSA INVESTIGAÇÃO

5.1 Opção teórica

O campo de estudo no qual nos lançamos neste trabalho é permeado por fortes críticas às instituições e seu papel social de manutenção das relações de dominação entre os distintos grupos sociais dentro do contexto da sociedade capitalista. As origens desse debate sobre as instituições podem ser incluídas dentro de um variado conjunto de maneiras de compreender as instituições e que se materializa, historicamente, nas formas de movimento social e num arsenal teórico metodológico de intervenção institucional. Referimos-nos aqui ao campo da Análise Institucional ou movimento Institucionalista, no qual é grande a presença do Materialismo Histórico e da Psicanálise nos fundamentos das diversas correntes que o compõe (BAREMBLIT, 1996). Outro traço marcante é o forte comprometimento ético-político em busca de transformações sociais. Nesse sentido, percebe-se a afinidade, como o movimento de maio de 1968, e o interesse pela autogestão ocorrida entre grupos operários da Revolução de Outubro e outros movimentos revolucionários que ocorreram na Europa antes da Segunda Grande Guerra (FERNÁNDEZ, 2006).

Dentre os diversos componentes desse movimento destaca-se a proposta de análise institucional de Lourau e Lapassade, uma importante fonte teórica de suporte para tecer reflexões sobre as instituições. Lapassade (1983), ao escrever acerca dos grupos, organizações e instituições, afirma que existe uma interdependência entre esses níveis do sistema social. Ele elabora uma análise sobre os níveis de uma contextura institucional. Seu nível mais amplo se apresenta na forma do estado, que consiste em um instrumento da classe dominante para manutenção da propriedade privada. O grupo corresponde ao nível mais básico, é nele que ocorrem os primeiros processos de reprodução dos valores socialmente instituídos. A organização se apresenta como um nível intermediário, em que as regras e os valores

instituídos pelo estado se materializam formalmente por meio de mecanismos legais e burocráticos. É nessa contextura que valores e idéias instituídas conquistam o status de realidade.

Outra grande contribuição encontra-se nas formulações de Bleger, discípulo de Pichon-Rivière que propunha como ponto de partida a teoria freudiana acerca dos grupos, mas que assinalava a necessidade da superação da concepção antropocêntrica e do desenvolvimento de um enfoque dialético (PICHON-RIVIÈRE, 1986). Bleger apoiava-se nas construções teóricas de Pichon-Rivière e aplicava sua proposta de intervenção com grupos operativos. No que diz respeito às instituições, seu olhar voltava-se para uma Psico-Higiene e para uma Psicologia Institucional. Ele Delineou uma construção teórica que compreendia as instituições como suporte para os indivíduos; essas consistiam em um importante elemento nos processos de formação da personalidade e da identidade e, conseqüentemente, de inserção social; quanto mais integrada a personalidade, menos dependente é o indivíduo do suporte institucional. Mais precisamente, a instituição era entendida como elemento constituinte da personalidade (BLEGER, 1984a). Nota-se, portanto, a centralidade da categoria personalidade em sua teoria.

Esse representante da Psicanálise desenvolvida na América Latina também compartilhava de um posicionamento que reconhecia as instituições como um instrumento para a dominação, mas adicionava aspectos psicológicos à sua perspectiva, é o que percebemos ao lermos o seguinte trecho:

Toda instituição não é só um instrumento de controle social, mas também é um instrumento de regulação e equilíbrio da personalidade [...] Seu funcionamento se acha regulado não só pelas leis objetivas de sua própria realidade social, como também pelo que os seres humanos projetam nela (BLEGER, 1984a, p.55).

Dessa forma, esse autor nos reconduz a pensar a questão do sofrimento psíquico e suas relações com a vida nas instituições. Dedicaremos atenção maior a esse tema posteriormente.

Ao percorrermos as produções intelectuais sobre essa temática, nos deparamos com diversas possibilidades para pensar as instituições, suas determinações, suas origens e suas funções na sociedade. Algumas delas já foram apresentadas nesse mesmo trabalho, refiro-me aqui às contribuições de Goffman (1974) e Foucault (2006).

Sem dúvida, a Esquizoanálise de Deleuze e Guatarri, bem como a sociopsicanálise de Gérard Mendel, não podem ser esquecidas quando nos referimos ao campo da Análise Institucional; contudo, nosso objetivo, não consiste em revisar os expoentes desse movimento, mas sim ilustrar brevemente um pouco do espírito que movia aqueles que se dispuseram a estudar as instituições e a sinalizar caminhos para sua transformação e mudança.

No caso dessa pesquisa, nossa opção teórica foi pelas contribuições da Psicanálise para o estudo dos grupos e das instituições, pois entendemos que essa vertente tem oferecido subsídios importantes para pensarmos uma forma de aproximarmos a Psicanálise da Psicologia Social. Também é importante ressaltar que escolhas também se fazem necessárias devido aos limites inerentes à nossa tradição científica, enraizada na disciplinaridade, que nos conduz a realizar recortes específicos do objeto de estudo em função do espaço disciplinar no qual nos encontramos.

Nosso esforço consiste, ainda que isso ocorra apenas parcialmente ou provisoriamente, em caminhar no sentido da superação de um histórico antagonismo entre o singular e o coletivo ou sociologismo e psicologismo. Fernández (2006), ao escrever suas notas para genealogia do campo grupal, nos ensina:

Como se pode observar, tanto numa posição como na outra, a relação indivíduo-sociedade está pensada a partir de um critério antagônico, isto é, ambas “resolvem” a complexa tensão entre o singular e o coletivo a partir de um paradigma disjuntivo - muito próprio do pensamento ocidental - segundo o qual a singularidade e a coletividade conformam um par de contrários;

apresentam, portanto, interesses “essencialmente” opostos e se constituem a partir de lógicas “essencialmente” diferentes (FERNÁNDEZ, 2006, p. 30).

Ela descreve em detalhes essa histórica tensão entre o psicologismo e o sociologismo e como mesmo as vertentes que tentaram superá-la partiram do pressuposto da existência desses dois pólos e se dedicaram a estudar nos grupos as relações entre eles.

Para Fernández (2006), o que ocorre é a divisão ilusória de um campo de indagações: “indivíduos e sociedades, organizando diferentes áreas e práticas disciplinares, para em seguida buscar as formas nas quais fosse possível pôr em jogo suas relações” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 50).

Retomando nossa opção, é preciso pensar que o debate sobre as interfaces entre a Psicanálise e a Psicologia Social nos remete à noção de sujeito inconsciente como sujeito do grupo. Para tanto, parte-se do pensamento psicanalítico acerca do grupo e do narcisismo. Dessa forma, o grupo, objeto de estudo privilegiado nessa aproximação, é reconhecido como o lugar onde são produzidos e transmitidos valores, por meio de processos psíquicos, que estabelecem as formas dos sujeitos perceberem a realidade e que orientam suas ações no conjunto social (FERNANDES, 2005).

Dentro do grupo, a realidade psíquica é mobilizada e se produz como resultado de operações inter e intrapsíquicas. Parte dessa produção pode ser recalcada, denegada ou rejeitada de acordo com as necessidades dos sujeitos do grupo para que possam manter estáveis seus vínculos dentro de grupo. Assim o grupo deve ser entendido como paradigma para formação desse sistema de vínculos intersubjetivos (KAËS, 1997).

Segundo Fernandes (2003), foca-se, então, o trabalho psíquico no âmbito grupal ou intersubjetivo. Considera-se essa modalidade de trabalho psíquico como aquela na qual os processos psíquicos se atualizam pelo grupo, o funcionamento e as formações psíquicas do outro atuam no psiquismo do Sujeito Inconsciente. Essa autora afirma que não se trata apenas

de reconhecermos a influência externa na constituição do psiquismo do indivíduo, falamos das condições para a constituição do Sujeito do Inconsciente.

5.2 - Grupo: elo entre o singular e o coletivo

Para avançarmos no debate entre as fronteiras da psicanálise com a psicologia social é importante retomarmos algumas categorias reformuladas por Kaës. Destacamos aqui, os conceitos de intermediário e transmissão psíquica, pois estes nos parecem ferramentas importantes para nosso debate sobre o sofrimento psíquico ou o mal-estar.

5.2.1 - Intermediário

Para Kaës (1997) as formações e processos intermediários se caracterizam pela sua função de ligação e passagem de um elemento a outro. Isso ocorre tanto dentro dos espaços intrapsíquico e interpsíquico como entre eles, isto é, essas formações também articulam esses dois espaços. “Sua função é tornar possível a continuidade da vida psíquica, sua complexidade, sua regulação, sua representação por ela própria (auto representação) e sua representação para outros sujeitos (alo-representação)” (KAËS, 1997, p. 224).

O intermediário se impõe ao pensar para atender uma necessidade de garantir a continuidade entre elementos separados e diminuir “as oposições entre elementos complementares e antagônicos” (KAËS, 2005, p. 13). Para esse autor, o intermediário deve ser reconhecido como algo do qual depende a proteção de nossa integridade psíquica e do organismo de forma geral. Trata-se de um elemento que tem característica filtrante e protetora da paraexcitação. Assim, fica ressaltada sua importância para que sejam suportadas as vivências traumáticas.

A partir de suas incursões à obra de Freud, Kaës (2005) sustenta que, por sua função conectiva, o intermediário consiste em importante objeto de estudo para que possamos

entender o processo associativo. Seguindo esse processo, podemos acessar a representação ou lembranças patógenas, ou seja, ele é condição de acesso ao recalcado. Do ponto de vista tópico, essas formações se posicionam entre representações conscientes e inconscientes, constituindo, portanto, os elos da cadeia associativa, ou seja, consistem em formações pré-conscientes.

Nesse sentido, o próprio *ego* é um elemento intermediário, pois se constitui a partir de uma parte do *id* e é influenciado pela realidade psicossocial. Sua função é mediar a relação entre as pulsões provenientes do *id* e as limitações exigidas pela realidade externa (KAËS, 2005).

No processo representacional, o papel do pré-consciente está ligado à formação do sentido; esse sistema é parcialmente dependente do funcionamento psíquico *do outro* e é nele que se efetuam as transformações nos conteúdos inconscientes que permitem que eles retornem à consciência. O que está em jogo é a capacidade de associar e interpretar, o que é vital para a vida psíquica, pois tanto a sublimação quanto a simbolização são efetuadas por esse sistema. Essa dependência parcial já está presente no início da vida do indivíduo; o pré-consciente da mãe é referência fundamental para a construção do aparelho psíquico do bebê no que diz respeito a dar significado e interpretar (KAËS, 2003).

Outro aspecto salientado por esse autor em seus estudos sobre a categoria do intermediário diz respeito às associações entre essa última e às formações de compromisso. Kaës (2005) nos ensina que essa noção, originalmente produzida pelo pai da psicanálise em suas formulações sobre as neuroses obsessivas, foi posteriormente estendida ao sonho e toda produção inconsciente. O que ocorre nesse tipo de formação é que o acesso às lembranças recalçadas se faz por meio de representações deformadas, dessa forma, evitam-se maiores riscos para nossa integridade psíquica.

Essas representações são, portanto, formações intermediárias a serviço da censura e que surgem ao tentarmos verbalizar conteúdos pré-conscientes (KAËS, 2005). Utilizando as palavras do autor:

De intermediários em intermediários se constituem os significantes, suas remissões, seus distanciamentos e suas correspondências, [...] como uma metáfora vêm ocupar o lugar de ponte entre o dizível e o indizível, entre o que escapa e o que pode ser representado (KAËS, 2005, p. 22).

Fica visível a função de proteção dessas formações e, desta forma, a importância de seu estudo nas situações traumáticas, pois nelas estão as origens das patologias que enfraquecem nossa capacidade criativa ou nossa capacidade de produzir pensamentos intermediários (KAËS, 2003).

Kaës (2003) também busca alicerçar suas reflexões sobre essa temática a partir dos escritos de Winnicott, com o objetivo de transpor esses ensinamentos para o estudo dos adultos, grupos e instituições. Nesse caso, o fenômeno sobre o qual ele se debruça é definido da seguinte forma:

O espaço transicional é primitivamente constituído pela mediação que a mãe estabelece entre as necessidades psíquicas e corporais da criança e o meio psíquico e social que a rodeia. Esse espaço vai rapidamente se qualificar como o da cultura (KAËS, 2003, p. 24).

Trata-se de um lugar no qual são transmitidos os elementos da cultura, cujos significados serão elaborados gradualmente por meio do brincar e da relação com os outros. É dessa forma, ou seja, brincando e nos vinculando, que somos introduzidos na experiência cultural e nos apropriamos de representações das quais dependem nossa capacidade de simbolizar e criar. É também esse espaço que possibilita e oferece parâmetros para que se estabeleçam as noções de eu e de não eu, os limites entre o mundo interno e o mundo externo (KAËS, 2005).

Esses estudos levaram-no a construir uma reflexão sobre o funcionamento do aparelho psíquico nos contatos intersubjetivos, o que ele define como transicionalidade, isto é, ele propõe uma análise transicional, ou a análise dessa constante condição de trabalho psíquico que envolve as relações de fronteira entre o interno e o externo. Dessa forma, o espaço transicional consiste em um intermediário entre esses dois territórios e dele depende o desenvolvimento do potencial criativo.

“[...] o intermediário não se encarrega somente da dimensão do conflito, da ruptura, dos afetos, das representações e das ações psíquicas ligadas ao desamparo (Hilflosigkeit), ao fato de estar sem socorro, sem recursos, à perda do objeto (Objektverlust) e à angústia. Ele contém também a dimensão do compromisso elaborativo, criativo” (KAËS, 2005, p. 22).

Do ponto de vista teórico, ocorre uma ampliação da perspectiva sobre a natureza do conflito na ótica psicanalítica: “A noção do conflito, prioritariamente de natureza interna, para a psicanálise ortodoxa, tornar-se-á um conflito que supõe uma dependência do social perseguidor” (FERNANDES, 2005, p.106).

5.2.2 - Transmissão Psíquica

O tema da transmissão psíquica nos remete, necessariamente, a pensarmos a produção intersubjetiva do psiquismo, isto é, somos sempre precedidos por um outro cujo desejo é fonte que nos constitui. Esse fenômeno também ocorre nas relações entre gerações, novamente, sofremos os efeitos da presença do outro. O interesse da psicanálise em relação à transmissão psíquica se fixa no papel dos vínculos intersubjetivos na formação do inconsciente e na produção de efeitos na subjetividade (KAËS; FAIMBERG et al., 2001).

Nossa pré-história nos é transmitida através das gerações por meio da cultura e isso nos faz sujeitos de um conjunto intersubjetivo que se formou muito antes de nascermos.

Assim, herdamos desejos e proibições que orientaram nossas renúncias, recalques e realizações. Somos sujeitos de uma história produzida e transmitida por meio de nossos laços nos diversos grupos aos quais pertencemos e nos quais transitamos. Nesse âmbito, são-nos transmitidas e reformuladas as “formações do ideal, as referências identificatórias, os enunciados míticos e ideológicos, os mecanismos de defesa, uma parte da função recalcante, os ritos” (KAËS; FAIMBERG et al., 2001, p.14).

Segundo KAËS, FAIMBERG et al., (2001), o estudo da transmissão implica focar as formações intersubjetivas primárias, pois é a partir delas que se estabelecem as condições que possibilitam as vinculações. Estas, por sua vez, são diretamente ligadas à realidade psíquica de um conjunto intersubjetivo que nos apresenta os valores fundamentais da cultura que servirão de base para a produção de representações. Assim sendo, o complexo de Édipo também é alvo privilegiado de atenção, pois ordena as possibilidades de realização de desejo em relação ao outro à medida que alicerça as representações que marcam as diferenças entre os sexos e entre as gerações.

Kaës (2005) nos mostra que depois de Freud já era sabido que esse processo que ocorre entre e através das gerações se funda sobre o incestuoso. Atualmente, esse campo teórico vem se ampliando e nos leva a pensar que o transmitido não é somente o conjunto de valores, conhecimentos ou formas de pensar que se apresentam positivamente e que garantem a continuidade grupal, transmite-se também aquilo que não pode ser revelado e tem como marca o negativo, o não revelado e a falta de sentido. Esse autor refere-se a objetos psíquicos que possuem vínculos com os sujeitos que o antecederam através das gerações. Mais precisamente:

Um aspecto notável dessas configurações de objetos de transmissão é que elas são marcadas pelo negativo. Aquilo que se transmite é o que não pode ser contado, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço

nem memória; para os quais um trabalho de luto não pode ser realizado (KAËS, 2005, p. 128).

Constata-se assim, que não é apenas por via do recalque que se forma o inconsciente, é preciso considerar aquilo que é denegado, recusado, ou seja, significantes que não foram submetidos ao trabalho de simbolização.

Para Kaës (2005), as alianças inconscientes e as identificações são dois processos importantes da transmissão psíquica. Sobre a identificação, o autor destaca seu papel fundamental na vinculação. Os vínculos entre as gerações se constroem pelas identificações com entre os sujeitos dos grupos. “Há transmissão intersubjetiva no movimento pelo qual o sujeito se identifica com o desejo ou com o sintoma do outro. O que se transmite de um a outro é um traço inconsciente comum [...]” (KAËS; FAIMBERG et al., 2001, p.59).

Quanto às alianças inconscientes, estas são o meio pelo qual ocorrem as transmissões entre gerações e entre os membros de um grupo. Trata-se de um acordo inconsciente sobre o inconsciente, sua finalidade é assegurar que os interesses dos sujeitos que se vinculam sejam atendidos de forma complementar. Elas são um tipo de formação intersubjetiva vital para assegurar a organização e a coesão do espaço intrapsíquico, disso depende a capacidade de pensar e de criar.

Cada vínculo organiza-se, assim, positivamente, sobre investimentos mútuos, identificações comuns, sobre uma comunhão de ideais e crenças, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos. Cada vínculo e cada conjunto organizam-se, também, negativamente, sobre uma comunidade de renúncias e de sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições e recalques, sobre um “deixar de lado” e sobre restos (KAËS, 2005, p.133).

Correa (2003) nos lembra da palavra *ubertragung*, que significa transmissão ou transmissibilidade, também remete a idéia de tradução. Desta forma, devemos pensar o trabalho psíquico que acontece nos espaços intersubjetivos como uma retradução e transformação das configurações de objetos psíquicos transmitidos entre gerações. Destaca-

se, assim, a necessidade de atenção para as mudanças socioculturais e seus efeitos sobre a transmissão psíquica. A ocorrência de fissuras nesse processo faz com que a polaridade negativa seja predominante, ou seja, transmite-se aquilo que não pode ser contido no psiquismo dos pais, que não pode ser dito, e é depositado no psiquismo dos filhos.

A seguir, nos deteremos no debate sobre o sofrimento que pode resultar das falhas nas formações intermediárias típicas da cultura do momento histórico que vivemos e, conseqüentemente, na predominância da negatividade na transmissão psíquica que depende dessas formações para ocorrer.

5.2.3 - Traumatismos e mal-estar na cultura

Gostaríamos de iniciar nossa reflexão acerca dessa temática assinalando que o sofrimento ao qual nos referimos está diretamente ligado a impossibilidade de atribuir sentido àquilo que é vivido. Aderir a essa perspectiva nos leva a prestar atenção especial às rupturas ou descontinuidades no âmbito sociocultural. Também é importante frisar que, apesar de nossa perspectiva psicossocial do sofrimento, reconhecemos que os desdobramentos desse traumatismo também são observados no corpo.

Barus-Michel (2003) afirma que o sofrimento atinge a integridade do sujeito, afeta sua organização. Do ponto de vista psicanalítico, devemos pensar numa pressão insuportável sobre o *Ego*, ou em uma desestabilização dessa instância reguladora. Quando isso atinge níveis insuportáveis, a violência irrompe na forma de somatização, de atuação, de suicídio ou mesmo de delírio. Seus primeiros sinais se apresentam na impossibilidade de falar, de atribuir sentido, pois nossas representações e nossa capacidade intelectual já não são mais eficazes. A questão central discutida aqui diz respeito à coesão do campo simbólico, da rede de significados presente na cultura.

Uma das grandes causas de sofrimento na atualidade resulta de patologias do traumatismo, as quais consistem em patologias dos contratos subjetivos e dos espaços intermediários. Esse mal-estar resulta de um conjunto de mudanças radicais na vida social que coloca em risco todas as nossas crenças e mitos, cuja função é, também, sustentar nossa identidade no conjunto social; abala a base narcísica que assegura nosso pertencimento. Estamos nos referindo às transformações nas estruturas de autoridade e poder, nas relações conjugais, na estrutura familiar e nos vínculos entre gerações que acabam comprometendo as funções do intermediário na vida social e na cultura (KAËS, 2003).

Aos vivenciarmos essas modificações, típicas da pós-modernidade e que acentuam a violência, pois rompem nossas matrizes identificatórias, sofreremos com a perda de nossos códigos que tem por função equilibrar pulsões antagônicas. Assim vivemos as angústias que derivam da reatualização de conflitos intrapsíquicos resultantes do antagonismo entre pulsões destrutivas e amorosas. As formações intermediárias têm como um de seus papéis mediar e transformar os vínculos sociais. É através de representações e de enunciados fundamentais que se constrói a identidade nos grupos sociais. Falamos de contratos coletivos que garantem as crenças e os interditos. Contudo não são apenas as representações internas ao grupo que participam desse processo. Representações provenientes dos espaços externos ao grupo também são importantes, pois é esse encontro intersocial e intercultural que permite a diferenciação entre o interno e o externo; deve ocorrer um ajuste entre a identidade definida no interior do grupo em relação à sua representação reenviada do exterior para dentro do grupo (KAËS, 2003).

Isto é, o mal-estar está relacionado às falhas nas formações intermediárias que resultam na ruptura das fronteiras entre o pensar e o agir. Portanto, essas falhas estão ligadas às atuações (*actings*) violentas e à raiva no pensar, consistindo num recurso para evitar o

contato com o sofrimento que é gerado pelo pensar o vínculo de violência. Para melhor esclarecer esse ponto, recorreremos aos termos do autor:

O vínculo de violência é mantido para criar um estado de não pensamento: a ameaça mútua, a onipotência e a provocação à busca de limites são os elementos pelos quais a raiva se encontra constantemente mobilizada. Gritar bem forte, bater, agir, insultar são as modalidades que põem a vida psíquica fora do circuito e cumprem a exigência de não pensar. Uma irritação lábil ou permanente engendra, em um movimento circulatório auto-alimentado, o medo, a raiva, a ferida narcísica, que não se cicatriza. A raiva solda um grupo que se refere somente a si mesmo, e torna particularmente difícil separar-se e se diferenciar. As funções de colocar em latência e de representar a fala ficam paralisadas ou inexistentes. Além disso, a cultura do imediatismo, com um horizonte temporal curto, mantém a excitação e orienta a descarga pulsional em direção ao *acting-out*” (KAËS, 2003, p.31).

Essas pontuações nos conduzem a refletir sobre a sociedade contemporânea. O que se debate é a sociedade capitalista e, nesse contexto, a fragilidade de tudo aquilo que sustenta nossa identidade dentro do conjunto social.

Na sociedade capitalista ocorre uma dominação da subjetividade e acabamos por viver sem referências da cultura para nossa conduta; o viver se restringe à luta pela subsistência, concebida como a possibilidade de se obter bens, a felicidade, essencialmente privada, dependerá disso (FERNANDES, 2005).

Fernandes (2005, p. 90) expressa sua inquietação frente a esse panorama apresentando uma série de indagações que salientam os aspectos negativos do momento em que vivemos: “Como resgatar o símbolo, escapar da banalidade do factual e alcançar o homem em sua integralidade? Qual o caminho para se escapar dessa morte silenciosa que nos atinge e faz sucumbir nossa criatividade?”

São questionamentos que nos convocam a pensar sobre a necessidade de transformações no cenário social. No que concerne à Psicologia, talvez sua contribuição seja apresentar um caminho de intervenção que não busque apenas oferecer recursos para auxiliar

os indivíduos nesse contexto de sofrimento, pois isso não surtiria efeito transformador no contexto traumatizante, mas que possibilite transformações no âmbito das instituições.

Sustenta-se que o processo de alienação da subjetividade resulta de falhas na transmissão psíquica. Nos casos em que o sujeito se apresenta impossibilitado ou limitado para acessar os processos de simbolização, a ruptura dos laços ou o não dizer entre as gerações é um aspecto comum e que está associado à não inscrição do sujeito na cadeia de gerações e na comunidade a qual pertence (CORREA, 2003). Isto é, o que está em jogo são rupturas nos laços intersubjetivos, nas alianças inconscientes, que têm por finalidade preservar a integridade psíquica do sujeito e do grupo ao qual pertence e também garantem espaços que favorecem o desenvolvimento da subjetividade.

A questão mais significativa é que se transmite o sentido das situações, podendo ser o negativo ou o não revelado traduzido como falta de sentido. Nesse caso a transmissão salienta especialmente que, o que fica enigmático, são os objetos perdidos, recalcados ou não integrados pelo sujeito, envolvendo, assim, as falhas nos processos de simbolização (CORREA, 2003, p. 38).

Correa (2003) se refere a traumatismos acumulativos nos vínculos geracionais. Estes são acontecimentos violentos ou intensos, frente aos quais o indivíduo não consegue reagir efetivamente, gerando uma grande excitação emocional que pode provocar dificuldades duradouras para a organização psíquica. Em outras palavras, o nível de excitação é elevado demais para a capacidade de tolerância do aparelho psíquico. A angústia que deriva dessa impossibilidade de suportar o excesso de excitação certamente comprometerá os envoltórios grupais e individuais o que aumentará a violência nos psiquismos do sujeito e dos grupos.

Isso se visualiza em eventos sociais que marcaram a história por sua enorme violência. Segundo Corrêa (2003), nesses casos se estabelecem enormes fissuras nas garantias meta-sociais e rupturas nos vínculos intersubjetivos. Esse cenário de violência intrapsíquica se

agrava quando esses acontecimentos traumáticos são denegados pela sociedade no âmbito grupal da comunidade ou das instituições. Assim, sobrepõem-se formas de violência. Dessa forma, é produzida uma violência enlouquecedora. Quanto a isso, Correa (2003) relembra eventos sociais de extrema violência que foram socialmente denegados, como os genocídios que ocorreram na Armênia e na Bósnia e a violenta repressão dos regimes ditatoriais que foi difundida na América Latina.

Nas situações de violência ou catástrofe social, o sujeito, o grupo familiar e os apoios grupais/comunitários ficam ameaçados pela própria fragilidade e pela ausência destas referências de significação através de suas instituições mediadoras (família, organizações educativas e laborais). Estas instituições consistem em envoltórios psíquicos grupais que agem como continentes e que habitualmente, permanecem silenciosos (CORREA, 2003, p. 43).

Ainda pensado sobre o impacto das transformações sociais na cultura e, conseqüentemente, na intersubjetividade, Carreteiro (2003) afirma que um dos aspectos relacionados à produção de sofrimento social diz respeito às reconfigurações da ordem social quanto aos espaços socialmente reconhecidos como sendo destinados para o sujeito individual. Ela enfoca as rupturas nas referências que orientam o sujeito dentro do espaço social que se estabeleceram na transição da modernidade para a pós-modernidade. O que ocorreu foi um desgaste das ideologias sobre as classes sociais que indicavam o lugar do sujeito na sociedade a partir de suas práticas socioeconômicas. Nessa transformação, o coletivo perde seu valor e o indivíduo passa a ser a unidade mais valorizada.

O maior sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) é vivido pelo indivíduo que é reconhecido e nomeado no espaço social a partir daquilo que lhe falta. Pertencente a categorias subalternizadas, ele vive o sofrimento psíquico, mas não é reconhecido como sujeito desse sofrimento; isso é interiorizado na subjetividade, mas não

pode ser compartilhado coletivamente. Esse sofrimento se estabelece principalmente na vivência da injustiça. (CARRETEIRO, 2003).

Estamos diante de um cenário no qual grupos sociais desfavorecidos estão enredados em uma contextura social e institucional que não só os mantém à margem da sociedade de consumo e das possibilidades de acesso a bens e serviços de primeira necessidade, por meio de uma organização perversa das relações de trabalho, mas que também invade e empobrece a subjetividade, limitando as possibilidades de reflexão sobre sua condição e sobre os determinantes sociais da mesma. Como afirma Carreteiro, “eles participam de dinâmicas sociais que lhes depreciam e invalidam a importância dos seus códigos sociais e culturais, desqualificando suas experiências vividas” (CARRETEIRO, 2003, p. 60).

Difícilmente esse sentimento é compartilhado, pois é censurado pelo próprio sujeito e porque no espaço social são escassos os suportes para a expressão do sofrimento. Assim, ocorre uma exclusão desses afetos a fim de torná-los inaudíveis. Desse processo participam o sujeito, as instituições e os grupos; trata-se de um silenciamento guiado pela lógica da invisibilidade do sofrimento (CARRETEIRO, 2003).

Esse quadro configura a impossibilidade do contrato narcísico, o que resulta em marcas psíquicas profundas no psiquismo individual e grupal. Consolida-se um déficit narcísico, pois não há um suporte representacional positivo, ao contrário, a inscrição do sujeito na sociedade se dá pela falta e pela inutilidade. Nesse beco, aparentemente sem saída, a solução acaba sendo o exercício da virilidade, uma forma de se rebelar contra a humilhação e que desemboca na violência contra o outro e contra si mesmo (CARRETEIRO, 2003).

5.2.4 - Instituições e mal-estar

As instituições são espaços pacificados que funcionam de acordo com um conjunto de normas interiorizadas. Esses lugares são essenciais para a regulação social. De fato, as

instituições têm permitido a manutenção ou a renovação daquilo que permite todo o conjunto de ações e sentimentos ligados à existência humana. Nas instituições são produzidas as referências ideológicas ou míticas que orientam nossa vida física, mental e social. Nelas a manifestação de algumas pulsões é favorecida ao se apresentar sob a forma de desejos socialmente aceitáveis. Isso ocorre para que a produção das fantasias ou projeções atenda ao projeto da instituição. Nesse contexto, emergirão símbolos que atuam sobre as diversas instâncias do psiquismo de seus membros, garantindo a unificação da instituição (ENRIQUEZ, 1991).

A importância do estudo das instituições se deve a sua atuação sobre o imaginário, capacidade natural para produzir e operar significados para símbolos ligados à sociedade e sua história. A instituição consiste em uma formação sócio-cultural e coloca-se em oposição àquilo que é apresentado pela natureza. Ela mobiliza investimentos e representações que promovem uma regulação da vida psíquica e oferecem o substrato que sustenta as identificações nos grupos sociais (KAËS, 1991). Essas afirmações são, na verdade, um desdobramento do próprio argumento de Freud (1995) acerca da falsa oposição entre psicologia individual e psicologia social, no qual ele apresenta a importância do *Outro* para a formação da vida psíquica do indivíduo.

Como afirma Kaës (1991, p. 28):

Como o *Outro*, a instituição precede o indivíduo e o introduz na ordem da subjetividade, predispondo as estruturas de simbolização: pela apresentação da lei, pela introdução da linguagem articulada, pela disposição e pelos procedimentos de aquisição dos referenciais identificatórios.

Contudo a instituição não tem apenas essa função, ela também é lugar para depositarmos o indiferenciado. Trata-se de uma formação psíquica que tem dupla característica, é interna e externa (KAËS, 1991).

Kaës (1991) afirma que pensar as instituições dessa forma significa admitir um espaço psíquico específico que permita essa dupla função. É necessário que seja construído, organizado ou utilizado um aparelho psíquico que possibilite o vínculo entre os participantes da vida nas instituições, ou seja, um espaço psíquico comum e compartilhado. Os conceitos de aparelho psíquico grupal, alianças inconscientes e cadeia associativa grupal, explicam os processos psíquicos envolvidos na produção de vínculos e sentidos. Para o autor, “[...] uma parte considerável dos investimentos psíquicos é destinada a fazer coincidir numa unidade imaginária essas ordens lógicas diferentes e complementares, a fim de fazer desaparecer o caráter conflitante que contêm” (KAËS, 1991, p. 31).

Para que isso ocorra, o grupo funciona como uma formação psíquica intermediária, unindo os membros da instituição para a realização de seus desejos aos moldes dos processos oníricos. Isto é, a instituição/agrupamento consiste numa comunidade organizada para realizar os desejos recalcados, por meio de deformações e outros recursos, ou se defender dos mesmos. Esse é elo entre o indivíduo e a instituição e tudo o que ela representa. Essa é uma das razões da dificuldade de pensar as instituições das quais participamos, o impeditivo é o reconhecimento de que somos parte integrante e interessada em todo seu sistema de vínculos (KAËS, 1991).

Mais radicalmente, somos confrontados com o pensamento de que uma parte de nosso *Self* está “fora de si mesma”, e que aquilo que “está fora de si” é o mais primitivo, o mais indiferenciado, a base de nosso ser, ou seja, tanto aquilo que, ao pé da letra, nos expõe à loucura e ao desapossamento, à alienação, quanto aquilo que fomenta nossa capacidade criadora (KAËS, 1991, p. 20).

Essa situação pode paralisar nosso pensar sobre o instituído. Pensarmos a instituição como substrato de nossa subjetividade envolve o risco de uma ruptura catastrófica com a estabilidade reconfortante que ela oferece à nossa vida psíquica. O problema reside não

apenas nas ilusões próprias do nosso narcisismo secundário, mas no fato de percebermos o quanto absorvemos das instituições formas de vinculação que sustentam nossa identidade. As instituições fundam-se sobre um deixar de lado que consiste num resíduo que se destinará aos lixões ou quartos de despejo. Trata-se de um pacto denegatório, de uma formação intermediária, que tem por objetivo a recusa ou a não representação de tudo aquilo que possa colocar em risco os vínculos estabelecidos e, conseqüentemente, os investimentos dirigidos aos mesmos (KAËS, 1991).

De acordo com Roussillon (1991), frente à impossibilidade de elaborarmos e simbolizarmos a totalidade de nossas experiências e do recalçamento de alguns aspectos das mesmas, produz-se um resto que mantém uma relação dialética com o processo que o produziu, pois apresenta ao psiquismo novas exigências. O quarto de despejo consiste em um espaço criado e organizado no seio de algumas instituições para conter aquilo que não pode ser elaborado. Esse quarto de despejo é essencial para controlar o resto que não pode ser expresso e, assim, preservar o funcionamento institucional.

Esse espaço de despejo na instituição traz ao aparelho psíquico grupal dois problemas: a escolha e o reconhecimento desse espaço de forma consensual e também um consenso sobre a forma de tratamento e de integração daquilo que acontece naquele espaço. Nesses dois casos, esse consenso só poderá ser negociado por meio da ideologia ou do argumento técnico. Quando essa negociação falha, o resto permanece em seu estado não elaborado, então seus efeitos serão manifestados no real. Muitas vezes o resíduo não elaborado pode se encarnar na figura de uma pessoa, um bode expiatório, por exemplo. (ROUSSILLON, 1991).

Roussillon (1991) comenta que algumas reuniões de equipe são um tipo comum desse espaço. Elas têm objetivos específicos que são rapidamente subvertidos pelos processos psíquicos grupais inconscientes. Nessas reuniões tudo acontece para que nada aconteça, ocorrem desvios dos objetivos originais, as pessoas não conseguem se expressar como

gostariam e fica a sensação de que a palavra não tem serventia. À medida que essa improdutividade é percebida, surge a idéia de suprimi-las. Mas, uma vez suprimidas, o clima de tensão se torna insuportável e a violência aumenta e, em alguns casos, como no exemplo de uma instituição de reeducação da infância desajustada apresentado pelo autor, essa violência se expressou de forma física. O autor afirma que:

O conteúdo do galpão não é reciclado, não assume status institucional: sua função latente é desqualificada pelos seus membros que não chegam a captar o seu valor potencial, nem a criar um sistema de sentido que tornaria aceitável a sua existência (ROUSSILLON, 1991, p.163).

Para Kaës (1991) a instituição pressupõe sofrimento, pois compartilhamos um objeto psíquico comum, mas sempre existe uma assimetria nas relações que é geradora de violência uma vez que os benefícios sempre estão em descompasso em relação às exigências. E, ao nos referirmos ao sofrimento da instituição, por projeção, expressamos o nosso próprio sofrimento frente àquilo que é instituição em nós mesmos, ou àquilo da instituição que está dentro de nós, mas não reconhecemos. “A maior parte dessas perturbações podem ser relacionadas com as falhas das formações contratuais implicadas na função instituinte” (KAËS, 1991, p. 53).

Segundo Enriquez (1991), as crises institucionais trazem à tona o medo da morte, o risco do retorno à indiferenciação situação essa que deixa livre o caminho para a pulsão de morte e a agressividade. Para esse autor, compreender porque a morte se faz tão presente nas instituições é fundamental. O que ocorre é que elas se sustentam sobre a ilusão da igualdade que é rapidamente derrubada pela rivalidade entre seus membros.

O chamado para a vida institucional ocorre por meio de uma mensagem de amor mútuo entre os integrantes no qual a presença de *Eros* é visivelmente predominante. Esse chamado imperioso de *Eros* não permite que seja percebida a presença silenciosa de *Tânatos* nos processos de vinculação. A presença de *Eros* favorece a identificação e a coesão,

formando uma comunidade de recusa. Contudo, essa formação se apóia na sedução e impede a reflexão crítica que coloca em xeque a estabilidade dessa coesão. Além disso, as instituições não conseguem negar a violência fundadora, paradoxalmente, sua razão de existir; elas se organizam para evitá-la, sua função é proteger contra ela. Elas surgem da renúncia da violência entre os membros da comunidade, mas colocam a violência legal no seu lugar e não conseguem compensar de forma satisfatória os sacrifícios impostos, criando situações de angústia insuportáveis (ENRIQUEZ, 1991).

A violência parece ser substancial para a vida institucional, na medida em que procede da legalidade que exige que os homens renunciem à satisfação das pulsões e na medida em que, fazendo isso, é capaz de reacender os combates entre os iguais e favorecer o desejo de transgressão das interdições; mas a violência institucional não se reduz à violência legal. Sempre que um grupo é instituído, mecanismos de defesa como a projeção passam a funcionar, pois, tal como os grupos, as instituições são uma defesa contra nossas angústias e um espaço para depositarmos os aspectos mais primitivos de nossa personalidade. A via da violência se expressa por meio do autoritarismo, da proliferação de mentiras, pela clivagem e pela rejeição. Isso se torna mais freqüente à medida que as instituições favorecem a competição e as lutas pelo poder (ENRIQUEZ, 1991).

Para Enriquez (1991), as instituições não fornecem proteção suficiente para impedir que seus integrantes não se sintam atingidos por esses mecanismos, causando uma inibição na capacidade de pensar e viver emoções. O ambiente se transforma em um palco de disputas e de comportamentos paranóicos; é pano de fundo desse cenário a impossibilidade de elaborar e simbolizar a separação. Nesse jogo de seduições e promessas de realização e proteção, corre-se o risco de que o imaginário de seus membros seja substituído pelo da instituição.

Elas vão favorecer a construção de indivíduos para a sua devoção, na medida em que conseguiram se instaurar para eles como pólo ideal e obcecá-los com o ideal. Entretanto, raramente elas atingirão seus objetivos de domínio

total e, por conseguinte, de formação de estrutura enclausurante: acabarão engendrando um universo conformista, repetitivo e destinado a se degradar irreversivelmente e a morrer, a menos que, procurando a morte dos outros, consiga alguma trégua para si (ENRIQUEZ, 1991, p. 79).

Enriquez (1991) analisa as instituições a partir das proibições que elas estabelecem. Naquelas que oferecem um excesso de proibições, observa-se um crescimento enorme da culpa que resulta da angústia frente à impossibilidade da satisfação das pulsões amorosas, a impossibilidade do desejo e do amor eleva os níveis de tensão a pontos intoleráveis. Nesse caso, estaremos diante de indivíduos que morreram para si mesmos, instituídos socialmente a um nível no qual o questionamento e a transformação do mundo em que vivem se apresenta como impossível. Basta que uma falha seja percebida que eles serão dominados pelo sentimento de perseguição e pela idéia do suicídio.

Por outro lado, o pólo oposto, ou a ausência de regras, também é extremamente prejudicial. Segundo Enriquez (1991), na sociedade atual as pessoas parecem estar entregues a si mesmas, abandonadas, sem referência, tal como crianças sem pais de referência, e desenvolvem-se como indivíduos sem superego. Então, para sobreviverem a um grande desamparo psicológico, busca-se a sustentação no grupo de pares e na massa.

A massa inconstante, envolvida pelos discursos mais grosseiros, pelas imagens mais violentas, imprópria à imaginação criadora, se entrega aos ídolos mais efêmeros, aos impulsos mais primários e vive sob a égide do arcaico. Está povoada de seres que vivem no transitório, no encontro fortuito, e que não tem a capacidade de se confrontar com a alteridade pelo fato de que a sua jamais foi reconhecida (ENRIQUEZ, 1991, p. 84).

Assim, encontramos espaços em que ocorre um excesso de proibições e outros nos quais elas quase não estão presentes. Nesse contexto, não possível reconhecer uma hierarquização das normas que ofereça um ponto de apoio para os indivíduos. Hora adotam as normas de caráter mais solidário, hora as de caráter mais individualista. Nessa confusão, é impossível que o sujeito se reconheça e reconheça os outros (ENRIQUEZ, 1991).

Também sofremos por não compreendermos a própria origem do sofrimento. Quando isso acontece, o que está em jogo é uma sociabilidade sincrética, nessa situação os limites entre o sujeito e a instituição não são localizados.

Bleger (1991) assinala que esse tipo de relação se caracteriza, paradoxalmente, por uma não relação, ou seja, por uma indiferenciação que é a base do funcionamento de todo grupo. Esse conjunto se integra por meio de uma identificação que se estabelece por meio das regras que delimitam os parâmetros para a interação no âmbito da realização de uma tarefa compartilhada, o grupo tende a institucionalizar esses aspectos. Mas, o que queremos destacar é que a identidade grupal também se constitui em um nível no qual essas regras de interação não estão presentes. Essa identidade sincrética se caracteriza por um estado em que a identidade do indivíduo não está presente, a identidade, nesse caso, se funda na filiação ao grupo. Esses dois níveis da identidade grupal apresentam uma dinâmica em direções opostas. Quando a primeira forma aumenta, a segunda diminui e vice-versa. Entre esses dois estratos, identidade e indiferenciação, instala-se um forte processo de clivagem que os separa.

Os efeitos dessa sociabilidade sincrética são facilmente percebidos nos momentos iniciais de um grupo. Conforme Bleger (1991), ao iniciarmos um grupo é fácil e comum que os integrantes apresentem uma reação paranóide frente ao desconhecido. Contudo, o medo não resulta apenas do contato com o desconhecido, o que ocorre é um grande medo de perder o controle, de não responder mais às regras estabelecidas, trata-se do medo da dissolução de nossa identidade no meio, corremos o risco de que nossas instâncias mais integradas da personalidade desapareçam. Passaríamos assim, a fazer parte de um todo indiferenciado. Trata-se de perder a identidade individual que dará lugar a uma identidade grupal.

A clivagem consiste num importante recurso para que os aspectos menos diferenciados da personalidade ou do grupo sejam imobilizados e permitam manter a identidade do indivíduo ou do grupo. Mais do que uma defesa contra as angústias, as

instituições são depositárias da nossa parte psicótica, por isso a tendência à burocratização, que consiste num recurso para manter a clivagem entre a sociabilidade sincrética e a sociabilidade por interação. Nesses casos, o nível da interação se estabelece de forma rígida e fixa, essa estereotipia da organização ocorre e se fundamenta no controle da clivagem entre o dois níveis o que imobiliza a sociabilidade sincrética (BLEGER, 1991).

Desta forma, o essencial para o grupo burocratizado é bloquear os níveis simbióticos ou sincréticos, o que acaba resultando numa corrupção dos objetivos originais, assim, aquilo que era meio para atingir objetivos se transforma no próprio objetivo. Vemos que toda instituição tende a reproduzir a estrutura do problema que busca solucionar, razão pela qual ela foi criada. Desta forma, é preciso lembrar que as equipes nas organizações também tendem a esse funcionamento típico, esses sujeitos se organizam como elas, são parte integrante das mesmas e, essas, por sua vez, são parte da personalidade de seus membros. Acontece que os conflitos da equipe se materializam na clientela. Por essas razões, as mudanças nas instituições são bastante ameaçadoras e consistem num risco à integridade do psiquismo de seus integrantes (BLEGER, 1991).

Bleger desdobra esse raciocínio para o funcionamento social:

A sociedade tende a instalar uma clivagem entre o que ela considera como sadio e como doente, como normal e como anormal. Assim se estabelece uma clivagem muito profunda entre ela (sociedade “sadia”) e todos aqueles que como os loucos, os delinquentes e as prostitutas acabam produzindo desvios e doenças que, supõe-se, não têm nada ver com a estrutura social. A sociedade se autodefende, não dos loucos, dos delinquentes e das prostitutas, mas de sua própria loucura, de sua própria delinquência, de sua própria prostituição; dessa maneira ela coloca fora de si mesma, ela os ignora e os trata como se lhe fossem estranhos e não lhes pertencessem (BLEGER, 1991, p. 68).

Para Kaës (1991), o sofrimento está associado às falhas na ilusão institucional, ou seja, os ideais que sustentam as identificações narcísicas e o sentimento de pertença não são

suficientes para que possamos suportar os obstáculos impostos à realização dos desejos. Nessas situações, somos obrigados a uma renúncia, mas sem a sustentação da ilusão institucional. Essa falha dificulta esse doloroso trabalho psíquico e favorece a prevalência do instituído sobre o instituinte, o espaço institucional passa a ser marcado pelo ataque e pela burocratização. Podemos pensar que isto está relacionado à impossibilidade de realização da tarefa primária da instituição, ou seja, de tudo aquilo que sustenta sua existência e os laços entre os indivíduos que compartilham esse espaço. Assim, o que se coloca é a possibilidade do fim da instituição. Dessa forma, são empregados mecanismos de defesa contra possíveis mudanças na instituição, o que implicaria questionamento dos valores instituídos e transformação das representações; seria preciso abrir espaço para novos valores instituintes.

É por isso que é importante deixar falar e ouvir o sofrimento e o mal, seja qual for sua procedência e sua razão de ser: a condição primordial é deixar que a sua representação aflore – pela palavra e pelo jogo. Então é possível confrontá-las com as formações míticas e os rituais de que a instituições se dotam necessariamente para se defender contra o sofrimento e para representar a causa e o tratamento desse sofrimento, ou mesmo para evitar de ter essa representação (KAËS, 1991, p. 58)

6 - MÉTODO

6.1 - Em busca de Representações Sociais sobre a FEBEM

Nesse trabalho privilegiamos o diálogo com trabalhadores da FEBEM, visando conhecer representações de todo um sistema de valores disposto como uma rede simbólica que denominamos instituição. Entendemos esse sistema como parte de outro maior, que é determinante na estruturação do conjunto de organizações que sustentam nosso modo de vida, o que inclui as relações de trabalho e a conduta dos integrantes do conjunto social.

A atribuição de relevância a essa proposta de recorte da realidade desses sujeitos se apoiou no consenso a respeito da necessidade de transformação dessa organização governamental e no pressuposto de que os valores e as representações da nossa própria realidade são parte integrante de nós mesmos, ou seja, aquilo que está instituído não é externo, mas sim interno. Portanto, buscar a mudança da organização pela modificação de aspectos externos aos indivíduos não será suficiente, é necessário que, ao mesmo tempo, também sejam produzidas transformações nas representações de seus integrantes. Mudança implica questionamento dos valores instituídos, transformação das representações e superação de estereótipos para que surja espaço para novos valores instituintes (ROUCHY; DESROCHE, 2005).

6.2 - Representações Sociais e Psicanálise

Fazem-se necessários alguns esclarecimentos acerca desse termo inicialmente cunhado por Moscovici (1961) e que designa processos cognitivos e afetivos que têm por finalidade tornar familiar aquilo que é desconhecido, isto é, são um meio de interpretar e conferir sentido ao mundo que nos cerca.

Aiello-Vaisberg (1999) assinala que a perspectiva psicanalítica acerca das representações é, de certa forma, convergente com os aspectos acima mencionados, pois postula que as representações são um recurso para organizar nossa vida emocional.

Por outro lado, Kaës (2001) nos alerta para as dificuldades dessa aproximação, pois são marcantes as diferenças no que diz respeito aos dispositivos metodológicos e aos objetos de estudo. Como esse autor nos ensina, a psicanálise construiu uma forte teoria a respeito das representações, mas a questão que é lançada é como articular essa construção com uma concepção psicossociológica da representação.

Da mesma forma que o autor, entendemos que a resposta a essa pergunta se apresenta à medida que retomamos a discussão sobre o papel do grupo na ligação do singular ao coletivo, apresentada no capítulo anterior.

Estamos nos referindo a uma evolução da teoria psicanalítica que tem suas origens na afirmação de Freud (1995) de que toda psicologia individual é também uma psicologia social. Para Kaës (2001), a representação social oferece suporte e realização individual e, ao mesmo tempo, contribui para a formação da comunidade de pertença, crença e identidade. Esse autor, comentando o trabalho psíquico do *outro*, afirma que além da transformação psíquica (produção da representação) também é importante o processo de codificação do conteúdo, sendo que esses dois processos ocorrem na esfera grupal. Nas palavras do autor:

O trabalho de mentalização se estabelece (ou não) como trabalho do vínculo entre representação psíquica enquanto ausência representada e codificação grupal – conjunto de procedimentos e de conteúdos predispostos e potencialmente utilizáveis para a formação da representação. O que chamo de apoio grupal permite dar não só apoio, mas também forma e, mais ainda, crédito à representação intrapsíquica numa retomada pela falta, que a toma significativa no vínculo interpessoal, grupal e societário. Meu ponto de vista é de que o trabalho da representação estabelece uma ligação entre essas três ordens: entre o corpo e o psiquismo, entre as formações psíquicas e entre as formações grupais (KAËS, 2001, p. 74).

Sustentamos que as representações são sempre produções intersubjetivas. Desta forma, toda representação é social. Como Bleger (1984b), recusamos a oposição indivíduo-sociedade. A conduta deve ser compreendida como processo e não como coisa, deve ser estudada em função da personalidade e suas relações com o contexto social. Esclarece-se que essas relações se estabelecem pela inseparabilidade entre personalidade e sociedade.

Temos um exemplo disso quando pensamos o método psicanalítico, revisto pelo próprio fundador da Psicanálise durante a história do desenvolvimento dessa disciplina, dessa forma, podemos tomar a associação livre como uma forma de entender que os sintomas possuem um sentido produzido na sua vida social (BLEGER, 1973).

6.3 - Dialogando com Trabalhadores

O contato com os colaboradores dessa pesquisa foi feito por meio do sindicato dos trabalhadores em questão. Assim, não podemos deixar de lado que aqueles que participaram estavam, de alguma forma, ligados a uma entidade que vem dirigindo seus esforços para buscar defender seus interesses enquanto cidadãos e membros de uma categoria trabalhista. Como era de se esperar, todo o contato com esses trabalhadores foi permeado por reivindicações.

As peculiaridades da função exercida pelos entrevistados – a falta de condições adequadas para o trabalho, o risco, a crescente depreciação pública da FEBEM e as múltiplas contradições que ela representa – nos fazem reconhecer a FEBEM como um espaço de produção de sofrimento, tanto para a clientela atendida quanto para aqueles que nela trabalham, o que nos remete pensar a necessidade de todos os envolvidos em se proteger física e psiquicamente.

Com isso, devemos lembrar que, no que diz respeito ao funcionamento psíquico, as estratégias defensivas funcionam como regras e têm como uma de suas finalidades reduzir o reconhecimento da importância das pressões e do sofrimento engendrado nas relações de trabalho. Essas estratégias são importantes para possibilitar a continuidade do trabalho e evitar a loucura e contribuem para manter estáveis os aspectos subjetivos das relações de trabalho, sustentam, portanto, um posicionamento resistente à mudança (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Como essas estratégias ou ideologias são construídas coletivamente, um enfoque psicanalítico do trabalhador implica pensar o campo intersubjetivo. O trabalhador nunca poderá ser considerado um indivíduo isolado. Dejours e Abdoucheli (1994) ressaltam a importância do espaço intersubjetivo produzido pelas relações de trabalho. Segundo os autores, é nele que ocorre a regulação psíquica dos sujeitos, a partir da elaboração de regras defensivas e regras de ofício. O trabalho também opera na constituição da subjetividade do sujeito, também é mediador entre o inconsciente e o campo social, entre o singular e o coletivo.

Desta forma, somente por meio da relação intersubjetiva com os trabalhadores é que teríamos a possibilidade de acessar significados sobre a instituição e o próprio trabalho nela desenvolvido. Mas, para que isso ocorresse, seria necessário um conjunto de procedimentos que favorecessem o acolhimento e o sentimento de confiança, a fim de diminuir a intensidade do uso de recursos psíquicos defensivos.

6.4 - Procedimentos

Os procedimentos de caráter indireto evitam distorções oriundas de possíveis dificuldades de expressão, por razões morais ou intelectuais, possíveis nos diversos grupos

sociais. Trata-se de uma forma de investigar, a qual busca localizar significados pertinentes aos discursos dos sujeitos que superem os significados conscientemente atribuídos pelos sujeitos ao próprio discurso (AIELLO-VAISBERG, 1999).

Para identificar as representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores, lançamos mão do procedimento Desenhos-Estórias com Tema proposto por Aiello - Vaisberg (1997). Tal procedimento tem caráter projetivo e consiste numa adaptação dos procedimentos originalmente propostos por Trinca (1997), que tinham por objetivo servir de ferramenta para ampliar o conhecimento da dinâmica psíquica. Esse dispositivo tem se demonstrado, juntamente com outras técnicas projetivas, um eficaz instrumento para o estudo das representações sociais (AIELLO – VAISBERG, 1997).

A utilização desse tipo de técnica apóia-se no pressuposto de que a pessoa, em condições de associar livremente, tende a dirigir essas associações para aspectos mais sensíveis da personalidade. Ou seja, em condições livres, os sujeitos tendem a organizar suas respostas de uma forma muito pessoal, que permite revelar conteúdos relacionados a conflitos e perturbações encobertos (TRINCA, 1997). Porém, não se pretendeu compreender e estudar como se estrutura a personalidade de cada entrevistado, mas sim captar a expressão de uma subjetividade grupal expressa pelo sujeito (AIELLO-VAISBERG, 1997). Buscou-se, na verdade, uma psicodinâmica social que procura “focalizar as representações sociais como condutas simbólicas de subjetividades grupais, oriundas da aplicação do método psicanalítico” (AIELLO-VAISBERG, 1995, p. 111).

Aiello–Vaisberg (1995) lança mão do conceito de transicionalidade para explicar o aspecto lúdico dos métodos projetivos, importantes instrumentos para o estudo das representações sociais. Para a pesquisadora, essa forma sofisticada de brincar permite o acesso a conteúdos subjetivos, pois pode ser associado a uma escuta que busque subverter o uso consensual dos significados. Trata-se de uma proposta de espaço lúdico que permite o

trânsito entre representações. Contudo, parte-se do princípio de que o conteúdo inconsciente não “está lá”, apenas esperando para ser descoberto. Esse último é produto do diálogo lúdico que é compreendido através de outros caminhos que não são aqueles do cotidiano (AIELLO-VAISBERG, 1995).

Para sermos mais precisos, assinalamos que em nossa investigação não visávamos penetrar no inconsciente dos sujeitos de pesquisa. Para tanto, necessitaríamos do uso do dispositivo grupal de forma mais prolongada e sequencial ou de condições mais controladas para aplicação do procedimento Desenhos-Estórias com Tema. Limitamos-nos, portanto, a utilizar o procedimento descrito como um recurso para estabelecer um diálogo, uma entrevista que permitisse acesso ao pré-consciente e à produção de hipóteses sobre conteúdos inconscientes.

Dessa forma, não realizamos a interpretação e análise dos desenhos, estes serviram apenas como um recurso lúdico para favorecer a interação com os participantes. Em nossa análise, focamos nossa atenção no material resultante da livre expressão dos participantes, que hora contaram histórias produzidas por meio de associações com o desenho sobre o tema FEBEM, hora descreveram situações típicas de seu trabalho e expressaram seus sentimentos em relação à Instituição.

6.5 - Convite aos Sujeitos de Pesquisa

Contatamos os participantes dessa pesquisa por meio do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo – SITRAEMFA. Após o esclarecimento de nossa proposta, que foi realizada de forma verbal e escrita (apresentação de projeto e carta de informação ao sujeito de pesquisa),

solicitamos que o consentimento para a realização da pesquisa fosse formalizado por meio da assinatura de termo de consentimento, conforme modelo anexo.

Com o auxílio dessa entidade, localizamos os sujeitos de pesquisa que estavam atuando ou haviam atuado recentemente em unidades de internação da FEBEM. Além dos “funcionários de pátio”, expressão utilizada por esses trabalhadores para designar os monitores ou agentes de apoio, participaram das atividades grupais uma assistente social e um funcionário de manutenção.

6.6 - A Interação com os trabalhadores da FEBEM

No primeiro momento do contato com os entrevistados, tentamos esclarecer a proposta de pesquisa, fornecendo subsídios suficientes para que eles pudessem decidir livremente sobre sua participação. A eles foram fornecidos Carta de Informação ao Sujeito de Pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo anexo.

O próximo passo consistiu na tentativa de estabelecer um bom *rappor*t com os entrevistados. Esse momento também foi utilizado para coletar informações objetivas sobre os participantes que nos permitissem conhecer o histórico de sua ligação com a FEBEM (ingresso, atuação, tempo e atual situação na instituição), a fim de excluir voluntários que não tivessem familiaridade alguma com as unidades de internação, ou que fossem recém-contratados. Em seguida, aplicou-se o procedimento escolhido.

Toda a aplicação do procedimento foi gravada e posteriormente transcrita. Esse processo foi executado buscando-se respeitar as características originais do discurso dos participantes. Adotamos um critério de pontuação que aproximasse a transcrição do ritmo original das falas e sinalizamos as pausas mais prolongadas com três pontos entre parênteses.

O procedimento Desenhos - Estórias com Tema foi aplicado coletivamente a com base nas instruções para as produções gráficas indicadas no procedimento original (TRINCA, 1997). Assim,

foram oferecidos aos entrevistados folha em branco e lápis coloridos, sendo que lápis pretos também estavam disponíveis em meio aos demais. Então, os participantes foram convidados a realizar um desenho, da forma que desejassem, com o tema “FEBEM”.

Após a conclusão do desenho, o pesquisador solicitou a cada participante que olhasse para o desenho e inventasse uma história associada ao mesmo. Todo o procedimento esteve voltado para propiciar a livre expressão sobre o tema.

À medida que cada participante finalizava o desenho e a história, buscou-se esclarecimentos sobre a produção gráfica e a história. Essa investigação foi realizada visando penetrar na atmosfera onírica da aplicação, portanto o pesquisador manteve o esforço para atentar aos conteúdos simbólicos de forma a estabelecer um diálogo conectado a tais conteúdos. Privilegiamos, então, “uma leitura transferencial centrada na apreensão do que diz o material acerca da posição existencial do sujeito grupal frente ao objeto social em pauta” (AIELLO-VAISBERG, 1997, p. 276). Conforme Aiello-Vaisberg (1999), a comunicação dos desenhos e da história geram outras metáforas ou fantasias de forma ressonante, deste ponto partiram assinalamentos que consistiram em mais um recurso investigativo.

Durante as entrevistas também nos orientamos pelos ensinamentos de Bleger (1993) que, ao se referir à realização de entrevistas psicológicas, afirma que o principal instrumento de trabalho do entrevistador é ele mesmo, sua personalidade. Na perspectiva do autor, sua participação na relação interpessoal é inevitável, isto é, entrevistador e entrevistado fazem parte de uma totalidade, um grupo. Portanto, como estão inter-relacionados, a conduta nesse campo também é interdependente.

Esforçamos-nos para adotar aquilo que Aiello-Vaisberg (1995) define como uma escuta desapegada de pressupostos acerca do discurso, ou melhor, um posicionamento curioso e aberto para permitir que os significados emergissem do diálogo dos sujeitos. Num momento posterior a esse encontro intersubjetivo e o vivenciar de seus significados, pode-se reestruturar o campo observado a partir de referenciais teóricos.

7 - REFLEXÕES SOBRE OS ENCONTROS COM TRABALHADORES DA FEBEM

7.1 - Visita para reconhecimento e esclarecimento

Após o contato telefônico com o SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo, enviamos a proposta de pesquisa para que fosse apreciada pela direção do sindicato. Uma vez aprovada a proposta, agendamos uma primeira entrevista a fim de propiciar o esclarecimento de todas as dúvidas sobre o trabalho e realizar um reconhecimento do espaço onde seriam realizadas as atividades de pesquisa. Esse momento foi importante, pois pudemos apresentar novamente a proposta e discutir as expectativas da entidade em relação à pesquisa. Nossa intenção era favorecer que um vínculo apoiado na confiança se estabelecesse entre o pesquisador e o sindicato.

Um primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao momento pelo qual passava o sindicato; estavam todos mobilizados com as eleições para diretoria que se aproximavam. A ênfase dessa conversa recaiu sobre os benefícios para os trabalhadores, isto é, como os resultados da pesquisa que pretendíamos realizar se reverteriam para melhoria das condições de trabalho. Foi preciso explicar que não haveria necessariamente benefícios diretos, mas que o conhecimento produzido poderia auxiliar na elaboração de intervenções futuras.

Um segundo ponto diz respeito às indagações dos membros do sindicato sobre as motivações do pesquisador e da organização à qual pertencia. Surgiram questões sobre o acesso das informações pela imprensa e sobre o sigilo em relação à identidade dos participantes. Frente a esses questionamentos, os esclarecimentos focaram tanto a condição de doutorando do pesquisador quanto o esforço conjunto dos membros da academia para entender melhor a complexidade da FEBEM e de suas relações com a sociedade. Ficou claro, nesse ponto, que a maioria das pessoas presentes nessa reunião percebia a situação de

entrevista com trabalhadores como uma oportunidade de denúncia e, portanto, era imprescindível que o anonimato fosse garantido. Foi importante esclarecer que a presença do pesquisador na entidade não era voltada para coletar denúncias, apesar de reconhecermos que elas são importantes, mas sim para buscar um melhor entendimento do significado da FEBEM para uma parte de seus trabalhadores.

Após os esclarecimentos, conversou-se sobre os procedimentos, a quantidade de participantes e a forma de convite dos mesmos. Foi possível expor a necessidade de um espaço reservado para a realização da atividade, a qual foi novamente descrita em detalhes, e da importância da participação livre, do contrário, haveria comprometimento de todo o processo. Enfatizou-se que no momento do convite não poderiam ser apresentadas informações que dessem margem ao entendimento de que a participação na pesquisa estaria ligada a algum benefício específico direto ou à denúncia.

Os membros da direção do sindicato se dispuseram a realizar os convites e o primeiro encontro foi agendado para o mês seguinte, pois a entidade estava em processo eleitoral e julgamos que seria mais adequado iniciar os trabalhos depois da eleição da direção do SITRAEMFA.

7.2 - Sobre a organização das entrevistas transcritas

A seguir, apresentaremos nossa tentativa de reorganizar os discursos produzidos durante as entrevistas com os dois grupos entrevistados e teceremos nossas primeiras considerações. Esse trabalho consistiu num exercício para separar e agrupar conteúdos a fim de facilitar uma análise posterior. Contudo, reconhecemos que os conteúdos separados não podem ser considerados isoladamente, pois cada trecho, cada fragmento, está carregado de sentidos que se complementam e que, durante a entrevista, estavam visivelmente em

transformação. Assim, o sentido do discurso, originalmente produzido por um integrante, ia suscitando novos conteúdos e evocando significados no contexto do grupo.

Quanto às representações da FEBEM, entendemos que estas não podem ser compreendidas como algo dissociado das representações do trabalho, do adolescente internado e do sindicato, sendo este último nosso primeiro elo com os participantes da pesquisa.

Em vista dessas condições, realizamos esse trabalho de reorganização para cada entrevista grupal separadamente e para tanto utilizamos quatro núcleos de aglutinação dos conteúdos: O Trabalhador e o Trabalho na FEBEM, O Sindicato, A Relação Monitor – Adolescente Internado, A FEBEM.

7.3 - O primeiro encontro

O contato com o primeiro grupo de participantes consistiu numa segunda etapa de aproximação com os trabalhadores da FEBEM. Esse momento foi marcado por uma grande desconfiança dos participantes, mas que aparentemente serviu para dissolver, em parte, as desconfianças daqueles que participaram do segundo encontro. O que percebemos foi que o segundo grupo se demonstrou muito mais à vontade para participar. Talvez isso tenha ocorrido devido ao envolvimento de um dos primeiros entrevistados no convite a novos participantes. Em outras palavras, a vinculação positiva com esse participante pode ter sido decisiva para que os demais se sentissem seguros para participar.

De volta ao primeiro encontro, após uma detalhada exposição da proposta de pesquisa e de seus possíveis desdobramentos futuros, a maioria dos trabalhadores que foram convidados alegou que não poderia esperar para participar. Ao questionar as razões da não participação e o que eles pensavam da proposta, as respostas foram breves e pouco

esclarecedoras. Todos disseram apenas que não poderiam participar e se retiraram rapidamente da sala. Apenas duas pessoas permaneceram e realizaram a atividade com o pesquisador. A elas atribuímos os pseudônimos de Carlos e Joaquim. Na transcrição das entrevistas utilizamos as iniciais C e J para nos referirmos a esses participantes. Para designar as falas do pesquisador utilizamos P.

Carlos é funcionário da área de manutenção, atualmente é membro da diretoria do SITRAEMFA. Joaquim é funcionário da FEBEM há cinco anos, trabalha como Agente de Apoio (monitor⁴).

Quanto a essa recusa por parte da maioria das pessoas convidadas em participar da pesquisa, podemos levantar algumas questões:

Estariam eles de fato sem disponibilidade para participar? Se não estavam disponíveis, por que foram até o sindicato? Teria o convite sido realizado a pessoas que estavam no local por outras razões? Quais foram as informações que esses sujeitos receberam ao serem convidados?

Após a coleta de dados, nesse mesmo dia, tentou-se investigar o que teria ocorrido e conversou-se com a pessoa que convidou os participantes, indagando-se sobre como ocorrera o contato com os participantes. A resposta obtida fez pensar que as informações a respeito da atividade foram compreendidas pela pessoa que realizou o convite, mas nada ficou verdadeiramente esclarecido em relação ao entendimento dos convidados sobre a proposta. Contudo, foi possível verificar que todos haviam se dirigido ao sindicato para participar da pesquisa.

Como veremos a seguir, ao longo da entrevista com os dois trabalhadores que se dispuseram a participar, foi ficando claro que a percepção sobre a presença do pesquisador na

⁴ Utilizaremos os termos Monitor e Funcionário de Pátio para designar aqueles trabalhadores que lidam diariamente com os adolescentes privados de liberdade.

entidade era, por um lado, a de uma oportunidade para denunciar irregularidades e a falta de reconhecimento do valor daqueles que, heroicamente, realizavam tarefas perigosíssimas que exigiam muita bravura e astúcia, e, por outro, algo que gerava muita desconfiança. Talvez a participação nessa pesquisa significasse uma dupla ameaça: a produção de críticas aos monitores, que estão sempre entre o denunciar e o ser denunciado, e o risco de entrar em contato com conteúdos psíquicos que geram sofrimento.

Destacam-se também os relatos de sofrimento psíquico, da tênue fronteira entre a FEBEM e a criminalidade e do sentimento de impotência frente toda a situação da qual fazem parte. Podemos afirmar que os aspectos mais ressonantes no grupo, nesse primeiro momento, foram os sentimentos de desconfiança, de desvalorização, de impotência e de abandono.

7.3.1 - Reações à proposta de atividade

Durante essa primeira entrevista, o receio em relação à finalidade da pesquisa foi prioritariamente verbalizado por Joaquim. Chama atenção o fato de Joaquim, apesar de receoso, ter decidido participar da entrevista. No início sua postura era de desconfiança, porém também desafiadora. Ele parecia engajado nas atividades do sindicato por acreditar que esse poderia ser um caminho para a melhoria das condições de trabalho na FEBEM.

Ele questionou diversas vezes a finalidade da pesquisa e demonstrou-se repetidamente insatisfeito com minhas explicações. Como se sentisse que algo não havia sido revelado. Interrompia frequentemente o discurso do pesquisador tentando antecipar suas respostas.

Vejamos como exemplo alguns trechos iniciais da fala de Joaquim:

*Erich? Agora me fala (...)⁵ Nós falamos um pouco da gente (...).
Agora me fala assim (...) qual a finalidade desta pesquisa? (Joaquim)*

*A finalidade desta pesquisa é conhecer um pouco mais como é que
você se sente com relação à FEBEM, o meu olhar não é um olhar*

⁵ Na transcrição das entrevistas utilizamos esse recurso para indicar as pausas no discurso.

*de denúncia (o discurso do pesquisador é interrompido).
(Pesquisador)*

Crítico? (Joaquim)

Não é um olhar para criticar o trabalho dos funcionários, mas é uma reflexão em relação ao que o funcionário sente (o discurso do pesquisador é interrompido). (Pesquisador)

Pra levar a quê? (Joaquim)

Também poderíamos levantar a hipótese de que esses questionamentos seriam apenas uma reação normal de quem, de fato, não entendeu as informações sobre a finalidade da pesquisa. Mas, ao longo da pesquisa, foi possível observar uma constante tentativa de valorizar o trabalho do monitor e de desfazer uma imagem injusta a respeito desses trabalhadores.

Quanto a Carlos, um dos diretores do sindicato e, portanto, alguém fortemente envolvido com os problemas relacionados aos trabalhadores da FEBEM, a forma de sua participação também sugere certa desconfiança em relação ao pesquisador e suas intenções. Ele se posicionou quase como um espectador e justificou repetidamente sua não participação por não ser funcionário de pátio. No entanto, apesar de se negar a desenhar manteve-se o tempo todo na sala emitindo breves considerações para concordar ou completar as afirmações de Joaquim. Abaixo apresentamos alguns trechos da entrevista que ilustram nossas reflexões:

Eu não tenho nada para escrever, eu não sou funcionário. Já fui funcionário, mas não sou mais. Eu sou diretor do sindicato, sou afastado pelo sindicato e achei que hoje não (...) deveria mais participar (...) não (...) não trabalhar mais na fundação. É. Mas já fui funcionário da fundação (...) já fiz parte da fundação. (Carlos)

Como já afirmamos anteriormente, esse sentimento de desconfiança já era esperado, pois a população estudada faz parte de uma instituição que, nos últimos anos, vem sendo destaque dos noticiários devido à grande frequência e intensidade de situações de violência em suas unidades, alvo de denúncias de tortura contra os adolescentes, além de ser submetida

a uma situação de trabalho historicamente apoiada na violência e no fechamento institucional. Assim, se levarmos em conta que esses trabalhadores sofrem constante exposição de forma extremamente negativa à opinião pública e são punidos com demissões em massa, também devemos esperar que a cautela esteja presente em situações como essa.

Outro aspecto sobre o qual devemos refletir é a própria proposta de atividade. O que fizemos foi um convite à criatividade, à imaginação em busca de indicadores do significado do vínculo desses trabalhadores com a FEBEM. Talvez a desconfiança possa ter sido acentuada pela própria atividade de desenhar que convida a entrar em contato com conteúdos inconscientes, com as implicações de cada um com tudo que a instituição representa além de expor tudo isso na forma de desenho. Cogitamos a dificuldade de elaboração de significados relacionados à FEBEM devido à condição de grande sofrimento psíquico vivido pelo conjunto de trabalhadores dessa instituição. Referimos-nos aqui a uma dificuldade de produzir representações ou formas aceitáveis para o desejo, pensamos na possibilidade de uma redução da capacidade de elaboração devido às condições institucionais.

Quanto à produção gráfica, ambos os entrevistados nesse primeiro encontro demonstraram preocupação com a dificuldade de realizar um bom desenho. E, apesar das orientações acerca da total liberdade para realização do desenho e que essa produção não seria avaliada, Carlos não desenhou e Joaquim produziu um esquema da divisão dos territórios de cada grupo na unidade (funcionários, facções criminosas, religiosos). A produção de uma história a partir do desenho também foi vivida como algo difícil ou impossível. Joaquim limitou-se a descrever seu desenho, pois para ele a história era a realidade, inventar seria faltar com a verdade. Novamente, é possível pensar que essa recusa ou dificuldade não se deva exclusivamente à resistência para entrar em contato com conteúdos de difícil elaboração, isto é, a não compreensão da finalidade do desenho e o convite para inventar uma história pode ter

sido entendida como a produção de um relato pouco verdadeiro e desonesto sobre a difícil realidade nas instituições. Isso parece ser o que sugere o seguinte diálogo:

Você quer contar uma estória pensando no seu desenho?
(Pesquisador)

Uma estória? (Joaquim)

Pensa no seu desenho e inventa uma estória com começo, meio e fim.
(Pesquisador)

Eu sou mais falar do que escrever. (Joaquim)

Então fala. Pode falar. (Pesquisador)

É isso que eu to te falando, cara! (Joaquim)

Mas isso não é uma estória, isto é verdade! Mas (...) que estória, eu não sei contar estória (...). Eu só sei falar a verdade. Eu sou feliz porque eu sou sincero. Eu não sei contar historinha. A historinha é (...) não tem historinha. (Joaquim)

Partindo dessas reflexões, no encontro com o segundo grupo de participantes, enfatizamos ainda mais o fato de que o desenho livre era um recurso para que pudéssemos saber um pouco do que de cada um sente em relação à FEBEM. Tentamos deixar mais clara a idéia de que o mais importante não era fornecer descrições ou detalhes de situações ocorridas, mas sim permitir que a imaginação ficasse livre.

Nesse primeiro grupo, a dificuldade de expressão não ficou restrita ao desenhar ou mesmo ao contar estória. Toda a entrevista foi marcada por uma intensa e condensada expressão verbal de Joaquim. O diálogo se estabeleceu na forma de uma profusão de relatos sobre acontecimentos relativos ao dia-a-dia em uma unidade da FEBEM, que foram apresentados de forma não ordenada, ou seja, os assuntos pareciam misturados e surgiam e ressurgiam de forma imprevisível como se estivessem em movimento. Também foi marcante a quantidade de interrupções no fluxo discursivo; freqüentemente Joaquim pausava brevemente sua fala em busca de uma explicação para seus relatos, como se fosse difícil dar nome às coisas que acontecem na FEBEM. Essas características da expressão de Joaquim

também foram percebidas no falar de Carlos, contudo esse entrevistado adotou uma postura mais cautelosa, acompanhava Joaquim de forma afirmativa e complementar, conforme se observa no fragmento abaixo:

Você não pode sair mais de casa, ir passear em um shopping, você precisa tomar cuidado, sentar em um restaurante (...), olha, isso é um vício, só sentar de costas para a parede. (mostrou que ao sentar procurou encostar-se na parede). Nunca dar as costas para a rua, isso você vai aprendendo cara. Aqui é olho por olho, bolinha por bolinha. Não tem essa de (...) é complicado cara, o negócio é doido, mais doido mesmo. (Joaquim)

Inclusive funcionário lá na unidade, você não tem lugar para se arrumar. Os armários (...) era um cubículo cara, e você entrava e tinha um menor lá dentro. Era o seguro? Você tem que esconder o cara no refeitório, na rouparia, você tem que esconder o cara porque os malandros querem pegar, e eu tive que segurar ele, sabe? O negócio não tem é (...) acabo o plantão, você tem que ir embora para casa, ele (o funcionário) não tem assim um clube, uma sala com, sabe? Uma televisão, um snooker, uma coisa para o cara relaxar, sabe? Tirar a tensão, não tem, não existe isso. Você é mil graus toda hora. É que nem eu chegar na unidade, entrar e os caras me revistaram e deixaram a minha vida na portaria, porque lá dentro é uma outra vida, uma outra lei, lá é uma outra palavra, uma outra coisa. (Joaquim)

É outro português. (Carlos)

E não tem nada a ver (referindo-se à atividade proposta pelo entrevistador). É, mais vai (...) é história. Mas não é história não! É a realidade. Vai lá uma hora e procura se disfarçar como funcionário e entra lá e fica só olhando, não precisa falar nada, só olha que você vai ver, você nunca mais vai voltar. Uma professora, nossa como sofre cara, como sofre! É só mulher, mulher assim (gesticulou), o pessoal é grande (referindo-se à força dos adolescentes). (Joaquim)

*Já teve um monte de caso de estupro com a professora que tava lá.
(Carlos)*

Apesar dessas considerações acerca do procedimento, entendemos que sua finalidade essencial não foi comprometida, ou seja, ele serviu de forma satisfatória como recurso dialógico no contato com esses trabalhadores. Na verdade, cabe observar a importância desse tipo de espaço para a expressão desses trabalhadores, pois parece não haver alternativas para pensar e expressar suas dificuldades além do sindicato. Também podemos refletir sobre até que ponto um dos entrevistados não estaria se referindo a uma necessidade de “arrumação” interna e, conseqüentemente, dos valores institucionais internalizados ao se referir a um espaço para se arrumar. Assim, aquilo que à primeira vista pode aparentar uma solicitação de ajustes para o trabalho na FEBEM, isto é, pequenas mudanças que não tangem a transformação institucional, talvez seja algo que sinalize um pedido de ajuda para rever a instituição e as implicações de cada um com ela. Contudo, como vimos nos pressupostos teóricos apresentados, a possibilidade de transformações pode ser muito ameaçadora.

7.3.2 - O Trabalhador e o Trabalho na FEBEM

No decorrer da entrevista, foram se desvelando o quanto pertencer à FEBEM é reconhecido como algo negativo, principalmente quando se trata do trabalho com os adolescentes em conflito com a lei. Os entrevistados pareciam se esforçar para mostrar ao pesquisador a verdade sobre a FEBEM, o esforço era para ressaltar a bravura e a astúcia desses trabalhadores no enfrentamento da quase impossível tarefa de controlar os internados. Como se lutassem contra um inevitável estigma: trabalhar na FEBEM é algo que não pode ser bem visto e todos são percebidos como aqueles que lidam com os adolescentes. Contudo, apesar da discriminação sofrida, o trabalhador se reconhece como aquele que tem habilidades especiais para penetrar num mundo sombrio, mas ao mesmo tempo fascinante e intrigante.

No fragmento abaixo, Carlos comenta o preconceito e a falta de compreensão quanto às dificuldades enfrentadas nas unidades de internação:

Ah sim, sinceramente! Agora sabe, quem é de fora da fundação, que vê passa e diz ah, os funcionários (faz expressão negativa). É que o adolescente já é cruel mesmo. Ele já estava na rua então o que ele vive ali dentro é (...) droga. (Carlos)

Joaquim conta a verdade sobre um mundo desconhecido que só aqueles que são fortes e astutos podem penetrar:

Idêntica, impressionante. Ah, é a profissionalização do mal (...) incrível! Aí os caras: Ah mais o que tem demais usar uma cartolina preta, não pega nada, ele pode fazer um barquinho, ah libera! Amanhã ele já tem uma arma na mão, só que de isopor! (Joaquim)

E o funcionário acaba tendo que se profissionalizar no mal também? (Pesquisador)

Exatamente! Tem que saber gíria, tem que saber ler lábio, tem que saber pescar; os caras tá lá no fundo e tem que buscar, ouvindo lá, buscando escutando o que tá falando. Tem que estar sempre um passo à frente. (Joaquim)

Essas afirmações estão inseridas num conjunto de comunicações que afirmam a coragem e a habilidade do monitor, mas também revelam um estado de vigilância e tensão constantes.

Ainda dando grande relevância aos atributos do monitor para lidar com a extrema periculosidade dos jovens internados, Joaquim retoma um episódio no qual foram contratados profissionais com nível superior que não permaneceram no trabalho porque não suportaram a pressão, pois eram despreparados para enfrentar o cotidiano das unidades que possuem regras à parte.

E deu dó do pessoal que (...) eles mandaram um monte de funcionário embora. Aí abriram um concurso público para universitários. Aí os caras fizeram um concurso e entraram, os universitários, bonitinhos, todos no pátio, dava até dó. Mocinha bonitinha assim ó! Os moleques vêm para cima. Ficavam babando né meu? 17 anos, não vê mulher há um ano cara, na idade que eles tão. E aquelas mulheres entrando no pátio! E as mulheres não podem entrar assim (gesticulou como se estivesse com um decote)! Tem que entrar com um avental até o joelho e fechado. É fechado o avental ou uma camiseta grande. Não pode entrar assim. Até que assim ela tá bem vestida, mas tem muitas que usam os seios para fora assim, senta com as pernas abertas na frente do menor. O menor não vê mulher há um ano cara. Você quer o quê? Que o moleque se comporta? Você entendeu? (Joaquim)

Os universitários não agüentaram? (Pesquisador)

Não agüentaram, só que quando você entra tem agente de apoio técnico. O que você entende de agente de apoio técnico? (bateu bastante exaltado na mesa). Então a gente vai apoiar atrás com a parte técnica para você chegar lá no primeiro dia no pátio. É o moleque vai querer implicar no primeiro dia. Você nunca viu um vagabundo (...). Você nunca viu um menor delinquente, porque falar vagabundo não pode falar mais. Tem certas coisas que eu tô tentando eliminar, porque você pega. É uma doença, gruda em você, é terrível. Muda o seu comportamento total. (Joaquim)

Esse episódio parece ter sido vivido como uma grande desvalorização dos funcionários e das tradições para lidar com os adolescentes. Outro aspecto interessante desse relato diz respeito à condição feminina como algo que não se ajusta às condições de trabalho, não só pelo assédio dos jovens em regime de internação, mas também pela necessidade de uma conduta masculina. Em outros momentos da entrevista mencionou-se a indisposição dos monitores que lidam com os casos classificados como grave em relação a funcionários ligados ao trabalho com casos considerados leves. Segundo Joaquim, esses funcionários não são firmes e permitem comportamentos inaceitáveis, conforme transcrição abaixo:

Os próprios funcionários do nível grave não se dá com os funcionários do nível leve. Porque os caras não põem limites. O Tio! E vem querendo por a mão, e não, aqui ninguém põe a mão. É idéia, idéia de homem (Joaquim simula novo diálogo entre funcionário e adolescente):

Funcionário: Você é homem? Você é bandido? Você tem que ser ladrão mesmo do bom, porque você não é moleque, né?

Adolescente: Não, não senhor.

A virilidade é um atributo indispensável a todos, trata-se de uma condição para ser funcionário ou “bandido” e a proximidade ou o contato corporal não são entendidos como “coisa de homem”. Nota-se claramente, nas afirmações de Joaquim, o quanto ser “bandido” também é apresentado aos internados como um sinal de virilidade, o que contribui para cristalizar a identidade de criminoso desses jovens.

Ser menos agressivo ou mais afetivo é reconhecido como algo negativo e feminino, ou pode ser entendido como sinais de um envolvimento amoroso, no caso das funcionárias. Como em situação relatada por Joaquim na qual os adolescentes de uma unidade são chamados de “mocinha” por participarem de atividades diferentes. Como seria possível suportar a tensão de uma rebelião sem o recurso da virilidade?

Nesses momentos, os códigos de conduta do monitor o convocam a permanecer na unidade e resistir. Joaquim queixa-se de funcionários despreparados que abandonam a unidade nos momentos de tensão:

Os moleques pegam um funcionário, não só aqui. Aí estoura a cadeia! Você não pode correr, cara. Você tem que ir para dentro da unidade, você tem que buscar o companheiro seu que tá lá. Você tem que explicar para o cara que quando estoura uma rebelião você não tem que ir embora, tem que permanecer lá junto com o cara. Se é para abraçar o capeta tem que abraçar os dois juntos. Não é para fazer

feio não, vamos conversar, não pode deixar os caras crescer, entendeu? (Joaquim)

De acordo com os relatos, o trabalho do monitor é garantir que as regras do pátio sejam cumpridas. São regras à parte que exigem muita coragem e conhecimento sobre um “outro mundo”. O trabalho na FEBEM é representado como uma caminhada, da mesma forma que a vida do interno. Esse termo sugere uma jornada pré-destinada, algo que não pode ser modificado e que, portanto, exige resignação de todos.

O diálogo com essa população também parece indicar que os monitores se identificam de algum modo com os adolescentes. Talvez essa seja uma condição para o trabalho, isto é, para ser respeitado pelos adolescentes, é preciso ser como eles: destemidos, violentos e dispostos a viver num mundo com outras leis. Em outras palavras, para lidar com eles seria preciso agir e pensar como eles; estamos novamente diante de uma conduta que reafirma um modelo ao invés de transformá-lo. No entanto, essa aproximação parece ir além de um recurso ou estratégia de interação. Um dos próprios entrevistados afirma que algumas características do trabalho “grudam na pessoa”, como, por exemplo, o uso de gírias típicas dos adolescentes.

A entrevista revela que a relação entre os monitores também é percebida como algo arriscado. A traição, as armadilhas ou “croca” são práticas frequentes dentro das unidades. Joaquim relatou que é comum os funcionários veteranos envolverem os novatos em situações de desentendimento com os adolescentes, o que é muito perigoso, e que é preciso estar preparado para todo tipo de “malandragem”. Além disso, a entrevista leva a crer que essa categoria de trabalhadores é reconhecida pelos entrevistados como muito desunida.

Também julgamos importante comentar o fato de que a FEBEM é sempre referida como algo externo, como se o funcionário não fosse parte dessa instituição, como se fosse parte de outra instituição: o pátio.

7.3.3 - O Sindicato

As menções ao sindicato sinalizam que essa entidade também evoca um sentimento de desconfiança por parte de um dos entrevistados nesse primeiro encontro. No entanto, nela também são depositadas esperanças para que as condições de trabalho do monitor melhorem. Para Joaquim, apesar de aliado, o SITRAEMFA não conhece totalmente a realidade das unidades, pois nem todos são funcionários de pátio; esse trabalhador sugeriu ao pesquisador que não entrevistasse pessoas do sindicato, mas sim aqueles que atuam nas unidades.

As verbalizações sobre melhorias nas condições envolvem a reivindicação de espaços privativos nas unidades e possibilidade de lazer, como já vimos em transcrição acima, e a autonomia dos funcionários para fazer valer as tradições, isto é, as regras do pátio. Eles esperam que a FEBEM prepare seus trabalhadores para atuarem de acordo com essas regras.

Vejamos trecho representativo dessa posição abaixo:

O funcionário, o próprio funcionário faz isso com outro funcionário. Só não faz quando o funcionário é preparado. Suponhamos, falou reta, falou para usar direito, então vai para um salão, daí chama o pessoal do pátio para dar a meta: Sua postura é essa, vai acontecer certas coisas assim, porque que você não pode dar a mão, porque que você não pode fazer isso, porque que você não pode fazer aquilo.
(Joaquim)

A própria instituição põe a regra? (Pesquisador)

Não, eles não sabem da regra, eles são contra a regra, deixa a casa desandar. Eles acham que o cabelo não pega nada, a barbicha não pega nada. Não é que não pega nada, é o modo de você controla o moleque. É máquina zero e já era (Joaquim simula novo diálogo):

Adolescente: Ah deixa eu fazer um desenho aqui?

Funcionário: Não, que é isso mano? Tá louco?

Esse trecho retoma a indisposição do entrevistado com supostas tentativas de humanização do tratamento concedido ao interno nas unidades de internação. Contudo, consultando as recentes pesquisas e acessando a imprensa, consta-se que a rotina nesses espaços de reclusão tem sido pautada pela violação do ECA. Supomos que esses funcionários vivenciem uma contradição insuportável, uma vez que obrigados a aplicar medidas violentas de contenção, pois esse é o único recurso disponível, é a tradição da instituição, mas todo o conjunto de ações do estado dirigido ao adolescente em conflito com a lei é pautado em um desumano modelo de tratamento dispensado a adultos presos. E, por outro lado, são culpabilizados pela própria FEBEM por toda a violência da instituição quando há a pressão de entidades que defendem o ECA e os direitos humanos, como se esse problema resultasse do desvio desses trabalhadores e não das regras da instituição. Em outras palavras, a instituição abandona os funcionários no conflito com o adolescente, mantém política repressiva, mas em situações de exposição seduz o adolescente e desautoriza o funcionário.

7.3.4 - Relação Monitor – Adolescente Internado

De acordo com os relatos, a relação entre o monitor e o adolescente internado é pautada pela constante possibilidade da ruptura de regras e limites. Parece não haver equilíbrio possível; se não houver restrição total da liberdade, ocorrerá um salto para uma situação totalmente sem regras, na qual os adolescentes passam a dominar a unidade e, com isso, a realizar todos seus desejos, sem restrições, como ocorre nas rebeliões. O risco dessa relação é muito elevado, pois os adolescentes não são o que parecem; até crianças pequenas que aparentam ser frágeis são potencialmente perigosas e cometem friamente as maiores violências. A seguinte transcrição retrata em parte essas observações:

Endireitar, é isso que eu to tentando fazer que tá difícil, sabe? É preparar o funcionário para encarar isso. Ver o perfil, dar a letra (contar como é), prepara o funcionário e põe lá, que aí o moleque não vai ter brecha. Que não é o moleque que bate no peito, que fala que

vai te passar, o cara que tá tatuado e parece um gíbi, não é esse que tem que tomar cuidado. Tem que tomar cuidado com o cara que tá ali no canto quietinho. É o mentor, tem que achar o mentor do negócio. É o que mais quer para (parar) a unidade é o que manda pelos lados. Aí os caras entram lá e falam: é porque eu sou malandro! É nada cara! Malandro! Não conhece quem é malandro. (Joaquim)

Para que a unidade permaneça sob controle, emprega-se a força, a sedução e a malandragem. Mas tudo isso precisa ser realizado dentro das regras próprias de cada território dentro da unidade. No caso da sedução, ela ocorre na forma da possibilidade de acesso a pequenos privilégios, ou pequenas brechas nas intermináveis restrições da unidade. Desta forma, tomar um refrigerante que não é comumente distribuído na unidade pode significar muito. Essa lógica da restrição total da liberdade, o que se reflete nas regras de postura corporal, corte de cabelo e até descanso, parece operar a favor de um sistema de punições e privilégios que banaliza as restrições e supervaloriza pequenos privilégios.

De acordo com os relatos, esses códigos são compartilhados e aceitos até certo ponto. Nesse sentido, a punição violenta é reconhecida como legítima se as regras da unidade foram descumpridas. Como afirmou Joaquim⁶, antes de iniciarmos a gravação da entrevista, a punição física é aceitável e justa desde que não haja humilhação. A pior humilhação parece ser o ataque à virilidade ou à masculinidade. Para o interno, a morte do agressor é o caminho para a reafirmação da virilidade, já para o monitor a afirmação constante da virilidade é o recurso para se manter respeitado pelos adolescentes. As afirmações abaixo ajudam a ilustrar esse sistema de valores:

Chamar pelo nome, não chamar pelo apelido, não xingar, não humilhar. Se você chamar ele de bandido ele vai entender, ele sabe a caminhada dele. (Joaquim)

⁶ Joaquim comentava o medo que sentia de andar na rua e ser reconhecido por algum ex-interno da FEBEM e relembrou um episódio no qual encontrara um adolescente que ele havia “cobrado” (punido fisicamente), mas que, por ter sido correto (não humilhar) e justo em sua cobrança, o adolescente não guardou ressentimentos.

É isso aí cara, deu a letra (...). O que estraga é funcionário mal preparado, enche a cara! (Joaquim)

Você quer ver uma coisa! Se você chegar na unidade com bafo de pinga, você perde o respeito e a moral na hora. Não tem idéia cara. Por quê? Porque ele lembra que o pai batia na mãe. E eles têm a mãe e a avó como deusas. Vai você mexer com a avó do moleque em uma revista ou em uma gracinha assim, com uma mãe ou uma avó no meio. Você vai ser morto na hora. Eles quebram um vaso sanitário lá e te cortam o pescoço. É, meu, o bagulho é doido, doido. (Joaquim)

O segundo fragmento transcrito acima traz à tona outro aspecto importante da relação entre monitor e adolescente internado. De acordo com o relato, podemos pensar que a FEBEM é um espaço no qual se atualizam aspectos típicos da relação pai e filho. O adolescente reconhece no monitor o Pai e o monitor reconhece no adolescente o filho. Mas, como alertou Joaquim, essa situação coloca em risco o bom andamento do trabalho. Joaquim nos revela que esse fenômeno não se restringe à vida na unidade, ele pode se repetir nas relações familiares do trabalhador da FEBEM; o monitor reproduz o tratamento concedido aos adolescentes nas unidades no contato com os próprios filhos.

Nesse sentido, não é de se espantar que os monitores evitem a aproximação com os internados a qualquer custo e mencionem que essa é uma condição para manter as coisas sob controle. Além do risco da agressão, parece haver o risco de reviver suas próprias relações familiares.

7.3.5 - A FEBEM

A primeira representação da FEBEM que selecionamos para comentar não causa estranheza, pois é algo presente em vários espaços de convívio social para além dos muros dessa instituição. Referimos-nos à metáfora do depósito de lixo, adjetivo frequentemente

empregado às prisões. Não é difícil captar opiniões acerca de toda população encarcerada, que as reputam como sendo o que há de pior na sociedade, a escória, aquilo que de nada serve. Também deriva desse posicionamento a concepção de que não há solução para esses casos e que esses esforços se constituem desperdício de tempo e dinheiro. Mas, o que chama a atenção é que essas atribuições podem não estar mais restritas aos internados; talvez tenham, pelo menos em parte, apresentado alguma aderência às representações acerca do próprio funcionário. Como exemplifica esse trecho da entrevista:

E quando alguém quer fazer alguma coisa pelo sindicato eles fritam o cara. Os funcionários são todos doentes. Tomam na vida real as mesmas atitudes que tomam quando estavam na FEBEM. Aí dizem que ele está doente, chapado, tem problema mental, mas ninguém ajuda. E aqueles psicólogos não entendem de nada. Não tem nenhum especialista mental para atender os funcionários, só clínico geral. Sou louco, sou meio psicopata e eles não podem fazer nada por mim.
(Joaquim)

A semelhança com algumas características do adolescente internado são visíveis. Ambos parecem não ter solução, são psicopatas e drogados que ninguém quer ou pode ajudar. Todos carregam um estigma mesmo quando estão do lado de fora dos muros da FEBEM.

A FEBEM é apontada como omissa, não prepara ou adverte o funcionário para a dura da realidade do pátio, os novatos são lançados à própria sorte. Ela é representada de forma muito negativa, pois coloca todos em risco e dentro dela não é possível confiar em ninguém.

A ausência de regras é algo muito presente no discurso de Joaquim, que se queixa que a instituição não apresenta as regras para o trabalho, além de não oferecer condições técnicas e materiais suficientes para a execução do mesmo.

Essa temática merece destaque, pois ao se referir às regras, Joaquim parece ter em mente as tradições ou os códigos e tradições do pátio, que são dissonantes em relação ao que é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Na perspectiva desse entrevistado, é o afrouxamento da

repressão ao internado a principal causa de rebelião, o que parece estar em jogo é um conflito entre as tradições do pátio e a suposta penetração dos princípios do ECA.

Essa tensão entre as tradições da FEBEM e as pressões sociais para a humanização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei se fez presente constantemente na entrevista com esses trabalhadores. Contraditoriamente, afirmou-se que as regras do pátio não podem ser mudadas, pois dentro das unidades existe um mundo à parte ao qual poucos têm acesso, e que as dificuldades vividas são fruto do distanciamento dessas regras.

O diálogo com Joaquim e Carlos nos mostra que a FEBEM, em alguns momentos, é reconhecida em sua totalidade, o que inclui toda a estrutura, os trabalhadores e a administração, mas na maioria das vezes ela é representada de forma muito fragmentada, a ponto de suas partes não serem reconhecidas como pertencentes ao todo.

O Pátio, espaço de convívio dos monitores com os adolescentes internados, é representado como uma instituição à parte. E esse espaço/instituição também é dividido em partes, compartimentos onde vivem diferentes facções de internados⁷. Nesses diversos espaços, existem regras próprias, como afirma Carlos: “É outro português”. Trafegar nesses territórios não é tarefa fácil:

É um fio da navalha, é um fio da navalha. Se você é muito legal, você se lasca e, se você é muito pitbull, você se lasca. Você precisa andar em um fio de navalha. Você precisa por na cabeça do cara, que você está lá para ajudar ele, lá dentro, lá fora não. (Joaquim)

Nessa divisão dos espaços, o monitor é reconhecido como aquele perdeu espaço, suas regras valem cada vez menos. Os relatos expressam o sentimento de injustiça vivido pelos trabalhadores, já que os adolescentes são sempre protegidos e podem cometer qualquer tipo de violência, ao passo que os trabalhadores não podem nem ao menos se defender. Nessa instituição, a lei parece sempre estabelecida pela força; se pensarmos nas situações de rebelião, este é o momento no qual os adolescentes estabelecem suas próprias leis, instalam como regra a vontade dos internados.

⁷ Ver Anexo D.

As leis são descritas como muito variadas e provisórias, a qualquer momento as leis mais difundidas na sociedade podem ser quebradas. Joaquim exemplificou comentando que uma funcionária que não conhece as regras pode se apresentar com uma roupa pouco adequada e despertar o desejo sexual incontrolável dos adolescentes e acabar sendo violentada. Segundo ele, para evitar esse problema é preciso que o corpo esteja totalmente coberto, nada pode aparecer. De acordo com a entrevista, os adolescentes também vivem o receio de que esse tipo de violência possa acontecer com seus familiares, assim, qualquer sinal de uma possibilidade de interesse sexual por suas visitas pode justificar a morte.

Os dados também indicam outra divisão percebida: a parte boa e a parte ruim. A parte ruim foi apontada pelos entrevistados como sendo corrupta e envolvida em eventos como rebeliões e destruição de unidades por interesses financeiros. Mas isso é reconhecido como parte do jogo, como algo inevitável, entende-se que a corrupção é algo comum em qualquer instituição.

Já a parte boa é reduzida, composta apenas por aqueles que querem endireitar a FEBEM, o que significa a retomada das tradições.

A FEBEM também é representada como perseguidora, as boas iniciativas para a melhoria das condições nas unidades bem como participar das atividades do sindicato são frequentemente atacadas e acarretam punições aos funcionários.

Ao tentarmos explorar um pouco mais as representações da FEBEM e constatando a dificuldade de expressão por meio do desenho foi sugerido pensar na FEBEM como uma pessoa. Essa foi descrita como sendo cancerígena, conforme diálogo abaixo:

Cancerígena! Completamente cancerígena, porque isto aí é uma instituição falida, é falida, os funcionários que estão lá estão tudo caindo, tudo danado. De primeira é só pro menor, é doações (...). Pra funcionário?! (Joaquim)

Não tem! (Carlos)

Se você vai fazer uma extra, a comida é a mesma do preso, sabe num (...) não tem uma (...).(Joaquim)

Esse fragmento traz a metáfora do câncer, doença associada à morte, à degeneração do corpo. Novamente vem à tona a impossibilidade de recuperação; esse trecho sugere que os problemas que a FEBEM vive são entendidos como uma supervalorização do menor e uma grande desvalorização do monitor, que resultam de transformações pelas quais ela vem passando nos últimos anos.

7.4 - O Segundo encontro

Para realização do segundo encontro com os trabalhadores da FEBEM, mantivemos os mesmos procedimentos e orientações aos participantes. Quanto à aplicação do procedimento escolhido para essa pesquisa, cabe afirmar que sua validade se confirmou efetivamente no que diz respeito à sua força enquanto recurso para favorecer o diálogo entre pesquisador e entrevistados sobre a FEBEM. Nessa segunda etapa também detectamos certa dificuldade para desenhar e contar histórias livremente. Como já mencionamos, ao descrevermos o primeiro encontro, essa dificuldade pode resultar de um conjunto de fatores que são próprios das condições de vida e de trabalho desses sujeitos.

A maior parte dos participantes utilizou-se do desenho da unidade na qual trabalha para tentar ilustrar o relato de acontecimentos que haviam vivenciado. O desenhar, assim como o contar história, foi considerado, a princípio, por alguns, como algo impossível ou até como uma forma de mentir, sendo percebido com receio e desconfiança.

Embora a desconfiança percebida não tenha se apresentado com a mesma intensidade registrada no primeiro encontro e tampouco em todos os participantes, alguns a demonstraram de forma bastante efusiva. Mas, como veremos, esse quadro parece ter mudado durante o

desenrolar da entrevista. Cabe ressaltar que esse sentimento não estava assentado apenas na relação com o pesquisador, os trabalhadores também foram constantemente apontados como ameaça. Nesse sentido, a atividade em grupo pode ter sido inicialmente vivida como algo muito perigoso.

Outro aspecto importante em relação ao procedimento foi a necessidade de nos adequarmos a uma dinâmica que é própria do sindicato. Referimos-nos a um ambiente de muita informalidade no qual muitas pessoas circulam com liberdade e compartilham espaços. Os trabalhos daquela tarde foram marcados por “entradas” e “saídas”, iniciamos com um pequeno grupo que foi se desfazendo e se recompondo à medida que novos participantes se apresentavam e outros se despediam. Não houve um momento de produção comum, no qual todos desenharam, seguido de um segundo momento para que todos contassem suas histórias; cada participante, ao seu tempo, desenhou e interagiu com o grupo que estava presente.

Percebemos que essa abertura, essa livre circulação, pode ter sido a condição necessária para que esses trabalhadores pudessem confiar e se expressar livremente a respeito da FEBEM.

Do mesmo modo que na primeira entrevista, o esforço do pesquisador consistiu em permitir que todos pudessem se expressar da forma mais livre possível; para tanto, instruiu os participantes acerca da atividade e os encorajou a participar da forma que desejassem. Evitou-se um grande número de indagações, privilegiou-se o fluxo livre do discurso.

Participaram dessa entrevista seis pessoas, a quem atribuímos os seguintes pseudônimos: Tomas (T), Edson (E), Gilda (G), Fábio (F) Maria (M) e Arnaldo (A). Da mesma forma, como foi realizado na transcrição da primeira entrevista, utilizamos a iniciais de cada pseudônimo para indicar a fala de cada participante⁸.

⁸ Ver Anexo C.

Maria, membro da direção do SITRAEMFA, é contratada como assistente social. Os demais entrevistados são agentes de apoio e trabalham diretamente em contato com os adolescentes privados de liberdade. Gilda foi demitida no episódio de demissão em massa ocorrido em 2005, mas deverá ser reintegrada, pois houve decisão judicial a seu favor. Tomas e Fábio atuam normalmente em unidades da FEBEM. Arnaldo está afastado de suas funções devido a problemas de saúde mental, mas tem dificuldade de atestar seu vínculo com a FEBEM junto ao INSS, portanto não consegue receber os benefícios previstos em lei para esses casos. Edson é o mais antigo dos funcionários, atua na FEBEM há 22.

O tom de decepção dos relatos da segunda entrevista parece consoante com aquele da primeira. As dificuldades do trabalho, o adoecimento físico e psíquico estiveram presentes juntamente com um sentimento de grande desvalorização, traição e injustiça. A morte, em suas possibilidades mais violentas, circulou intensamente no grupo. Chamou a atenção a necessidade dos entrevistados de denunciarem a verdade sobre a FEBEM, mesmo sendo algo arriscado, pois não é possível confiar nas pessoas que trabalham na Fundação. Dentre as denúncias, destaca-se a falta de escrúpulos daqueles que fazem uso político e econômico dessa fundação.

7.4.1 - Reações à proposta de atividade

Iniciamos a descrição das reações dos participantes na primeira entrevista com relatos que indicavam desconfiança e dificuldade de criar tanto um desenho quanto uma estória. Esses fenômenos também ocorreram na segunda entrevista, mas de forma muito mais atenuada e não generalizada. Pode-se dizer que, de forma geral, os entrevistados estavam mais à vontade para se expressar e até revelar suas fragilidades, como o medo de viver, dentro e fora da FEBEM.

Se considerarmos que o pesquisador se apresenta como alguém que está se doutorando em Psicologia Social, talvez possamos pensar que as maiores desconfianças tenham se manifestado de forma indireta nos ataques proferidos aos especialistas em questões relacionadas ao adolescente. O posicionamento de Fábio é bem emblemático nesse ponto. Num primeiro momento, ele prefere apenas observar e ouvir e, quando começa a se colocar, o faz de forma exaltada e irritada, conforme trechos da entrevista abaixo:

Isso! Mas não é para mudar. Eu conheci pessoas na fundação que têm doutorado na França, que conhece tudo sobre educação de adolescentes. Só que se ver adolescente na televisão, ou troca de canal ou desliga a televisão. (Fábio)

Igual a história daquele, do mais mal informado, até aquele mais bem informado com o doutorado na França, especialista técnico lá na puta que o pariu! Eu sinto muita raiva! (Fábio)

Podemos considerar esse comentário como parte de um esforço conjunto do grupo entrevistado para valorizar o trabalho dos funcionários de pátio e demonstrar suas desconfianças em relação às promessas de mudança. Nos relatos, foi enfatizado o quanto os técnicos e especialistas desconhecem a realidade do pátio e não estão preparados para enfrentá-la. Para o grupo, a ação dessas pessoas tem atrapalhado o bom andamento dos trabalhos e está intimamente associada a um funcionamento que pune os trabalhadores e é permissivo com os adolescentes que passaram a deter o controle das unidades.

Parece que o maior esforço do grupo foi para mostrar a realidade desconhecida da FEBEM e de seus trabalhadores. Nesse sentido, seria seguro confiar em mais um “doutor”? Será que esse “doutor” tem idéia do que de fato ocorre na FEBEM?

Em determinado momento, a própria solicitação do pesquisador gerou muita desconfiança. Arnaldo, ao ser convidado a inventar uma estória, ficou espantado e se negou a mentir. Antes de retomarmos esse fragmento da entrevista, devemos lembrar que ele se

encontrava numa posição muito desconfortável frente aos colegas, pois não havia sido contratado por meio de concurso público. Essas contratações foram maciçamente criticadas por outros integrantes do grupo, pois denunciavam a condição privilegiada desses profissionais nas unidades e o nepotismo eleitoral dessas contratações.

Retomemos um trecho da conversa com o grupo que retrata tanto a desconfiança de Arnaldo quanto a dificuldade em inventar uma estória por parte de outros participantes:

*É muito difícil, né? Eu peço para vocês inventarem uma estória e todos têm ainda muitas coisas que realmente aconteceram que precisam contar*⁹. (Pesquisador)

Mas eu não estou inventando uma estória, eu estou falando a realidade. (Arnaldo)

Mas é muito difícil, nós não podemos inventar, eu tô falando a realidade! (Gilda)

Eu gostaria que vocês tentassem criar uma estória. (Pesquisador)

Eu não sei mentir! (Arnaldo)

Novamente levantamos as hipóteses já mencionadas na descrição da primeira entrevista, ou seja, a hipótese de uma situação de grande sofrimento psíquico e comprometimento da capacidade de produzir representações.

Supomos que a dinâmica geral desse encontro grupal tenha sido caracterizada pela construção de um espaço confiável para que todos pudessem se expressar livremente e, quem sabe, começar a construir significados a respeito de seus vínculos com a FEBEM. Os fragmentos abaixo ajudam a exemplificar esse ponto:

Posso te falar o que eu acho Erich? Que nós não temos oportunidade de desabafar. (Gilda)

É isso, nós estamos desabafando porque ainda não tivemos uma oportunidade dessas de desabafar. Não temos oportunidade de desabafar. A única pessoa que me escuta de verdade é a M. Aqui eu já

⁹ Nesse momento todos riem.

chorei, eu já entrei em depressão e se não fosse ela eu já tinha feito besteira! (Gilda)

Esse último contado com os trabalhadores deixa ainda mais claro a necessidade de essas pessoas poderem expressar o grande sofrimento que vivem no seu cotidiano institucional. Observam-se na transcrição da entrevista os longos e detalhados relatos sobre as grandes dificuldades que cada um enfrenta e o quanto o fluxo do discurso dos participantes era intenso e muito condensado, os assuntos iam quase se misturando.

7.4.2 - O Trabalhador e o trabalho na FEBEM

É marcante o quanto o trabalhador da FEBEM é apresentado como sendo pouco confiável e traiçoeiro, sendo até mesmo apontado como mais perigoso do que o próprio adolescente internado em alguns momentos. Foram contundentes os ataques aos técnicos e aos funcionários contratados sem concurso público. Essas recentes contratações são reconhecidas como parte de uma estratégia política de favorecimento. Tais funcionários e técnicos, além de serem mais valorizados pela Fundação e poupados do difícil e arriscado trabalho com os adolescentes, não são confiáveis, preferindo se aliar aos adolescentes a proteger seus colegas. Esses funcionários e técnicos foram nomeados de “acordistas” (aqueles que fazem acordos com os adolescentes), de “lixo” e de “pilantras”. Vejamos, abaixo, alguns recortes da entrevista que retratam essas afirmações:

Não existe uma união é um companheiro tentando derrotar o outro. (Edson)

O maior inimigo seu não é o adolescente, e sim o seu companheiro de trabalho, seu maior inimigo. (Edson)

Não é a FEBEM não, são as pessoas (...). (Fábio)

Os funcionários, você quer dizer, né? (Gilda)

É o lixo! (Fábio)

A entrevista com esses trabalhadores apresentou um cenário no qual os funcionários antigos ou que atuam segundo as tradições do funcionário de pátio, que mantém o adolescente sob controle, estão encurralados pelos adolescentes, pelos novos contratados, que são protegidos das situações mais difíceis, pelos técnicos e diretores que não têm coragem nem conhecimento suficientes para manterem a situação sob controle. As mudanças na instituição, em parte materializadas nessas novas contratações, são reconhecidas como a causa dos atuais problemas da FEBEM. Os entrevistados afirmam que os trabalhadores mais antigos são vítimas de uma grande desvalorização e pressão aplicadas pelos diretores de unidade; são incluídos dentro daquilo que foi denominado de “a banda podre” pela própria Fundação. O seguinte fragmento do diálogo entre os entrevistados retrata parte dessa perspectiva:

Há 16 anos eu tinha uma visão da coisa, hoje eu tenho uma completamente contrária. (Fábio)

Isso é um reflexo de como está hoje a instituição. Porque a instituição, quando ela está disciplinada e sobre regra, todos os funcionários eram tratados com respeito. E aqueles que pisavam na bola eram chamados para trocar uma idéia. Então mais isso é um reflexo de hoje porque a instituição tá na mão dos menores. Então o funcionário, o funcionário corre para o lado do menor e ficam contra os outros funcionários com medo de ser agredido. (Tomas)

Pilantragem! Uma palavra (...). (Fábio)

Mais a pessoa que faz a pilantragem com você muitas vezes ela está com medo de ir contra o adolescente. (Tomas)

Na percepção desses trabalhadores, as relações de trabalho são hostis. Mudanças na instituição, supostamente a favor do adolescente em conflito com a lei, desautorizam o funcionário e favorecem a perda de controle nas unidades. A entrevista sugere que existe uma

busca pelos “velhos tempos”. O diálogo acima faz menção à necessidade de autopreservação, possível causa do não enfrentamento com os adolescentes.

É patente o descontentamento e frustração entre os funcionários, o trabalho parece não fazer mais sentido. Uma das reações relatadas é a raiva, como os funcionários “vermelhinhos” desenhados por Maria¹⁰ e como a irritação expressa no discurso de Fábio que equipara seus sentimentos à ira dos adolescentes.

Creemos plausível cogitar que alcançar, por meio de concurso, a contratação em uma organização estatal é um feito de grande significado para esses trabalhadores. O que pretendemos afirmar é que esse trabalho talvez representasse mais do que uma fonte de renda, talvez representasse reconhecimento social e mérito profissional, a conquista de um lugar para poucos. Aspira-se o reconhecimento concretizado pela ascensão na carreira dentro da FEBEM. Mas, ao contrário, como conta Tomas, sua estória é de exclusão, de impossibilidade do convívio social devido ao medo que tomou conta de sua vida mesmo fora das unidades. De acordo com os entrevistados, esse trabalho é cada vez mais estigmatizante, a imagem desses trabalhadores é cada vez mais negativa perante a sociedade e esses profissionais não são reconhecidos dentro da FEBEM como conhecedores do trabalho com os adolescentes internados. As palavras de Edson e pequenos trechos dos diálogos de Maria com Gilda que discutiam o desconhecimento e o distanciamento dos técnicos e de outros profissionais recém contratados acerca da realidade da FEBEM parecem reforçar essa idéia:

Na ilusão, nesta história da chegada e na busca de um reconhecimento profissional. Um crescimento, né? Eu acho que são as contradições de um trabalhador que chega e busca um crescimento profissional, e encontra a morte, a (...) (Edson)

Eu acho que estas histórias têm contextos diferentes. Mas elas se encaixam umas com as outras, né? Nas decepções! (Edson)

¹⁰ Ver Anexo E.

Fragmento do diálogo entre Gilda e Maria:

Seguir um plano de carreira. (Gilda)

Da área da monitoria, eles conseguem fazer uma interpretação muito melhor e conseguem um diálogo com todo o seu corpo funcional, conseguem fazer o monitoramento dos adolescentes até para fazer a sua socialização e encaminhamento para a sociedade, porque ele passa de 3 a 6 anos aqui, dependendo de seu ato infracional, sua dinâmica de família, toda aquela questão que vai ajudá-lo a voltar para a sociedade. Então vai depender muito, porque esse vai chefiar e muitos a gente vê que eles não conseguem dominar aqui ó (aponta para o desenho da unidade). Certo? Eles não conseguem dominar (...) uma porque eles podem saber muito, como podem ficar de saco cheio, ter problema na saúde mental, ser estourado, não ser assim (...). Entendeu? Então às vezes ele não consegue dominar aqui, aí eles vão fazer um acordo aqui, que a partir do momento que ele privilegiou essa classe de adolescentes (...). (Maria)

Tomas e Arnaldo também se expressam em relação ao reconhecimento profissional:

De ser útil também, se você for ver um profissional (...). (Tomas)

Não, esse crescimento tem esse casamento, de oferecer este trabalho. (Arnaldo)

Em uma sociedade como a nossa não ser só um dentista, só um engenheiro. Dentro de suas profissões tem que crescer junto, porque é importante para a sociedade, todos cresçam (...). (Tomas)

O sentimento de desvalorização se faz presente nas queixas em relação às condições de trabalho, e a descrição de grandes feitos no difícil cotidiano das unidades de internação talvez consista numa forma de tentar corrigir essa injustiça, como o episódio reportado por Arnaldo, em que ele é abandonado por seus colegas e é obrigado a convencer muitos adolescentes a colaborarem com ele. Esse trabalhador parece comunicar que poucos têm a coragem, a habilidade e o comprometimento necessários.

Como se vê abaixo, Fábio, ao denunciar que a FEBEM é um grande cabide¹¹ de empregos, no qual só alguns são favorecidos, refere-se a seus pares como aqueles que comem uma espécie de farelo ou resíduo de grãos destinado a alimentar pássaros:

“Não é para esses comedores de quirela que nem nós não. É para os especialistas técnicos.” (Fábio)

O trabalho consiste num enfrentamento diário com adolescentes perigosos que ameaçam de morte os funcionários com o auxílio de colegas de trabalho, conforme fala de adolescente simulada por Gilda durante a atividade com o grupo:

Ó senhora, ou você me traz maconha ou eu vou te furar a senhora. Te espero lá fora, tem um funcionário te esperando lá fora, tem um dos nossos esperando a senhora. Ou a senhora põe o celular para dentro ou a gente vai furar a senhora. Nós vamos furar. (Gilda)

Os riscos do trabalho são impensáveis para aqueles que não conhecem a realidade do pátio, podendo chegar à morte e à violência sexual. Os novos funcionários são apontados como os maiores responsáveis pela perda de controle nas unidades, pois não conhecem os códigos do pátio, não agüentam a pressão e facilitam a ação violenta dos internos. Segundo os entrevistados, parte desses novos funcionários são iludidos pela FEBEM que lhes apresenta uma imagem irreal e idealizada do adolescente atendido pela Fundação. Na verdade, a sociedade e a própria Fundação desvalorizam seus funcionários por estarem distantes da realidade das unidades. Um pequeno trecho do diálogo entre Maria e Arnaldo ilustram esse ponto de vista:

“Eles mostram um tipo de adolescente privado de liberdade que só existia no papel, na prática não existia esse tipo.” (Maria)

“Nem no papel existe isso, existe na mente de alguns de lá.” (Arnaldo)

¹¹ Ver Anexo F.

Maria também relata a fragilidade e ingenuidade de jovens funcionárias que foram estupradas pelos internados:

Adolescente cuidando de adolescente. Mocinhas jovens, né? Recém formadas, estudando ainda. Loirinhas e moreninhas bonitinhas, né? Assim com toda a (...) o ideal de modificação de experiência na comunidade, achando que podiam mudar alguma coisa, entraram dentro da fundação e foram estupradas. (Maria)

O sofrimento psicológico e o adoecimento acompanham toda a rotina desse perigoso trabalho e se desdobram para além dos muros das unidades, afeta as relações familiares e outros vínculos de amizade. Segundo os participantes da pesquisa, o alcoolismo é algo difundido entre os funcionários. Arnaldo revela ao grupo que precisa beber para suportar a pressão. Nas palavras de Arnaldo:

Sem falar a questão de bebida, para você relaxar. Entendeu? A única maneira que você consegue relaxar e desestressar é dessa maneira. Você toma um negócio para você relaxar um pouquinho, mas é a mesma coisa que falar que eu sou super tímido. Eu não vou mentir para você, sabe? Eu tomo uma cervejinha aqui (...). Eu não vou mentir, eu sou sincero no que eu falo. Mas dentro do meu trabalho, que eu executava depois que eu saía, no trabalho, para eu relaxar, é dessa maneira. Eu tomava um negócio para eu apagar, para eu dormir. Eu não tô aqui para contar mentira. (Arnaldo)

A degradada condição de saúde desses trabalhadores atinge o extremo. Esse aspecto se faz mais perceptível à medida que atentamos para a incessante circulação do tema morte no grupo entrevistado. Ao que parece, essa possibilidade não se restringe ao risco do contato com os adolescentes internados, mas ao sentimento de impossibilidade de continuar vivendo.

O episódio descrito por Gilda é um exemplo desse sentimento revivido no grupo, nele ela descreve o desespero de um colega e o quanto ela se identifica com esse sofrimento:

Eu peguei um rapaz vindo para a Marginal Tietê para se matar! O fulano! Ele ia indo e se eu não pego ele (...). Porque a gente mora

mal, a gente trabalha mal, come mal, dorme mal, ganha mal e é maltratado dentro da instituição. O que é que sobra? Se enfiar embaixo de um carro! Ele encheu a cara, porque é a única coisa que ele tinha para fazer, de pinga que é barato, rabo de galo como a gente chama, foi lá, tava indo para lá para aquela favelinha ali, perto da FEBEM. E eu perguntei aonde ele ia e ele disse que estava indo para a marginal. Ele disse que estava indo dar uma voltinha na marginal. Aí eu fui com ele e vi que eu estou tão ruim quanto ele. Ele ia se matar. (Gilda)

Os participantes da pesquisa comentaram por diversas vezes como as questões relacionadas ao trabalho se apresentam forçosamente em ambientes externos à Fundação. Comentou-se que falar da FEBEM e de situações horríveis que aconteceram nas unidades acontece sem que eles se apercebam da violência dos acontecimentos narrados e do choque que eles provocam nas pessoas em geral. O duro cotidiano nas unidades parece conduzir esses trabalhadores a um dos poucos recursos disponíveis para suportar tamanho estresse, o embrutecimento e conseqüentemente a banalização da violência. Vejamos parte da entrevista abaixo na qual Maria e Gilda exemplificam esse tipo de situação:

Quando nós ficamos na nossa residência, no nosso convívio de amigos, as pessoas já não têm mais aquela (...) já não são mais nossos amigos, porque você vai falar alguma coisa que o cara não entende o que você está falando. Aí você lembra que você tem que contar uma rebelião (risos). Que você segurou uma naífa, que seu amigo furou o pulmão, uma frieza” (Maria simula conversa com amigo):

Olha, eu tava saindo da rebelião e tinha um cara lá e ele tava jorrando sangue, porque enfiaram uma naífa no pulmão dele e aí só fomos descobrir que ele (...). Aí, olha, como não dava tempo porque eu tinha que salvar a minha pele, eu só avisei na portaria que tinha um cara morto lá, aí fomos socorrer o cara e ele não tava morto! (Maria)

Porque nós pisamos em cima do cara. Mas nós pisamos e largamos ele lá! Entendeu? Não (...) e ela conta isso aí que é verdade rindo. Para você ver como o complexo acaba com a gente. (Gilda)

7.4.3 - O Sindicato

Essa entidade organizada por trabalhadores parece ser reconhecida por alguns como uma aliada na luta contra as injustiças sofridas e esperança para a transformação da FEBEM na direção da valorização do funcionário; que mantém vivo o sentimento de possibilidade de realização pessoal que se desfez. O SITRAENFA é apresentado como referência agregadora para os funcionários que se encontram desorientados, a estória produzida por Edson é um exemplo claro:

A esperança de mudar toda essa estrutura de (...). Ter uma coisa mais justa, de ser mais humano. Do trabalhador ter ainda essa possibilidade de acreditar. É como se eu imaginasse assim, pô! Mas e aí? Nós estamos perdidos, nós não somos valorizados, nós não somos reconhecidos, e aí? E para onde que a gente foge, para onde que a gente vai? Eu iria para o sindicato procurar os meus pares, procurar alguma proposta no sentido de mudança, de mudar isso aí, mas quais seriam os mecanismos de mudar isso aí? Então eu vejo, embora eu tenha clareza da ilusão que você vai e encontra, chega nessa questão toda, nesta instituição toda uniforme. Mas eu também quero acreditar que tem possibilidade de mudança. (Edson)

Este sindicato e seus integrantes também parecem ser reconhecidos como uma das poucas possibilidades de acolhimento ao trabalhador em seu sofrimento e dificuldades relacionadas ao trabalho, mesmo que o funcionário esteja totalmente desmoralizado. Lá é possível desabafar e até chorar. Vejamos as palavras de Gilda ao se referir ao sindicato:

Aqui eu já chorei, eu já entrei em depressão e se não fosse ela eu já tinha feito besteira! Porque eu já fui tachada de puta lá dentro da FEBEM. De puta, porque quem sai com menor para mim é puta, de puta, eu fui tachada de puta (entrevistada fala com lágrimas nos olhos). Então a gente não tem, a única pessoa que a gente tem para nos ouvir é a M e outros do Sindicato. (Gilda)

7.4.4 - Relação Monitor – Adolescente Internado.

Novamente, a relação dos funcionários com os jovens privados de liberdade é apresentada como algo perigoso, a regra parece ser a distância e a rigidez. Qualquer sinal de afrouxamento de rígidos códigos de conduta apoiados no controle e distanciamento pode abrir o caminho para que os adolescentes tomem o controle e submetam os funcionários. Querer ajudar o adolescente certamente é algo que não compensa, pois esses jovens entenderão esse gesto como um sinal de fraqueza, apenas funcionários experientes conseguem manter a ordem e ser respeitados pelos adolescentes.

Além disso, os relatos trazem o risco de envolvimento e de identificação com o adolescente com muita intensidade. O universo do adolescente parece ser perigosamente atraente, conforme conversavam Edson e Gilda:

O que é (...) assim é (...) nesses 22 anos de FEBEM, uma coisa que (...) assim, é, eu observo o que eu procuro observar muito (...) assim, aqueles colegas que acham o universo do menino bonito. E à medida que ele se encanta com o universo do menino ele pega para ele. Fala gíria fala bobagem fala igual menino, anda com a roupa do menino, anda com a roupa igual. Isto para mim é institucionalizado quando ele faz isso está se permitindo, tem um monte de colega que se permite. Eu não estou nem falando das relações, mas na medida que eu me permito falar igual (...) eu sou educador (...). Então nós estávamos falando de educação, antes de você chegar e que tinha até algumas propostas de algumas equipes e tal, de algumas entidades para dar um feedback para a gente no sentido de desequilíbrio, na pessoa não se perder e manter um caminho que, hora ele entrou ele tinha um equilíbrio, então ele manteve esse equilíbrio, mas na medida que encontra um moleque que só fala uma linguagem, que não é uma linguagem coloquial e (...). É uma linguagem construída. E essa linguagem se eu acho ela bonita e falo (...) e eu admiro essa e aquela roupa que moleque que usa, aquele jeitão, aquele jeito de malandro. Sabe, e eu me deixo envolver. (Edson)

Se identifica! (Gilda)

De acordo com a entrevista, a relação entre o monitor e o adolescente é pautada pelo confronto com o adolescente que está cada vez mais fortalecido, além contar com o auxílio de funcionários. Esse confronto pode se estender para além dos muros da unidade, ou pode, ainda, perdurar por períodos após a internação. O recorte abaixo traz o sentimento de vulnerabilidade e de traição dos entrevistados:

Eu fiquei tanto com o pé atrás com a Fundação que até meu endereço é de mentira, é um endereço virtual, não vão me achar lá. (Fábio)

Você tem medo de revelar o seu endereço para a FEBEM? (Pesquisador)

Porque teve um dia que eu cheguei para trabalhar lá e o moleque sabia o que eu comi lá fora, o que eu bebi (...). (Fábio)

Com certeza! (Gilda)

Mais pera lá, ele não tava lá comigo. Você tem certeza que o moleque não vai bater na sua porta? (Fábio)

Segundo os participantes da pesquisa, no dia-a-dia, o adolescente explora as fraquezas do funcionário, pede favores, finge ser amigo e ameaça. Essa relação vem se tornando cada vez mais injusta, pois a lei protege cegamente os adolescentes que podem até urinar nos funcionários ou se autoflagelarem para incriminá-los, conforme salienta Tomas: “Isso é importante, isso de ele se autoflagelar para colocar a culpa no funcionário.”

Esse sentimento mobilizou bastante o grupo, quando esse tema foi abordado todos se puseram a falar ao mesmo tempo, queixando-se da ameaça constante.

Gilda simula o discurso de um adolescente que ilustra esse ponto:

“Não tenho nada a perder, senhora, eu sou menor, senhora, e quando sair daqui acaba tudo, senhora. Nada vai para a minha ficha. Eu sou um cara limpo, um cidadão livre.”

Como afirmamos anteriormente, a distância é uma conduta de segurança importantíssima, não só no que diz respeito à integridade física, mas também em relação ao perigo do envolvimento afetivo. O campo afetivo se apresenta como um dos mais difíceis de controlar, pois na FEBEM as coisas não são como parecem. No caso das mulheres, essa possibilidade é ainda mais grave. Retribuir um gesto afetivo, como aceitar uma bala de um dos internados, como afirma Maria, pode parecer algo simples, mas nas unidades os códigos de conduta são diferentes. Segundo a entrevistada, esse gesto representa um pacto selado entre as partes. Quando não se respeita esse distanciamento, as conseqüências podem ser muito graves. A violência sexual é uma delas e outra, também muito grave, é o envolvimento amoroso com um interno que se aproveita da fragilidade das funcionárias.

Em nosso contato com esses trabalhadores esse tema foi recorrente e, apesar do adolescente ser apontado como oportunista nessa relação, a acusação que recai sobre a funcionária não é menos grave, conforme o percebe Gilda. Como vimos, para ela, ser acusada de envolvimento amoroso com adolescentes internados é o mesmo que ser chamada de prostituta. As seguintes colocações de Maria ilustram em parte esses aspectos:

Muitas trabalhadoras, realmente se apaixonaram pela vivência destes adolescente, muitos adolescente se aproveitaram desta vulnerabilidades destes trabalhadores, não digo para você que não tínhamos caso até de envolvimento mais afetivo, mais íntimos com outros trabalhadores com mais tempo de casa, mais era uma questão às vezes de princípios, princípios que estava sendo dificultados até por outros trabalhadores antigos este envolvimento. Porque se eu tô lá dentro da fundação e vejo qualquer gracinha, eu aviso para não aceitar nem um dropes que é um compromisso que você assume com este adolescente, não de fazer um papel profissional e sim de manter um relacionamento mais afetivo, mais íntimo com ele. Porque, a partir do momento que você aceitar uma bala dele, já é um código, ele vai te oferecer. Não me entre sem avental, mesmo você estando com uma calça jeans, uma roupa comportada não entre sem avental, porque o avental significa dizer um respeito que você exige e que você

tá de uniforme trabalhado, então não faça entrada no pátio sem avental¹². (Maria)

Apesar das características desses adolescentes, um dos relatos nesse segundo encontro sugere que é possível que se estabeleça uma relação de respeito e confiança com os adolescentes. Essa é uma tarefa delicada e difícil, que pode ser desfeita por aqueles que, apesar de estarem em posição de comando nas unidades, desconhecem as regras do jogo e colocam tudo a perder. Isso torna o trabalho muito mais arriscado, pois se perde a confiança dos adolescentes.

Arnaldo detalhou um episódio, já mencionado nesse capítulo, no qual após conquistar a confiança dos adolescentes recebeu ordens para se equipar com equipamentos de choque para conduzir a rotina na unidade. Arnaldo simula a fala de um adolescente que nos auxilia a visualizar esse episódio:

Ué, o senhor (...) o senhor trocou uma idéia, deu uma assistência fez tudo isso! Pô, agora o senhor está de tonfa¹³, de escudo, ta de MIB¹⁴, isso e aquilo, da essa de “choquinho¹⁵,” agora, para arrebentar agente! (Arnaldo)

7.4.5 - A FEBEM

O panorama geral da entrevista, construída com o auxílio do desenho e das histórias sobre os desenhos, é predominantemente negativo, apesar da esperança de que um dia a FEBEM seja mais justa com seus trabalhadores. Essa fundação é percebida como autoritária, nela a lei nunca é clara, ou melhor, a lei se aplica para poucos e se transforma de acordo com

¹² Como Maria, Joaquim já havia alertado para a necessidade de se cobrir o corpo para evitar o desejo sexual dos adolescentes.

¹³ Tipo de cacete.

¹⁴ Comparando a personagens do filme *Man in Black*, que eram agentes especiais vestidos de preto.

¹⁵ Nome inspirado no Batalhão de Choque da Polícia Militar atribuído a grupo de agentes de apoio da FEBEM que tem a incumbência de conter distúrbios.

os interesses dos mais poderosos. Dentre esses, estão os adolescentes que gozam de total proteção e governam as unidades.

A imagem que se avista é de uma instituição que está por ruir, as aparências enganam, está cheia de “mulambos” e suas paredes estão por desmoronar. FEBEM é terra sem lei, sem segurança.

Os desenhos e os diálogos dos participantes também retratam a FEBEM como um território dividido em compartimentos que abrigam grupos específicos. Ela é sempre dividida e muitas vezes algumas de suas partes não são reconhecidas como tal.

A insegurança é extrema e domina o cotidiano de um dos entrevistados; mesmo fora das unidades, a presença da morte é constante, como expressa Tomas ao intitular seu desenho: “Eu tenho medo de viver”.

O perigo de morte se apresenta sempre associado ao crescente poder dos adolescentes. O funcionário se encontra preso, encurralado em unidades governadas pelos adolescentes protegidos pelo estado, conforme relato de Gilda:

Essa é minha FEBEM, é assim que eu vejo. Trancada, muitos adolescentes com naifas¹⁶, que é normal, você sabe o que é naifas? Você sabe que (...) e o funça¹⁷ trancado, sem poder sair dali, sem poder fazer nada, de mãos atadas. Tem muito adolescente que está ali só como adolescente, mas são governo também, entendeu? Os adolescentes são governo também. Porque o governo nos ata também, porque quando o governo quer dinheiro, eles provocam uma rebelião. Então o funça fica refém do governo, do Estado, e refém dos próprios adolescentes. (Gilda)

O título produzido por Gilda traduz muito bem a presença dos sentimentos de morte e de impossibilidade presentes durante toda a entrevista: “Fim do mundo: um lugar que fecha e não sai mais.”

¹⁶ Facas improvisadas.

¹⁷ Funcionário.

Edson, ao comentar seu desenho, salienta a falta de uniformidade e a impossibilidade de realização dos sonhos, mas resguarda a possibilidade de alcançar a realização que já existe e pode ser encontrada na própria Fundação, mas, para que isso seja possível, é preciso que todos estejam unidos em torno da mesma proposta. Esse participante retrata em seu desenho¹⁸ uma casa e expressa seu desejo de que as coisas pudessem ocorrer de forma mais natural. Seu desenho e sua estória sugerem a necessidade de referências, de um caminho que pudesse se tornar familiar, conhecido e acolhedor o trabalho na FEBEM. Nas palavras desse entrevistado:

Eu tentei retratar uma fundação onde nada é uniforme. A instituição enquanto fundação não é nada uniforme. Onde você chega de coração aberto, de braços abertos para ingressar em um trabalho ou onde (...) tudo que você vai encontrar são coisas que não condizem com aquelas que você sonhava (...) o que você (...) com sua perspectiva de trabalho, com aquilo que você imaginava e tal. Mais adiante você vê portas você vê grades. Você vê (...). Toda essa questão que eu já falei que não é uniforme, mas eu também vejo a possibilidade de mudança. E o que tem é que a gente não pode perder a esperança. Então eu também retrato neste meio, neste contexto a esperança. Eu acho que a esperança (...). A possibilidade de prosperar na proposta descreve em uma proposta perdida neste meio, ela é possível. Basta que as pessoas possam acreditar e possam retomar e possam acreditar nisso. Então é um pouco isso. (Edson)

Eu queria desenhar uma casa onde as coisas acontecem com um pouco mais de naturalidade. Que tivesse fumacinha, que tivesse o verde que simboliza a esperança, o amarelo que simboliza a prosperidade e que tivesse um caminho. Um caminho ainda mesmo que pequeno, mas que ele tivesse assim ó, para seguir em frente. (Edson)

Que título que eu daria? “Uma estrutura difícil de mudar mais possível”. (Edson)

¹⁸ Ver Anexo G.

A ausência de regras para todo o conjunto de pessoas foi recorrente durante toda a entrevista. A lei se transforma à medida da conveniência dos mais fortes, os diretores de unidade ou da FEBEM e os representantes do estado. As palavras de Maria ilustram essa perspectiva:

Acontece que é uma situação assim: O que é inconstitucional, né? O que nós, às vezes, temos de inconstitucional e o que é usado só, o que é inconstitucional para nós, mas é constitucional para o governo (dá risada). (Maria)

Fábio denuncia que apenas alguns são obrigados a cumprir a lei, outros são agraciados com a justiça. Para esse entrevistado, lei e justiça são campos diferentes, a lei não serve para se fazer justiça:

A estória foi essa, do cabide. Isso (...). Os amigos do rei (...) é funcionaria bem assim ó: Para os amigos eu uso a justiça, para os inimigos eu uso a lei. É assim que funciona. (Fábio)

A omissão ou a ausência de uma instância ou autoridade superior que regule as relações de trabalho e diminua as injustiças também foi expressa claramente por Arnaldo. Ele se deteve longamente a demonstrar que era cumpridor de seus deveres e que merecia ser tratado com mais justiça. Seu desenho e sua estória também enfatizam as diferenças entre os funcionários, alguns são protegidos e vivem dentro de um espaço blindado. Vejamos o longo e composto título produzido por ele: “Todos têm direito a respeito!”; “Cidadania é deveres principalmente”; “Direitos”; “Cumpra seus deveres que seus direitos virão”; “A presidência deve estar presente”.

Na perspectiva dos trabalhadores, as regras estão às avessas. Isto significa que tentar agir de forma correta pode gerar punições e sofrimento. Aqueles que se opõe ao funcionamento implantado nas unidades podem ser punidos por meio sanções apoiadas em

distorções da lei, ou até mesmo colocados em situações de perigo, dentro e fora das unidades. Lá se aprende a agir de forma incorreta. Abaixo, alguns trechos da entrevista nos quais Gilda se refere ao risco de se fazer denúncias:

Quem não tem medo de relatar as coisas, não pode ficar na FEBEM. Porque se você relatar, e não foi só eu, todo mundo que, ou achou, e ligou para a ouvidoria, que ligaram realmente, nenhum dos funcionários que descobriram que ligaram na ouvidoria, que descobriram ficou na FEBEM. Então a ouvidoria na FEBEM não é para fazer um ajuste na empresa. Em uma empresa é para fazer um ajuste, um ajustamento, porque se você ligar, você é mandado embora. (Gilda)

Os relatos trazem um sentimento de que não é possível reagir; as denúncias aos órgãos públicos controladores são inúteis e o autoritarismo dentro da fundação é extremo. Gilda compara o diretor de unidade a Deus, e Fábio, de forma exaltada, afirma sua coragem e a inutilidade de seus esforços para denunciar irregularidades:

Ele é absoluto, que ele é o bom, que ele é o Deus! (Gilda)

A denúncia que eu fiz não foi no anonimato. Eu dei as caras, porque a denúncia que eu fiz, eu formatei e mandei para as pessoas tomarem uma atitude. E filho, esquece! (Fábio)

Edson parece sintetizar o que significa esse lugar de injustiças, impossibilidades, contradições e decepções, que é tão importante para todos:

A questão da instituição, das contradições do poder público, mas as atitudes dela interferem nas nossas vidas. Entendeu? O jeito de ela tratar as questões, que é sempre de cima para baixo, cumpra-se, interfere e a gente choca e ela interfere na nossa vida pessoal. Cada um de um jeito, né? Porque, você já não tem mais aquela segurança de sair para passear, o outro é porque tem uma perspectiva, uma esperança de crescer e vive se chocando, e se decepcionando com os

estágios, com estas questões que nunca são uniformes, que sempre é descontinuo, nunca é continuo. (Edson)

A instituição em estudo também foi descrita como uma referência de grande impacto na vida de todos os entrevistados; seus efeitos diversos são profundos e duradouros, penetram em muitas esferas do cotidiano de seus trabalhadores, que não conseguem se afastar do dia-a-dia das unidades. A entrevista sugere que é difícil separar a vida dentro e a vida fora da FEBEM. As palavras de Gilda nos dão uma amostra disso:

Funcionários da FEBEM só têm ali dentro da FEBEM. Eles não conseguem ser gente fora da FEBEM, eles se tornam aquilo, que você tem (...). Eu, por exemplo, eu gosto muito de ler, então eu desabafo na leitura (...) eu gosto. O problema é que dentro da FEBEM é só FEBEM, FEBEM, FEBEM. E, ao contrario, para você viver melhor, você não pode ter amizade com o pessoal de dentro da FEBEM. Para trabalhar lá você precisa cortar as raízes da FEBEM, só que ninguém consegue cortar. Levam a FEBEM para dentro da casa. (Gilda)

A FEBEM também é representada como uma escola para se aprender coisas negativas. Participam desse aprendizado perverso não apenas os adolescentes em conflito com a lei, os funcionários também estão sujeitos ao mesmo processo. Gilda relata o negativo processo de formação dentro da Fundação:

A FEBEM nada mais é do que uma escola para você aprender. O que eu aprendi de coisa errada na minha vida eu aprendi na FEBEM. Em pouquíssimo tempo, viu! O que eu vi pessoas ruins, tanto cultas como adolescentes dentro da FEBEM, eu nunca vi pessoas tão mal formadas como dentro daquela instituição. (Gilda)

Maria designa o título dissociação ao seu desenho indicando que a FEBEM cumpre seu papel às avessas:

O contrário de socialização é dissocialização, certo? É isso que eu quero dizer, do ser humano. Ele enquanto criança, ele enquanto adolescente, ele enquanto adulto. (Maria)

Essa participante também pondera que essa fundação e seus trabalhadores têm a difícil tarefa de suprir toda a falta de compromisso da sociedade em relação a seus jovens. A FEBEM parece ser um espaço no qual a negligência pode ser ocultada; seu discurso é mais um exemplo de como a entrevistada integra essa organização estatal à dinâmica social.

Porque a sociedade, a sociedade não assume toda uma falta de compromisso que ela tem com seus próprios filhos. Eu não tô falando a família e seus filhos, mas a sociedade não assume o compromisso com seus próprios filhos e aí chega o momento em que eles cometem um ato infracional contra essa sociedade mesmo, aí essa sociedade coloca ele dentro da fundação, lava as mãos e não respeita o trabalhador que está cuidando destas coisas, destes seres, que a própria sociedade não deu conta. (Maria)

Como mencionamos anteriormente, a entrevista com os trabalhadores traz uma representação da FEBEM como uma instituição que aparenta ser grande e oponente, mas está cada vez mais deteriorada. A participação de Maria enfatizou esse aspecto de forma muito curiosa, pois apresentou uma perspectiva mais ampla da FEBEM que não destaca as partes do todo, mas ao contrário, na sua estória uma parte representa o conjunto, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Eu não fiz só a unidade, eu fiz o complexo imigrantes o Tatuapé, Raposo, Rio Branco (...). (Maria)

Você juntou tudo? (Tomas)

Juntei, tudo tá aí. Logicamente que está desenhado por uma só, né? Mas aqui tem a história de Imigrantes (...). (Maria)

Continuando sua estória, Maria destaca o fechamento institucional e como as pessoas envolvidas têm dificuldade de pensar em alternativas:

O sol que sorri, né? Mas que ninguém vê, muitas vezes nem os trabalhadores e nem os adolescentes. As nuvens, que ficam assim. O cerco de arame farpado, tá aqui. O cerco de arame farpado que tem toda uma proteção. (Maria)

Em seguida ela desvela a verdadeira face da FEBEM:

Nós temos do lado de fora, nós temos patrimônios faraônicos, mas do lado de dentro eles funcionam só dois ou três espaços, porque tem unidade, tem parede caindo, tem uma série de coisas que no patrimônio não aparece do lado de fora, ele só aparece do lado de dentro. Quando você entra você pisa em poça d'água, você (...) não tem o banheiro, tá entupido, não tem água, não tem isso não tem aquilo, mas que a comunidade, e a sociedade e nós lá fora também não vemos. Então os espaços são restritos tanto é adolescente aqui, como é adolescente aqui, como é adolescente aqui (indica que os adolescentes estão por todos os lados da unidade). (Maria)

7.5 - Ressonâncias nos encontros

Durante as entrevistas, o pesquisador foi mobilizado por muitos sentimentos que circularam nos grupos. Destaca-se a grande sensação de impotência, impossibilidade e insegurança que se traduziu, com muita frequência, nas possibilidades de ser morto ou mesmo de se matar. A sensação de risco é constante e parece não haver saída, não se pode demonstrar medo ou fraquejar.

Os sentimentos foram os de que a FEBEM é “terra sem lei”, ou onde a lei é sempre a do mais forte, e de que lá tudo e todos se deterioram.

A sensação vivida é que as relações nessa fundação estão fora de controle e são perigosas, esse trabalho marca irreversivelmente e também é algo fascinante, que nos captura, domina nossas vidas, e que traz esperanças.

8 - UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA FEBEM ENTRE SEUS TRABALHADORES

Nessa pesquisa partimos do pressuposto de que as instituições atuam diretamente sobre a produção de significados, mobilizam investimentos e representações que permitem a regulação da vida psíquica, oferecem sustentação para as identificações nos grupos sociais, além de podermos depositar nelas os aspectos mais primitivos e indiferenciados de nossa personalidade. É por meio dos grupos, que funcionam como formações intermediárias, que os membros de uma instituição se unem para a realização de desejos aos moldes do sonho, isto é, os desejos recalcados se realizam por meio de deformações (KAËS, 1991).

Em nossa trajetória investigativa, procuramos por representações sociais da FEBEM. Nossa primeira dificuldade foi distinguir as representações das condições objetivas dessa fundação, seja pela dificuldade dos participantes em dar vazão às representações, o que acreditamos derivar do sofrimento psíquico, resultante de fissuras no processo de transmissão psíquica e ou de possíveis reações defensivas dos participantes, seja pelo caráter fantástico, ou melhor, quase inacreditável, por ser inconcebível, das descrições do dia-a-dia nas unidades de internação.

O que temos em mãos para análise é um material que nos permite levantar hipóteses sobre as representações desses sujeitos em relação à FEBEM. São descrições, relatos e a expressão de sentimentos que se articularam, se transformaram e produziram ressonâncias em todos os participantes, inclusive no pesquisador. Em nosso entendimento, foi durante o processo grupal que as representações puderam ser produzidas, sendo que o procedimento adotado foi apenas um disparador para esse processo. O grupo funcionou como um espaço de trocas e como fiador dos sentidos que iam sendo produzidos, conferindo credibilidade às representações.

A seguir apresentaremos uma proposta de interpretação apoiada em registros e na vivência intersubjetiva.

As entrevistas nos levam a crer que a FEBEM representa para seus trabalhadores um conjunto de valores contraditórios muito singular que se choca constantemente com os valores mais difundidos na sociedade. Ao que parece, a lei é não ter lei. Mas essas contradições não são reconhecidas pela Fundação, o que gera grande sofrimento e angústia. Entre os trabalhadores entrevistados, juntamente com as representações negativas, ainda persistem algumas representações positivas, reforçadas pelo discurso ideológico dessa Fundação e do Estado, que atraem de forma envolvente seus trabalhadores, pois se traduzem na possibilidade de realização e em ideais que sustentam identificações.

Essas afirmações, juntamente com as dificuldades econômicas e o desemprego difundido no país, explicariam, pelo menos em parte, a razão da permanência desses trabalhadores na FEBEM, mesmo em condições de grande sofrimento. Porém não podemos deixar de pensar que um “mundo” sem regras também pode ser sedutor num primeiro momento. Muitos se identificam e até se envolvem amorosamente com os adolescentes, talvez revivam as possibilidades que essa adolescência inspira. Mais precisamente, como vimos na segunda entrevista, o mundo dos internados é fascinante e é preciso um esforço muito grande para não ser seduzido. O que afirmamos é que as instituições também nos atraem pela possibilidade de realização de desejos inconscientes.

Como somos sempre parte integrante da instituição, uma forma para os trabalhadores poderem conviver com tantas contradições é representar a FEBEM de forma fragmentada, separando as partes, ou até mesmo não reconhecendo as pessoas e a Instituição como elementos integrados. Bleger (1991) nos ensina que a clivagem serve para imobilizar os aspectos menos diferenciados da personalidade ou do grupo, preservando a identidade do grupo e de seus membros. Isso é indicativo de um processo de burocratização da Instituição

que leva a formas estereotipadas de interação e distancia seus membros da reflexão mais crítica sobre a Fundação. Sem dúvida, existem divisões objetivas, mas entendemos que estas são, na verdade, subgrupos de uma mesma instituição.

A clivagem nas representações produzidas pelos entrevistados preserva as idealizações e evita que os sujeitos se reconheçam na própria instituição. Essas subdivisões resultam em subgrupos perseguidores, vive-se a desconfiança constante. Um exemplo disso são os “acordistas” e os “verdinhos”. Novamente, não se trata de afirmar que não existam razões objetivas para a desconfiança entre esses trabalhadores, mas que ocorre uma exacerbação da hostilidade que impede o reconhecimento das semelhanças entre os subgrupos, das dificuldades de cada função e de cada grupo de trabalhadores, o que também obscurece as possibilidades de organização dessa categoria trabalhista na busca de condições de trabalho mais justas e seguras.

Dentre os fragmentos da Instituição, destaca-se o pátio, um lugar com leis próprias, domínio dos “menores” que são representados como o mau em potencial. No pátio “fala-se outro português”, trata-se de um “outro mundo”, outra cultura e, portanto, outros códigos. Nesse espaço, vive-se a tensão constante da possibilidade de ruptura das regras básicas difundidas em nossa sociedade; os fantasmas da morte e da violência sexual estão presentes todo o tempo. A contensão deve ser constante, qualquer sinal de desejo deve ser reprimido.

Embora esse espaço seja representado como um espaço à parte, os relatos deixam claro que o autoritarismo e a brutalidade, lá muito presentes, também são vividos na relação com a administração da FEBEM.

A difícil tarefa do monitor consiste em manter sob controle jovens que não foram criados em boas famílias. É possível que essa seja uma das grandes ilusões institucionais que capturam esses trabalhadores: suprir a autoridade paterna, refrear os impulsos de jovens que se rebelam contra a autoridade familiar.

Com efeito, é histórica a incorporação e a reprodução da ideologia dominante a respeito do modelo familiar ideal em instituições como a que estudamos. Assim acaba-se buscando suprir a ausência das figuras parentais, mas o resultado dessa impossível tarefa tem sido a frustração e a raiva (FUSTIER, 1991; MARIN, 1999).

Nesse sentido, também estaria aberto o caminho para que fossem reeditadas as relações dos próprios monitores com as figuras de autoridade internalizadas.

Como vimos, a atualização da relação pai-filho é reconhecida pelos entrevistados como algo que irrompe com frequência nas unidades, e os monitores precisam estar atentos para essa armadilha. Em alguns momentos, tudo se confunde, o funcionário pode tratar o interno como se fosse seu filho e, em sua própria casa, pode tratar o filho como se fosse um interno da FEBEM.

Mas, no caso desses trabalhadores e desses adolescentes, essas atualizações ocorrem num espaço intersubjetivo que traz em si a marca da violência, do autoritarismo e da impossibilidade do diálogo, assim, parece não haver muitas alternativas além da violência. Ficam praticamente anuladas as possibilidades de rever as representações das figuras de autoridade por um prisma positivo, mas abre-se um caminho orientado por códigos que legitimam a descarga da agressividade.

A FEBEM é descrita como sendo uma organização autoritária e despótica. A assimetria nas relações de poder é muito grande e se estabelece a lei do mais forte, as regras são sempre provisórias e só atendem às necessidades de poucos. Nesse contexto, as rebeliões nas unidades são apenas um movimento de oscilação dessa assimetria, no qual os adolescentes podem realizar todos seus desejos, o que inclui matar e estuprar.

É muito curioso o fato de que a FEBEM é representada pelos trabalhadores com características muito semelhantes ao estereótipo de pai construído para adolescentes em conflito com a lei. Isto é, essa figura que deveria inspirar autoridade é omissa e violenta

quando busca seus próprios interesses, ela não estabelece regras para o convívio e o trabalho e opta por expulsá-los ao invés de protegê-los.

Na perspectiva dos funcionários, a maior razão da degradação dessa organização são as questões políticas que a permeiam. Foram mencionados os cargos comissionados, as contratações emergenciais e até a destruição de unidades, o que permitiria, através de verbas públicas para sua reconstrução, o financiamento de campanhas eleitorais. Essas acusações são gravíssimas e não destoam da nossa tradição de políticas públicas que faz uso privado daquilo que é público.

Outro ponto que julgamos importante salientar é como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é percebido nesse contexto.

Creemos ser possível afirmar que as mudanças esperadas em função do ECA ainda não chegaram a ocorrer, ainda estamos muito distantes disso. No entanto as queixas e as explicações, produzidas pelos entrevistados, relacionadas ao problema das rebeliões e às precárias condições de trabalho perpassaram o tema do Estatuto e a condição de superproteção dos adolescentes internados que dele resulta. A suposta aplicação do estatuto também é reconhecida como ausência de regras para os internados.

Assim, a fundação é representada como uma instituição que deveria proteger seus membros legítimos, mas se entrega a interesses políticos e protege o delinquente irreversível, que já percorreu longa carreira no mundo do crime e que, portanto, comete atrocidades impensáveis de forma imprevisível. Ao adolescente tudo é permitido e ao funcionário resta a perseguição e a falta de reconhecimento.

Esse nos parece um ponto chave para entendermos um pouco do significado da fundação a qual pertencem. Vive-se de forma velada uma grande contradição, já que ao mesmo tempo declara-se que o ECA vem sendo atendido e são mantidas as tradicionais políticas de internação e aprisionamento anteriores a esse estatuto, juntamente com as práticas

violentas dessa mesma tradição. Essa contradição vem à tona frequentemente por meio de denúncias, e o ajuste político adotado pela administração da Fundação para esse problema parece ser responsabilizar os antigos funcionários de pátio. Defrontamos-nos novamente com o fenômeno da clivagem, ou seja, esses funcionários não são reconhecidos como parte da Instituição e como reflexo do funcionamento geral da organização.

Como resultado disso, ocorreram demissões em massa e, de acordo com os relatos, o assédio moral. A primeira medida tem grande impacto sobre a opinião pública e contribui para a produção de uma representação do monitor como um ser perverso, ele é retratado como corrupto e torturador e acaba por ser responsabilizado pelas irregularidades da Fundação. Amplia-se, portanto, o sentimento de desvalorização e as primeiras representações sobre essa instituição e o trabalho a desempenhar são colocadas em xeque, pois esse trabalho é cada vez mais estigmatizante e o reconhecimento dentro da própria organização já não existe mais. Os monitores que antes podiam se reconhecer como aqueles que deveriam lidar com o lixo da sociedade, o que significava um grande serviço prestado e que poucos são capazes de executar agora se sentem na posição antes ocupada exclusivamente pelos internados. Sentem-se como o lixo humano, os dejetos da sociedade.

É possível imaginar como esse cenário se agrava à medida que são contratados novos funcionários com formação superior. Esses novos contratados são oriundos de grupos sociais um pouco mais favorecidos e são reconhecidos como solução para a incompetência e truculência dos monitores. Essa disparidade entre os funcionários é percebida como algo muito injusto e ameaçador.

Devemos enfatizar que trabalhar na FEBEM também representa para os entrevistados reconhecimento social e a possibilidade de participar ativamente da sociedade, oferecendo uma contribuição importante, além de significar a conquista de um posto de trabalho disputado por muitos. Isso reafirma o valor desse trabalhador, que pertence a grupos sociais

menos favorecidos, que não penetram totalmente na sociedade de consumo e também têm dificuldade de acessar serviços de primeira necessidade. Desta forma, as promessas de realização e pertencimento que faziam valer a pena o risco e a tensão do trabalho caem por terra.

Os valores instituídos não são mais uma referência possível por não serem mais aceitos socialmente, no entanto, dentro das unidades, tudo converge para as velhas práticas. Esses trabalhadores expressaram seu desamparo e desorientação; as entrevistas sugerem que de alguma forma se anuncia o fim da Instituição.

Os discursos mais esperançosos traduziram o desejo de que a ordem seja restabelecida por uma figura de autoridade que está ausente e desconhece as injustiças e desigualdades entre os membros dessa organização. O Sindicato cumpre papel importantíssimo nesse cenário, pois nele são depositadas as esperanças de reafirmação dos antigos valores.

Essa situação é aterrorizante, com ela irrompe o medo da morte, a violência e o sentimento de impossibilidade expresso em representações que sugerem uma condição depressiva desses trabalhadores. Como vimos, a FEBEM foi representada como uma pessoa com câncer, um doente em estado terminal e em outro momento como uma construção que tem suas paredes ocas, toda a estrutura está prestes a ruir.

Como afirma Enriquez (1991), nessas situações, em que não é possível identificar quais são as regras, pois ora são excessivas, ora não existem, ocorre uma crise que impede que o sujeito se reconheça e reconheça os demais. Nas situações de autoritarismo, vive-se a impossibilidade e o desespero e nas situações em que não há regras vive-se o desamparo o abandono.

8.1 - Refletindo sobre o sofrimento psíquico

O intenso sofrimento psíquico desses trabalhadores vem se fazendo visível pela grande quantidade de afastamentos do trabalho, devido a problemas de saúde mental. De acordo com a FUNDACENTRO¹⁹ (2005), no período de 1998 a 2002, 60% dos diagnósticos de afastamento de funcionários da FEBEM estão relacionados à transtornos mentais.

Os relatos colhidos com os entrevistados apresentam um retrato das precárias e arriscadas condições de trabalho do monitor nas unidades de internação que também são condizentes com os dados de pesquisa realizada pela FUNDACENTRO (2005).

São freqüentes os problemas de ordem psicológica como o abuso do álcool e outras substâncias, a depressão, estresse e estresse pós-traumático, impotência sexual, além do *burnout* devido à impossibilidade de atender às demandas do trabalho. Esses problemas comumente se refletem na degradação das relações familiares (FUNDACENTRO, 2005).

Como se percebe, existe uma ampla gama de fatores envolvidos no processo de adoecimento desses trabalhadores. Não nos propomos a explorá-los e debatê-los de forma ampliada. Dedicaremos-nos a propor algumas considerações sobre as relações intersubjetivas e seus efeitos no funcionamento psíquico dos participantes dessa pesquisa.

Nossa reflexão acerca dessa temática inicia-se a partir do pressuposto de que o sofrimento psíquico vivido por esses trabalhadores está intimamente relacionado à impossibilidade de atribuir sentido àquilo que é vivido. Como já assinalamos anteriormente, o que está em jogo são as falhas nos sistemas de valores presentes na cultura do conjunto social. As transformações bruscas em nossos sistemas de valores rompem nossos códigos e sistema de crenças que têm como função sustentar nossa identidade e equilibrar pulsões antagônicas. Quando isso ocorre, fica abalada a base narcísica de nosso sentimento de pertença, além de

¹⁹ Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho.

vivermos a angústia produzida pela reatualização de conflitos. Estamos nos referindo a falhas nas funções do intermediário, que também tem importante papel na mediação e transformação dos vínculos sociais (KAËS, 2003).

Cremos que a instituição em questão passa por um momento de crise em seus sistemas de valores. Em nosso entendimento, essa crise resulta de uma série de transformações ocorridas no país, principalmente em decorrência do fim da ditadura militar e da promulgação da constituição de 1998. A proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são emblemas das transformações reivindicadas naquele período por diversos movimentos sociais em busca de uma sociedade mais justa, que se chocam diretamente com as tradições de autoritarismo e repressão da FEBEM, construídas e solidificadas no regime militar (RODRIGUES, 2000).

Contudo, não se pode afirmar que estejam ocorrendo rupturas estruturais em seu funcionamento. Esse é um dos pontos essenciais de nosso debate, pois se vive um impasse entre a pressão social pelo cumprimento do ECA e a velha estrutura da FEBEM, que está atrelada a concepções da classe dominante a respeito da delinquência e que atende a interesses políticos de grupos específicos (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, o estado é obrigado a sinalizar mudanças adotando medidas parcialmente orientadas pelo ECA, não promove efetivas transformações na Instituição, mas toma medidas drásticas em relação àqueles que são eleitos como bode expiatório.

A FEBEM parece manter um duplo vínculo com esses trabalhadores, que se deparam com as pressões e exigências de mudança, mas são cotidianamente conduzidos, de forma não declarada, a adotarem as tradicionais medidas de repressão e contenção dos adolescentes privados de liberdade. O contato com esses trabalhadores sugere que as concepções acerca desses jovens pouco se transformaram, isto é, devido a falhas em sua família, eles, desde muito pequenos, desenvolvem-se como criminosos e não há o que se possa fazer para mudar

isso. As tentativas de humanização como o ECA são, na maior parte das vezes, percebidas como inúteis, ingênuas e românticas, embora em alguns momentos seja assumida a possibilidade de outras formas de tratamento.

Devemos pensar então no processo de transmissão psíquica que ocorre nessa fundação e na sociedade, isto é, como estão sendo transmitidos ou reformulados, nesses espaços intersubjetivos, os valores relacionados a tudo aquilo que envolve a FEBEM e que servem de base para a produção de representações que são importantíssimas para equilibrar nosso funcionamento psíquico.

A dificuldade para produzir sentidos leva ao sofrimento, pois afeta a integridade do sujeito, desorganizando-o do ponto de vista psíquico. Pensando de forma psicanalítica, produz-se uma pressão insuportável sobre o ego. Essa instância intermediária reguladora se desestabiliza frente à impossibilidade da descarga pulsional que gera uma paraexcitação. Esse sofrimento se manifestará por meio de sintomas iguais àqueles que nos foram relatados nas entrevistas, tais como a atuação violenta, o alcoolismo, a somatização e o suicídio.

Nesse caso, cremos que o processo de transmissão psíquica é prevalentemente negativo, ou seja, transmite-se principalmente aquilo que não pode ser dito e que não pode ser contido psiquismo. Vive-se, portanto, a impossibilidade de atribuir sentido, pois ocorrem falhas no processo de simbolização que são essenciais para a inscrição do sujeito na comunidade da qual participa. Assim, ficam ameaçados os laços intersubjetivos e as alianças inconscientes, fundamentais para a continuidade da vida psíquica do sujeito e do grupo e para favorecer o desenvolvimento da subjetividade (CORREA, 2003).

Por isso, esses sujeitos vivem uma situação de extrema fragilidade devido à ausência de referências de significação, tanto na FEBEM como na sociedade. Com isso as instituições deixam de cumprir sua função primordial, a de envoltório psíquico para seus membros.

Ao nos esforçarmos para compreender os significados da FEBEM para seus trabalhadores, operamos um recorte metodológico que privilegia a vida dentro da Fundação, não obstante tenhamos a convicção de que ela é elemento inseparável de uma complexa dinâmica social. O que afirmamos é que ela tem um funcionamento que reflete a dinâmica psicossocial da qual deriva.

Neste cenário, imbricam-se dialeticamente questões intersubjetivas e objetivas. A instituição em questão tem sido um instrumento de manutenção das relações de poder dentro de nossa sociedade capitalista, ou seja, ela legitima a não participação de grande parcela da população nas ações de consumo e a impossibilidade de acesso a serviços essenciais. Ao mesmo tempo, ela se retro-alimenta produzindo a delinquência, o que garante sua manutenção e consequentemente sua função econômica dentro das engrenagens do sistema produtivo.

É dentro desse mesmo sistema que são produzidas as bases ideológicas e teóricas que servem de amparo para a vida psíquica dos conjuntos intersubjetivos que captam e transformam essas orientações de acordo com suas necessidades.

Do ponto de vista psíquico, esta instituição cumpre um papel defensivo, pois serve de depósito para as sobras da clivagem operada pela sociedade, nela são depositados seus aspectos negativos, sua própria delinquência.

Se reajustarmos no foco para essa perspectiva, podemos pensar que, na verdade, os trabalhadores com os quais estabelecemos uma interlocução vivem uma dinâmica social dentro e fora da FEBEM que desqualificam seus códigos e valores. Seguindo as idéias de Carreteiro (2003), podemos pensar que nesses casos os danos no psiquismo individual e grupal são profundos; estabelece-se um déficit narcísico, pois a inscrição do sujeito na sociedade ocorre por via de aspectos negativos.

Nesse sentido, as mudanças parciais ocorridas na sociedade ainda não foram suficientes para instituir novos valores a ponto de forçar mudanças efetivas no tratamento

concedido a esses jovens. De fato o que se percebe é que a temática do adolescente em conflito com a lei é recebida pela sociedade de forma muito controvertida e basta que situações de maior tensão surjam para que se cogite abandonar o Estatuto. Ainda não é possível reconhecer que essa instituição, o que também inclui os jovens internados, seus trabalhadores e a própria delinquência, é parte integrante da estrutura que sustenta psicológica e socialmente a sociedade.

É nessa fissura de nossa estrutura sociocultural que se encontra esse trabalhador. Ao mesmo tempo em que é responsabilizado pela violência na Instituição, é figura indispensável para sua manutenção. Não há reconhecimento de suas dificuldades e sofrimento fora e dentro da Instituição e por isso são raros os espaços onde essas vivências podem ser compartilhadas.

Uma das formas de evitar esse mal-estar relacionado às falhas nas formações intermediárias é aquilo que Kaës (2003) define como vínculo de violência que é criado para produzir um estado de não pensamento. Quando isso ocorre, tudo aquilo que mobiliza a raiva auxilia nessa estratégia intrapsíquica para evitar o pensamento. Esse processo funciona como um círculo vicioso que mantém aberta a ferida narcísica, e como o que ocorre nas falhas das formações intermediárias é a ruptura nas fronteiras entre o pensar e o agir, entre o interno e o externo, a excessiva excitação psíquica se descarrega por meio de atuações violentas.

A lógica da virilidade, bem consoante com vínculo de violência, parece ser outra alternativa para os trabalhadores nesse beco sem saída, que, devemos lembrar, também envolve grandes riscos à integridade física. Como nos ensina Dejours (1999), a prática da violência mantém-se associada ao medo e este passa a ser percebido como fraqueza ou covardia. Para suportar a presença do medo, adota-se a virilidade como recurso defensivo. Ela confere prestígio e reconhecimento do grupo. Desta forma, a violência parece estar sustentada por estratégias defensivas coletivas para evitar o medo mobilizado por uma tarefa da qual não podem desistir.

Essa combinação de fatores contribui para que seja reforçada a cultura da violência nas unidades de internação, o que tem efeito negativo direto sobre os adolescentes internados. A Instituição, que deveria favorecer possibilidades de reinserção social para esses jovens, aprisiona sua subjetividade.

Vimos nessa pesquisa a confirmação da afirmação de Bleger (1991) de que as instituições tendem a reproduzir a estrutura do problema que busca solucionar. Isso se manifesta claramente em seus trabalhadores e nos adolescentes internados. A FEBEM não é referência para instituir valores que sustentem a vida em comunidade, ao contrário, ela reproduz a violência e o abandono.

Cabe ainda pensar nas enormes dificuldades para alterar esse quadro e promover mudanças na Instituição, pois, além da assimetria e injustiças nas relações de trabalho, que geram um clima de grande desconfiança, a Instituição não cumpre sua tarefa primária. Em outras palavras, não oferece a sustentação psíquica para que sejam suportados os obstáculos à realização dos desejos, as renúncias são muito superiores à ilusão institucional. Nessas situações, o instituído tende a prevalecer sobre o instituinte, os grupos se burocratizam e passam a funcionar sob uma rigidez muito grande para se defender da possibilidade mais assustadora, o fim da instituição. Desta forma, o grupo tende a atacar as propostas de transformação. Pensar novos valores instituintes nesse contexto passa a ser quase impossível.

Do ponto de vista sociopolítico também se constrói uma barreira contra a transformação. Produz-se a ilusão de que os esforços para a implementação do ECA são efetivos e, assim, também se alimenta a idéia de que esse estatuto consiste numa medida equivocada e que apenas favorece aqueles que deveriam ser punidos, mas, ao invés disso, passam a desfrutar de uma situação muito confortável.

Acende-se então o estopim das explosivas reivindicações de redução da maioridade penal e o aumento das penas e esquece-se das injustiças sociais e do importante papel da exclusão para manutenção das posições nas relações de poder dentro da sociedade.

Estamos diante de barreiras conservadoras muito difíceis de serem transpostas. Com efeito, o sentimento de impossibilidade de mudança foi algo que nos invadiu no contato intersubjetivo com esses trabalhadores. O que se transmite nessa instituição, tanto para os adolescentes internados quanto para os trabalhadores, é aquilo que a sociedade não pode dizer; trata-se do abandono e da possibilidade de não cumprir as regras em benefício próprio.

8.2 - Pensando alternativas

Sem dúvida alguma, não é tarefa fácil pensar ou pôr em curso mudanças institucionais nesse contexto. Não se trata apenas de contratar pessoal com formação superior ou de punir aqueles que cometem abusos criminosos. O cenário que se apresenta é de uma cultura enraizada em nossa sociedade, neste caso, não excluimos nem os próprios internados nas unidades da FEBEM. Portanto, pensamos que de nada adiantará a alteração da razão social dessa fundação ou quaisquer outras medidas implantadas autoritariamente sem a participação mais efetiva dos envolvidos. Referimos-nos aos familiares dos adolescentes em conflito com a lei, órgãos oficiais, os próprios adolescentes, técnicos e outros trabalhadores. Talvez esses possam ser propulsores de uma reflexão sobre alternativas que resultem em transformações graduais. É preciso que as demandas sejam discutidas e que sejam criados espaços seguros para que estereótipos possam ser superadas. Mas isso será pouco efetivo se não pensarmos também em transformações na sociedade mais ampla.

Frente a essa hercúlea tarefa, podemos nos esquecer dos benefícios e do potencial transformador e, portanto, instituinte de medidas mais pontuais.

Não é preciso que nos detenhamos no debate sobre as condições básicas e objetivas para a condução do trabalho nessa fundação. É consenso a necessidade de redução da carga horária desses trabalhadores, bem como remuneração justa, atenção adequada à saúde, treinamento específico e segurança no trabalho.

O que destacamos é a urgência de acolhimento para o sofrimento desses trabalhadores. É preciso a libertação da palavra associada à escuta, para que se possa começar a produzir representações e que se retome o potencial criativo essencial para a transformação nas instituições. Cremos que esse seja o primeiro passo antes de confrontá-los com seus mitos e rituais institucionais de defesa contra a mudança. Antes de se tomar consciência das estereotipias, é preciso que seja restaurado o equilíbrio. No atual estado de sofrimento em que se encontram, quaisquer iniciativas mais precipitadas serão recebidas com desconfiança, possivelmente terão pouca aderência e sofrerão grande resistência.

Como vimos, esses trabalhadores não estão buscando reformulações profundas na FEBEM no que diz respeito à forma de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Ao contrário, em sua maioria, reivindicaram a retomada efetiva dos velhos costumes. Contudo essas mudanças também são urgentes e, no nosso entendimento, indissociáveis de uma transformação efetivamente benéfica a todos.

Nesse clima de desconfiança e perseguição, o SITRAENFA parece ser um intermediário importante para a proposição de intervenções desse tipo com os funcionários. Sugerimos que sejam propiciados espaços intersubjetivos para a expressão desses trabalhadores. Os dispositivos grupais de modalidade operativa e não operativa têm se demonstrado eficazes para favorecer esse tipo de trabalho psíquico.

Mas, como nos ensina Bleger (1984), é preciso que haja abstinência e autonomia nesse trabalho, ou seja, uma situação favorável para o acolhimento dificilmente irá se estabelecer se

os trabalhos forem conduzidos por um membro da Instituição. É necessário que esse acolhimento seja oferecido por um profissional externo não comprometido com a FEBEM.

Uma vez aberto o caminho para o instituinte, a segunda etapa dessa intervenção deveria se destinar a tornar explícito o implícito. Consistiria no convite à reflexão sobre demandas, na tentativa de dissolução de estereotípias e busca da superação de um estado de alienação. Esse é um caminho para que possam ser pensadas possibilidades de ações para a mudança, o que implica novas representações sobre a instituição.

Enfim, não se trata apenas de aliviar o sofrimento, o que propomos é um processo que deve ser constante e que é voltado para a produção de consciência acerca de aspectos subjetivos e intersubjetivos, relacionados ao pertencimento a uma instituição, e sobre os aspectos históricos e políticos, a fim de superar o desconhecimento social, localizando os determinantes da instituição, enquanto estrutura objetiva, e esclarecer o sentido estrutural de seus atos.

Uma vez que o sofrimento é condição para as instituições, talvez esse seja um caminho para que possamos diminuir o mal-estar a níveis suportáveis, preservando a capacidade de pensar e modificar as disposições subjetivas e objetivas da vida em sociedade. Contudo esse esforço deve ser permanente, pois sabemos que esse processo tende a se cristalizar tornando-se instituído. Está posto mais um desafio institucional.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro ponto a destacar diz respeito às limitações desse trabalho e à metodologia empregada. Durante as entrevistas, pudemos perceber a dificuldade da maior parte dos participantes para realizar uma tarefa que propõe a livre criação sobre um tema. Já levantamos nossas hipóteses a respeito dessa dificuldade: estávamos diante de uma população que vive um grande sofrimento psíquico, fator limitador do potencial criativo, e que tem todos os motivos para manter erguidas as defesas conscientes e inconscientes. Constatamos que foi no decorrer da entrevista que se pôde estabelecer um vínculo de maior confiança com o pesquisador, o que favoreceu um aumento gradual da aceitação dos participantes em relação à proposta de pesquisa. Isso nos faz pensar na importância de um processo de interlocução mais prolongado com populações nessas condições, para que se possa obter indicadores mais confiáveis acerca de aspectos subjetivos.

Dessa forma, assinalamos que esse estudo abre janelas para contemplarmos possibilidades do funcionamento inconsciente que sustentam a vinculação de um grupo específico de trabalhadores com a Fundação na qual trabalham. Fica evidente a necessidade de ampliarmos as pesquisas com esses trabalhadores. Além da temática das representações sociais, parece ser importante investigarmos mais detalhadamente temas como as condições de saúde dessa população, suas relações familiares, sua história de vida, entre outros.

Apesar das dificuldades da maior parte dos participantes, Maria, que atua como assistente social e, portanto, não mantém contato mais prolongado com os adolescentes internados, como ocorre nos casos dos monitores, pôde realizar a tarefa de forma mais livre. Suas representações focam uma instituição mais integrada e a possibilidade de participação na transformação; todo seu discurso parece trazer uma perspectiva que integra a FEBEM à sociedade.

O contato com essa entrevistada indica que seu equilíbrio psíquico está mais preservado. Supomos que também exista um suporte institucional que é fundamental para esse equilíbrio, isto é, ele não resulta apenas de seu distanciamento da violência cotidiana das unidades de internação ou de seu maior esclarecimento sobre os determinantes objetivos para o funcionamento dessa fundação. cremos que o SITRAEMFA cumpra esse papel de proteção, pois consiste num espaço de reconhecimento para toda base técnica e ideológica que fornece significado para as contradições do trabalho na FEBEM. Nesse sentido, podemos pensar que a mediação dessa entidade foi fundamental para que ocorresse o diálogo com esses trabalhadores, pois este parece começar a se constituir, pelo menos para alguns, como uma referência que sustenta as identificações e o sentimento de pertença. Paradoxalmente, é na crise da FEBEM que o Sindicato se fortifica e oferece proteção psíquica e legal para aqueles que, filiados ou não a essa entidade, se identificam com sua causa.

Não só o caso dessa participante parece reforçar nossas hipóteses acerca do sofrimento psíquico e da importância da instituição para a produção de representações. Edson também parece buscar sustentação para seu pensamento nas propostas do sindicato, seu discurso retrata seu reconhecimento da importância do papel da entidade, para que possam ser reacendidas as esperanças em relação a FEBEM. Destaca-se que esse participante se apresentou, desde o início do segundo encontro, de forma muito disponível e tranquila para participar da atividade, isto é, houve mais liberdade para a produção do desenho-estória que não ficou restrita à descrição ou tentativa de reproduzir a estrutura física e o cotidiano das unidades.

Trabalhar e conviver nas condições objetivas e intersubjetivas que foram descritas consiste num rápido caminho para a deterioração do estado de saúde de qualquer pessoa, que as conduz para estratégias de sobrevivência que retro-alimentam a perversão de um sistema de aprisionamento que produz a delinquência.

Assim, quem vive no “fio da navalha”, numa casa sem regras, nunca sabe onde pisar. As únicas certezas são que não se pode confiar em ninguém e que demonstrar fraqueza ou medo é muito arriscado, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. Lá as regras são modificadas ao sabor da vontade dos mais fortes, portanto, as relações são sempre muito assimétricas.

Para os trabalhadores entrevistados, as leis na FEBEM servem apenas para punir e não para proteger. Como em uma casa sem regras, com um pai tirano e uma mãe omissa, cada um fica entregue à sua própria sorte e tem de enfrentar sozinho a violência e o desamparo. Na percepção dos participantes da pesquisa, apenas os adolescentes, que são considerados criminosos incorrigíveis, são acolhidos nessa casa.

Nesse espaço, o que se institui é a delinquência que é reproduzida não só na relação do monitor com o adolescente, que é pautada pela virilidade e pela violência, mas pelas violências que resultam da ausência de regras em todos os espaços institucionais. Numa casa sem regras, o *outro* é sempre anulado.

Nesse obscuro cenário, os entrevistados manifestam seu sofrimento e sua carência de espaço para uma arrumação das idéias, pois lá tudo se confunde: crime e lei, o funcionário e o adolescente.

Para superarmos tal situação, essa instituição precisa ser anulada. É preciso que esse círculo vicioso seja rompido, o que só será possível quando superarmos um estado de alienação a respeito da participação de cada um na manutenção da instituição, mas isso só poderá ocorrer se forem criados espaços intersubjetivos que ofereçam suporte para esse difícil trabalho psíquico.

É urgente a necessidade de intervenções que acolham e auxiliem esses trabalhadores a superarem e a transformarem essa contextura institucional na qual estão enredados. Eles não

devem ser reconhecidos como vítimas inocentes, mas como uma grande força para a transformação institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIELLO – VAISBERG, T. M. J. **Encontro com a loucura**: transicionalidade e ensino de psicopatologia. 1999. 342 f. Tese (Livre docência) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Investigação de representações sociais. In: TRINCA, Walter (Org.). **Formas de investigação clínica em psicologia**: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de desenhos de família com estórias. São Paulo: Vetor, 1997. p. 255-288.

_____. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, p. 103-127, 1995.

ALMEIDA, M. M. de. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

ALVES, H. R de. A. **Álbum de família**: a trama das representações sociais de adolescentes abandonados. 1993. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ALVES, S.T.F. Efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional. 2001. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 2001.

AUN, H. A. **Trágico avesso do mundo**: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para jovens infratores. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, L. S. de. **Diferenças de gênero e risco para a infecção pelo HIV em adolescentes intemos da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM) São Paulo**. 1999. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BAREMBLIT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1996, p. 235.

BARUS-MICHEL, J. Sofrimento e perda de sentido: considerações psicossociais e clínicas. In: AIELLO-VAISBERG e FALLADOR F. A. (Orgs.). **Trajetos do sofrimento**: rupturas e (re)criações de sentido. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BLANQUES, A. M. **Eu não tenho nada pra falar**: depoimento sobre a vivência de uma morte simbólica ou a história da experiência como psicóloga da FEBEM – SP. 1988. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1988.

BLEGER, J. O Grupo como Instituição e o Grupo nas Instituições. In: KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, p. 208.

_____. **Psicoanálisis y dialectica materialista: estudios sobre la estructura de psicoanálisis**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

_____. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984, p. 138.

_____. **Psicologia da conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984b, p. 244.

_____. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 113.

BRITO, F. B. de. **Ecos da FEBEM: história oral de vida de funcionários da fundação estadual de bem-estar do menor de São Paulo**. 2002. 274 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMAS, L. R. de G. **Desenlaces de interações infantis em dois tipos de instituições**. 1993. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1993.

CAMPOS A. **O Menor Institucionalizado: um desafio para a sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 157.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57 -72, 2003.

CARVALHO, A. M. **Comportamento de cuidados entre crianças institucionalizadas: um estudo comparativo**. 1991. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1991.

CARVALHO, A. M. **Comportamento de cuidados entre crianças institucionalizadas: um estudo longitudinal em diferentes ambientes institucionais**. 1996. 187 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1996.

CORREA, O. B. R. Transmissão psíquica entre gerações. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 35-45, 2003.

DEJUORS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 158.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJUORS, C. [et al.]. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas. 1994, p. 145.

DOSTOIEVSKI, F. **Recordações da casa dos mortos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 267.

ENRIQUEZ, E. O trabalho da morte nas instituições. In: KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 208.

FERNANDES, M. I. A. **Negatividade e vínculo: mestiçagem como ideologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 168.

_____. O trabalho psíquico da intersubjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003.

FERNÁNDEZ, A. M **O campo grupal: notas para uma genealogia**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 230.

FERREIRA, D. P. **Desenvolvimento de um sistema de informações, em Intranet, para uma organização responsável pelo atendimento ao adolescente em conflito com a lei (FEBEM/SP)**. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006a, p. 262.

_____. Sobre as prisões. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006b, p. 295.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Rio de Janeiro: Imago, 1995. v. XVIII. (Edição Standard Brasileira).

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. **O trabalho dos monitores da FEBEM**. São Paulo. 2005, p. 108.

FUSTIER, P. A infra-estrutura imaginária das instituições: a respeito da infância desajustada. In: KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 208.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad.: Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção debates (Psicologia), 1974, p. 312.

GUARNIERI, A. C. M. **Violência e imprensa: o tratamento midiático da violência criminal juvenil**. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GUIRADO, M. **Criança e a instituição FEBEM: considerações feitas a partir de alguns casos de internação**. 1979. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1979.

_____. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. Ed. Revisada e Ampliada. SP. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 217.

HERZER. **A Queda Para o Alto**: Petrópolis, Editora Vozes, 1988, p.200.

HIKIJ, R. S. G. **A música e o risco: uma etnografia da performance musical entre crianças e jovens de baixa renda em São Paulo**. 2003. 269 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, p.208.

_____. **O grupo e o sujeito do grupo**: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 333.

_____. O Intermediário na Abordagem Psicanalítica da Cultura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 15-33, 2003.

_____. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados**: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 257.

_____. Psicanálise e representação social. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2001. p. 447.

_____. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 208.

KAËS, R.; FAIMBERG, H. [et al.] **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 247.

KAFKA, F. **Na colônia penal**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 51.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 316.

LOBÔ, I. Febem paulista passa a se chamar Fundação Casa SP. **Radiobrás – Agência Brasil**. Disponível em <www.agenciabrasil.gov.br/noticias>. Acesso em: 24 jan. 2007.

MARIN, I. S. K. **Febem, família e identidade**: o lugar do outro. São Paulo: Editora Escuta, 1999, p. 123.

MELLO, S. L. de. A violência urbana e a exclusão de jovens. p. 129-140: SAWAIA, B. I. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 157.

MINELLA, D. M. L. O trabalho do psicólogo junto às penas alternativas. **Aletheia**, Canoas, n. 7, p. 51-54, jan.-jun. 1997.

MIRAGLIA, P. R. **Rituais da violência**: a FEBEM como espaço do medo em São Paulo. 2001. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image e son public**. Paris: Puf, 1961.

MURAD, J. G. P. **O jovem em situação de privação de liberdade e seu acesso aos programas de atendimento à criança e ao adolescente na cidade Ribeirão Preto antes e depois da internação na FEBEM**. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2002.

NOGUCHI, N. F. de C. **Seguro na FEBEM-SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, M. C. R. de. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei**. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

OLIVEIRA, R. M. F. de C. e. **A irregularidade de uma situação: a política da infância e da adolescência no Brasil**. 2002. 197 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PASSETTI, E. **O que é menor**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987, p. 67. (Primeiros Passos).

PCC: tudo sobre o primeiro comando da capital. **Caros Amigos**, São Paulo, Casa Amarela, 28 maio 2006. Edição Extra.

PENTEADO, G. Promotor faz nova denúncia de agressão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 maio 2000. Cotidiano, p. 7.

PEREIRA, F. R. P. **Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana**. 2002. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PICHON-RIVIÉRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 181.

PIXOTE: a lei do mais fraco. Dirigido por Hector Babenco. São Paulo – Rio de Janeiro: Columbia Pictures, 1981. 1 videocassete.

RODRIGUES, G. A. **As tramas do cárcere: a institucionalização de crianças, jovens e adultos (1979-1992)**. 2005. 375 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Os filhos do mundo: A face oculta da menoridade (1964-1979)**. 2000. 335 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROUCHY, J. C.; DESROCHE M. S. **Instituição e mudança: processo psíquico e organização**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 280.

ROUSSILLON, R. Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício. In: KAËS, R. [et al.] **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, p. 208.

SAES, D. S. **Adolescentes infratores: um estudo compreensivo**. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SALES, M. A. **(In) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. 2004. 278 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, R. da. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade**. 2001. 336 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, R. da. **Trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores: o processo de constituição da identidade delinquente em crianças órfãs e abandonadas**. 1996. 253 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOUZA, I. **Comportamento agressivo em grupos culturalmente diferenciados de São Paulo**. 1989. 130 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1990.

SOUZA, A. M. de **A questão do declínio das narrativas orais e a violência contemporânea: uma investigação com adolescentes internados na Febem de São Paulo**. 2005. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 2005.

TARDIVO, L. S. de la P. C. **O adolescente e sofrimento emocional nos dias de hoje: reflexões psicológicas - encontros e viagens**. 2004. 213 f. Tese (Livre Docência) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

TOLEDO, G. W. **A delinquência juvenil no Estado de São Paulo: características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000 e 2001**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

TRANCA e couro: o Brasil que tortura. Dirigido por Eduardo Ramos. São Paulo: TV. PUC, 2001. 1 videocassete.

TRINCA, W. (Org.). **Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de desenhos de família com estórias** São Paulo: Vetor, 1997, p. 292.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 297.

VIANNA, R. de L. S. **Jovens à busca de identidades culturais: ser jovem em São Paulo e Medellín**. 2002. 217 f. Dissertação (Mestrado) - PROLAM - Interunidades em Integração da América Latina/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VILHENA, M. J. do C. **Estudo de alguns aspectos do relacionamento inspetor - menor institucionalizado na FEBEM**. 1988. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Psicologia, São Paulo, 1989.

VIOLANTE, M. L. **O Dilema do Decente Malandro**. São Paulo, Editora Cortez, 1982, p. 196.

VIVEIROS, M. Secretário diz que a disputa de poder causou fugas na Febem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2000. Cotidiano, p. 5.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 152.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA E À INSTITUIÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar aspectos emocionais, próprios da relação institucional, em profissionais que atuam FEBEM. Desta forma poderemos compreender melhor a vivência desses profissionais nessa instituição.

Essa pesquisa se volta para a necessidade de uma melhor compreensão do grupo em questão, pois dessa forma é possível identificar suas necessidades, o que dará subsídios para futuras estratégias de intervenção que possam melhor atendê-los. Sua importância também se faz visível pela escassez de pesquisas que tenham como foco os trabalhadores da FEBEM.

Para tanto, aos sujeitos da pesquisa será apresentado o material necessário para a elaboração de um desenho. Em seguida, os participantes serão convidados a realizar um desenho que represente a instituição na qual estão inseridos. O passo seguinte consistirá em solicitar ao sujeito de pesquisa que conte um estória a respeito do desenho e por fim atribua um título ao desenho-estória.

Se o participante consentir, as falas durante o procedimento serão gravadas. É importante frisar que os participantes não serão identificados e que essa pesquisa não oferece de riscos significativos para seus sujeitos. Os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados no meio acadêmico para ampliar o debate sobre o assunto.

Erich M. Franco

Pesquisador

Fone: XXXXXXXX

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o (a) senhor (a) _____, sujeito de pesquisa, após leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DA PESQUISA, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o sujeito de pesquisa ou seu representante legal podem, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo, ____ de _____ de _____.

ANEXO B - Transcrição de gravação do primeiro encontro com os trabalhadores da FEBEM

Participantes: Joaquim (J), Carlos (C) e Pesquisador (P).

Observação: As pausas no discurso foram indicadas com três pontos entre parênteses.

Início da entrevista

J – Lá é um problema social, ninguém faz nada pelo social. Não adianta chegar para um moleque, ele pode ser bom, mas (...) saiu da FEBEM, já era. Você tem que saber que tem gente de tudo. Eu sou jurado de morte hoje em dia, tem que saber lidar. É um negócio louco. Eu luto dessa maneira faz tempo, uma ação individual e coletiva, luto pelos funcionários do pátio. É uma luta do pátio com os funcionários técnicos. Saí de lá, passei pelo psiquiatra. Tomo remédio para dormir e para acordar. Tem gírias que você pega lá e não consegue mais se livrar. Eu brigo pela maneira como a qual o funcionário deve se comportar, como ele deve falar com o moleque. O funcionário tem que ter o perfil. É um palito (é rápido) e o funcionário já está corrompido.

C - Eu não tenho nada para escrever, eu não sou funcionário. Já fui funcionário, mas não sou mais. Eu sou diretor do sindicato, sou afastado pelo sindicato e achei que hoje não (...) deveria mais participar (...) não (...) não trabalhar mais na fundação. É, mas já fui funcionário da fundação (...) já fiz parte da Fundação.

P - Bom o senhor pode fazer um desenho da Fundação e contar uma estória sobre ela.

J - Quer ver cara?!

P - É um desenho livre sobre a fundação, pode qualquer coisa (dirigindo-se a C).

J - Como é que você chama?

P – Erich.

J – Erich? Agora me fala (...). Nós falamos um pouco da gente. Agora me fala assim (...) qual a finalidade desta pesquisa?

P – A finalidade desta pesquisa é conhecer um pouco mais como é que vocês se sentem com relação à FEBEM, o meu olhar não é um olhar de denúncia (o discurso do pesquisador é interrompido).

J – Crítico?

P – Não é um olhar para criticar o trabalho dos funcionários, mas é uma reflexão em relação ao que o funcionário sente (pesquisador é interrompido).

J – Pra levar a quê?

P – É boa esta pergunta! Isso ajuda a gente a pensar como é que vive o profissional nesta área e pensar, por exemplo, propostas para dar apoio para eles.

J – Seria assim (...) um apanhado, por exemplo, é (...) pra (...) vou dizer assim, uma nova direção para o sindicato, para levantar esta bandeira, mais ou menos assim.

P – A idéia é essa: conhecer melhor a realidade de vocês e o que a FEBEM significa para vocês.

C – É (...) não é assim (...) como é que se fala (...) tem gente que vem aqui e não tem nada de denúncia, um trabalho para (...) defendendo a nossa categoria.

J – E o que pode dar assim (...) de fruto isso aí?

P – Fruto, pode dar. Se eu conheço melhor como é que vocês vivem eu posso propor ajuda para vocês. Então eu posso (...) (o discurso do pesquisador é interrompido).

J – Através da USP? Através do sindicato? Através de diretorias? (olhou por toda a sala desconfiado e apoiado na mesa).

P – Então (...) o que eu conversei com a diretoria do sindicato aqui é o seguinte: No momento não é a USP que vai oferecer alguma coisa. A USP não (...) não tem nenhuma proposta pronta. Se eles quiserem propor algum tipo de trabalho eles juntam e estudam uma serie de outras pesquisas. Esse trabalho é um tipo de informação, um tipo de dado que quem quer fazer alguma coisa consulta e estuda. Então (...) essas informações vão virar é (...) material para quem quer estudar e apresentar alguma coisa.

J – Uma proposta?

P – Nós ainda estamos num momento de gerar informações e conhecimentos para depois organizar tudo e quem quiser estudar o assunto, estuda o assunto e propõe alguma coisa.

T – E pode dar fruto isso aí?

P – Pode dar fruto. A idéia é que dê. A gente trabalha para que dê. Para que não fique (...) (o discurso do pesquisador é interrompido).

J – Bom, aí seria interessante você pegar uma turma legal de funcionários e não assim (...) sindicato. Não tem nada a ver. Colocar os funcionários né? Um só passarinho não dá (...).

P – É, mas hoje é você depois será outro.

J – Tá certo.

J – Agora em desenho eu não sou muito bom não. (demonstrou excitação, mexeu nos lápis sobre a mesa sem parar).

P – O desenho não é para ser bonito, é para você colocar o que você quiser. Faz um desenho e conta uma estória, inventa a estória. Qualquer coisa pode ser desenhada.

J – Hum, deixa eu ver o que eu vou desenhar. Tem tantas sensações (...).

P – Quer desenhar C ? Fica à vontade.

C – Eu nem sei desenhar. Não sou bom nisso (rindo).

P – Não é uma prova de desenho, você pode desenhar o que quiser, do jeito que você quiser.

C – Eu para negocio de desenho eu sou ruim, viu!

P – Desenhe o que você quiser. Não precisa ser bonito o desenho. (...) O que você lembra quando você pensa na FEBEM?

C – Olha, sinceramente viu! (...) Eu trabalhei 26 anos na FEBEM, mas, sinceramente foram dias difíceis (...). Eu fico feliz de ter que me aposenta, me afasta (...) e dei graças a Deus. Hoje eu não pretendo mais. Se você me perguntasse se eu gostaria de voltar eu diria que não gostaria de voltar não. Mas eu não trabalhava com menor não, eu trabalhava na parte de engenharia, técnico em manutenção. Nunca trabalhei com adolescente, nunca!

P – Nunca trabalhou?

C – Não, nunca trabalhei com adolescente. Eu entrei na engenharia e sai na engenharia. Nunca trabalhei com adolescente. Eu ficava mais na parte de manutenção, engenharia, mas com adolescente eu nunca mexi. Eu nunca trabalhei com adolescente e não pretendia também.

P – Dá muito medo essa estória do adolescente, né?

C – Ah sim, sinceramente! Agora sabe, quem é de fora da fundação, que vê passa e diz ah, os funcionários (faz expressão negativa). É que o adolescente já é cruel mesmo. Ele já estava na rua então o que ele vive ali dentro é (...) droga.

J – E outra, tem o problema de (...) abstinência. O moleque aqui, por exemplo, usa crack, usa cocaína, bebe, cheira um monte de porcaria e simplesmente pega e joga lá (o entrevistado referia-se à internação). Então chega a noite e o moleque chapa, o moleque quer droga. E abstinência de droga é terrível bicho! Ele dá cabeçada ele (...) se mata. Eles pedem para a gente dar um coro nele pra ele, fala assim ó: me da uma surra que eu não to agüentando, eu vou ficar louco, eu quero droga.

J - E aqui não tem droga. Você vê que a primeira oportunidade eles tomam álcool puro. Véio! Vai lá fora, invade a enfermaria pega aquelas *pet* de refrigerante mete álcool ou, senão, tiner e toma aquilo no desespero para ficar louco. E não tem um tratamento, não tem uma (...) aquilo é um depósito de lixo, cara. É um depósito humano de lixo. Se não dá, não tem jeito de cuidar do cara aqui joga lá (...).

C – Quando tem rebelião, a primeira coisa que eles corriam era para a enfermaria. Acabava por quebrar as portas (...) álcool para beber para ficar dopado. A primeira coisa que eles faziam era pegar na enfermaria.

P – Você tava me dizendo que era um depósito de lixo? Já que (...) (o discurso do pesquisador foi interrompido).

J – Depósito humano.

P – É, mas, será que o pessoal deposita também os funcionários lá? O funcionário também fica depositado, jogado lá?

J – Não, Ah eu digo assim, jogado eu não digo, mas completamente sem assistência. Porque depois tem um problema que tem aquelas turminhas que não quer que melhore. Como todo lugar tem uma política então tem lá um lugar que tem a banca boa e a banca ruim. Do mesmo partido. Tem uns caras que é de endireitar e os cara que é (...) de torto. Que tem, (...) motivos

assim de (...) financeiros, tem um monte de (...) tem queima de colchão, comida, tem um monte de fatores que já entra uma outra, uma outra situação. Entendeu?

P – O que é endireitar?

J – Endireitar, é isso que eu to tentando fazer que tá difícil, sabe? É preparar o funcionário para encarar isso. Ver o perfil, dar a letra (contar como é), prepara o funcionário e põe lá, que aí o moleque não vai ter brecha. Que não é o moleque que bate no peito, que fala que vai te passar, o cara que tá tatuado e parece um gíbi, não é esse que tem que tomar cuidado. Tem que tomar cuidado com o cara que tá ali no canto quietinho. É o mentor, tem que achar o mentor do negócio. É o que mais quer para (parar) a unidade é o que manda pelos lados. Aí os caras entram lá e falam: é porque eu sou malandro! É nada cara! Malandro! Não conhece quem é malandro.

P – E onde entra a Fundação nesta história?

J – Em nenhum lugar. A Fundação só entra para os funcionários, na hora de prepara ele para jogá-lo entre os outros. Para você ver, na hora que eu prestei o meu concurso, na minha sala tinha (...) não me lembro, 120 funcionários ou mais. Aí quando começou a explicar o ECA, começou a explicar como é que é a caminhada da FEBEM, metade já não foi na segunda reunião. Ela não sentiu firmeza, o que que ela fez? Botou dois ônibus e mandou nós para Franco da Rocha, onde o Batoré ficava: Choque ²⁰na porta, fogo na unidade (...). Nos fomos para lá. Um ônibus desceu, o outro ninguém desceu, e eu desci. Da minha turma de 120 só ficaram quatro. O resto saiu tudo na hora. E eu fiquei porque (...) eu era uma pessoa de 52 anos, cara, batalhando na vida, prestei o concurso público, e graças a Deus, carteira assinada (...). Cheguei na unidade lá em Franco da Rocha e um funcionário saiu carregado com duas estocadas²¹. Por quê? Porque não queria ser investigado na ala de um menor. Sabe? Ele

²⁰ Divisão da Polícia Militar.

²¹ Perfurações produzidas por arma branca.

chegou lá (...) e o funcionário também cresce, pensa que é polícia estando lá. Dá carteirada²², tem uns caras que se empolgam né? Mas, não pode. Começou a fazer uma ceninha, puxaram ele e deram dois estocados. O que que deu? Não deu nada. Mas vai ele fazer isso com o menor! Aí vêm os Direitos Humanos, vem a igreja, vem não sei quem, vem não sei o que lá, Direitos Humanos. E nós fazemos um serviço lindo na nossa unidade, chama-se pátio zero. Tiramos o moleque e falamos: o que você tava fazendo? A eu gosto de jogar bola. Então vai jogar bola. Ah, eu gosto de nadar. Então vai nadar. Eu gosto de andar de skate. Então vai andar de skate. Então você olhava o pátio durante o dia e não via ninguém na unidade. Chamava pátio zero.

P – Todo mundo no pátio?

J – Todo mundo, daí chegava às seis horas e tava todo mundo arrebetado e vamos subir para dormir. Agora a unidade não faz nada e os moleques ficam o dia inteiro no pátio com os macaquinho na cabeça, véio. Com 17 anos você está a milhão, cara. E você tem que chegar e descer até os 17 anos para entender o menor. Não queira puxa ele para a sua cabeça que não dá. Você tem que lembra quando você tinha 17 anos, porque as coisas que aparecem tem que aparece na sua um passo a frente, né?

P – Parece, também, que a instituição também não aproveita a sabedoria de quem tá no pátio?

J – Então, aí vem aquele papo do Dr. Sicrano²³. Conhece o Dr. Sicrano, aquele advogado gente fina.

C – Eu conheço o Dr. Ulisses.

²² Uso abusivo de credenciais.

²³ Advogado envolvido com a proposta de humanização da FEBEM.

J – Então, a gente fez um trabalho lindo, um trabalho com a família. Chamava a família uma meia hora antes da visita para conversar com a família para poder ajudar o menor. Chamava o pessoal evangélico, é (...) Testemunha de Jeová, é (...) Assembléia de Deus, Bola de Neve, juntava todo mundo para vim no final de semana, fazer um café da manhã para acalmar o pessoal. Mas, já o pessoal de lá de dentro mesmo, já não se unia. O que não conseguiu fazer lá queria estragar aqui. Aí já começa a descer lá falando que os menor daqui é mocinha, que está se envolvendo com funcionário, aí já começa. Aí entra uma tal de Dra. Fulana, a rainha dos vagabundos lá.

C – Isso dá uma briga.

P – É arriscado ser gente boa lá? Tem que ser muito duro?

J – Não é ser duro! Você tem que entender que há normas e regras. Não tem que lançar moda. Tem que seguir na caminhada, irmão. Não tem outra saída.

P – E quanto a essa caminhada do pátio zero? Parece que não era uma caminhada muito comum?

J – Certo. E aí acaba te desanimando. Aí começam a transferir funcionários de equipe, começam a trazer os funcionários de lá para cá (...).

P – Parece que era uma outra regra? Cada um (...) (o discurso do pesquisador é interrompido).

J – Era uma outra banda. Daí é aquilo, já começa a tirar o funcionário bom, bota funcionário ruim. Aí já começa sabe, mudar de coordenador, já quer mudar diretor. Aí (...) mó trabalho para isso. Aí você vai (...) não tem jeito, cara, é complicado o bagulho, é bem louco o

bagulho. Isso nunca, nunca, nunca, vai endireita, nunca. E a mesma coisa dos presídios, o mesmo regime onde era o Alckmin. Com 18 anos vai para a cadeia, daí vai todo mundo para a cadeia. Pronto, 18 anos. Quantos anos têm? 18!? Cadeia! Quantos anos?! Cadeia! Aí vêm os Direitos Humanos e eu quero falar que não pode, pronto, voltou tudo. Só que sabe de onde eles vieram? De um regime de cadeia. Pegaram o regime dali, colocaram ele aqui e implantaram na FEBEM.

P – Você quer contar uma estória pensando no seu desenho?

J – Uma estória?

P – Pensa no seu desenho e inventa uma estória com começo, meio e fim.

J – Eu sou mais falar do que escrever.

P – Então fala. Pode falar.

J – É isso que eu to te falando, cara!

J – Mas isso não é uma estória, isto é verdade! Mas (...) que estória, eu não sei contar estória (...). Eu só sei falar a verdade. Eu sou feliz porque eu sou sincero. Eu não sei contar historinha. A historinha é (...) não tem historinha.

P – Então fala o que você desenhou?

J – É o pátio.

P – É o pátio?

P – O que esta acontecendo neste pátio?

J – É, aqui é o refeitório, aqui é a autonomia de funcionários, banheiro do pátio, é (...) banheiro, refeitório, autonomia de funcionários, é (...) os funcionários aqui dominam. Tá na mão dos funcionários. O que fica na mão de menor é só daqui para lá. Aqui você não pode conversar com nenhum dos menores, são eles quem vem falar com você e se você for falar com algum menor você não entra no pátio, você é jurado de morte.

J – Não, não. Que nem aqui, tá na nossa mão. Mão para trás, passa pela gente pede licença, é sociável. Mas quando tá na mão dos moleques, daqui para cá o funcionário não entra. Eles escolhem o funcionário que entra. Eles escolhem o funcionário que entra.

J - O que não pode entra? A gente faz até um social com o pessoal aqui. Suponhamos, domingo não tinha nada para fazer, a FEBEM não mandava nenhuma brincadeira. O que nós fazemos. O que não pode entrar (simula diálogo com adolescente):

Adolescente: “Ah senhor, é a nova Fanta”.

Funcionário: “A nova Fanta? Então faz o seguinte: divide a cadeia aí e faz dois times de futebol, dois times, o que ganhar leva a Fanta.”

J - E isso aí, e já não pode (...) isso aí (...) não pode ficar sorteando, quem pode levar alguma coisa é a FEBEM e não os funcionários. Então o funcionário só está aqui para olhar, assim: daqui para cá é a área livre (descrevendo o desenho), o pátio é livre, aqui eles fazem o que eles quiser. Na medida do possível, não pode também querer fazer alguma coisa que seja um absurdo. Então aqui (referindo-se ao desenho) é as bancas, olha só. A banca dos humildes, é ladrão, rouba, é evangélico mais é ladrão. Mas ainda se preocupa com a família (simula fala de adolescente): “Nós temos que ajudar a família”. Você vai na casa tem de tudo, a mãe da uma arrumada, o tio, troca idéia, é ladrão mas é humilde (...). Aqui (referindo-se ao desenho) é a banca podre. A banca podre é aquela que nem mais a família agüenta, já matou cinco, não tem perspectiva de vida nenhuma. Não tá nem aí! Estupro (...). Não tá nem aí (...). E aqui (referindo-se ao desenho) é a banca da baixada, a baixada santista não se mistura com paulista, eles acham que paulista é otário, vai lá compra casa em temporada (...). É a Seita Satânica na baixada santista e aqui é o PCC. E o seguro²⁴ né? Que fica aqui fora. E aqui fica a casa preta onde os caras encontram para matar, cortar a cabeça do cara. E você procura o cara (...). Primeiro eles pulam pro pátio, daí você vai procurar no pátio e eles tão lá jogando bola. É frio, o negócio é gelado, choque térmico, é coisa de louco. E é isso aí cara, é assim que funciona. E é de 20 a lotação de cela, mais agora deve estar com uns 90. É assim que funciona.

P – E o que você acha de eu vir aqui e perguntar estas coisas para você e conversar com você?

J – Pra mim? Que nem você falou para mim, que isso aí vai trazer um fruto. Para mim é interessante que você escuta porque ninguém sabe como é que funciona, né? Não tem nem idéia nem de escuta falar. Teria que pegar uma pessoa e ficar uns três dias só para ver como é que é. Como é que funciona a realidade uma unidade de segundo grau e gravíssimo. Eu não to falando de uma unidade leve, suave. Aí sim, você vê o menor te chamando de tio, tia, e pedindo faz o favor.

C – Ladrão de Danone!

²⁴ Local destinado àqueles que estão sob ameaça de morte.

J – É assim!

J – Embora tenha muitas crianças de nove anos que já são chefe de quadrilha, se você encontrar na rua com 38 na mão, se sai até torto. Nove anos! Já não tem nada a ver o tamanho, não tem nada a ver não! Aí, eles chegam e falam (simula fala de adolescente):

Adolescente: “Senhor, eu fui criado em cima de uma caixa de barro, o minha mãe é traficante, meu pai ta morto, meus tios tão preso, meus primos morreram e eu to certo, minha mãe me ensinou a roubar. Quando eu era moleque eu olhava a molecada e roubava e minha mãe nunca disse nada. E eu to errado? Minha mãe que me ensinou, eu to certo e é você quem ta errado?”

J - Como é que você vai mudar esta situação? É difícil, pensa, às vezes você não tem nada com isso e o cara te fode. Não mistura. Lá é lá e aqui é aqui.

P – Se misturar o que é que pode acontecer?

J – O que pode acontecer? Você vira corrupto, você escorrega na (...).

J - É um fio da navalha, é um fio da navalha. Se você é muito legal, você se lasca e, se você é muito pitbull, você se lasca. Você precisa andar em um fio de navalha. Você precisa por na cabeça do cara, que você está lá para ajudar ele, lá dentro, lá fora não. Depois conversar com ele, queimar o cérebro dele (simula diálogo com adolescente):

Funcionário: Olha irmão, isso não compensa, não compensa!

J - Mas só quando chega da porta tá com o maior diploma na mão, mas quando ficam sabendo que saiu da FEBEM, ninguém quer. Aí ele vai fazer o quê? Vai procurar os amigos dele, aí já viu né. Que nem no Bradesco lá (...) deu uns computador (...) quem for melhor já saiu com emprego, que tem certificado, essa gente tá sempre sendo cobrada. Aí, pô, você vai embora hoje, oh legal. Põe o pé para fora, e aonde você conseguiu esse emprego? Na FEBEM. FEBEM? Aí ele pensa nele e pensa nos amigos dele. Aí vai dar a letra aqui vai dar a fita aqui, vai me rouba. Começa com essas ONGs, né? Coitados, vamos ajudar. E agora as ONGs tão devolvendo tudo porque os caras tão roubando computador, roubando celular e o caramba. É complicado cara, é (...) o negócio é doido.

P – Como é quando a gente sai da FEBEM e fala que era da FEBEM?

J – Quem é funcionário não pode falar, porque a primeira coisa que eles falam é que a gente fica batendo nos menor. Não pode andar com ninguém que é da FEBEM senão você é discriminado. Não discriminado no sentido de (...) tirar (gozação), é curiosidade, é querer saber como é que funciona (reproduz questões de terceiro): “E o negocio, fala?”

J - E você cai no papo do malandro e ele quer saber. Se você é da FEBEM: mata! Se é policial: mata! E eu não posso mais frequentar.

C – Quando eu trabalhava na unidade interna mataram um funcionário que trabalhava lá naquele (...).

J – Só que aí eles (...) ninguém fã nada, não sai no jornal nem nada. Agora fala que o funcionário matou um menor, nossa senhora!

C – E tem muitos funcionários que saem da fundação (...) e trabalha até as nove horas e pega um metro, Tatuapé, Belém.

J – Você não pode sair mais de casa, ir passear em um shopping, você precisa tomar cuidado, sentar em um restaurante (...), olha, isso é um vício, só sentar de costas para a parede. (mostrou que ao sentar procurou encostar-se na parede). Nunca dar as costas para a rua, isso você vai aprendendo cara. Aqui é olho por olho, bolinha por bolinha. Não tem essa de (...) é complicado cara, o negócio é doido, mais doido mesmo.

J – Inclusive funcionário lá na unidade, você não tem lugar para se arrumar. Os armários (...) era um cubículo cara, e você entrava e tinha um menor lá dentro. Era o seguro²⁵! Você tem que esconder o cara no refeitório, na rouparia, você tem que esconder o cara porque os malandros querem pegar, e eu tive que segurar ele, sabe? O negócio não tem é (...) acabo o plantão, você tem que ir embora para casa, ele (o funcionário) não tem assim um clube, uma sala com, sabe? Uma televisão, um snooker, uma coisa para o cara relaxar, sabe? Tirar a tensão, não tem, não existe isso. Você é mil graus toda hora. É que nem eu chegar na unidade, entrar e os caras me revistaram e deixarar a minha vida na portaria, porque lá dentro é uma outra vida, uma outra lei, lá é uma outra palavra, uma outra coisa.

C – É outro português.

J – E não tem nada a ver (referindo-se à atividade proposta pelo entrevistador). É mais vai (...) é história. Mas não é história não! É a realidade. Vai lá uma hora e procura se disfarçar como funcionário e entra lá e fica só olhando, não precisa falar nada, só olha que você vai ver, você nunca mais vai voltar. Uma professora, nossa como sofre cara, como sofre! É só mulher, mulher assim (gesticulou), o pessoal é grande (referindo-se à força dos adolescentes).

C – Já teve um monte de caso de estupro com a professora que tava lá.

²⁵ O entrevistado comentou que o local destinado para que os funcionários pudessem guardar suas coisas e trocar de roupa estava sendo utilizado para abrigar um adolescente que estava sob ameaça de morte.

J – Agora para você ver só a outra banca que estraga, às vezes é (...) Essa Doutora Fulana (...) já briguei com ela, agora você não faz mais nada por causa dela!

J simula afirmações de Dra Fulana (pessoa ligada à entidade de defesa dos direitos humanos):

“Costeleta?! Não tem nada de mais!”

“Por a mão para trás? Para que isso?”

“Gel? Ah, coitado, ta numa fase, deixa ele por gel! Você perde o respeito cara.”

J - Pulseirinha? Não pode cara!

J - Linha? “Ah deixa eu levar a linha 10 para o barraco, lá pro quarto” (simulando discurso de adolescente). Eu fico falando o barraco (...) pro quarto. Com uma linha 10 esses caras cerram uma grade. Sabe como? Eles têm tempo cara. Ele fica lá falando que ta com uma dor de barriga e vou lá pro quarto lá e você pensa: coitadinho ta lá passando mal, pode ir. Daí você olha lá e ele ta na grade com a linha, de manhã também. Você tem que saber o que pode e o que não pode. O quarto é só para dormir. Se tá doente senta lá e fica quieto. O quarto só às seis horas. Se você quer dormir, fica ali, mas não deita, dorme sentado. Mas não pode! Só que aí vem os Direitos Humanos (simula discurso da entidade):

J - “Ah! Coitado, tadinho!”.

J - Eu odeio essa palavra tadinho, é tadinho e já era. Do mundão só trás a poeira e mais nada. Eu não quero saber da sua vida. Lá fora ele não quer nem saber, já corta o cara!

P – Eu fico com a sensação que a instituição joga o funcionário lá dentro e abandona, larga.

J – A instituição! É, isso! Entrei e não sabia. Quando eu cheguei lá, os funcionários mais antigos já tinham isso na mão, já sabem como é que é. Quando você é novo, você entra lá na empolgação para querer melhorar o negócio, você quer novidade, você quer lançar, sabe? Quer ver a melhora daquela, daí o cara dá um passo atrás e você fica lá. Aí vêm sessenta moleques em volta de você! Mais não é malandro, malandro! O malandro tá lá. Você pensa porque você vê o cara todo tatuado, falando gírias e não sei o que (...).

P – O que você sente em relação à instituição? Você vai lá, você quer melhorar, você vai cheio de idéias, mas não consegue (...).

J – Eu não digo traição, mas eu digo assim (...) que não te dá oportunidades. Quando você levanta muito a causa de melhorar você esquentar a chapa para o seu lado. Aí os caras vê que você tá muito empolgado e dão uma tarefa de recolher as pedrinhas, te mandam para o almoxarifado. Aí você se sente (...) castrado, eu digo assim humilhado. Aí, eu digo assim pô, eu tava fazendo uma bem feitoria, são grupos que não querem que melhore. Isso tem em todo o lugar.

P – Então o negocio é ir lá para dentro, agüentar a bronca e ficar quieto?

P - Ouvindo você falar assim, parece que é como se você sentisse que por mais que você contasse eu nunca ia entender o que é lá. Que é uma história que não acaba mais, é um mundo que (...) (o pesquisador é interrompido pelo entrevistado).

J – Para você ver, nós lutamos tanto pela pena de morte, lá é julgado na hora. Sem a família (...), o próprio comando! É o submundo cara, é o fim da linha, é o fim do mundo cara! É uma coisa assim que não tem (...) que não entra na cabeça. Você foi criado em uma família, o cara que tem pai, tem filhos, tudo²⁶. Eu não sou pai lá. Não adianta querer fazer com os filhos o

²⁶ Joaquim referia-se às condições de vida de quem ingressa como funcionário na FEBEM.

que ele faz com o menor²⁷. Não é assim cara. Tem que por na cabeça que ali ele tem que passar e que tem normas e tem regras.

J - Não tem que querer ser (...) lançar moda, pegar câmera para filmar! Não pode. Tem cara que quer lançar moda e troca a meia, quer andar de meia preta. Daí o cara quer uma cartolina preta, não pode. Ah! Mais o que tem uma cartolina preta? Você faz uma arma!

P – Como é isso?

J – Isopor, coloca uma cartolina preta em cima de um isopor e faz uma replica perfeita.

P – Ah, uma réplica!

J – Idêntica, impressionante. Ah, é a profissionalização do mal (...) incrível! Aí os caras: Ah, mais o que tem demais usar uma cartolina preta, não pega nada, ele pode fazer um barquinho, ah, libera! Amanhã ele já tem uma arma na mão, só que de isopor!

P – E o funcionário acaba tendo que se profissionalizar no mal também?

J – Exatamente! Tem que saber gíria, tem que saber ler lábio, tem que saber pescar; os caras tá lá no fundo e tem que buscar, ouvindo lá, buscando escutando o que tá falando.

J – Tem que estar sempre um passo a frente.

²⁷ Joaquim referia-se ao risco de confundir os adolescentes internados com filhos e, ao tecer esse comentário, inverte os papéis (tratar filho como menor). É importante mencionar que antes de iniciarmos o registro da entrevista ele relata situação na qual monitor submetia os próprios filhos a castigos típicos da FEBEM.

J – Chamar pelo nome, não chamar pelo apelido, não xingar, não humilhar. Se você chamar ele de bandido ele vai entender, ele sabe a caminhada dele.

P – Se a instituição fosse uma pessoa como é que seria esta pessoa? Se a fundação fosse uma pessoa como seria esta pessoa?

J – Cancerígena! Completamente cancerígena, porque isto aí é uma instituição falida, é falida, os funcionários que estão lá estão tudo caindo, tudo danado. De primeira é só pro menor, é doações (...). Pra funcionário?!

C – Não tem!

J – Se você vai fazer uma extra, a comida é a mesma do preso, sabe num (...) não tem uma (...).

P – O que você pensa disso que ele tá falando C ? Eu sei que você tem outra realidade, que você trabalhou mais na engenharia, mas no fundo tá todo mundo dentro da mesma instituição.

C – No, no fundo tá todo mundo na mesma instituição.

J – Todo mundo se tromba, mas só quem sente mesmo é quem tá no pátio.

C – É, o que ele tá falando é verdade, quem sente mesmo é o pátio, onde ele trabalha. A manutenção vamos supor assim (...) a engenharia é uma mesma fundação mas é meio que

independente não tem nada a ver com quem tá lá, é uma coisa mais independente, entendeu? Na hora do “pega pra capa” a manutenção tá fora. É completamente isolado. É como se fossem assim dois mundos um independente do outro.

J – Os moleques pegam um funcionário, não só aqui. Aí estoura a cadeia!²⁸ Você não pode correr, cara. Você tem que ir para dentro da unidade, você tem que buscar o companheiro seu que tá lá. Você tem que explicar para o cara que quando estoura uma rebelião você não tem que ir embora, tem que permanecer lá junto com o cara. Se é para abraçar o capeta tem que abraçar os dois juntos. Não é para fazer feio não, vamos conversar, não pode deixar os caras crescer, entendeu?

J – Os próprios funcionários do nível grave não se dá com os funcionários do nível leve. Porque os caras não põem limites. O Tio²⁹! E vem querendo por a mão, e não, aqui ninguém põe a mão. É idéia, idéia de homem (Joaquim simula novo diálogo entre funcionário e adolescente):

Funcionário: Você é homem? Você é bandido? Você tem que ser ladrão mesmo do bom, porque você não é moleque né?

Adolescente: Não, não senhor.

J - É isso aí cara, deu a letra (...). O que estraga é funcionário mal preparado, enche a cara!

J - Você quer ver uma coisa! Se você chegar na unidade com bafo de pinga, você perde o respeito e a moral na hora. Não tem idéia cara. Por que? Porque ele lembra que o pai batia na mãe. E eles têm a mãe e a avó como deusas. Vai você mexer com a avó do moleque em uma revista ou em uma gracinha assim, com uma mãe ou uma avó no meio. Você vai ser morto na hora. Eles quebram um vaso sanitário lá e te cortam o pescoço. É, meu, o bagulho é doido, doido. Camisa assim você não pode ficar no pátio usando assim (camisa com os botões abertos). Não, tem que ficar assim. Você tem que ficar com a camisa fechada e não pode

²⁸ Entrevistado levanta-se exaltado.

²⁹ Joaquim referia-se a forma de tratamento entre funcionários e adolescentes não considerados infratores graves.

mostrar o um pelo e não pode olhar no olho dela (visita do sexo feminino). E os menores também têm que passar com a cabeça baixa.

J - Olha cara, são regras que você não sabe, você vai aprendendo no dia-a-dia. Isso que é errado cara. Daí os funcionários (...) os funcionários malandros, os funcionários mais velhos eles fazem disso como um sarro, uma brincadeira, uma marionete. Você vira uma marionete³⁰. Que nem lá em Franco da Rocha quando eu fui no primeiro dia (simula discurso de adolescente):

Adolescente: “O senhor, ponha essa água na geladeira aí para mim”.

J - Porque no pátio a geladeira fica no refeitório aqui (mostrou o desenho), tem um buraco que seria a geladeira. Aí os caras com dez anos de casa falaram (simula discurso de colegas):

Funcionários veteranos: A não, dá a idéia nos cara, fala que a geladeira tá quebrada.

J - Daí eu falei: A geladeira tá quebrada.

Adolescente: “Ah, falou senhor!”

J - Você não pode fazer curva, você não pode falar mentira e se você falar mentira é curva, aí já era, você perde o respeito. Daí o moleque vai lá no canto e vê a geladeira ligada. Aí já vem uns 200 moleques!

³⁰ Joaquim comentava a relação dos funcionários antigos com os novatos, os inexperientes são sempre colocados em situações perigosas com os adolescentes, são induzidos a quebrar regras de conduta que não conhecem.

J - Fazendo curva, falando que não tem geladeira, qual é que é? Aí eu falei, bicho a verdade é que eu estourei a geladeira. Eu peguei uma faca de ponta e quebrei tudo, onde passa o gás, tudo. É croca, isso se chama croca, tem muita croca³¹.

J – O funcionário, o próprio funcionário faz isso com outro funcionário. Só não faz quando o funcionário é preparado. Suponhamos, falou reta, falou para usar direito, então vai para um salão, daí chama o pessoal do pátio para dar a meta³²: Sua postura é essa, vai acontecer certas coisas assim, porque que você não pode dar a mão, porque que você não pode fazer isso, porque que você não pode fazer aquilo.

P – A própria instituição põe a regra?

J – Não, eles não sabem da regra, eles são contra a regra, deixa a casa desandar. Eles acham que o cabelo não pega nada, a barbicha não pega nada. Não é que não pega nada, é o modo de você controla o moleque. É máquina zero e já era (simula novo diálogo):

Adolescente: “Ah deixa eu fazer um desenho aqui?”

Funcionário: “Não, que é isso mano? Tá louco?”

J – Não! Mais aí chega um bonitinho, até abraça o menor. Que nem o Fulano (Secretário de Governo), que foi lá no Tatuapé. Eu tava lá, que nem (...) tava eu aqui, o Fulano (Secretário de Governo) ali, e os funcionários aqui. Os moleques (simula discurso de adolescente):

Adolescente: “Ah tio, fala com minha mãe, eu queria falar com a minha mãe.”

³¹ Cilada para colocar colega em má situação.

³² Instruções sobre os códigos da unidade.

J - Daí o cara vai lá e dá o telefone na mão dele, na mão do menor dá o celular. Eu falei: O Dr. Que é isso meu?

J - Aí ele mandou o Choque³³ (...) colocou os caras para fora! Pois o choque para fora: Põe esses caras para fora, os monitores não podem fazer nada.

P - E nesse momento é como se desse uma croca no funcionário?

J - Croca!

J - Aí você fala e todo mundo fica com aquela cara de ninguém tá nem aí não!

C - Agora, o funcionário também não pode entrar com o celular.

J - Não!

C - O funcionário não pode. Agora, qualquer diretor ou qualquer um outro que entra na FEBEM pode.

J - O advogado!

C - O advogado pode. Mas tem advogado que nem pode também, nem pode. Mas o funcionário que trabalha com adolescente não pode.

³³ Divisão da Polícia Militar.

J – É, os advogados mandados por esta instituição amam celular. Inclusive professora anda com celular e eles pedem (simula fala de adolescente):

Adolescente: “Professora deixa só eu dar um telefone rapidinho?”

J - E a mulher fica com dó ou fica no shopping né? No shopping né? E vê o menino fedido no lixo, eu acho que assusta. E eles acabam assuntando o celular, isqueiro, que também não pode isqueiro. É complicado, né cara? É difícil. Eles fazem ligações e pegam os isqueiros.

C – Ou então tem aquela professorinha nova, de boa aparência, assistente social, eles adoram! Aí eles já enganam a professora. E ela quer segurar o emprego dela.

J – E deu dó do pessoal que (...) eles mandaram um monte de funcionário embora. Aí abriram um concurso público para universitários. Aí os caras fizeram um concurso e entraram, os universitários, bonitinhos, todos no pátio, dava até dó. Mocinha bonitinha assim ó! Os moleques vêm para cima. Ficavam babando, né meu? 17 anos, não vê mulher há um ano cara, na idade que eles tão. E aquelas mulheres entrando no pátio! E as mulheres não podem entrar assim (gesticulou como se estivesse com um decote)! Tem que entrar com um avental até o joelho e fechado. É fechado o avental ou uma camiseta grande. Não pode entrar assim. Até que assim ela tá bem vestida, mas tem muitas que usam os seios para fora assim, senta com as pernas abertas na frente do menor. O menor não vê mulher há um ano cara. Você quer o quê? Que o moleque se comporta? Você entendeu?

P – Os universitários não agüentaram?

J – Não agüentaram, só que quando você entra tem agente de apoio técnico. O que você entende de agente de apoio técnico (bateu bastante exaltado na mesa)? Então a gente vai apoiar atrás com a parte técnica para você chegar lá no primeiro dia no pátio. É o moleque vai querer implicar no primeiro dia. Você nunca viu um vagabundo (...). Você nunca viu um menor delinqüente, porque falar vagabundo não pode falar mais. Tem certas coisas que eu to tentando eliminar, porque você pega. É uma doença, gruda em você, é terrível. Muda o seu comportamento total.

P – Olha eu agradeço muito essa entrevista, essa conversa que a gente teve.

C – Olha para ele sim, porque ele trabalhava no pátio, agora eu nunca trabalhei no pátio, nunca, nunca, nunca, nunca!

J - Então mais esse pessoal que tava aqui.

J – A classe é muito desunida também, entendeu.

C – A classe é muito desunida.

J – Convivência é aquilo. Cinco minutos que o cara for perder aqui, pô, custa? Não, não, ó (gesticula demonstrando a rapidez com a qual as pessoas foram embora). Daí, você vai no boteco e os caras estão lá, não estão nem aí. Mesma coisa quando você vai aí, cara, quando você vem ver os funcionários aqui e não tem ninguém cara. Onde estão os caras? Estão tudo no bar bebendo. Não é unido, não tem aquela união. Aquela, vamos botar a camisa, vamos fazer melhorias para nós. Não tem.

C – Para você ver. Em 2005 aquelas demissões em massa que o Fulano (Secretário de Estado) provocou na FEBEM. Foram 1751.

J – Ah eu tava (...) 1751.

C – 1751 em 2005, dia 17 de fevereiro de 2005.

J – E até hoje não sabe qual o critério. Tinha mulher grávida, tinha pessoa que já morreu, tinha pessoa afastada. Tinha pessoa aposentada.

P – E todo mundo foi mandado embora.

J – Eu fui mandado embora como torturador!

J – O sindicato não faz nada pela gente, mas o sindicato nunca esteve com tanta evidência, estamos muito melhor agora.

P – E a instituição ?

J – Ela é omissa, tudo fica por conta de vocês (apontou para C). E tem um monte de funcionários afastados. Ninguém liga para o sindicato, ele não vai fazer nada porque ninguém faz nada para ele. Todos viram as costas e tem outra, ninguém paga o sindicato e ficam dizendo que só vão pagar quando receber.

C – É verdade, ninguém paga o sindicato mesmo.

J – E quando alguém quer fazer alguma coisa pelo sindicato eles fritam o cara. Os funcionários são todos doentes. Tomam na vida real as mesmas atitudes que tomam quando estavam na FEBEM. Aí dizem que ele está doente, chapado, tem problema mental, mas ninguém ajuda. E aqueles psicólogos não entendem de nada. Não tem nenhum especialista mental para atender os funcionários, só clínico geral. Sou louco, sou meio psicopata e eles não podem fazer nada por mim.

ANEXO C - Transcrição do segundo encontro com os trabalhadores da FEBEM

Participantes: Tomas (T), Pesquisador (P), Edson (E), Gilda (G), Fábio (F), Maria (M) e Arnaldo (A).

Início da entrevista

P – O que esta acontecendo aqui? Qual a estória que esta acontecendo aqui?

T – Eu vou contar pra você. Isso aqui, digamos que seja, que seria uma unidade da fundação, saindo de um plantão. Saindo da unidade (...) quando tudo ocorre dentro (...) eu tenho medo (...) de chegar no ponto de ônibus. E eu fico sempre observando se tem alguém me seguindo, me olhando, tenho medo de encontrar com um adolescente fora. Eu não participo de um jogo de futebol mais, jamais vou num jogo de futebol. No carnaval, nem pensar, eu recebi até convite, não tenho coragem de ir lá na avenida porque eu sei que lá eu vou trombar com vários deles, do passado! É uma festa popular, só que eu estou excluído dela. Eu mal saio de carro, eu não levo ninguém, nem quando vou para minha casa. Eu tenho medo que alguma coisa aconteça. Um adolescente, por mais que você tenha feito para ajudar dentro da unidade (...) se você tromba ele na rua e ele tiver drogado (...).

Interrupção de M entrando na sala com G e comentando o sucesso da campanha para de diminuição da carga horária.

T - Eu não saio, às vezes eu tenho (...) eu vejo os meninos. Eu saio sozinho, sinceramente eu não vou na avenida. E a gente fica com medo de ser reconhecido, de ser seguido depois. Na minha casa eu fechei todinho o portão para ninguém olhar lá para dentro. Hoje, se eu não tivesse entrado na FEBEM não teria esse medo que eu tenho hoje. É uma cisma. Ah, mas se você tratou bem os adolescentes lá, você não precisa ter medo na rua! Mas não é assim que acontece você encontra (...).

G – Aí que você precisa ter medo!

T - Eu tenho um amigo (...). É o Paixão, eu não sei se vocês conhecem (...) o Paixão, não sei qual foi o motivo, mas o Paixão levou dois tiros.

G - O meu foi pior (Referindo-se ao caso de outro amigo).

T - O Paixão, ele teve um problema, aí eu não sei se foi (...). Só sei que ele foi vítima de duas balas. Agora (...) agora, eu sinceramente tenho medo de sair de casa. Eu tenho medo de sair junto com minha família, tenho medo de sair do meu portão. Eu já não vou mais na avenida, na padaria buscar um pão. Eu tenho cisma de encontrar um adolescente. Porque eu sei que quando eles estiverem sozinhos não vai acontecer nada, mas o meu medo é que eles estejam drogados, porque na maioria deles, hoje, como um rapaz disse a fundação hoje ela não acolhe menores carentes, ela acolhe menor infrator.

P – T, se você fosse inventar uma história sobre o que está acontecendo o que você contaria? Invente uma história. Pense nesse desenho e conte uma história.

T - Eu diria que eu tava saindo depois do plantão com medo de ir até um ponto de ônibus. Esse pessoal seria um pessoal do carnaval paulista da avenida, com medo na arquibancada assistindo. Porque, lá eu sei que lá eu vou encontrar um adolescente. Aqui seria um carro meu e eu estaria com medo de estar com minha família dentro do meu carro, dentro do próprio carro com medo de ser reconhecido, e de minha família pagar por mim. Se acontecer comigo tudo bem, que se dane! Mas o meu medo é com a minha família. Eu sou um cara cismado com a minha família hoje. Eu tenho medo, eu tenho medo porque você mora na periferia, você mora, você tem é (...). Você tem um certo grau de estudo na área, você pode até estar entendendo (...) eu já tinha uma certa idade, mas uma criança que ta comigo ta começando a

viver, por exemplo, que aconteça alguma coisa de mal. Que venha a prejudicar porque (...) eu tenho uma estrutura, que aconteceu durante este tempo que eu estou trabalhando na FEBEM. Que você mora na periferia e evidentemente você tromba, você, você, passa a ser reconhecido, fácil acesso você hoje. O meu jeito de ser não muda muito, mas o jovem na FEBEM ele muda muito. Lá eles têm sempre o cabelinho cortadinho. Aí quando ele sai na rua deixa o cabelo cumprido, um bigodinho e você não vai reconhecer ele, então, de repente, você é pego de surpresa. Então é isso que acontece, é isso que passa pela cabeça, é um pânico mesmo.

P – Qual título você daria para essa estória?

T - Não sei, talvez: “Eu tenho medo de viver.”

Instruções para G.

E - Eu to pronto.

E - Eu tentei retratar uma fundação onde nada é uniforme. A instituição enquanto fundação não é nada uniforme. Onde você chega de coração aberto, de braços abertos para ingressar em um trabalho, ou onde (...) tudo que você vai encontrar são coisas que não condizem com aquelas que você sonhava (...) o que você (...) com sua perspectiva de trabalho, com aquilo que você imaginava e tal. Mais adiante, você vê portas, você vê grades. Você vê (...). Toda essa questão que eu já falei que não é uniforme, mas eu também vejo a possibilidade de mudança. E o que tem é que a gente não pode perder a esperança. Então eu também retrato neste meio, neste contexto a esperança. Eu acho que a esperança (...). A possibilidade de prosperar na proposta descreve em uma proposta perdida neste meio, ela é possível. Basta que as pessoas possam acreditar e possam retomar e possam acreditar nisso. Então é um pouco isso.

P - Então é a história de alguém que chega em um lugar que não tem uniformidade nenhuma e que vai encontrar dificuldades e que se decepciona?

E – Isso! Que se decepciona, mas que ela vai vendo o tempo desta questão que não é linear, que não é uniforme, mas também tem a questão da possibilidade de mudança.

P - Qual é a esperança?

E - A esperança de mudar toda essa estrutura de (...). Ter uma coisa mais justa, de ser mais humano. Do trabalhador ter ainda essa possibilidade de acreditar. É como se eu imaginasse assim, pô! Mas e aí? Nós estamos perdidos, nós não somos valorizados, nós não somos reconhecidos, e aí? E para onde que a gente foge, para onde que a gente vai? Eu iria para o sindicato procurar os meus pares, procurar alguma proposta no sentido de mudança, de mudar isso aí, mas quais seriam os mecanismos de mudar isso aí? Então eu vejo, embora eu tenha clareza da ilusão, que você vai e encontra, chega nessa questão toda, nesta instituição toda uniforme. Mas eu também quero acreditar que tem possibilidade de mudança.

E – Eu queria desenhar uma casa onde as coisas acontecem com um pouco mais de naturalidade. Que tivesse fumacinha, que tivesse o verde que simboliza a esperança, o amarelo que simboliza a prosperidade e que tivesse um caminho. Um caminho ainda mesmo que pequeno, mas que ele tivesse assim ó, para seguir em frente.

P – Que título você daria para essa estória?

E – Que título que eu daria? “Uma estrutura difícil de mudar mais possível”.

P – O que esta acontecendo no seu desenho (referindo-se a G)?

G – Essa é minha FEBEM, é assim que eu vejo. Trancada, muitos adolescentes com naifas³⁴, que é normal, você sabe o que é naifas? Você sabe que (...) e o funça³⁵ trancado, sem poder sair dali, sem poder fazer nada, de mãos atadas. Tem muito adolescente que está ali só como adolescente, mas são governo também, entendeu? Os adolescentes são governo também. Porque o governo nos ata também, porque quando o governo quer dinheiro, eles provocam uma rebelião. Então, o funça fica refém do governo, do Estado, e refém dos próprios adolescentes.

P – O que está acontecendo no seu desenho? Conta a sua estória (dirigindo-se a G)?

G – Isso aqui é uma rotina normal. Onde o funça é abordado toda hora (reproduz discurso de adolescente):

Adolescente: Ó senhora, ou você me traz maconha ou eu vou te furar a senhora. Te espero lá fora, tem um funcionário te esperando lá fora, tem um dos nossos esperando a senhora. Ou a senhora põe o celular para dentro ou a gente vai furar a senhora. Nós vamos te furar.

P – Você é funcionária de pátio?

G – É, de pátio. Ameaça constante, como eu não cumpri o que eles querem (...). Aí uma das funcionárias eu vi tendo um caso dentro da FEBEM, um dos meninos, um dos adolescentes. E quando eu fui relatar este caso eu fui mandada embora, porque eu liguei para a ouvidoria. Eu fui relatar este caso para a administração e ela falou para mim que é mentira minha. Que eu

³⁴ Facas improvisadas.

³⁵ Funcionário.

tava há pouco tempo na FEBEM e como é que eu ia entender de FEBEM. E hoje essa funcionaria tem um filho desse adolescente, que engravidou dentro da FEBEM. Eu fui mandada embora porque eu relatei este incidente. Então, além de você ter que calar a boca, você (...) as pessoas que tem uma visão melhor não podem ficar na FEBEM. Que não tem medo de relatar as coisas não pode ficar na FEBEM. Porque, se você relatar, e não foi só eu, todo mundo que, ou achou, e ligou para a ouvidoria, que ligaram realmente, nenhum dos funcionários que descobriram que ligaram na ouvidoria, que descobriram ficou na FEBEM. Então a ouvidoria na FEBEM não é para fazer um ajuste na empresa. Em uma empresa é para fazer um ajuste, um ajustamento, porque se você ligar, você é mandado embora.

P – Que título você daria para essa estória?

G – “Fim do mundo: um lugar que fecha e não sai mais.”

P - O que vocês acharam dessas estórias que estamos ouvindo (dirigindo-se ao restante do grupo)?

E – Eu acho que estas estórias têm contextos diferentes. Mas elas se encaixam umas com as outras, né? Nas decepções!

G – Quando você entra aqui você tem esperança, né?

E – Na ilusão, nesta história da chegada e na busca de um reconhecimento profissional. Um crescimento, né? Eu acho que são as contradições de um trabalhador que chega e busca um crescimento profissional e encontra a morte, a (...).

G – Eu não falo a busca de crescimento profissional, mas a busca da entidade, o que ela realmente propõe ser, que não é. Mas na hora que você faz alguma coisa para a entidade melhorar você é mandado embora.

E – Quando eu falo do crescimento profissional eu estou partindo da perspectiva de um colega, não que está fazendo uma pesquisa e já em um nível mais avançado. Mas um colega recém formado.

G – É a chegada!

E – Da faculdade. E que (...) se forma lá em social, psicologia, e que presta um concurso público ou (...) um cara que esta procurando emprego no mercado e está disponível, que tem mais de 20 anos, e está nesta idade de 20, 21, que esta disponível no mercado. Que ele vai (...) e ele não vai só (...) ele vai junto com o crescimento profissional, de conhecimento, de valorização, ele vai nesta busca.

T – De ser útil também, se você for ver um profissional (...).

E – Não, esse crescimento tem esse casamento, de oferecer este trabalho.

T – Em uma sociedade como a nossa, não ser só um dentista, só um engenheiro. Dentro de suas profissões tem que crescer junto, porque é importante para a sociedade, todos cresçam (...).

Todos falam ao mesmo tempo.

G – Porque todos têm oportunidades iguais. Mais, os menor não tem nada a perder

Todos falam ao mesmo tempo sobre a ameaça constante.

G simula fala de adolescente:

Adolescente: Não tenho nada a perder senhora, eu sou menor senhora, e quando sair daqui acaba tudo, senhora. Nada vai para a minha ficha. Eu sou um cara limpo, um cidadão livre.

T – Eles têm consciência que a lei protege eles, e neste sentido de que a ficha deles tá limpa.

G – Você já leu “Cadeia de Chocolate”?

P – Não li.

G – Então leia!

Nesse momento chega mais um participante e senta-se junto ao grupo.

T – Que você tá precisando (...) da maneira que você gostaria de estar aproveitando. Você respeita hierarquia, existe um comando. Você recebe ordens para estar fazendo um serviço e, muitas vezes, o seu serviço não é levado a sério, entendeu? E você (...) não vou dizer que são todos os departamentos, todas as unidades, a própria presidência da FEBEM. Eu acredito que a Instituição um dia vai melhorar, não tem porque, um dia vai melhorar (...). Uma vez, um dia

que você encontrar alguém com vontade de trabalhar no sentido de melhorar. Um dia vai melhorar, só que precisa conhecer as causas.

G - Se você ler “Cadeia de Chocolate”, que é um relato, não é uma ficção, é um relato. Tem um capítulo que fala sobre laborterapia. Fala do serviço da FEBEM, que é independente. E a FEBEM tem jeito, é querer, mas ninguém quer que ela seja direitinha porque atrapalha.

T – Eu vejo até de uma certa forma um pouco mais assim, tipo política. É, eu acho que muitos usam a FEBEM como uma espécie de trampolim para a política. Então nada pode acontecer agora no meu mandato, não vou mexer em nada, porque eu quero ganhar a presidência x. Então, se eu mexer agora e der errado eu caio. Não é um trabalho sério. Não tem uma mudança que vem a dar um resultado positivo porque do jeito que está FEBEM, hoje, sinceramente, eu acho que o juiz deveria deixar os pais com a guarda dos filhos, mesmo que seja um ladrão, pois amanhã ele vai ser de maior e vai direto para a cadeia e pronto. Não dá para deixar uma FEBEM desse jeito, sem ordem sem nada.

G – A FEBEM nada mais é do que uma escola para você aprender. O que eu aprendi de coisa errada na minha vida eu aprendi na FEBEM. Em pouquíssimo tempo, viu! O que eu vi pessoas ruins, tanto cultas como adolescentes dentro da FEBEM, eu nunca vi pessoas tão mal formadas como dentro daquela instituição.

P – Você acha que a formação ruim ocorre dentro da Instituição?

G – Dentro da Instituição.

E – Eu acho que isso é institucionalização. É se permitir.

G – Com certeza, mas não pode generalizar.

E – O que é (...) assim é (...) nesses 22 anos de FEBEM, uma coisa que (...) assim, é, eu observo o que eu procuro observar muito (...) assim, aqueles colegas que acham o universo do menino bonito. E à medida que ele se encanta com o universo do menino ele pega para ele. Fala gíria, fala bobagem, fala igual menino, anda com a roupa do menino, anda com a roupa igual. Isto para mim é institucionalizado, quando ele faz isso está se permitindo, tem um monte de colega que se permite. Eu não estou nem falando das relações, mas na medida que eu me permito falar igual (...) eu sou educador (...). Então nós estávamos falando de educação, antes de você chegar e que tinha até algumas propostas de algumas equipes e tal, de algumas entidades para dar um feedback para a gente no sentido de desequilíbrio, na pessoa não se perder e manter um caminho que, hora ele entrou ele tinha um equilíbrio, então ele manteve esse equilíbrio, mas na medida que encontra um moleque que só fala uma linguagem, que não é uma linguagem coloquial e (...). É uma linguagem construída. E essa linguagem, se eu acho ela bonita e falo (...) e eu admiro essa e aquela roupa que moleque que usa, aquele jeitão, aquele jeito de malandro. Sabe, e eu me deixo envolver.

G – Se identifica!

E – É, na medida que você falou que uma colega é capaz de ter um relacionamento com menino. Ela abaixou, se nivelou ao nível do menino, porque se ela fosse buscar, não entrando muito nesse critério social do sentimento, porque é até possível, tudo bem. No sentimento é até possível as pessoas se envolver, mas tem casos que a gente vê, que já vi nesses 22 anos, é você baixar no nível do menino em vez de você ter um padrão, você se desnivela no nível dele, você vai no mundo dele e você é institucionalizado.

Um novo participante chega ao grupo.

G – Eu não ponho assim como o nível, eu não considero como nível, castas, não (...) eu considero ser humano. Ok? Mas é nesse nível que (...)

E – De certa forma é, mas (...) como comportamento, nós somos iguais.

G e E começam a falar ao mesmo tempo, discutindo sobre o assunto.

G – Você tem até o direito de se relacionar com você quiser, desde que você não traga este relacionamento para dentro da FEBEM, desde que você não prejudique o seu desempenho dentro da FEBEM, que isso é o que mais acontece, chegar ao nível que você falou, ao desempenho.

Chega um novo participante ao grupo.

P – Oi, tudo bem? Como é o seu nome?

F – Fábio.

P – Deixa eu fazer uma pergunta. Você também está afastado?

F – Não.

P – Fábio, o que você está achando da nossa conversa?

F – Eu peguei o bonde andando. Eu sou um bom ouvinte.

P convida F a participar da pesquisa, esclarece o procedimento e mostra os desenhos dos outros participantes explicando resumidamente o que foi conversado com os colegas.

P – Falamos como a FEBEM é fechada e da falta de uniformidade, do medo, mas há esperança (...).

E – Eu acho que não é só o medo, eu acho que é o medo que ele não tinha e ele adquiriu na vida (...) social.

F – Como sentimento dessa fundação, também é muita raiva, muita raiva, igual o moleque. Eu sinto muita raiva.

P – Da Fundação?

F – Não da Fundação, mas das pessoas que trabalham na Instituição.

E - Do universo do trabalhador (...).

Varias pessoas falam ao mesmo tempo.

F - Igual à história daquele, do mais mal informado, até aquele mais bem informado com o doutorado na França, especialista técnico lá na puta que o pariu! Eu sinto muita raiva!

P – E isso também é a FEBEM, não é?

G – Sim!

E – É o que a Instituição reproduz para ele.

F – É como se fosse uma pessoa jurídica (...).

F – Vamos voltar para a linguagem, é (...) a pilantragem se escondendo atrás (...).

G – De cargos?

F – Pisando nas pessoas para chegar em determinado lugar.

E – Não existe uma união, é um companheiro tentando derrotar o outro.

E – O maior inimigo seu não é o adolescente, e sim o seu companheiro de trabalho, seu maior inimigo.

F – Há 16 anos eu tinha uma visão da coisa, hoje eu tenho uma completamente contrária.

T – Isso é um reflexo de como está hoje a Instituição. Porque a Instituição, quando ela está disciplinada e sobre regra, todos os funcionários eram tratados com respeito. E aqueles que pisavam na bola eram chamados para trocar uma idéia. Então, mais isso é um reflexo de hoje porque a Instituição tá na mão dos menores. Então o funcionário, o funcionário corre para o lado do menor e ficam contra os outros funcionários com medo de ser agredido.

F – Pilantragem! Uma palavra (...).

T – Mais a pessoa que faz a pilantragem com você, muitas vezes ela está com medo de ir contra o adolescente.

G - É isso!

F – Eu sou um simples a gente de apoio, tá? Eu não posso chegar em você e querer saber coisas de você, que como diretor de divisão você é pago para isso. Só que se você mostra para o seu diretor de divisão (simula conversa com diretor):

Funcionário: Ta errado aqui ó!

F - Ele em vez de consertar aquilo ele te fode. Por quê? Para manter aquele cargo.

E – Para manter uma aparência.

G - Ele é absoluto, que ele é o bom, que ele é o Deus!

F - Eu cheguei no ponto de cobrar atitude do meu (...) do setor de corregedoria, do setor medico da FEBEM (...) do ministério público estadual e federal, tá tudo subordinado ao executivo, são um bando de bosta, não fazem nada eles sabem como tá aquilo.

G – Mas não é porque eles não (...) não porque não podem, porque não querem.

T – Mas isso é um monte de politicagem, eles têm medo de perder o cargo.

F – Medo o quê? Vamos fazer o seguinte (...). Se o estado hoje, vamos fazer o que manda a lei: cumprir o ECA. Como é que um adolescente a 600 km de casa tá aqui? Aquilo que diz o ECA, os sociopata e os psicopata, num tá fazendo porra nenhuma. É mais fácil olhar aquele que não presta e jogar nós na rua que nem cachorro no meio da madrugada. Como diz o secretário: A banda podre!

G – Só que a banda podre foi chamada de volta, sem a banda podre acontece o que aconteceu na FEBEM hoje. Hoje a FEBEM está assim, porque a banda podre saiu!

E – A questão da Instituição, das contradições do poder público, mas as atitudes dela interferem nas nossas vidas. Entendeu? O jeito de ela tratar as questões, que é sempre de cima para baixo, cumpra-se, interfere, e a gente choca e ela interfere na nossa vida pessoal. Cada um de um jeito, né? Porque, você já não tem mais aquela segurança de sair para passear, o outro é porque tem uma perspectiva, uma esperança de crescer e vive se chocando e se decepcionando com os estágios, com estas questões que nunca são uniformes, que sempre é descontinuo, nunca é continuo.

P – Nunca dá para saber o que fazer lá, né?

E – Exatamente! Tanto os antigos como os mais novos, eles vão se chocando e vão levando uma esperança, mas vão se chocando e vão (...) sobrevivendo. Dentro de um contexto, cada um ao seu modo, né? Temporariamente se afastam, mas depois tem que voltar por uma série de situações. Volta, já não encontra o mesmo espaço, tenta se garantir (...).

T – Já não volta para o mesmo local, eles te mandam trabalhar distante da sua casa e você fica quatro ou cinco horas no transporte para poder chegar.

G – Não, eles fazem questão. Que nem no meu caso, eu fui mandada embora, mas quando eu voltar, eu não vou para a unidade em que eu estava, eu vou para a pior unidade que tiver. Se a 41 tiver pior é para lá que eles vão me mandar, é lá que eles vão me sacrificar.

F – Então, ao invés de você ajudar o funcionário você vai detonar ainda mais o funcionário.

G – No dia que eu fui mandada embora, se algum dos funcionários tivesse amizade comigo seria mandado embora, tanto é que o meu namorado que trabalhava comigo também foi mandado embora.

F – A última punição que eu tive dentro da fundação aconteceu mais ou menos no mês de março. Começou a chantagem (...). Começaram com aquela estória de colaboração. Eu só colaboro com aquilo que é pago.

G – Explica o que é essa colaboração.

F – A colaboração é quando você chega para um funcionário e diz (simula diálogo entre diretor e funcionário):

Diretor: Fica na unidade que a gente tá precisando, não tem funcionário.

Funcionário: Eu não vou ficar.

Diretor: Mas porque não?

Funcionário: Porque eu não quero, mas se você quiser que eu fico você faça por escrito.

Diretor: O que você está me pedindo? Tem duas testemunhas!

F - Ah, mas não tem funcionário! Mas aí é problema seu e da puta que o pariu!

T - Foi o que eu falei para ele. Você tem 12 horas de plantão estressante (...).

G - E eles querem te dar mais 12.

T - Mas aí você é funcionário e você é obrigado a estar lá e não fazer mais nada.

F - Aí foi que começou a chantagem, que é o seguinte (simula diálogo com diretor):

Funcionário: Você me põe na berlinda, põe o que você quiser, não fico um minuto nesta instituição! Tá bom? Eu não to aqui para ser refém de moleque, eu não to aqui para ser mandado por moleque, se você está é problema seu. Eu não tenho um cargo aqui e não tenho rabo preso com menino, com colega e com ninguém neste lugar.

F - Aí foram falar que eu era encenqueiro. Mas como é que eu sou obrigado trabalhar de graça numa instituição. Eu não vou trabalhar não adianta. Eu não sou sacerdote!

T – Mesmo se pagar, é anti-institucional você trabalhar além do horário, da carga horária.

G – Da carga horária. A FEBEM além de tudo ela vai (...).

F – Não é a FEBEM não, são as pessoas (...)

G – Os funcionários, você quer dizer, né?

F – É o lixo!

Mais um participante chega ao grupo.

P – O que você está desenhando F?

F - Um cabide de emprego, filho!

P - Mas conta mais um pouquinho (...) o que passa na sua cabeça quando olha para esse desenho.

F – Não é para esses comedores de quirela que nem nós não. É para os especialistas técnicos.

P – Tem um pessoal lá que é privilegiado?

F – Isso! Mas não é para mudar. Eu conheci pessoas na fundação que têm doutorado na França, que conhece tudo sobre educação de adolescentes. Só que se ver adolescente na televisão, ou troca de canal ou desliga a televisão.

P – Que estória você gostaria de contar quando olha para esse desenho?

F – Infelizmente existem pessoas que ganham muito com isso aí, à custa da miséria. Existe uma população miserável na Fundação hoje, os adolescentes, e não é para mudar. Tem que deixar como tá.

P – Qual é a estória? Conta a para mim.

F – A estória foi essa, do cabide. Isso (...). Os amigos do rei (...) é funcionaria bem assim ó: Para os amigos eu uso a justiça, para os inimigos eu uso a lei. É assim que funciona.

P – Você daria um título para essa sua estória?

F – (...) Não! Pode ser a “estória do Zé Mulambo”.

P – Eu acho que é uma estória que tem muita indignação, não é?

F – Ah, não dá, não dá!

G – Eu quero saber como é que vai ser levado isso lá.

T – Eu acredito que todos os estudos feitos têm sempre um caminho positivo.

O pesquisador explica novamente os objetivos e alcance da pesquisa, comenta sobre a aplicação anterior e toda a desconfiança dos participantes.

F – A denúncia que eu fiz não foi no anonimato. Eu dei as caras, porque a denúncia que eu fiz, eu formatei e mandei para as pessoas tomarem uma atitude. E filho, esquece!

P – Esse é o clima, parece. O clima de destrato, de desrespeito, de abandono, de traição.

G – Os cargos administrativos da FEBEM devem ser designados para os funça do pátio e não para políticos, como por exemplo, o Secretário da secretaria que cuida da FEBEM teria que ser funça de pátio. Assim as pessoas dariam valor.

F – Não, inclusive o que aconteceu comigo. Eu não sou vítima de nada, ta? Nem pedir piedade, nem (...).

G – Não fala assim que eu choro.

P – Mas dá vontade de chorar com essa história de vocês, não dá não?

F – Eu fiquei tanto com o pé atrás com a Fundação que até meu endereço é de mentira, é um endereço virtual, não vão me achar lá.

P – Você tem medo de revelar o seu endereço para a FEBEM?

F – Porque teve um dia que eu cheguei para trabalhar lá e o moleque sabia o que eu comi lá fora, o que eu bebi (...).

G – Com certeza!

F – Mais pera lá, ele não tava lá comigo. Você tem certeza que o moleque não vai bater na sua porta?

P – É um lugar de muita traição?

M – Acontece que é uma situação assim: O que é inconstitucional, né? O que nós, às vezes, temos de inconstitucional e o que é usado só, o que é inconstitucional para nós, mas é constitucional para o governo (risadas). Então, eles fazem uma transformação das coisas que, toda vez que você precisa reclamar pelos seus direitos, mesmo cumprindo os seus deveres, é inconstitucional. Ah, isso é inconstitucional, isto é constitucional, isto é inconstitucional. Mas na hora que a Fundação usa de métodos inconstitucionais ela se esconde dentro de uma questão legal, ela arruma um jeito, ela formata uma coisa que não existe. E, às vezes, você fica convencido, porque eu (...) nós estamos em um espaço sindical, mas eu não estou aqui como sindicalista tá? Eu às vezes fico me perguntando: Ó, vou lá olhar na CLT, vou lá olhar no estatuto, vou lá olhar no negocio e eu não vejo o que fala e onde arrumaram tudo isso.

P – A impressão que eu tenho quando você fala é que a lei lá nunca é certa. Eles falam uma coisa e depois fazem outra, a lei muda de acordo com (...).

G - Você nunca sabe o que realmente a Instituição tá pensando. Você faz parte dela e você nunca sabe (...).

P – M, eu to vendo que você não desenhou ainda.

M – Não. Então (...) você pode me explicar de novo?

Pesquisador retoma as orientações.

T – Não pode desenhar o menor reclamando do bandeco³⁶ gelado (brinca)!

M – Você, faça o favor de não direcionar o meu desenho, hein (brinca)!

A – A dúvida que eu tenho em questão deste documento³⁷ é que eu prestei serviço como autônomo na FEBEM, né? Posteriormente eu fui aprovado no concurso. Até anteriormente não tinha, simplesmente ou você era um amigo, um apadrinhado. E como a unidade a qual eu ia entrar, essa unidade acabou não abrindo. E, possivelmente, me chamaram para trabalhar em um contrato emergencial. Mas o vínculo que eu tive com a FEBEM, desde curso, serviço gratuito voluntariamente, né? Depois como autônomo e depois participando destes processos aí, seletivos para tudo, para suprir necessidades e poder olhar para os funcionários melhor.

P – Você não sabe se você se enquadra na população da pesquisa?

A – Eu me enquadro porque eu trabalhei na FEBEM por muitos anos.

³⁶ Bandeja de alumínio onde são servidas as refeições aos internados.

³⁷ Carta de Informação ao Sujeito de Pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

G – Os funcionários e os adolescentes. Tudo é injusto. Há injustiça no funcionário e há injustiça na FEBEM toda. Ela é uma bola de neve e ela não roda para lá, ela roda ao contrário.

F – Ela tá certa. Porque cada vez que tiver um tumulto, o amigo do fulano vende um monte de colchão!

G - E o que reflete disso para o funcionário? Um funça no pátio? Nossa!

F – Tá tudo doente cheio de problema de saúde, cheio de problema psicológico.

A – Eu fiz um contrato emergencial, durante 6 meses. Eu recebi esse contrato e assinei tudo direitinho. Passou de 6 meses, ninguém comunicou, ninguém falou nada, simplesmente falaram assim ó: Você vai continuar. E eu continuei. Só que eu contei, só nesse período que eu fiquei 38 rebeliões, sendo deslocado para um local, para outro local para dar assistência. Porque, igual, o senhor mesmo falou, muitos funcionários doentes e estava defasado o numero de funcionários. Então, você vai para um local e vai para outro, e para outro, para outro (...). Para você dar assistência. Você esta entendendo? Eu vi um colega meu, que foi atravessado por uma naifa, que perfurou o pulmão e está afastado até hoje. Entendeu? E isso daí, ficou por isso mesmo! Ninguém falou nada. Quando eu me afastei, por causa do serviço médico, infelizmente eu tive distúrbios psicológicos que eu nunca tive. Entendeu? Eu tive problemas com a minha esposa, tive problemas com meus filhos, tive problemas com meus parentes, tive problemas com meus colegas, não colegas de FEBEM, colegas, né! Normais assim, colegas de fora. No dia que eu levei o relatório médico, a unidade tava rebelada! Eu fui atendido do lado de fora, não me fizeram o CAT³⁸, não me fizeram CAT, isso foi em Outubro de 2005. Quando chegou, simplesmente assinaram a minha conta, não assinei o segundo contrato,

³⁸ Comunicação de Acidente de Trabalho.

porque não me deram no dia lá falaram que tinha um outro contrato para você assinar. Não me deram esse contrato, simplesmente me mandaram embora mesmo eu afastado pelo INSS.

G – Mas CAT na FEBEM não tem problema, porque eu estava de CAT quando fui mandada embora. Eu estava de, CAT (ironiza).

A – Mais olha o prejuízo, eu trabalho dele desde os 13 anos de idade. Entendeu? Desde dos 13 anos de idade, na época, era concebido isso. Hoje é a partir dos 16 anos de idade. Eu tava com 13 anos de idade e eu já trabalhava com carteira assinada, mas antes disso eu já trabalhava também. Simplesmente me mandaram embora, sempre trabalhei na minha vida, agora esse período, o que vai acontecer nesse período? Eu estou no INSS. Como deram baixa na minha carteira, o INSS fala que não é acidente de trabalho, entendeu? Ele fala que não é acidente de trabalho, então o período que eu to afastado, eu to perdendo tudo isso da minha aposentadoria, as coisas que eu batalhei a minha vida toda. Sabe, sendo justo, sabe trabalhando! O dia que me contrataram, eu entrei na unidade e alguns funcionários antigos não discordo deles. Tava todo mundo chateado porque mandaram 1700 embora, então tava chateado, simplesmente perguntaram quem tinha alguma afinidade com segurança ou com FEBEM? Eu já trabalhei em uma semi-liberdade. Tenho um monte de boletim de ocorrência aqui de ameaça, de entorpecentes que a gente pegava lá, isso e aquilo. Então, tem um monte, tem uma infinidade de boletins de ocorrência aqui para provar para todo mundo, entendeu? Tenho tudo isso aqui. E o médico ele acha que a partir do momento que deram baixa na carteira, então já não é mais uma doença do trabalho. Entendeu? A minha esposa já não me reconhece, os meus filhos já não me reconhecem é por isso que eu vim pedir ajuda. Eu tenho uma consulta amanhã no CAPS³⁹, entendeu? Porque a minha vida se transformou assim de uma maneira, de uma maneira tão grande pelas coisas que eu vi. Um moleque jogar outro lá de cima e quem responde é o funcionário! Sabe? Moleque se auto-flagela, adolescente se autoflagela na parede isso e aquilo e fala que o funcionário que fez isso.

T - Isso é importante, isso de ele se autoflagelar para colocar a culpa no funcionário.

³⁹ Centro de Atenção Psicossocial.

A - No dia que eu assumi a unidade me perguntaram isso aí. Quem tem afinidade com FEBEM? Eu já trabalhei no semi-liberdade invertida. Na qual não deu certo, simplesmente me deram todas as chaves da unidade. Agora você comanda. Entrou eu e o Cicrano na unidade 15.

G – Grave, gravíssimo! (rindo).

A - Entrou eu e mais quatro funcionários. Um disse que ia tomar um café, o outro falou que ia tomar um ar e o outro falou que ia embora. Os funcionários que chegaram junto da gente foram embora. Eu fiquei sozinho na galeria, sabe? Graças a Deus, conversei, conversei com eles (simula explicações aos internados):

Funcionário: Sabe, só to eu aqui, vai chegar a janta, vai chegar isso, vai chegar aquilo, alguém tem que fazer, então vocês tem que ter a confiança em mim e eu tenho que ter a confiança em vocês para agente dar continuidade no trabalho.

Internados: o Senhor é pegador?

Funcionário: Não sei nem o que é isso, eu trabalhei em uma semi-liberdade, não sei nem o que é isso.

A - Aí, se reuniram lá, isso e aquilo e falaram, pode abrir essa tranca, na linguagem deles, pode abrir aquele barraco⁴⁰, pode abrir aquele barraco, por que é só faxina⁴¹. Eu falei assim ó (simula diálogo com internados):

⁴⁰ Cela.

Funcionário: Eu não tenho autorização de fazer isso.

Internados: Então o senhor vai passar a refeição para todo mundo, como o senhor vai fazer isso.

Funcionário: Vou descer lá e conversar com o pessoal. Entendeu?

A - Desci lá e não tinha ninguém, vou à outra unidade e conversar para ver o que pode fazer. Foi o que veio um funcionário, o que chamavam de seu Fulanão. Muito profissional, me deu um apóio legal, ele chegou e conversou na linguagem em que eles conversam (simulou novo diálogo):

Funcionário: Só tá nós dois, agente vai abrir só um barraco. A partir de hoje vocês vão ser responsável para dar toda a assistência junto com agente, os faxina.

A - Foi o que aconteceu agente trabalhou tranquilo. Quando chegou no outro dia, o que aconteceu? Deram uma camiseta preta, uma calça preta, uma bota e uma tonfa, para agente ficar do lado de fora.

M - O que mais eles detestam.

G – Risos

P – O Que é uma tonfa?

⁴¹ Encarregados da faxina na unidade.

A – Uma tonfa é o cassetete, é que agente chama de proteção, ataque e proteção, foi aí que eles falaram assim (simula diálogo com internados):

Internado: Ué, o senhor (...) o senhor trocou uma idéia, deu uma assistência fez tudo isso! Pô, agora o senhor está de tonfa, de escudo, tá de MIB⁴², isso e aquilo, da essa de “choquinho”⁴³, agora, para arrebentar agente!

Funcionário: A minha mentalidade é a mesma, se eu puder ajudar vocês, quem me conhece o sistema é o mesmo.

A - Só que na idéia deles não existe isso. Um dos negociadores da FEBEM, o nome dele é (...), tinha dois negociadores, o Sr. Fulano e o Sr. Sicrano. O Sr. Sicrano chegou na gente e falou que quem não entrar vai ser mandado embora, não vai nem chegar no final do contrato, vai ter que entrar. Como agente já tinha uma afinidade com esta unidade, o que agente fez, agente entrou no final do corredor, isso e aquilo.

O entrevistado A reproduz fala de internado:

Internado: Se quiser entrar aqui, tira tudo isso daí. Se não o bicho vai pegar, cabeça vai rolar!

A – A gente entrou no corredor e começou a se aproximar. O próprio Sr. Sicrano e o pessoal do grupo de apoio, né? Me intitularam como líder da equipe, porque acharam que eu sabia

⁴² Comparando a personagens do filme *Man in Black*.

⁴³ Nome inspirado no Batalhão de Choque da Polícia Militar e atribuído a grupo de agentes de apoio da FEBEM que tem a incumbência de conter distúrbios.

conversar melhor, isso e aquilo. Conversei. Aí veio esse Sr.Sicrano e disse que estávamos bem próximos e que podíamos entrar.

G - Porque que não pode entrar (...) porque que você não entra?

A - Aí o que que aconteceu? Tinha um lider que fazia isso e aquilo, ele me contou a vida dele toda, sabe? Teve um reconhecimento. Eu estava sendo respeitado naquele momento. Quando eu entrei era assim, um pegava na farda o outro pegava na outra, outro pegava o capacete e dava uma batidinha, isso e aquilo. Eu deixei eles todos do lado de fora (...). Sem falar que a gente se alimentava na lixeira, em frente a 15. Comia alguma coisa com frio, isso e aquilo, dentro da lixeira. E isso eu juro pelos meus filhos, por esta luz. Dentro da lixeira! A gente comia, se alimentava dentro da lixeira, dividindo com rato, com tudo, sabe? Aí eu entrei (simula novo diálogo com internados):

Funcionário: Bom a gente tá aqui (...). Bom o nosso trabalho, infelizmente é esse, sabe? Infelizmente a gente tá cumprindo ordem, mandaram a gente fazer isso, mas ninguém tá aqui para zoar ou coisa parecida.

P – É muito difícil, né? Eu peço para vocês inventarem uma estória e todos têm ainda muitas coisas que realmente aconteceram que precisam contar.

Todos riem.

A – Mas eu não estou inventando uma estória, eu estou falando a realidade.

G – Mas é muito difícil, nós não podemos inventar, eu to falando a realidade!

P – Eu gostaria que vocês tentassem criar uma estória.

A – Eu não sei mentir!

M – Mas é isso que ele quer que a gente faça (referindo-se a criação de uma estória).

P – Deixa eu te contar (...) eu não quero que vocês mintam, sei que vocês precisam contar a verdade da Instituição, eu acredito em tudo que vocês estão me contando. Mas, além disso eu estou convidando todos para criar um desenho e uma estória de forma imaginária. Esse é um jeito para a gente conhecer um pouco mais do que vocês sentem em relação à Instituição.

A – Um desenho da Instituição?

P – Isso, eu quero que você me conte uma estória deste desenho. Agora o que eu to achando (...).

G – Posso te falar o que eu acho Erich? Que nós não temos oportunidade de desabafar.

P – É isso mesmo que eu estou achando. E como é que eu posso pedir para vocês me contarem uma estória inventada, se nem isso que aconteceu vocês não puderam falar ainda?

G – É isso, nós estamos desabafando porque ainda não tivemos uma oportunidade dessas de desabafar. Não temos oportunidade de desabafar. A única pessoa que me escuta de verdade é a M. Aqui eu já chorei, eu já entrei em depressão e se não fosse ela eu já tinha feito besteira!

Porque eu já fui tachada de puta lá dentro da FEBEM. De puta, porque quem sai com menor para mim é puta, de puta, eu fui tachada de puta (entrevistada fala com lágrimas nos olhos). Então a gente não tem, a única pessoa que a gente tem para nos ouvir é a M e outros do Sindicato. Então, 10 mil funcionários a FEBEM têm? Como eu posso vir toda a semana aqui? (...) É encheção de saco da M, porque eu sei que eu sou uma encheção de saco. Eu sei que a M tem hora que tem vontade de me mandar para a puta que pariu, não manda por educação. Porque se fosse eu, no meu caso, eu não me agüentaria, porque a M me agüentou aqui, a M e o Fulano.

Todos começaram a falar ao mesmo tempo.

A – Você ainda faz isso, entendeu? Agora eu to passando por um psiquiatra, né, e sento lá isso e aquilo. Meu (...) eu tenho de registro em carteira 26 anos trabalhados. Já fui escolta, fui escolta de carro forte, sabe? Trabalhei na caixa econômica federal comando todos os caixas, isso e aquilo. Tinha caixa forte, isso e aquilo. E não aconteceu nada. Quando chego na frente do psicólogo eu me sinto humilhado pela situação que eu estou. Sem emprego. Entendeu? Com um monte de coisa para resolver. O médico não me dá alta, ele faz um laudo (...) o médico do INSS trata você como vagabundo porque você faz isso e aquilo, mas ninguém convive comigo dentro da minha casa, dentro do meu círculo. Então quando eu vou conversar com o psiquiatra, isso e aquilo, eu tenho vergonha de falar o que realmente está acontecendo comigo, porque não é uma pessoa íntima minha, então eu tenho vergonha de falar isso para ele.

G – Eu peguei um rapaz vindo para a Marginal Tietê para se matar! O fulano! Ele ia indo e se eu não pego ele (...). Porque a gente mora mal, a gente trabalha mal, come mal, dorme mal, ganha mal e é maltratado dentro da Instituição. O que é que sobra? Se enfiar embaixo de um carro! Ele encheu a cara, porque é a única coisa que ele tinha para fazer, de pinga que é barato, rabo de galo como a gente chama, foi lá, tava indo para lá para aquela favelinha ali, perto da FEBEM. E eu perguntei aonde ele ia e ele disse que estava indo para a Marginal. Ele disse que estava indo dar uma voltinha na marginal. Aí eu fui com ele e vi que eu estou tão ruim quanto ele. Ele ia se matar.

Todos começaram a falar ao mesmo tempo.

A – Então eu vou desenhar.

P – Desenhe o que você quiser.

F despede-se e agradece.

P – M, conte para mim o que você desenhou?

M – Eu não fiz só a unidade, eu fiz o complexo imigrantes o Tatuapé, Raposo, Rio Branco (...).

T – Você juntou tudo?

M – Juntei, tudo tá aí. Logicamente que está desenhado por uma só, né? Mas aqui tem a história de Imigrantes (...).

T - Isso aqui é um telhado?

M - É um telhado (...).

T - E isso aqui, o que é?

M - São alguns adolescentes que não agüentaram ficar aqui, tá entendendo? E vieram para aqui para tomar um ar (ironizando a liberdade dos adolescentes dentro das unidades). O sol que sorri, né? Mas que ninguém vê, muitas vezes nem os trabalhadores e nem os adolescentes. As nuvens, que ficam assim. O cerco de arame farpado, tá aqui. O cerco de arame farpado que tem toda uma proteção. Nós temos do lado de fora, nós temos patrimônios faraônicos, mas do lado de dentro eles funcionam só dois ou três espaços, porque tem unidade, tem parede caindo, tem uma série de coisas que no patrimônio não aparece do lado de fora, ele só aparece do lado de dentro. Quando você entra você pisa em poça d'água, você (...) não tem o banheiro, tá entupido, não tem água, não tem isso não tem aquilo, mas que a comunidade, e a sociedade e nós lá fora também não vemos. Então os espaços são restritos tanto é adolescente aqui, como é adolescente aqui, como é adolescente aqui (indica que os adolescentes estão por todos os lados da unidade). Só pus cores diferentes para mostrar os espaços que eles (adolescentes) estão. Estes aqui, eles estão em um espaço não tão tumultuados porque eles tem um atividade, eles foram fazer alguma coisa, mas o resto ficam todos lá, né? Aqui parece uma pizza. Mas seria o esporte, né? Seria um lazerzinho que se tem, mas depende muito, principalmente da quantidade de adolescentes, porque você não pode favorecer um e não favorecer o outro (...). Aqui nós temos os trabalhadores que também ficam dentro de uma segregação de espaço muito pequeno, e esses verdinhos são os pára-quedistas, são os pára-quedistas que chegam na FEBEM com carteirada, com cartuchada, com indicação, com isso e aquilo, porque eles não ficam nem perto dos trabalhadores e nem perto dos adolescentes, eles ficam passeando em alguns arredores. Então eles se entopem em algum lugar, porque a FEBEM é uma organização política, né? Então é um cabidago de emprego, né? E isso nós temos que enfrentar quando estamos chegando para trabalhar. Isso aqui é policia viu? Eu não sei desenhar muito bem (...) mas nós temos que enfrentar uma serie de coisas assim (...).

P – Esse carrinho azul aqui é a polícia?

M – Isso. O que é desagradável, é que você chegava na porta de uma unidade para trabalhar com seu filho, o seu marido às vezes, uma carona. E ele olha a rota ali, a cavalaria ali, não sei o que, não sei o que lá, canil. Então, você pega uma carona com o seu marido, e o seu marido

te deixa em uma porta para trabalhar, ou mesmo a namorada dos rapazes, as esposas dos rapazes e você entra. Ali você passa por uma portaria onde eles te verificam tudo, né? Tudo o que você tem o que você não tem. Daí você se despede de sua família muitas vezes e você não sabe se vai retornar na saída. E aí, o que que acontece (...) e o visual também.

G - Só que aí você defronta de uma vez com toda essa estrutura (...) daí você tem que encarar, por bem ou por mal.

M - Não, aí nós estamos chegando nesta portaria que é a polícia, que é a cavalaria e tudo isso e tal e tal. Você entra e as passagens que você passa para ir, são passagens, assim, cheias de buraco. Porque além de pedras, além de um monte de coisas que você tem, você tem que enfrenta trabalhadores descontentes, você tem que enfrentar os pára-quedistas, que são aqueles que estão te olhando o tempo todo. Porque eles não entendem nada de FEBEM, mas eles vieram por um pistolão.

G – Os meninos ficam na janela te jogando xixi!

M – Aí, você atravessa aqui e tal. Aí quando você chega aqui, você tem grades, você tem muros, tem alambrados para você atravessar. Aí você atravessa e pode atravessar para cá, como pode atravessar para lá, porque nós vamos ter que ter esse contato direto, nós vamos ter que ter esse contato direto. Então quem faz o cumprimento da medida sócio-educativa é o adolescente e o trabalhador ali, esse trabalhador vermelhinho, sabe? (risos) Os outros não, porque eles trabalham uma⁴⁴ (...).

P – Porque você escolheu esta cor vermelha?

⁴⁴ Forma de dizer que estão apenas passando o tempo.

M – Vermelho de raiva, vermelho de aborrecido, vermelho assim de quem quer mudança, sabe?

G: De indignação!

T - De saco cheio!

Todos se divertem ao expressar as insatisfações livremente.

M - De situação de risco, povo querendo mudança e tal. O verdinho porque o cara vem passar só uma, vem fazer uma!

Todos dão risada.

M - Aí ele chega e tá muito bom para ele (referindo-se ao trabalhador que está em situação privilegiada, apadrinhado), na próxima situação que ele vai, ele vai (...) cair o padrinho dele, certo? Ele vai se arranjar com outro, e ele vai ficar o resto da vida. Agora eu sei da situação como é que é. Eu to falando aqui de forma pura, né? Agora que sei que a constituição de 88 pediu que a FEBEM só poderia contratar trabalhadores através de concurso público. Através de concurso público, e todas as situações que não fossem de concurso público, que fosse de apadrinhamento, que fosse de currículo, que fosse disso que fosse daquilo, era inconstitucional. Não dava, tanto é que tem muitos vestígios de Bancos, nos assinamos um TAC, tem muita situação em que eles fizeram do jeito deles e não teve (...).

P – O que é um TAC?

M – TAC? Termo de Ajuste de Conduta. A gente foi levando todos os insumos, foram pegando todas as denúncias, todas as situações, e a gente foi levando para o Ministério Público. Quando houve a posse dessa nova presidente. Porque como o Fulano (Secretário de Estado) era inconstitucionalista, a coisa ficou muito pior, parecia que passou um *tsunami* em cima da FEBEM, dos trabalhadores, porque mandou 1751 embora. Aí, entrando a Dra. Fulana (nova Secretária) que é uma pessoa de visão estratégica técnica, o que que aconteceu? Ela sabia de todas as denúncias, ela sabia que a qualquer momento poderia estourar toda uma situação que seria prejudicial a ela mesma, e ela ia ter que responder a todos os BOs⁴⁵ do passado. Já pensou responder BO de 88 até agora? Não ia haver mais nem sol, nem pela frestinha, certo? Aí o que que aconteceu? Ela como é promotora, procuradora, ela procurou realmente no Ministério Público e falou que não poderia responder por atos anteriores ao seu, mas poderia tentar fazer um ajuste, e vamos fazer um termo de ajuste de conduta com tratos que dêem para mim cumprir também. E aí fez esse termo de ajuste que o Ministério Público, que é quando (...) ele tava falando da questão das denúncias, da questão disso, da questão daquilo. Por que? O problema da FEBEM é um problema de manutenção, então todo mundo quer se manter. Esse verdinhos, por exemplo, que se mantêm aí na máquina e corrompe, e corrói a máquina, por que? Esse senhores todos aqui e senhoras, vão todos se reproduzirem em mais pessoas, porque o amigo desse também quer uma boquinha, e o amigo desse também vai querer um pouquinho, o filho desse também vai querer uma boquinha.

A – Eu concordo com o que você está falando, né?

G – Não estou falando dos concursados que vão lá e passam né? To falando dos contratados que estão lá dentro e (...).

A – Não eu sei, eu sei, eu concordo com o que vocês falam, eu concordo plenamente. Fico indignado também com algumas coisas, porque eu acho que sendo do Estado tem que ser contratado. Concurado, isso, desculpa. Agora, a partir do momento que tem alguma coisa emergencial, entendeu? Para dar apoio, igual o metrô, tá fazendo, para dar apoio, eu não sei se

⁴⁵ Boletins de ocorrência.

é certo ou se é errado, entendeu? Mas pelo menos para dar apoio, tinha que se fazer o que? Não pegar apadrinhado, sabe? Porque eu passei o veneno, eu senti na pele de ficar eu mais um e outro no pátio, sabe? Saturado, quando trouxeram os adolescentes lá de Tupi, colocaram tudo em uma unidade só, que eram os chamados problemas dos problemas da FEBEM, e eu e mais um funcionário só que entrava no pátio. O coordenador, que era cargo de confiança e contratado, não entrava (...).

G – É disso aí que nós estamos falando. É por isso aí que não pode ser contratado.

A – Diretor que era aquilo, entrava. Diretor que era bom caía, diretor que tinha cartucho (...).

G – Safado!

A - Caía para cima. O cara põe 6 cheques, não vou citar nomes, mas põe 6 cheques e inventava um serviço, de manutenção e mais (...).

G - E inventaram o TAC.

A - E inventaram o TAC, e o TAC tá lá até hoje. E esse diretor, sabe? Que é de carreira, em termos de carreira, sabe? Porque ele há muito tempo tá na FEBEM, começou de lá de baixo. Por uma tentativa de fuga, de um chamado “cavalo louco”, que todo mundo tentou sair, e a gente segurou que resultou nisso, que resultou nisso e resultou em um monte de coisas, e isso e aquilo. Mesmo que ninguém fugiu, rebaixaram ele de cargo. E esse outro diretor que liberou a visita (...).

G – Mandava pizza de madrugada para o moleque!

A - No “bolsão”, essa unidade chamava bolsão porque tinha um bolsão que era uma extensão que foi separada da unidade. Né? E os moleques falaram (reproduz fala dos adolescentes):

Adolescentes: A gente não quer funcionário aqui, a gente não quer funça aqui.

G - E ele obedece!

A - E ele acatou isso aí, e foi que cavaram um tatuzão⁴⁶ e fugiram. E o que que aconteceu com esse diretor?

G - Subiu.

A - Caiu para cima, uma coisa que eu nunca ouvi. Eu nunca vi. Outros também que foram contratados nessa mesma época que eu, como agente de segurança, você entendeu? Como agente de segurança. O que os caras fazem? Eu vou toma um café e tchau (...) fulano de tal, isso e aquilo e ele não aparecia. Chegava outro (simula fala de agente de segurança):

Agente de Segurança: Ah! Eu vou lá na divisão conversar com o meu primo.

A - E isso e aquilo e tal e sumia. Chegava outro e falava que precisava falar com não sei quem e isso e tal e sumia. E só ficava eu e um funcionário que hoje ele tentou se matar. Entendeu? Perdeu a mulher, perdeu o filho, perdeu tudo. Tento manter contato com ele e não consigo, ele simplesmente desapareceu. Era o fulano, um professor de capoeira, pessoa muito boa mesmo, só que desapareceu. Só ficava eu e ele, depois de cortar o pescoço dele, então não dá, vou ficar do lado de fora. O diretor passava (reproduz diálogo de diretor com funcionários):

⁴⁶ Túnel.

Diretor: Você vai ficar aí do lado de fora? Você tá pensando aí, e os outros? Isso mesmo, e os outros que não estão aqui?

Funcionários: Nós não, nós somos operacionais nós somos daqui.

Diretor: E os outros, cadê?

A - E ficou por isso mesmo. Tanto é que quando eu tive um acidente gravíssimo e não tinha funcionário.

A conversa é interrompida, pois o T disse precisava ir embora. Todos se despedem e T agradece.

A - E aí o que que aconteceu? Como não tinha funcionários, fui eu e o fulano para levar 7 para fazer o exame de corpo delito (...). Infelizmente a escolta também não vai (...) e é um título de desabafo meu (...) eles te deixam lá e depois saem. Vão tomar o café deles e jogaram tudo. Foi o que deu o reboliço que deu, isso e aquilo, mas sempre trabalhei com a caneta justificando, esclarecendo o que aconteceu, que eu nunca fui chamado lá para a corregedoria, nunca fui chamado para falar com a corregedoria, por que? Porque eu sou precavido, circunstanciava o que realmente aconteceu. Entendeu? Agora voltando no tema do pessoal que é concursado, isso e aquilo. Tem muita gente, sabe? Que tem afinidade de trabalho, muita gente que é boa tem compromisso com o trabalho. Agora quem não é apadrinhado, que é apadrinhado e não tem compromisso com o trabalho deixa você na mão. Entendeu? Então eu concordo plenamente com o que ela falou, sabe? Mas colocando essa parte aí, que tem muita gente que é compromissada com o trabalho. Então, o cargo emergencial em todo esse sentido e isso e aquilo, opa, beleza! Agora o que tem que se averiguar: apadrinhado de quem? Tá fazendo o que? Onde que tá? Nunca tá lá!

G – P, se você for na minha casa , eu moro eu e mais dois que trabalham na FEBEM. Nós moramos em três, é normal. Se você for em casa, o que que você houve. Ai que encheção de saco, mas se eles não desabafarem, não falarem da FEBEM, é 24 horas falando da FEBEM.

A – Sem falar a questão de bebida, para você relaxar. Entendeu? A única maneira que você consegue relaxar e desestressar é dessa maneira. Você toma um negócio para você relaxar um pouquinho, mas é a mesma coisa que falar que eu sou super tímido. Eu não vou mentir para você, sabe? Eu tomo uma cervejinha aqui (...). Eu não vou mentir, eu sou sincero no que eu falo. Mas dentro do meu trabalho, que eu executava depois que eu saía, no trabalho, para eu relaxar, é dessa maneira. Eu tomava um negócio para eu apagar, para eu dormir. Eu não to aqui para contar mentira.

G – 98% dos funcionários da FEBEM bebe!

G – Funcionários da FEBEM só têm ali dentro da FEBEM. Eles não conseguem ser gente fora da FEBEM, eles se tornam aquilo, que você tem (...). Eu, por exemplo, eu gosto muito de ler, então eu desabafo na leitura (...) eu gosto. O problema é que dentro da FEBEM é só FEBEM, FEBEM, FEBEM. E, ao contrário, para você viver melhor, você não pode ter amizade com o pessoal de dentro da FEBEM. Para trabalhar lá você precisa cortar as raízes da FEBEM, só que ninguém consegue cortar. Levam a FEBEM para dentro da casa.

A – E justifica a unidade como FEBEM, porque hoje se você sair na rua, no lugar em que você mora, no bairro em que você mora e falar que você trabalha na FEBEM, você corre risco de vida. E que proteção você tem?

G – Nenhuma. E se você for morto fora da FEBEM você não tem (...).

M – Eu concordo com muitas coisas que vocês falam e também discordo em algumas coisas, tá?

P – Já que você discorda M? Será que tem haver com esse sol que você desenhou aqui? O que é esse sol que você desenhou? O que significa esse X que você desenhou? E que título você daria para sua estória e desenho?

M – Bom, aqui, esse sol é um sol que pode brilhar, é um sol que pode nascer todos os dias. Né? Vai depender muito de nós, da nossa união, da nossa organização. Da nossa (...) não estarmos à venda o tempo todo. Então, trabalhar dentro de um coletivo. O pessoal principalmente da monitoria do pátio, eles tem essa união. Nos outros setores eu não vejo essa união. Tá? Porque é um por todos e todos por um. Às vezes eu até vejo até, desculpa a palavra, até algumas merdas, porque vai todo mundo junto em um problema só, e nenhum pensa, porque um pensa de um jeito e acaba não deixando, porque a dinâmica é muito efervescente, a dinâmica é louca porque não podemos ver nossos amigos em perigo, e quando a gente vê que alguma coisa pairou ali é aquela coisa toda, vamos lá! Tem outros setores, dos verdinhos, e até de outros setores que não tem essa união. Tá? Consegue se desligar, consegue fazer uma terapia, consegue dar tchau e benção para a FEBEM e não está nem aí, são uns fofinhos uns articulados que querem papear na FEBEM. Eles estão no meio desses aqui como estão no meio desses aqui (aponta para o desenho sugerindo que os “verdinhos” estão entre todos). Acontece que é assim, toda uma construção não articulada de estrutura, de humano, certo? Toda uma estrutura de humano, toda uma situação de alambrados e (...) isso aqui (...) como é que chama isso aqui, eu não lembro o nome (...). Toda uma situação de ouriço⁴⁷, tá? Que impede de entrar energia. Eu sou muito mística. Tá? Então impede de entrar energias (...) eu sou muito mística (...). Impede que as pessoas fujam, mas eu já vi muito adolescente fugindo, é só por um, por um pneu, por um pano, joga uma manta e sai fora. Então, esses ouriços só serviram para o caixa dois, só para eleger o fulano e o siclano concordam?

Risos

⁴⁷ Material cortante disposto em todo o perímetro da unidade para evitar fugas.

M - Porque a unidade estava sendo extinta, porque esta questão aqui ó, já era, já era, vamos acabar. Isso aconteceu com Imigrantes, isso aconteceu com Parelheiros, eu sou de Parelheiros, eu trabalhei lá. Então você faz toda uma estrutura externa, enche de verdinhos, né? Para poder encurralar os vermelhinhos. Aí compra-se uma serie de coisas (...), porque fora estes ouriços aqui, nós temos alambrados, nós temos coisas novas dentro do complexo. Nós temos reformas aqui dentro que não servem de nada.

G – Nós temos um banheiro de dois metros que custou 25 mil.

Risos

M – Aí, depois de tudo isso, o que que aconteceu com a Instituição? Ela faliu, porque é uma organização política, todo mundo vem aqui para roubar. Esses alambrados aqui que foram feitos no Tatuapé foram o dinheiro do aumento salarial que ia ser passado para o trabalhador. Certo? E ficou uma conta que um dia, ou dois, não sei, antes do plano Collor, eles retiraram o dinheiro e precisaram fazer um investimento rápido dessa verba para não aparecer ela em lugar nenhum. Né? E foram feitos os alambrados. A empresa que foi contratada é exatamente a mesma empresa de um sobrinho do filho do governador. Então o Tatuapé tá cheio de governador fulano e governador sicrano.

G - Deputados, senadores, que tiram o dinheiro daqui. Então quando tá faltando o dinheiro, o que que acontece aqui? Há uma rebelião. Aí uma coisa para ser soldada custa 100 mil reais.

M – São as crises emergenciais que você estava falando?

A – Isso.

M – E que mesmo sendo de recursos humanos e de trabalhadores a gente jamais pode concordar, porque aqui quando eu falei em questão de concurso público e apadrinhamento, e emergencial e isso, eu não to falando de competência. Porque mesmo os apadrinhados, mesmo os verdinhos, há de se reconhecer uma competência. Certo? Mas o que nós precisamos ver é que a gente aprovou sabendo que tem uma constituição e essa constituição tem que ser cumprida. A partir do momento que você vê, que as instituições, os organismos governamentais dão linha direta, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Justiça, a secretaria da educação, secretaria disso e secretaria daquilo, só aceitam, só fazem ingresso de pessoas de concursos, concursados.

A – Concordo.

A – Não, deixa só eu acabar de falar para você ver o meu raciocínio. A partir do momento que só fazem (...).

M - Só podem fazer, não é que faz. Tem que fazer é obrigatório fazer! Só podem ingressar através de concurso público. Tá? Sobrou muito pouco nessa secretaria para se apadrinhar os seus cabos eleitorais e aí eles tiveram que vim para as autarquias e para fundações. Tá?

A – É porque a única instituição que não tem apadrinhamento, né? Não tem esse tipo de coisa. A única instituição, sabe qual que é? A policia militar.

G - E o correio.

A - A civil⁴⁸ tem (...).

⁴⁸ Polícia Civil.

E – O correio não tem.

A – É o correio também.

G – Mas o correio em si é só concursado.

A – A polícia militar também é só concursado.

P – É difícil escapar desse esquema?

A – Não tem como passar (...).

P – M, dá um título para a sua estória e aí nos vamos ouvir a estória do A.

M – Aí toda essa situação aqui que foi extinta, que acabaram, que fizeram, fizeram, reformaram e tal e não sei o que. Isso aqui tá aqui, ainda na cabeça de tanta gente. Só que ela vem tudo para cá, para Rio Claro, para Piracicaba, para Campinas. Só que essas coisas são todas ocas. Aqui nós temos funcionários, temos adolescentes, temos umas febenzinhas aqui. Só que dentro dessas febenzinhas é uma coisa assim entre aspas, sabe? Está prestes a desmoronar, não tem segurança. A parede destes locais onde foram construídas essas descentralizações são ocas. Os tijolos já tem buracos, os adolescentes dão uma porrada, abre buraco e eles já saem. Então não é nenhuma medida (...).

A – Vila Maria tem um queijo suíço.

M – Título?

G – Então, o que a gente esta falando com você aqui, é vivenciando com você uma coisa que a gente não pode conversar com muita gente. Tudo bem que talvez não seja esse o objetivo (...). Mas é nosso objetivo, é nosso desabafo. São poucos os momentos que a gente tem (...) eu poderia te falar como era lá dentro, como eu fui, como o meu plano foi (...) como advertir os adolescentes. Porque lá tem coisas que não pode, eu não quero ser mandada embora mais (...).

M – O contrário de socialização é dissocialização⁴⁹, certo? É isso que eu quero dizer, do ser humano. Ele enquanto criança, ele enquanto adolescente, ele enquanto adulto.

P – E o funcionário?

M – Tá, muito mais. Enquanto todos, tá? Porque como que você tem aqui uma (...) você não está preparado, esse preparo não existe, ele é superficial, porque as questões aqui (...) elas não são corriqueiras, cotidianas, então elas são (...) muito mutáveis, né? Rapidinho! Porque você não sabe que população você tem, às vezes na sua casa, onde você está trabalhando. Você não sabe se hoje você está livre, porque não só pela questão de morrer ou ter uma rebelião. Você é transferido a partir do momento em que você tem um verdinho aqui (...) o verdinho quer dizer diretor, os contratos, os encarregados, os concessionários, os administrativos, que não tem uma carreira, por exemplo, ele não tem uma idéia do que é uma Fundação Casa dentro do seu contexto interno. Ele não sabe porque, ele tá lá fora, ele sabe porque alguém falou, então ele não sabe! Então, não vivenciou, então ele não vivenciou. A partir do momento que esses daqui (apontando para os vermelhinhos), eles se tornem até uns verdinhos um comissionamento, eles não vão ser verdinhos, eles vão ser (...) sei lá (...) porque eles sabem o problema daqui, eles sabem aqui. Então eles receberam uma promoção, eles fizeram uma evolução e eles vão saber tratar melhor, porque toda a direção, toda a coordenação que vem de uma área básica. Né? Área técnica, área pedagógica (...).

⁴⁹ “Dissocialização” foi o título registrado no desenho.

G - Seguir um plano de carreira.

M - Da área da monitoria, eles conseguem fazer uma interpretação muito melhor e conseguem um diálogo com todo o seu corpo funcional, conseguem fazer o monitoramento dos adolescentes até para fazer a sua socialização e encaminhamento para a sociedade, porque ele passa de 3 a 6 anos aqui dependendo de seu ato infracional, sua dinâmica de família, toda aquela questão que vai ajudá-lo a voltar para a sociedade. Então vai depender muito, porque esse vai chefiar e muitos a gente vê que eles não conseguem dominar aqui ó (aponta para o desenho da unidade). Certo? Eles não conseguem dominar (...) uma porque eles podem saber muito, como podem ficar de saco cheio, ter problema na saúde mental, ser estourado, não ser assim (...). Entendeu? Então às vezes ele não consegue dominar aqui, aí eles vão fazer um acordo aqui, que a partir do momento que ele privilegiou essa classe de adolescentes (...) até porque às vezes pode por única e exclusivamente uma avaliação desses verdinhos. O profissional não tem autonomia. Se eu vou fazer uma avaliação de qualquer adolescente e em conjunto, em equipe, eu pego a avaliação de um e de outro, de outro, de outro, que está no seu cotidiano, eu posso fazer uma avaliação regular e ele pode mudar essa avaliação para hiper positivo e fazer ele vir para cá (aponta para o desenho indicando espaço de lazer na unidade). E aí ele é essa maçazinha aqui que está começando a apodrecer e contaminar todas essas aqui. Aí, aqui volta todo mundo para cá. Então é uma dissocialização do ser humano.

M – Todos os vícios dessa população aqui⁵⁰, ela acaba vindo aqui⁵¹. Então para se manter um dialogo às vezes, a gente pega a gente mesmo falando gírias, falando palavras que não tem nada a ver com o nosso convívio. Para fazer um entendimento. Quando nós ficamos na nossa residência, no nosso convívio de amigos, as pessoas já não têm mais aquela (...) já não são mais nossos amigos, porque você vai falar alguma coisa que o cara não entende o que você está falando. Aí você lembra que você tem que contar uma rebelião (risos). Que você segurou uma naífa, que seu amigo furou o pulmão, uma frieza (simula conversa com amigo):

⁵⁰ Entrevistada referia-se a adolescentes que ficam em áreas mais restritas da unidade por serem mais perigosos.

⁵¹ Área destinada a adolescentes com melhor comportamento.

Funcionário: Olha, eu tava saindo da rebelião e tinha um cara lá e ele tava jorrando sangue, porque enfiaram uma naifa no pulmão dele e aí só fomos descobrir que ele (...). Aí olha, como não dava tempo porque eu tinha que salvar a minha pele, eu só avisei na portaria que tinha um cara morto lá, aí fomos socorrer o cara e ele não tava morto!

Risos.

G – Porque nós pisamos em cima do cara. Mas nós pisamos e largamos ele lá! Entendeu? Não (...) e ela conta isso aí que é verdade rindo. Para você ver como o complexo acaba com a gente.

M – Então o ser humano enquanto este trabalho dele, ele acaba fazendo toda uma linguagem para fazer (...) eu brigo muito com isso. Eu to falando até isso aí hoje, porque eu brigo muito. Eu não quero que eles fiquem falando ladrão, eu não quero que o pessoal falando, é boi⁵², e não sei o que, porque eu agora não to mais ali dentro com eles no dia a dia, com os adolescentes e com os trabalhadores, mas mesmo assim to conversando, to tentando mudar, para fazer uma atividade a esse respeito, certo mesmo é meu parceiro de mudar toda a casa, porque não é a casa da FEBEM que a gente tem que mudar, é a nossa casa⁵³. Que casa nós queremos, que casa queremos construir e como queremos.

A – Muitas vezes você encontra com colegas, pessoal na rua e isso e aquilo, conhecido seu que saiu da FEBEM, e isso e aquilo. Primeiro eu pergunto o que eles fazem. Eles contam que ferraram um coro lá e isso e aquilo, é uma realidade completamente diferente. Nós que somos da FEBEM, vai arruma um emprego igual, eu já tentei varias vezes, e isso e aquilo, mas eles viram a minha carteira da FEBEM (...). Eu fui em uma escolinha, poxa! Eu trabalhei no Mackenzie também, só com os filhos, isso e aquilo, e em outras escolinhas também, um

⁵² Termo utilizado em presídios e na FEBEM para designar vaso sanitário.

⁵³ Unidade.

monte delas particulares, o pessoal cansou de mim e eu fui me tratar. Aí quando eu to bem e eu voltei. O pessoal olhou! FEBEM! Nunca mais chamaram. Um monte de local, um monte de local.

G – Mas no meu caso eu sofri. Eu tive que fingi que perdi a minha carteira de trabalho, que era da fundação, para poder retirar outra carteira para poder colocar assim. Porque se eu falasse que trabalhava na FEBEM eu estava tachada em todos os outros empregos porque eu trabalhava na FEBEM.

M – Porque a sociedade, a sociedade não assume toda uma falta de compromisso que ela tem com seus próprios filhos. Eu não to falando a família e seus filhos, mas a sociedade não assume o compromisso com seus próprios filhos e aí chega o momento em que eles cometem um ato infracional contra essa sociedade mesmo, aí essa sociedade coloca ele dentro da Fundação, lava as mãos e não respeita o trabalhador que está cuidando destas coisas, destes seres, que a própria sociedade não deu conta. Que a própria política pública não deu conta, não pensou nessa situação, foi para uma fundação, a Fundação é uma executora, com um orçamento faraônico, um dos melhores orçamentos do Brasil, porque lidar com criança e adolescente é negócio. É negócio, qualquer ONG, qualquer terceiro setor aí disfarçado de voluntário, disfarçado de solidário está aí querendo cuidar de criança e adolescente porque dá dinheiro.

P – A, conta para mim a sua história.

A – Bom aqui é o seguinte, essa parte aqui em vermelho e preto, chama assim, a parte protegida. Então, quer dizer, eu concluí aqui que é completamente protegida. Eu acho que é assim totalmente protegido, não tem problema nenhum, faz o que quer, trabalha como quer. É uma parte que tem estudo, blindagem. Essa parte aqui tem a blindagem, entendeu? E que parte que é essa a blindagem? No caso seria, um acordista, que tá ligado (...).

P – O que é um acordista?

A – Um acordista é um funcionário?

A – Acordista é (...) eu vou chegar lá. Não tem muito um nome certo, e eu não gosto de usar a linguagem de gíria. Acordista, na verdade é o que faz uma. O que o moleque pede, ele dá. Quero isso, quero aquilo, quero logo, isso e aquilo. Sabe? Isso é um acordista, então ele está nessa blindagem aqui, porque geralmente, sabe? Ele vem daqui, sabe? Ele vem daqui da parte administrativa, isso e aquilo, ele foi colocado aqui. Ele foi contratado, com cargo emergencial ou um contrato mesmo, isso e aquilo. Então muitas vezes ele não tem compromisso, então pra ele tanto faz e tanto fez.

A – Então tanto faz e tanto fez. Então, para ele se sentir melhor, para ele trabalhar, isso e aquilo, ele faz o que ele faz. Tem um salário até que superior, algumas coisas ele assume de direções. Os apadrinhados, os apadrinhados são da onde? Daqui, da blindagem. Aí depois vem a parte de algumas contratações descompromissadas. E eu esqueci de colocar também, eles, funcionários concursados. Eles ficam a onde? Ficam aqui no meio, e tem um ponto de interrogação. Puta merda o que será que eu vou fazer hoje? Será que eu vou para casa? Será que eu não vou? O que vai acontecer? Como vai acontecer? De que maneira vai acontecer? Entendeu? Aí vem essa parte dos adolescentes, os que tão com ponto de interrogação, que não sabem o que vão fazer e tem esses aqui (...) que eu não sei desenhar a bomba. Mais eu coloquei um pouquinho mais fortinho, que se intitulam como líder. Para dominar, mas e aí o que eles fazem? Eles mesmos fazem as opressões junto aos adolescentes que tão sem opção, que são oprimidos. E querem retornar para a sociedade, mas esses daqui não deixam. E porque? Porque eles fazem acordos com os acordistas? Tudo o que ele pede, isso e aquilo, vai ser fornecido, esses aqui ficam na mão deles.

A – Sabe? Com que não tá compromissado eles fazem acordos. Entendeu? Eles fazem algum tipo, fazem acordos na realidade mesmo. Eu só fui descobrir quem realmente era acordista,

mais não podia falar porque tinha uns cartuchos⁵⁴ muito grande, um dia que tinha umas educadoras de pátio, lembra quando tinha educadoras de pátio?

M – Que escondia o celular na meia?

A - Isso, que eu vi uma situação dessa, aí chamei todo mundo para falar na coordenação, porque ele me viu também como líder, né? Porque pô, eu conversava como todo mundo fazia o trabalho que tinha que fazer, já peguei vários plantões, já fiz varias coisas. Mas e aí tinha alguma coisa errada, chamei todo mundo na sala, isso e aquilo, e alguns adolescentes, eles estavam insistentemente em um funcionário. Então eu falei com o coordenador. Pedi para tirar ele um pouco do pátio. Não só ele como também o educador, mas esses estão na mesma situação e todo mundo na hora concordou que estava todo mundo confundindo isso e confundindo aquilo e tal. No outro dia os moleques todos já estavam sabendo, e vieram me questionar o porque que eu tinha mandado ou falado em livro de ocorrência, isso daí. Quer dizer, eu fui vendido, eu fui vendido. Por isso que na parte de contratação, isso e aquilo, tem muita gente compromissada, que gosta do que faz e quer ver um resultado. Eu dava curso de meia de seda, sabe? Na hora do almoço, eu almoçava rapidinho quando me tiravam do choquinho, tirava a farda e vai para lá. Tive que conversar muito para poder entrar, conversei. Dava curso de meia de seda, dava curso de arte de jornal, sem ganhar nada com isso. Eu não era educador, mas conversando com eles, isso e aquilo (...). Eles foram adquirindo confiança em mim, sabe adquiriram confiança em mim. Tanto é que eu encontro, poxa, várias vezes aí, como eles dizem, no mundão na rua, eu encontro adolescentes, isso e aquilo, com menininho, criança de colo, isso e aquilo e tal (simula diálogo com adolescente):

Adolescente: E aí senhor, eu já cumpri medida com o senhor tal, to vivendo em semi-liberdade, tal, na tranca.

⁵⁴ Era protegido.

A - É por isso que eu falo é justo um contrato emergencial? Sabe? É errado? Pela constituição sim, agora é justo? Porque tem muita gente que realmente quer trabalhar, é compromissado, sabe? É compromissado. Agora se é legal, na constituição, segundo você falou, não é! Entendeu? Agora é justo dar oportunidade para quem quer trabalhar e precisa, e quer vestir a camisa e ser compromissado, sabe? E aí, nessa parte que eu acho legal. Sabe eu acho legal. O desenho que eu fiz aqui, sabe eu coloquei tudo aqui, os funcionários no geral. Compromissados. Aqui tá um cara brigando com a esposa. Sabe? Um filho desesperado. Entendeu? Amigos, muitos se afastam, entendeu? A família em geral, isso e aquilo, está chateada com você, e acha que esse cara tá maluco, esse cara não sei o que lá. Então um resumo para mim é isso aqui.

P – Dá um título para a estória A.

A – Vou deixar anotado (o participante registrou as seguintes palavras: “Todos têm direito a respeito!”; “Cidadania é deveres principalmente”; “Direitos”; “Cumpra seus deveres que seus direitos virão”; “A presidência deve estar presente”).

M – A, né? Eu não tenho nada contra essa situação de emergencial, mas essa situação emergencial que houve de forma errônea, totalmente errônea, sem um preparo, sem isso, sem aquilo. E outra, nos não (...).

A – Na questão do preparo, desculpa até eu te interromper. Não é nem questão do preparo, quando (...).

M – Vocês não sabiam quantos trabalhadores iriam perder seus empregos (...).

A – Não sabíamos, e anteriormente a isso nós havia sido convidado, não apadrinhado, convidado porque eu dava curso gratuitamente, porque fui bombeiro, dava curso de primeiros socorros, equipamento individual de segurança isso e aquilo, dava curso de tudo isso, e não

sei quem deu meu nome na FEBEM que um dia chegaram e me chamaram. Quando eu fui lá eu falei o seguinte (...). Como eu fui contratado? Contrataram quem tinha experiência na área de segurança comprovada. Na área de segurança eu tenho 22 anos, fora o exercito, na área de segurança privado, escolta, armamento, defesa pessoal, eu tenho tudo isso aí.

M – É, a crise do desemprego (...).

A – Aí que eu pensei assim: Bom, acho que o pessoal que vem aqui deve, eles estão seleccionando isso aqui, entrou pessoas lá que (...).

M – Não tinham experiência nenhuma, eles tinham que mandar 1751 trabalhadores embora (...).

P – Essa demissão em massa foi em que ano?

M – 14 de fevereiro de 2005, e eles falaram que iam dar um treinamento de 2 ou 3 semanas, que iam capacitar, que ia fazer que não sei o que. Depois de 3 dias que o pessoal estavam no curso de capacitação. De defesa pessoal. Eles sabiam muito bem o que o pessoal ia enfrentar, eles sabiam que o pessoal ia morrer, eles mostraram filmes dos meninos fazendo atividade, patinho, não sei o que e não sei o que lá.

A – Me mostraram cantando coral, batendo palmas.

M – Eles mostram um tipo de adolescente privado de liberdade que só existia no papel, na prática não existia esse tipo.

A – Nem no papel existe isso, existe na mente de alguns de lá.

M – Na prática não existe este tipo de adolescente, por que tem uma reincidência, tem um envolvimento muito forte com droga, tem uma estrutura não familiar, mas em toda uma sociedade que agente vem enfrentando que a violência não existe dentro da FEBEM, a violência não existe só dentro da FEBEM, a violência agente tem convivido com ela o tempo todo, em todas as esquinas. E como que de repente eles acharam que estavam trazendo alguns trabalhadores com formação, com capacitação, com experiência, para dentro de uma fundação para segurar um tipo de adolescente que não condizia com a realidade, então quer dizer, preparo foi um preparo foi um preparo do pseudopreparo, pra colocar lá dentro, pros trabalhadores que tinham 10 anos, 12 anos, 5 anos, no meio da rua na madrugada. Então foi uma admissão errônea, uma demissão errônea. Esse contrato de trabalho emergencial ele levou mais de 30 dias para ser homologado, para ser oficializado, para entrar, muitos se acidentaram e tiveram que fazer seu contrato de trabalho, seu CAT, tinha fazer isso e aquilo. Trabalhadores que não tinham garantia de trabalhar os 6 meses, ser renovado os 12 meses e saíram sem auxílio desemprego, sem recolhimento de um monte de coisa, sem isso (...).

A – Você sai devendo!

M - Só que é o tipo da coisa, a crise do desemprego estava tão feia que do mesmo jeito que nós tínhamos 10 anos de trabalho na casa, tinha trabalhadores do lado de fora 10 anos desempregado, 10 anos sem registro, 10 anos fazendo toda uma questão de sobrevivência, então foi um choque de interesse muito grande, e aqueles que se destacaram, aqueles que tinha um pouco mais de pensamento positivo e terapia, começaram a se destacar ali, e forçosamente tinham que se destacar ali, por que era ele mais ele mais ele e mais ninguém. Porque se não tomava a rédea ele também ia espirrar naquele momento e pronto e acabou, não tinha essa. Adolescente cuidando de adolescente. Mocinhas jovens, né? Recém formadas, estudando ainda. Loirinhas e moreninhas bonitinhas né? Assim com toda a (...) o ideal de modificação de experiência na comunidade, achando que podiam mudar alguma coisa, entraram dentro da Fundação e foram estupradas.

A – Fora outras que não tinham preparo e se envolveram com adolescentes, por que já aconteceu um caso na 15, que inclusive com consentimento de uma técnica, a mãe foi lá, ele tava de LA⁵⁵, a mãe foi lá, colocaram eles na sala da técnica, bem reservado, eles conversaram isso e aquilo, ela foi embora e passou uma semana mais ou menos, no outro final de semana ele tava na porta, todo mundo ficou preocupado até, ué ele fugiu, aí ligaram para 15, passaram pelo rádio, até então agente tinha um rádio. Meu, ele já tá de LA, sabe o que ele tava fazendo na porta? Esperando a educadora. E saiu de braço dado meu! Agora eu culpo a educadora? Ela tinha visão, ela tinha conhecimento com o que elas iam trabalhar.

M – Muitas trabalhadoras, realmente se apaixonaram pela vivência destes adolescente, muitos adolescente se aproveitaram desta vulnerabilidades destes trabalhadores, não digo para você que não tínhamos caso até de envolvimento mais afetivo, mais íntimos com outros trabalhadores com mais tempo de casa, mais era uma questão às vezes de princípios, princípios que estava sendo dificultados até por outros trabalhadores antigos este envolvimento. Porque se eu to lá dentro da fundação e vejo qualquer gracinha, eu aviso para não aceitar nem um dropes que é um compromisso que você assume com este adolescente, não de fazer um papel profissional e sim de manter um relacionamento mais afetivo, mais íntimo com ele. Porque, a partir do momento que você aceitar uma bala dele, já é um código, ele vai te oferecer. Não me entre sem avental, mesmo você estando com uma calça jeans, uma roupa comportada não entre sem avental, porque o avental significa dizer um respeito que você exige e que você tá de uniforme trabalhado, então não faça entrada no pátio sem avental. Porque você tem que ter uma separação, então os antigos estavam sempre orientando os que chegavam assim. De forma, menos quantidade, bom concurso, preparado. Quando de repente todos os trabalhadores saem de dentro da unidade, e entra todo aquele pessoal preparados por outros e ainda por cima, orientados para não pegar nenhuma orientação de trabalhador antigo. Porque o trabalhador antigo é viciado em uma dinâmica, é torturador, eles não querem trabalhar, só fazem greve, eles só fazem isso e aquilo. Não mantenha contato com eles. E eu vi tudo isso, eu chegava, eu pedia, tentava passar uma orientação e eles fugiam, corriam de mim. Por quê? Foram avisados que tudo que agente iria passar para eles, para des que

⁵⁵ Liberdade Assistida.

estariam entrando para assumir, seria de forma errônea, pejorativa, por que não queríamos que eles entrassem, que nós queríamos que eles não trabalhassem, que agente, que os funcionários antigos voltassem, que agente gosta de caceteiro⁵⁶, que agente gosta disso, que agente gosta daquilo. E isso foi criando toda uma situação de total conflito e conformismo (...).

A – Porque está com um testemunho que os funcionários remanescentes daquela época, o que eles falavam pros adolescentes, cruzaram os braços e falaram assim ó (simula fala de funcionário):

Funcionário: Esses caras aqui vem com cara de bonzinho, vem com cara de quem não sabe nada ou coisa parecida, o bicho vai pegar, é isso que falaram.

M – Conflitos. Falaram, realmente, falaram! Ameaçaram os adolescentes.

A – Muitos falavam assim pelo seguinte, eles já sabem trabalhar, eles vieram da secretaria da justiça, tem muitos que vieram não sei da onde, muitos que vieram da PM, isso e aquilo (...).

O grupo permanece em silêncio e encerra-se a entrevista.

⁵⁶ Quem bate nos adolescentes.

ANEXO D - Desenho de Joaquim

ANEXO E - Desenho de Maria

ANEXO F - Desenho de Fábio

ANEXO G - Desenho de Edson

ANEXO H - Desenho de Gilda

ANEXO I - Desenho de Tomas

ANEXO J - Desenho de Arnaldo